



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GABRIEL ALVES DO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO MORAL NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DESVALIDA MODERNA: O CASO DE PINDOBAL NA PARAÍBA DO
SÉCULO XX (1930-1960)**

JOÃO PESSOA/PB

2022

GABRIEL ALVES DO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO MORAL NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DESVALIDA MODERNA: O CASO DE PINDOBAL NA PARAÍBA DO
SÉCULO XX (1930-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa em História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para defesa.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244e Nascimento, Gabriel Alves do.

A educação moral na formação da infância e
adolescência desvalida moderna : o caso de Pindobal na
Paraíba do século XX (1930-1960) / Gabriel Alves do
Nascimento. - João Pessoa, 2022.
307 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Educação - Infância. 3. Educação
moral - Pindobal /PB. I. Machado, Charliton José dos
Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

GABRIEL ALVES DO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO MORAL NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DESVALIDA MODERNA: O CASO DE PINDOBAL NA PARAÍBA DO
SÉCULO XX (1930-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa em História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

Aprovada em: 27 de junho de 2022

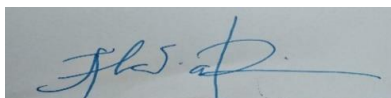
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Presidente



Prof. Dr. José Gledison Rocha Pinheiro
Examinador externo à instituição



Prof. Dra. Flavia Ferreira Pires
Examinadora externa ao programa



Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
Examinador interno

*Dedico este estudo a todos os meninos de Pindobal.
A todos aqueles que são considerados subversivos,
transviados, rebeldes e delinquentes.
Dedico às crianças e aos adolescentes
pretos, pobres e periféricos.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. A gratidão não é uma simples palavra, é, sobretudo, o ato de se perceber em comunhão, em um processo contínuo de acreditar que a caminhada só faz sentido se for de mãos dadas. Ser grato é uma posição política, aqui, escolhemos quem são as pessoas que queremos perto, em um vai e vem de cruzar de laços que a vida nos oferece. A construção deste estudo, desde a sua concepção até a finalização desta escrita, esteve pautada na dimensão coletiva, na vontade de retirar o pano que encobria rostos, histórias e práticas.

Eu nunca estive só, mesmo nos momentos mais solitários que a escrita acadêmica impõe, sempre estive com meus ancestrais. As energias que se fizeram presentes durante a minha trajetória, conferiram-me força e sabedoria para continuar, em um momento de profundas incertezas. Agradeço ao divino e às forças ancestrais que se materializam de diversas formas, às entidades elementais da natureza e ao sagrado feminino e masculino.

À minha companheira de vida Aline Rodrigues, acadêmica, mãe, professora e amante, que, com sua força e rebeldia, faz-me querer seguir seus passos em defesa da Educação Pública. A esta mulher tenho imensa gratidão pela paciência e empatia, pelo nosso caminhar de mãos dadas, um ao lado do outro, sorrindo, chorando, amando e projetando uma vida repleta de bonitezas, lutando por um mundo mais justo e com vontade de mudança. Ao pequeno Luiz, que nasceu junto com o Mestrado, fruto de um amor intenso e indomável entre duas almas, agradeço por me fazer aprender diariamente a ser pai, a construir uma paternidade e masculinidade menos tóxica, a você, meu filho, desejo que seja um ser humano mais amoroso e com senso de justiça.

À minha mãe Eliane Alves e meu irmão Victor Gustavo, pilares essenciais da minha formação familiar, sou só gratidão à mãe que a senhora foi em momentos tão difíceis e cruéis, afinal, nunca foi fácil ser mãe solo e muito menos uma mulher contestadora da própria realidade. Ao meu querido irmão mais novo sou gratidão por aprender tanto contigo, a ser mais observador com as palavras e também o cuidado, aconselhamento e vibração com as suas conquistas, agradeço por todo o companheirismo.

À querida Profa. Socorro Queiroga, que me enxergou durante a graduação e que, desde lá, estamos construindo uma amizade linda, de partilhas e diálogos. A essa mulher eu agradeço imensamente a oportunidade de ter me percebido, vendo que, além de um

aluno, eu era um ser humano com vontades e potencial. Nunca esquecerei de tudo o que a senhora fez por mim e por minha formação humana e acadêmica. Obrigado!

Ao amigo, orientador, conselheiro, professor e acadêmico Prof. Charliton Machado, pessoa a quem considero como um grande ser humano repleto de potência, um homem fantástico que não mede esforços em estar presente na vida de cada um/uma que faz parte de seu convívio, amoroso com as palavras e metódico nas ações, sou só gratidão por ter cruzado o seu caminho e a nossa parceria ser tão bonita, desde o PIBIC na graduação até o Mestrado. O senhor é a minha grande referência de ser humano e de acadêmico, sua luta em defesa da coletividade e de um país mais justo me inspira, gratidão por fazer parte de minha trajetória. Agradeço a querida Professora Lúcia Nunes pelo carinho fraternal e pelo olhar humano para esta pesquisa e este pesquisador. Agradeço aos professores da Banca de qualificação que com um olhar atento trouxe importantes contribuições a esse estudo, desde a qualificação até a escrita final.

Aos amigos que a vida me proporcionou, sou só gratidão pela acolhida e pelo olhar afetuoso, pelas palavras motivadoras e pela presença, vocês são a família que resolvi construir ao longo da vida, ao Grupo de Pesquisa Educação e Educadoras sou grato pela acolhida e pela partilha científica. Agradeço também aos locais de pesquisa e aos informantes, que propiciaram um arsenal de fontes e informações importantes para o desfecho dos resultados encontrados. Ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP); Fundação Casa de José Américo (FCJA); ao Acervo Histórico da Matriz do Sagrado Coração de Jesus; ao Professor e autor Adiel Alves que com sua sensibilidade e escuta me ajudou a navegar pelos caminhos sinuosos da pesquisa sobre Mamanguape.

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Só-só cego não vê
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra [...]
Que fez e faz história
segurando esse país no braço
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é eleito
Mas muito bem intencionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar*

Elza Soares - 2002

RESUMO

A história da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) possui uma área de misticismo popular incontestável, a crença de uma instituição que regenerava vadios, delinquentes e transviados rondou o imaginário da sociedade paraibana ao longo do século XX, fabricando gritos populares como: “Menino, me obedeça, senão vou te mandar para Pindobal!”. Pindobal permeia o imaginário social como uma instituição destinada ao cárcere ou a regenerar os insanos. Entre a crença popular e a realidade existe um vácuo que este estudo tentou aprofundar. A metodologia utilizada é o Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1987; 1989; 2007), foram analisadas cerca de 53 (cinquenta e três) fontes escritas e 49 (quarenta e nove) iconográficas, que tratam de um longo período, de 1930 a 1960. Pindobal, como é conhecida popularmente, é uma instituição que possui características de Patronato Agrícola, cujo objetivo institucional é profissionalizar, conter, regenerar e educar os considerados incorrigíveis socialmente – as crianças e os adolescentes pobres e pretos do sexo masculino. Esta instituição foi criada em 1930, na região de Mamanguape, na Paraíba, através do Decreto 1.606, de 14 de novembro de 1929, e regulamentada pelo Decreto 1.672, de 10 de junho de 1930. Os resultados que obtivemos através desse estudo caracterizam Pindobal a partir de quatro momentos distintos: 1) 1913-1929, primeira fase da instituição, administrada pelo governo Federal e fundado um Centro Agrícola; 2) 1930-1940, com a criação, em 1930, da Escola Profissional Presidente João Pessoa, administrada pelo governo do Estado; 3) 1941-1949, tendo a Educação Moral como principal ferramenta de controle dos internos de Pindobal através das mãos dos Padres do Sagrado Coração de Jesus; e 4) 1950-1960, com a direção da Professora e Assistente Social Jandira Pinto, que desenvolve uma concepção de Educação Humanista Cristã Assistencial. Esses quatro momentos distintos estão presentes a partir do ideário de sociedade de cada período. Pindobal esteve imersa nos discursos psiquiátricos, pedagógicos, jurídicos, religiosos e do ensino profissionalizante agrícola, culminando no trabalho compulsório com o intuito de moralizar, corrigir e conceder-lhes um ensino útil. Esse estudo aproxima-se da história social da infância no século XX. Esperamos que esta pesquisa sirva de ponto de chegada ou de partida para aqueles e aquelas que desejam investigar a História da Educação e a História das Instituições Educativas correccionais e agrícolas na Paraíba do século XX.

Palavras-chave: Infância; Educação Moral; Escola Profissional Presidente João Pessoa; Pindobal.

ABSTRACT

The history of President João Pessoa Professional School (Pindobal) has an aura of undeniable popular mysticism, the belief of an institution that regenerated vagrants, delinquents and strays surrounded the imagination of society in Paraíba throughout the 20th century, producing popular cries such as: “Boy, obey me, otherwise I will send you to Pindobal!”. Pindobal permeates the social imaginary as an institution destined to prison or to regenerate the insane. Between popular belief and true reality there is a gap that this study has attempted to deepen. The methodology used is the Indicative Paradigm (GINZBURG, 1987; 1989; 2007), about 53 (fifty-three) written sources and 49 (forty-nine) iconographic sources were analyzed, which deal with a long period, from 1930 to 1960. Pindobal, as it is popularly known, is an institution that has characteristics of Agricultural Patronage, whose institutional objective is to professionalize, contain, regenerate and educate those considered socially incorrigible – poor and black male children and adolescents. This institution was created in 1930, in the region of Mamanguape, in Paraíba, through Decree 1606, of November 14, 1929, and regulated by Decree 1672, of June 10, 1930. The results obtained through this study characterize Pindobal from four different moments: 1) 1913-1929, the first phase of the institution, managed by the Federal government and founded an Agricultural Center; 2) 1930-1940, with the creation, in 1930, of the President João Pessoa Professional School, managed by the state government; 3) 1941-1949, with Moral Education as the main tool for controlling the inmates of Pindobal through the hands of the Priests of the Sacred Heart of Jesus; and 4) 1950-1960, under the direction of Professor and Social Worker Jandira Pinto, who developed a concept of Assistance Christian Humanist Education. These four distinct moments are present from the social ideology of each period. Pindobal was immersed in psychiatric, pedagogical, legal, religious and agricultural vocational education discourses, culminating in compulsory work in order to moralize, correct and provide them with a useful education. This study approaches the social history of childhood in the 20th century. We hope that this research will serve as a point of arrival or departure for those who wish to investigate the History of Education and the History of Correctional and Agricultural Educational Institutions in Paraíba in the 20th century.

Keywords: Childhood; Moral Education; President João Pessoa Professional School; Pindobal.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 – Uma vida Melhor para os Meninos de Pindobal.....	21
Foto 2 – Capa e contracapa do álbum de fotografia de Pindobal de 1941-1949.....	51
Foto 3 – Lista do arquivo marcado em vermelho destruídos pelo Cupim.....	52
Foto 4 – Igreja de Pindobal - Capela do Sagrado Coração de Jesus.....	92
Foto 5 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Mamanguape.....	93
Foto 6 – Antigo Internato Estadual de Menores de Pindobal.....	94
Foto 7 – Centro Agrícola da Parahyba do Norte: casa destinada à Escola.....	117
Foto 8 – Uma Bella Fundação de João Pessoa na Parahyba.....	123
Foto 9 – Uma Bella Fundação de João Pessoa na Parahyba.....	125
Foto 10 – Tabela de Vencimentos dos Funcionários de Pindobal em 1930.....	141
Foto 11 – Edifício do Centro Agrícola “Presidente João Pessoa”, em construção.....	158
Foto 12 – Mapa da Região Nordeste ocupada pelos religiosos do SCJ.....	170
Foto 13 – Padre Henrique Van Der Horst do SCJ.....	171
Foto 14 – Padre Geraldo Wildeboer Schut do SCJ.....	172
Foto 15 – Passaporte do Padre Reinier Bernardes Josephus Wierex.....	173
Foto 16 – Internos batendo continência em frente ao portão de Pindobal.....	176
Foto 17 – Crianças e Adolescentes enfileirados segurando a enxada.....	177
Foto 18 – Internos guiando o gado para arar a terra.....	178
Foto 19 – A retirada da cana de açúcar pelas crianças.....	180
Foto 20 – O transporte da cana de açúcar pelos internos de Pindobal.....	181
Foto 21 – Padre Geraldo Wildeboer Schut ao centro junto a fieis e políticos em frente à igreja do Sagrado Coração de Jesus em Mamanguape.....	182
Foto 22 – Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo em Mamanguape hoje (2021).....	183
Foto 23 – Crianças e Adolescentes trabalhando na enxada sob vigilância de um guarda.....	184
Foto 24 – Dormitórios de Pindobal.....	186
Foto 25 – Infraestrutura de Pindobal deteriorada.....	186
Foto 26 – Políticos, militares e religiosos reunidos em Pindobal.....	187
Foto 27 – Demonstração de trabalho dos internos.....	188
Foto 28 – Internos trabalhando e o Padre Henrique Van Der Horst colocando tijolos.....	188

Foto 29 – Criança fabricando tijolos para as construções de Pindobal.....	189
Foto 30 – Internos trabalhando com construção em Pindobal.....	190
Foto 31 – Internos com cachos de banana na cabeça.....	190
Foto 32 – Aula de serralharia.....	192
Foto 33 – Aula de costura.....	193
Foto 34 – Aula de sapataria.....	194
Foto 35 – Momento no refeitório.....	195
Foto 36 – Capela do Sagrado Coração de Jesus em Pindobal.....	196
Foto 37 – Crianças e adolescentes internos com vestimentas religiosas.....	196
Foto 38 – Militar proferindo discurso enquanto religiosos e outros militares assistem.....	197
Foto 39 – Crianças internas de um lado e políticos e militares de outro.....	199
Foto 40 – Crianças e adolescentes com roupas de escoteiros.....	201
Foto 41 – Escoteiros de Pindobal Acampando.....	202
Foto 42 – Internos de Pindobal fazendo Educação Física.....	203
Foto 43 – Criança olhando para a câmera.....	206
Foto 44 – Zenith Cartaxo entrevista Jandira Pinto.....	229
Foto 45 – Menino tocando sanfona na sala de Música de Pindobal em 1956.....	237
Foto 46 – Hasteamento da bandeira em Pindobal em 1957.....	238
Foto 47 – Jandira Pinto e a reunião com os escoteiros em 1957.....	239
Foto 48 – Quadra de Esporte com os internos praticando esporte – 1957.....	240
Foto 49 – Aula de Marcenaria em Pindobal – 1958.....	240

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Encontros e desencontros com Pindobal: as primeiras impressões de um pesquisador	16
1.2 A escrita do outro e as reflexões sobre Pindobal a partir da vista de um ponto ...	23
1.3 Nosso olhar sobre Pindobal	30
 2. O FERREIRO DESCALÇO: OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA HISTÓRICA E A FUNDIÇÃO DO OBJETO POSSÍVEL	 36
2.1 Pindobal e a ancestralidade do Paradigma Indiciário: o Humano e as raízes da observação.....	38
2.2 Paradigma Indiciário hoje: Ginzburg, Microanálise e o (in)surgimento de uma postura historiográfica	61
2.3 O Tecelão do tempo: narrativas de uma invisibilidade historiográfica a partir de Pindobal	81
 3. PINDOBAL, NACIONALIZAÇÃO E PROGRESSO: ESCOLA E TRABALHO NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DESVALIDA MODERNA EM 1930.....	 107
3.1 O Ensino regenerador para crianças e adolescentes improdutivos	120
3.2 Pindobal e a identidade nacional para o progresso: tensionamentos acerca do trabalho no campo e na cidade.....	143
3.3 Escolanovismo e Higiene Mental: aproximações em torno de uma educação para os pobres a partir de Pindobal.....	151
 4. A EDUCAÇÃO MORAL EM PINDOBAL: DA GESTÃO RELIGIOSA À ASSISTÊNCIA SOCIAL (1940-1950).....	 160
4.1 Pindobal e a consolidação da Educação Moral para educar os filhos dos paraibanos pobres pelas mãos dos Padres (1941-1949).....	166
4.2 Militarismo e Escotismo aos internos de Pindobal: a mão de ferro dos tutores do Estado para a formação da infância e adolescência desvalida.....	200

4.3 Professora e Assistente Social Jandira Pinto: A prática educativa humanista e a consolidação de uma outra Pindobal na década de 1950.....	207
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
FONTES CITADAS NO TEXTO.....	251
REFERÊNCIAS.....	257
ANEXOS – FOTOGRAFIAS DE PINDOBAL QUE NÃO CONSTAM NO CORPO DO TEXTO.....	265

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso evidenciar sobre quais condições conjunturais a presente dissertação está sendo produzida. Nós, humanos e pesquisadores sociais brasileiros, estamos sofrendo com uma conjuntura delicada que envolve duas situações centrais: 1) a pandemia da Covid-19 – evidenciando uma grave crise sanitária e humanitária do século XXI, após mais de 100 (cem) anos da mais recente pandemia da história da humanidade que foi a Gripe Espanhola em 1918; 2) o retorno do autoritarismo – derrubado após duras lutas e encerrado com a construção da Constituição Federal, em 1988. Agora, o autoritarismo ressurge em 2020, marcado pelos atos do atual Presidente da República – Jair Messias Bolsonaro –, exercendo o seu papel autoritário, ao declarar guerra às Universidades Públicas, aplicando a intervenção nessas instituições e nomeando reitores que não obtiveram a maioria dos votos em consulta pública.

A primeira situação envolve uma guerra sanitária que está sendo enfrentada desde março de 2020 no Brasil, identificada em dezembro de 2019 na China; é a luta da ciência contra um vírus devastador. A pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), possui números assustadores entre infectados e mortos, desde o início, somam-se mais de 22.000.000 (vinte e dois milhões) de casos e mais de 600.000 (seiscentos mil) mortes no Brasil –, números considerados até dezembro de 2021. O Decreto estadual de nº 40.122 de 13 de março de 2020 declarou emergência no Estado da Paraíba, frente ao contexto de emergência em saúde pública internacional pelo Ministério da Saúde em combate ao Coronavírus. A pandemia trouxe novas relações e inúmeras crises, o distanciamento social foi imposto com o intuito de interromper a transmissão, achatando a curva de contágio, tentando não superlotar os hospitais e os seus leitos de UTI.

Aqui, reitero o meu profundo respeito aos médicos sanitaristas, aos profissionais da saúde que estão na linha de frente e aos cientistas que conseguiram produzir diferentes tipos de vacinas contra o vírus. Nessa luta, a ciência está conseguindo bons frutos. Destaco ainda que no caso brasileiro a aquisição da vacina sofreu duros golpes, a ideologia conspiratória do presidente da república e de seus seguidores fizeram com que pairasse uma áurea de desconfiança sobre as vacinas, negligenciando inúmeras tentativas de compras ainda em dezembro de 2020 da farmacêutica Pfizer Inc. revelados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia no Senado Federal.

O segundo ponto é a guerra ideológica que o governo Bolsonaro faz questão de travar não apenas contra a saúde pública, mas contra a ciência e as universidades. De

acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), atualmente, somam-se mais de 20 (vinte) instituições Superiores Federais que sofreram a intervenção do governo Bolsonaro, dentre elas estão: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Unidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ); Universidade Federal de Itajubá (Unifei); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Dados considerados até janeiro de 2021.

Em novembro de 2020, a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sofre um duro golpe com a intervenção do governo Federal, através do Decreto de 4 de novembro de 2020, em que o Presidente da República nomeia o terceiro colocado da lista tríplice para a reitoria da UFPB. O professor Valdiney Veloso Gouveia obteve cerca de 5,35% dos votos, contra 48,44% dos votos válidos com mais de 9.000 (nove mil) votantes, entre técnicos, docentes e alunos, que votaram a favor da chapa vencedora, composta pelas professoras Terezinha Martins e Mônica Nóbrega.

É através desta conturbada conjuntura que desenvolvemos esta pesquisa. As atividades de ensino – as disciplinas cursadas – e de estágio de docência foram todas desenvolvidas de maneira remota, fragilizando, inclusive, a formação deste pesquisador e desta pesquisa. Como educador preciso denunciar que o modelo à distância não favorece o processo de ensino e aprendizagem, tal modelo pode ser uma ferramenta para esse processo, mas não pode ser em sua totalidade. Essas são as condições pelas quais este trabalho está sendo produzido, envolvendo a luta pela vida e a luta contra o autoritarismo. Para tanto, desejo aos pesquisadores e às pesquisadoras que me sucederão dias melhores e condições mais favoráveis para a construção de suas pesquisas.

Após o parêntese esboçado nos parágrafos anteriores, destaco que a investigação que desenvolvemos nesta dissertação vincula-se aos desafios e problemáticas da História da Educação. É uma pesquisa de continuidade cujo interesse é germinado a partir de

algumas inquietações durante a graduação em Pedagogia¹ (Educação do Campo) e, principalmente, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)². Objetivamos analisar a história de Pindobal a partir das narrativas contidas nos textos impressos e nos documentos institucionais, pontuando a Educação Moral como conceito controlador da infância e adolescência desvalida na Paraíba do século XX (1930-1960).

De maneira prática, a vertente historiográfica que evocamos aqui é o Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1987; 1988; 1989i; 1989ii; 2007), pois defendemos este campo metodológico como postura científica não hegemônica e contestadora, a partir de um olhar microscópico e singular para a Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), com o intuito de compreender as tensões da vida social no período de 1930 a 1960, concebendo as teias de uma história local fundamentada nas tensões de uma história regional, nacional e quiçá mundial, focalizando a infância e adolescência desvalida³, os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras – sujeitos internos em Pindobal –, para irmos ao encontro de uma narrativa macroscópica sobre as políticas desenvolvidas para esses sujeitos.

O principal desafio de trabalhar com o Paradigma Indiciário é unir forma e conteúdo, é desenvolver através do texto científico uma narrativa local sem perder de vista os aspectos nacionais, tendo em nosso horizonte um olhar singular para uma instituição que interatua através das disputas da sociedade, e que está em permanentes contradições. Aqui, pretendemos conceber esta postura fundamentada nas fontes, utilizando a maior multiplicidade possível, sem perder de vista os ditos e os não ditos, relacionados sempre às tensões conjunturais da sociedade pesquisada.

¹ Graduação iniciada em 2016, no período letivo 2015.2, e finalizada em janeiro de 2020, no período de 2019.2. A graduação foi concluída após a solicitação de adiantamento de curso ter sido atendida pela coordenação de curso, como também através da aprovação em todas as etapas para a obtenção da titulação de Graduado. Concomitantemente com a finalização da graduação, realizei o processo seletivo para ingresso no Mestrado em Educação pelo PPGE.

² É a partir do PIBIC que começo a enxergar a possibilidade de conceber a pesquisa científica como importante fator de mobilização social. Minha vinculação ao PIBIC está relacionada ao Projeto: A educação e as educadoras nos jornais paraibanos do século XX: escritos de e sobre mulheres, utilizando o *Jornal O Norte* como principal campo investigativo, sob orientação do Professor Charliton Machado. Neste projeto, atuei durante quase toda a minha graduação, iniciando em 2016 e finalizando o último plano de trabalho em 2019 com as fontes impressas: identificando, catalogando e analisando as narrativas sobre mulheres e educadoras paraibanas no período de 1955 a 1968 – levando em consideração o primeiro plano de trabalho até o último.

³ Crianças e adolescentes pobres e pretas que são invalidadas pelo Estado brasileiro e tratadas sob a égide da segurança nacional e do trabalho compulsório.

Por se tratar de um estudo de continuidade, nosso ponto de partida está presente na Monografia: *Histórias e Memórias de Pindobal (1930-1950): As Crianças “Indesejáveis”*. As fontes utilizadas durante a monografia recebem aqui um tratamento analítico mais aprofundado, com o intuito de problematizarmos as tensões entre a sociedade paraibana e a própria instituição pesquisada. Dessa forma, os resultados obtidos na construção monográfica conferem a Pindobal o status de instituição *regeneradora*, destinada a ensinar e a corrigir os *menores transviados* da sociedade paraibana, versando entre o ensino profissional agrícola para o trabalho e as práticas correccionais para o civismo. Partindo deste indício, construímos a presente pesquisa para conhecer a fundo as experiências educacionais dessa instituição, agora, alargando a investigação e buscando fontes institucionais escritas e iconográficas – tendo em vista que a Monografia utilizou majoritariamente matérias de jornais.

A partir do contato inicial com a temática, através da Graduação, foi possível identificar algumas problemáticas para a consolidação de nosso estudo de maneira mais alargada, que ampliaremos aqui. Inicialmente, é preciso compreender que Pindobal assume um lugar no mínimo curioso no imaginário social; é aquele espaço – temporal e geográfico – posto socialmente como uma espécie de internato para as crianças e adolescentes “desajustadas”, ou “rebeldes”. Os indícios apontam que tal instituição é destinada aos meninos desviantes – crianças e adolescentes do sexo masculino. Pindobal é posta como uma instituição salvadora, capaz de corrigir possíveis desvios de condutas e salvar o Estado de uma *selvageria* infanto-juvenil, sendo estes potenciais criminosos, tratando-os principalmente com uma educação moral. Para tanto, é a partir do imaginário social; daquilo que as pessoas acreditam que Pindobal seja, que as nossas inquietações são ampliadas.

É importante destacar que as crianças pobres e pretas em situação de vulnerabilidade social, filhos e filhas da classe trabalhadora, sujeitos que muitas vezes estariam nas ruas trabalhando ou cometendo pequenos atos infracionais, são colocados, durante o início do século XX, como potenciais criminosos, e Pindobal seria essa instituição que acolheria esses sujeitos. O imaginário social que suscitamos aqui está vinculado às falas orais percebidas na atualidade, percebemos que Pindobal é concebida como uma instituição ameaçadora, aqueles sujeitos que não se comportassem e não obedecessem a seus pais seriam “contemplados” com uma estadia em Pindobal – essa questão é facilmente percebida em pessoas de gerações anteriores a minha.

Nesse cenário, o interesse em pesquisar tal instituição atravessa duas situações: 1) O encontro com Pindobal; 2) A curiosidade germinada através do imaginário social. Trataremos o primeiro ponto na sessão posterior, o segundo receberá o tratamento analítico categorial e será discutido durante a escrita de todo o trabalho. Sabemos que o imaginário social incorpora mitos e verdades, que a fala é sempre uma constante reelaboração da memória, que atravessa o dito e o não dito. Dessa maneira, levando em consideração essas duas situações, buscamos compreender a real prática exercida por Pindobal. Acreditamos que ainda hoje existam lacunas abertas, sendo assim, o nosso interesse ronda em tentar perceber essas tensões e em até que ponto os mitos do imaginário social se cruzam ou reforçam as práticas efetivadas pela instituição.

A partir deste cenário, questionamo-nos: Quem seriam os sujeitos encaminhados até essa instituição? Pindobal é considerada socialmente um espaço de aprendizado ou de aprisionamento? Qual a sua finalidade pedagógica? O ensino profissionalizante agrícola defendido pela instituição atende a quais interesses? Esses tensionamentos serão discutidos durante a primeira metade do século XX e, especificamente, delineando duas marcações temporais iniciais, a partir das fontes já coletadas e trabalhadas na monografia: 1) o período de 1930, ano da criação de Pindobal, caracterizada pela atuação do primeiro diretor, intelectual e inspetor da instrução pública de João Pessoa, o professor Sizenando Costa; 2) A direção da intelectual, mulher, professora e assistente social Jandira Pinto, que, em meados dos anos de 1950, assume a direção de Pindobal e é apresentada como a reformadora modelo, transmigrando as práticas correcionais para as práticas educacionais.

Dessa maneira, nosso marco temporal dialoga com dois sujeitos, dois diretores, um homem e uma mulher: Sizenando Costa (1930) e Jandira Pinto (1953-1960). Defendemos que, de maneira mais geral, a nossa investigação aproxima-se do século XX através dos tensionamentos provocados pela concepção de Educação Moral, destinada às crianças e aos adolescentes pobres e pretos que, no caso paraibano, são os sujeitos encaminhados a Pindobal. O século XX é tratado aqui como o período marcadamente destinado a uma sociedade moderna e, no caso de Pindobal, formula-se uma educação moral destinada às crianças e aos adolescentes que está sendo pensada para uma possível sociedade futura. A partir desse cenário, pretendemos desenvolver os objetivos descritos a seguir. De maneira geral:

- Compreender a história da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) a partir das narrativas contidas nos textos impressos e nos documentos institucionais, pontuando a Educação Moral como conceito controlador da infância e adolescência desvalida na Paraíba do século XX (1930-1960).

De modo específico, objetivamos:

- Articular Teoria, Método e Objeto através do Paradigma Indiciário e suas raízes, justificando uma possível invisibilidade historiográfica sofrida por Pindobal;
- Investigar as narrativas contidas nos periódicos e nos documentos institucionais sobre a criação de Pindobal, relacionando à sua finalidade pedagógica;
- Discutir acerca dos conceitos de infância e adolescência desvalidas, relacionados à criação de Pindobal e ao Ensino Rural compulsório (1930-1940);
- Analisar a Educação Moral na formação dos sujeitos internos de Pindobal a partir da direção dos padres do Sagrado Coração de Jesus (1941-1949);
- Discorrer sobre a experiência da pedagogia humanista da professora e assistente social Jandira Pinto à frente da direção de Pindobal (1953-1960).

Para a efetivação dos objetivos evocados, de maneira pragmática, vamos ao encontro das fontes, utilizando as ferramentas de coleta, identificação, comparação e análise das fontes documentais e principalmente iconográficas⁴, tomando como postura referenciada o Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1989). Dessa maneira, almejamos visualizar, de forma singular, a história de uma instituição específica – Pindobal –, acreditando que, ao desvelar as práticas desta instituição, colaboramos com os contornos de uma narrativa repleta de significados, balizada no movimento da vida social, percebendo as contradições da sociedade paraibana no início do século XX e,

⁴ O estudo da fotografia estará presente em todo trabalho, levaremos em consideração as contribuições de Carlo Ginzburg em duas Obras: *Sinais Raízes de um Paradigma Indiciário* (1989i); *Indagações Sobre Pierro* (1989ii).

especificamente, visualizando os enunciados acerca da criança e do adolescente pobre e preto.

Os acervos nos quais desenvolvemos uma busca minuciosa foram: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital); Arquivo Nacional (AN); Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP); Arquivo das Escolas Extintas do Governo do Estado; Fundação Casa de José Américo (FCJA); Arquivo da Arquidiocese do Sagrado Coração de Jesus, em Recife; e a Sede da Escola Profissional Presidente João Pessoa, atual Centro de Educação Produtiva (CEP), localizado em Mamanguape.

As coletas de informações nos locais pretendidos inicialmente não foram concluídas, em sua totalidade, devido à Pandemia da Covid-19, sendo recusada, por mais de uma vez, a ida e permanência deste pesquisador nos seguintes espaços: Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba (Casa de Eptácio Pessoa); Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural (FUNESC); Arquivo Geral do Estado; Arquivo da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC); Biblioteca ECIT-MME (Mamanguape); Biblioteca Pública Antônio de Azevedo (Mamanguape); Arquivos da Secretaria do Trabalho, local em que estão armazenados os documentos institucionais em posse da prefeitura de Mamanguape.

Destaco que a não realização da pesquisa de campo, principalmente no Arquivo do Fórum de Mamanguape, comprometeu a identificação e localização das fontes judiciárias sobre os motivos que levaram a ida e permanência desses sujeitos em Pindobal. Não podemos deixar de externar uma profunda tristeza com essa situação, pois o responsável por liberar o acesso ao arquivo continuou negando o acesso, mesmo em dezembro de 2021, período em que eu já estava vacinado com as duas doses e que o Governo do Estado começou a liberar bares, restaurantes e festividades com público maior que o permitido anteriormente. Gostaríamos de acreditar que os principais motivos para tal sejam os relativos à Pandemia, mas confesso que talvez a temática do trabalho não seja tão relevante para o Fórum ou até vá na contramão da ideologia de uma parcela do judiciário, e por esse motivo essa pesquisa não seria bem quista.

Para atender aos objetivos anteriormente expostos, pretendemos desenvolver, durante toda a escrita desta dissertação, análises categoriais, aproximando nosso estudo dos seguintes conceitos: *Educação Moral, Formação, Modernidade, Infância e Adolescência Desvalidas*. Como também aproximaremos a análise científica de documentos escritos e iconográficos, pois,

Os historiadores, escreveu Aristóteles (*Poética*, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, mas não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo. (GINZBURG, 2007, p. 14, grifos do autor).

Portanto, priorizar a história de uma instituição, considerando as marcas entre *verdadeiro, falso e fictício* não é uma tarefa simples, pois Pindobal possui particularidades que rondam o imaginário da sociedade paraibana. Para tanto, nossa investigação empreende na visualização desses contornos, a partir das fontes, sejam elas escritas ou iconográficas, contribuindo, assim, para a História da Educação paraibana e para o olhar acerca da infância e adolescência desvalida na Paraíba, daqueles sujeitos que tiveram suas vozes, imagens e símbolos apagados pela história tradicional.

1.1 Encontros e desencontros com Pindobal: as primeiras impressões de um pesquisador

Peço licença ao leitor para utilizar, nesta seção, a primeira pessoa do singular, pois o meu intuito é esboçar de maneira mais específica o trajeto percorrido até a escolha da temática trabalhada nesta investigação. Falarei de maneira mais breve possível sobre a minha trajetória, pois defendo que é a partir da minha trajetória como sujeito histórico e pesquisador da realidade social que se fundamentam as minhas escolhas e, especificamente, o meu olhar sobre Pindobal. Acredito que esta seção trará ao leitor uma dimensão mais ampla acerca da justificativa do tema deste trabalho.

É a partir das minhas experiências vividas como sujeito histórico e inconcluso que me percebo socialmente nesse lugar de pesquisador. Acredito que essa percepção está condicionada a um modo particular de questionar a realidade, não apenas durante à Graduação ou ao universo acadêmico, mas parte de minhas inquietações desde a infância, e que vêm se afirmando ao longo dos anos nas minhas mais diferentes versões: como filho, companheiro e pai.

O encontrar e o desencontrar com Pindobal são frutos de minhas inquietações durante a infância, do momento em que questionava a ação de determinados brinquedos, do olhar atento para os amigos e familiares, da escuta sensível às histórias contadas pelos mais velhos. A percepção que tenho hoje da minha infância está impregnada de

significados a partir de minha vivência como pai, e que também está dentro do campo de uma auto representação do vivido. Eu, criança questionadora, inicio minha percepção como pesquisador da realidade através do mundo das brincadeiras, das escolhas por um brinquedo e não pelo outro, dos jogos e das tramas de sociabilidade vivenciados no seio familiar e na escola.

Minha infância é extremamente conturbada, nasci de uma gravidez não planejada, de um pai que até hoje se ausentou de seu papel. Eu, como milhares de crianças brasileiras, sou criado por uma mãe “solo”, sou fruto de uma mulher trabalhadora cuja trajetória de vida está marcada pela negação de diversos direitos. Minha mãe, dona Eliane, não conseguiu concluir o Ensino Médio, os motivos pelos quais essa situação se efetiva são inúmeros, existem questões de ordem subjetiva e estrutural, desde a falta de acesso e permanência a uma escola pública e de qualidade na sua vida, até as questões familiares existentes no seu seio, as relações conflituosas entre seus pais e irmãos. Minha mãe, nascida na década de 1970, teve que conviver com o machismo e o patriarcado estrutural, com a “infeliz” condição de ter nascido mulher e, portanto, de também ser responsável pelo cuidado com os irmãos e com as tarefas domésticas. A maneira com a qual ela questionava sua predestinação não agradava seus familiares, sua forma rebelde de negar essa condição de cuidadora do lar concedeu-lhe uma visão estereotipada de quem ela realmente era.

Os relatos sobre minha mãe surgiram durante toda a minha vida, um misto de versões que ela mesma contava e outras que nossos familiares contavam. Como todo ser humano, ela também estava sujeita aos desmandos do sentimento, à paixão por um sujeito de outro estado, meu pai, foi se aprofundando e ela confiou no seu discurso de que estaria presente em sua vida. Após a descoberta da gravidez, este homem disse que iria trazer o enxoval e nunca mais voltou para cumprir o seu papel. É claro que esses relatos estão resumidos, afinal, não tenho o intuito de testar a paciência do leitor, mas de trazer à baila breves relatos acerca da minha trajetória de vida.

O ambiente em que sou concebido é completamente hostil, após a descoberta da gravidez pelos meus avós, minha mãe é expulsa de casa, seus tios, os meus tios-avós a acolhem. Após toda essa relação conflituosa, nasço no dia 05 de outubro de 1995, junto a uma nova problemática, uma doença respiratória extremamente feroz; grande parte da minha infância e início da adolescência estive entre escola, casa e hospital, as intervenções que tive de fazer durante essa fase da vida foram inúmeras. Esse problema

respiratório fez com que eu crescesse sem poder brincar na rua, como a maioria das crianças, e, conseqüentemente, com pouquíssimo contato social.

Essas questões fizeram com que minha infância e as brincadeiras relacionadas a ela fossem sempre dimensionadas a alguma atividade menos dinâmica, então os jogos de tabuleiro e os videogames, durante muito tempo, foram minhas brincadeiras principais. Essa condição fez com que eu me tornasse um adulto mais introvertido e menos preocupado em me relacionar socialmente. Em compensação, fez com que eu questionasse as relações sociais de maneira mais fria e pragmática. Enfim, existem danos e ganhos, embora os danos sejam muito mais aparentes.

Durante minha adolescência, por volta dos dezesseis anos, encontro o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Cabedelo. É lá que me reencontro com a infância questionadora, eu faço um processo seletivo no IFPB, após desistir do ensino médio em uma escola estadual. Essa escola fez parte do meu imaginário como uma instituição na qual eu não queria estar, era um ambiente muito conflituoso e me lembro de vários professores desestimulantes. Essa escola me fez desistir do ensino médio e procurar uma outra instituição, e é nesse momento que me deparo com o processo seletivo do IFPB.

Consigo obter a nota para cursar o Ensino Médio integrado ao Curso Técnico de Meio Ambiente. Curiosamente, escolhi esse curso apenas por ser tratar do curso mais concorrido, na época só haviam dois cursos integrados: o de Meio Ambiente e o de Recursos Pesqueiros. Durante a minha permanência no IFPB, encontro alguns amigos e muitos desafetos, é lá que a minha trajetória política, como agente de transformação social, é germinada. É através dos conflitos políticos travados no IFPB que escolho trabalhar na Educação e que, posteriormente, decido pelo curso de Pedagogia.

No IFPB encontro o projeto de extensão do Teatro do Oprimido (T.O), coordenado pelo professor Rogério Bezerra, e é a partir desse projeto que me reencontro no lugar de sujeito histórico. A partir da extensão, junto com alguns colegas, sou instigado a pensar minha própria condição de estudante, tencionando a uma concepção mais ativa; e é nesse momento que começamos a pensar em fundar o Movimento Estudantil da instituição, assim, fundamos o grêmio estudantil professor Jorge Tadeu, do qual tive a honra de ser o coordenador geral. É nesse espaço formador que vou me reencontrando com a educação, nesse sentido, as minhas percepções levam-me a acreditar que o IFPB possibilitou uma reconexão comigo mesmo. É a partir do T.O e do movimento estudantil que eu encontro outros movimentos, inclusive o movimento do campo (MST) e de juventude (Levante Popular da Juventude), partidos políticos e as formações mais

alinhadas à esquerda, pensando a justiça social como importante conceito para a efetivação de direitos dos sujeitos que estão à margem da sociedade.

Após alguns anos no IFPB, faço o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2015, e minha primeira escolha é o curso de História, na plataforma do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2015.1. Em uma das listas, o meu nome é contemplado para a efetivação da matrícula junto à coordenação do curso, mas eu não vou fazer essa matrícula. O fato é que eu estava olhando a ementa do curso de História e percebi que o debate acerca da Educação naquela ementa era quase inexistente, em contrapartida eu olho a ementa do curso de Pedagogia e de Pedagogia em Educação do Campo e me identifico fortemente com o curso de Educação do Campo, por isso resolvo não fazer a matrícula em História.

Em 2016, no período letivo de 2015.2, é aberto um outro processo seletivo utilizando a mesma nota obtida anteriormente no ENEM, e, na plataforma do SISU, eu me cadastro no curso de Pedagogia – Educação do Campo –, para, posteriormente, efetivar a matrícula junto à coordenação. Início o curso com a certeza de que este era um curso que, de fato, eu escolhi pela identificação com a Educação e com os Movimentos Sociais do Campo. No primeiro semestre do curso, na disciplina de Sociologia da Educação, conheço uma professora maravilhosa, a professora Socorro Queiroga, que me apresenta conceitos que eu nunca havia estudado, mas que faziam muito sentido.

Socorro Queiroga foi uma pessoa que acreditou em mim e que teve um olhar atento para um jovem que na época tinha dezenove anos. Através dela, sou apresentado ao Professor Charliton Machado e a Pindobal, duas apresentações que mudaram completamente a minha vida e a minha percepção das coisas. É através de Socorro Queiroga que, pela primeira vez, escuto falar sobre Pindobal. Socorro fazia um trabalho voluntário nessa instituição, que, à época, ainda funcionava com algumas crianças e adolescentes.

Nesse primeiro período, após a apresentação da professora Socorro, faço a seleção para bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto coordenado pelo professor Charliton Machado, intitulado: *A Educação e as Educadoras na Paraíba do Século XX: Escritos de e sobre mulheres*, no qual trabalho durante quase toda a minha graduação, aprendendo junto ao professor Charliton a ter um olhar atento para as fontes e a questioná-las. Esse momento é o segundo grande reencontro com a Educação e com um local formador extraordinário, que é a Iniciação Científica.

Durante a graduação, Socorro Queiroga me convida a conhecer Pindobal. Uma amiga de curso e eu vamos, junto com a professora, conhecer de perto a instituição, onde encontramos crianças e adolescentes felizes pelo reencontro com a professora. Percebo olhares tímidos e sorrisos de canto de boca. Somos muito bem recebidos pelas crianças e pelos adolescentes, e lá foi possível desenvolver algumas atividades integradoras com o intuito de quebrar o gelo inicial.

O meu objetivo, naquele momento, não era o de investigador da realidade, eu não me preocupei em fotografar ou anotar algo, eu estava preocupado apenas em vivenciar aquele momento, em escutar aqueles sujeitos e estar conectado a tudo aquilo que era muito novo para mim. Essa era a primeira vez que eu visitava a instituição que a professora falava em sala de aula. Após esse encontro, a instituição foi fechada; ouvi falar que isso aconteceu após algumas denúncias de maus-tratos com as crianças e com os adolescentes que ali viviam.

O meu contato inicial com Pindobal fez com que as cenas daquele encontro não se apagassem; por toda a minha graduação, Pindobal permanecia no meu imaginário. Durante o processo de catalogação das fontes para o PIBIC, eu me encontro com Pindobal pela segunda vez. De maneira não programada, completamente inusitada, encontro uma publicação que falava sobre uma mulher na direção de Pindobal, na década de 1950, período que eu estava trabalhando na Iniciação Científica. Essa primeira publicação traz um enunciado perturbador e ao mesmo tempo reconfortante, intitulado: “Uma Vida Melhor para os Meninos de Pindobal” (SILVEIRA, 1953), trata, especificamente, de uma visita feita pela colunista Clélia Silveira do *Jornal O Norte*, apresentando, nas páginas desse impresso, uma descrição detalhada sobre a instituição.

Silveira (1953) denuncia, através de um trecho repleto de sentidos literários, um possível afastamento desses sujeitos do mundo social,

[...] a velha Pindobal de tão triste memória e onde são segregadas as crianças, como bichos indesejáveis que fizessem cócegas na consciência dos senhores da sociedade, presunçosos em afastá-los dos olhos que tudo percebem e das bocas prontas a gritar por uma melhor sorte para os infelizes de Pindobal [...].” (SILVEIRA, 1953, p. 2).

Foto 1 – Uma vida Melhor para os Meninos de Pindobal

Uma Vida Melhor Para Os Meninos De Pindobal

Reportagem de Clélia SILVEIRA

Em trânsito pela cidade de João Pessoa, aceito uma sugestão do meu velho amigo José Leal para visitar a Escola Profissional "Presidente João Pessoa", a velha Pindobal de tão triste memória e onde são segregadas as crianças, como bichos indesejáveis que fizessem cócegas na consciência dos senhores da sociedade, pressurosos em afastá-las dos olhos que tudo percebem e das bocas prontas a gritar por uma melhor sorte para os infelizes de Pindobal.

Encontrei a Escola dirigida por uma mulher, assistente social do ESC que, milagrosamente, tem conseguido equilibrar a falta de recursos médicos e educacionais funcionando por magia de amor à custa de uma vontade férrea os grandes problemas que surgem, diariamente. Assim é que entrou grande número de crianças dormindo no mesmo colchão, alojamento, os pratos do refeitório furados deixando escorrer o suco feio, a falta de coleta obrigando os meninos a cozerem a mão até a própria pele que mundo esquecido, estão nadas 162 crianças maltratadas de todos os tipos.

tudo falta na carpintaria, desde as elementares tachas. A mala situada nos domínios de Pindobal, oferece as melhores madeiras para a construção de bancas escolares, mesas, camas, armários, carros de mão e brinquedos. Mas onde estão os instrumentos, as ferramentas para cortá-las, serrá-las e também como transportá-las?

A Escola Profissional "Presidente João Pessoa", dotada, apenas, com Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais, para todas as despesas, não pode, portanto, proporcionar aos seus alunos ainda envergarem as suas fardas novas, confeccionadas sob o Deus com que está de sacrifícios e malabarismos financeiros. Já incansável e maternal diretora Dona Jandira Oliveira Pinto. E aqui faço um apelo ao sábio Diretor dos Serviços Elétricos da Paraíba, dr. Araruna para que não falte com o transporte, destinado aos alunos no próximo dia sete. Será uma decepção a mais, acrescentada ao acervo daquelas almas enfermas.

Ah, também um parágrafo para louvar o trabalho das voluntárias — Cr\$ 50.000,00. VERGA 4-45 — Telefone e Correspondência Cr\$ 600,00.

A aprovação, dessas visitas à Assembleia é esperada pelos agrupados de Pindobal. E confio no espírito dinâmico do Presidente da Assembleia Estadual, deputado Tertuliano Brito, em deputados como Pedro Gondim, Ivan Ribeiro, no benéfico Pastor Firmiano para a concretização da vida de milhares de crianças e jovens infelizes brasileiros.

Sempre fui de opinião que existam tantas guerras, desajustamentos e incompreensões devido à malícia e inconcebível ambição das mulheres nos cargos de direção, notadamente nas chamadas escolas correctionais, como a de Pindobal. E a experiência vem mostrando, pelos seus bons frutos, que a mulher vem, com seu instinto maternal e a sua sensível compreensão dos problemas da infância, com a sua acuidade mínima, principalmente quando essa acuidade foi refinada por...

(Continua na 4. pag.)



Estes são os meninos maltratados que vivem em Pindobal.

"PARAIBANOS EM

Fonte: Jornal O Norte

Durante a publicação, Silveira (1953) aborda uma série de questões vivenciadas pelos sujeitos internos, especificamente no trecho anteriormente exposto, podemos retirar os termos: “segregação” e “indesejável” como duas questões basilares para pensarmos esses sujeitos. E fiquei me perguntando: Por que são segregados? Em qual sentido Silveira aponta essa segregação? É segregado pelo fato de Pindobal estar localizada no município de Mamanguape, distante da região metropolitana? Ou ela se refere a uma segregação posta pelo Estado a partir da má destinação de recursos para a própria instituição? Por que esses sujeitos são vistos como indesejáveis?

Ao mesmo tempo em que Silveira denuncia uma série de questões, ela também anuncia a chegada de uma nova diretora, de uma mulher,

[...] Encontrei a Escola dirigida por uma mulher, assistente social do SESC que, milagrosamente, tem conseguido equilibrar a falta de recursos médicos e educacionais solucionando por magia de amor a à custa de uma vontade férrea os grandes problemas que surgem, diariamente. [...]” (SILVEIRA, 1953, p. 2).

Silveira (1953) destaca que a sua visita está relacionada a entender como essa nova diretoria conseguiu reorganizar as contas de Pindobal, mas também de conhecê-la. O

texto deixa claro que uma das vantagens dessa diretora é utilizar a “magia do amor” para equilibrar as contas e as ausências. Fiquei me perguntando: Silveira (1953) se referia à questão da falta de recursos e que seria preciso amar muito aquilo que a nova diretora estava fazendo para que conseguisse esse equilíbrio da falta de recursos? Ou, talvez, Silveira (1953) estivesse fazendo uma reflexão acerca da condição da nova diretora de ser mulher e, sendo mulher, ela estaria mais propensa a questões sentimentais, incluindo o amor?

É através de uma publicação bastante chamativa e audaciosa que eu me reencontro com Pindobal pela segunda vez, agora em um tempo que não me pertencia, em um período tão distante que, à primeira vista, para mim, mostrava-se incompreensível. Esse reencontro possibilitou a produção do trabalho de conclusão de curso intitulado: *Histórias e Memórias de Pindobal (1930-1960): As Crianças Indesejáveis*, desenvolvido com o intuito de juntar todas as fontes encontradas, tentando fazer um trabalho analítico sobre Pindobal, em que o objetivo central girava em torno de apresentar essa instituição. Agora, os contornos deste campo investigativo modificam-se e originam um outro emaranhado.

O primeiro contato com Pindobal está intrinsecamente relacionado com a minha trajetória como sujeito privado e público, pesquisador de uma realidade social. Deparei-me com inúmeras armadilhas historiográficas, com questões de coleta de fontes e de tratamento, com uma inexperiente gama de narrativas que naquele momento me permitiram chegar apenas até o contato inicial com a instituição. Agora, nesta pesquisa, assumo o compromisso de articular teoria e empiria, em favor de um olhar microscópico, dialogando com os conflitos macroscópicos em torno de Pindobal, visualizando as crianças e os adolescentes encaminhados à instituição.

A primeira impressão que tive sobre Pindobal, no contato inicial com os meninos, era de instituição distante da trajetória individual de cada sujeito que ali estava; os sorrisos tímidos daqueles sujeitos anunciavam questões subterrâneas inacessíveis a uma primeira impressão. A segunda impressão, ao me deparar com uma fonte de jornal, é que Pindobal é uma instituição que merece ter um tratamento analítico a partir de sua história, não por sua importância no campo educacional paraibano, mas, principalmente, pelo imaginário social atribuído à instituição, pela narrativa repleta de denúncias nos escritos de Silveira (1953). Acredito que, ao utilizar Pindobal como campo principal de trabalho, irei contribuir para o desvelar de uma história pouco conhecida, bem como para a construção de uma narrativa concebida através dos sujeitos, pensando as crianças e os adolescentes

desvalidos do século XX (1930-1960) e de sua condição como sujeitos pobres e pretos nesse período.

Portanto, utilizo Pindobal, neste trabalho, como cenário principal, em uma trama social repleta de atores controversos, de ideias sobre a própria infância e adolescência e de concepções de educação que rondam o imaginário da primeira metade do século XX brasileiro e paraibano; tudo isso permeado pela observação de como se desenvolvem as efetivas práticas exercidas pelos diretores de Pindobal.

1.2 A escrita do outro e as reflexões sobre Pindobal a partir da vista de um ponto

Nesta seção, trataremos de abordar as principais contribuições de pesquisadores e pesquisadoras sobre Pindobal, tentando visualizar quais rumos essas pesquisas tomaram. Evocamos, no título desta seção, o texto de Boff (1999), pois comungamos de seus escritos ao defender que “Ler, significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam”. (BOFF, 1999, p. 2).

Realizamos um levantamento nos repositórios da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), utilizando no buscador a palavra-chave: “Pindobal”. Destaco que encontramos alguns trabalhos importantes, do ponto de vista da criação desta instituição e do acolhimento às crianças em situação de vulnerabilidade social no estado da Paraíba.

Não constarão aqui os trabalhos que fazem apenas menção ao Centro Agrícola Presidente João Pessoa ou à Escola Profissional Presidente João Pessoa – nomenclaturas amplamente difundidas a partir de sua criação em 1930 –, de forma superficial, que apenas pontuam o nome da instituição em um breve parágrafo. Trataremos de abordar as pesquisas sobre a instituição que, de modo geral, estão relacionadas a sua criação e ao acolhimento a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Durante a busca nos repositórios, encontramos 11 (onze) trabalhos, dos quais 8 (oito) apresentam dados interessantes do ponto de vista da criação da instituição e 3 (três) fazem apenas uma breve menção a Pindobal. Dos 8 (oito) trabalhos, 4 (quatro) são Monografias de Conclusão de Curso, 2 (dois) são Dissertações de Mestrado e 2 (dois) são Teses de Doutorado. Os anos de publicação desses trabalhos são: 2011, 2013, 2014, 2017, 2018 e 2020. Destacamos que só no ano de 2013 foram publicados 3 (três) trabalhos sobre

a temática. Dos 8 (oito) trabalhos, 6 (seis) foram publicados por alunos da UFPB e 2 (dois) da UEPB. As pesquisas foram consumadas a partir dos seguintes campos científicos: Psicologia, Educação, Sociologia, Arquivologia, História e Antropologia, sendo que, de todos esses campos, a Educação tem mais ocorrências, com 3 (três) trabalhos publicados.

A partir desse levantamento, é possível fazer um cruzamento das fontes e dos dados obtidos pelos pesquisadores, contribuindo, assim, para a presente dissertação. E, principalmente com o intuito de perceber como o outro lê, entendendo que, “Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura”. (BOFF, 1999, p. 2).

Dessa maneira, ao defender uma possibilidade analítica para uma releitura, buscaremos apresentar os trabalhos publicados sobre Pindobal, fazendo um cruzamento entre: temática, objetivo, resultados e campo de atuação. A construção desta seção justifica-se por dois aspectos: o primeiro está imbricado na afirmação de que um trabalho científico sempre está condicionado às contribuições de trabalhos anteriores; o segundo aspecto é de justificar que os trabalhos anteriores optaram por caminhos diferentes desse que pretendemos percorrer aqui, é diferente, mas não é menos importante. Os trabalhos anteriores estão condicionados às vivências de cada sujeito, pois,

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. (BOFF, 1999, p. 2)

É a partir da experiência e do olhar de cada sujeito que, por sua vez, é individual e coletivo, que as pesquisas que traremos aqui contribuem para pensar Pindobal, sempre condicionadas a seu ponto de vista, a suas vivências e a suas tramas sociais. Amorim (2013, p. 1), em sua dissertação intitulada “*A Criminalização da Juventude Pobre na Paraíba: Reflexões acerca das Mudanças e Permanências*”, tem como objetivo “[...] analisar a criminalização da juventude pobre e os processos de subjetivação através da história da institucionalização das práticas punitivas na Paraíba, de Pindobal ao CEA. [...]” (p. 16). A discussão que Amorim (2013) apresenta está pautada na “[...] construção histórica das categorias ‘menor’ e ‘jovem’ [...]” (p. 16). Amorim trabalha, em sua

metodologia, com entrevistas de 6 (seis) ex-internos e 4 (quatro) ex-profissionais de Pindobal, nomenclaturas utilizadas pela própria autora.

Amorim enfatiza que “[...] a demarcação cronológica de Pindobal estudada neste trabalho cobre o longo período de 1930 a 1989 [...]”. (2013, p. 74). A autora traz textos impressos do jornal A União e apresenta alguns documentos sobre a criação de Pindobal, em 1930, aos quais iremos nos ater nos próximos capítulos. A pesquisadora desenvolve importantes caminhos que a moveram até a chegada a suas fontes, apresenta de forma descritiva a trajetória até a chegada a Pindobal a partir dos impressos e das entrevistas coletivas. Essa pesquisa é desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Amorim (2013) aponta, em seus resultados de pesquisa, que os perfis dos ex-internos encaminhados tanto a Pindobal quanto ao CEA como sujeitos pobres, indica que as práticas punitivas exercidas nessas instituições se relacionam a punições físicas e ao aprisionamento. Destaco que o texto de Amorim contribui de maneira singular para pensarmos as práticas punitivas e a criminalização da juventude pobre, como a autora mesma discute.

Pereira (2013), em sua dissertação *“Educação rural na Paraíba (1946 – 1961): ‘um meio para fincar o homem ao campo’*”, dialoga sobre o conceito de Educação Rural difundido por Sizenando Costa, primeiro diretor de Pindobal. Seu trabalho é organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na linha de História da Educação. Pereira (2013) cita Pindobal apenas uma vez, mas apresenta que esta instituição é destinada a recolher e abrigar os “menores”, dando-lhes um ensino diferenciado; não apresenta que tipo de ensino era esse, mas reforça que essa instituição é pensada para os jovens abandonados encontrados nos centros urbanos.

Pereira (2013) tem o objetivo de “[...] analisar os projetos educacionais brasileiros e paraibanos destinados ao meio rural, em termos de sua importância no contexto nacional-desenvolvimentista no período de 1946 a 1961”. (PEREIRA, 2013, p. 10). Seus resultados estão imersos na afirmação de que a Paraíba foi palco da criação de instituições de educação rural com modelos pedagógicos diversos, embora subordinadas ao currículo do meio urbano. Ainda acerca dos resultados, destaca-se:

Entretanto, para suprir essa lacuna e tentar “fixar o homem ao campo”, foram lançadas uma série de instituições auxiliares de ensino rural, a exemplo do cinema e rádio educativos, dos clubes agrícolas, das semanas ruralistas, das missões rurais, e das problemáticas que envolveram a organização da educação e do ensino rural. No entanto, todas essas ações não passaram de estratégias que a estrutura de poder

(governo, igreja e latifundiários) utilizou para burlar ou minimizar as tensões e conflitos sociais provocados pela forma de ocupação e utilização da terra. (PEREIRA, 2013, p. 10).

Gaião (2013, p. 1), em sua tese, *“Por uma hegemonia sobre a loucura: Invenções e lutas de saberes pela insanidade em Campina Grande – dos anos 60 aos dias atuais”*, cita Pindobal de forma breve. Sua pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Ao entrevistar o “doutor” Eusébio, destaca, em sua fala, que Pindobal estaria no imaginário social familiar como instituição destinada àqueles sujeitos desviantes. Segundo o autor,

O discurso psiquiátrico inicia assim o seu percurso em Campina Grande, como uma instituição intimidadora e excludente que ameaçaria retirar as pessoas de suas realidades locais, inserindo-as numa zona “pindobalense”, da qual não se poderia sair, servindo como referência pedagógica para aqueles que cometessem qualquer rompimento com a ordem estabelecida. (GAIÃO, 2013, p. 87).

A zona “pindobalense” que Gaião (2013) está se referindo é a região onde está localizada Pindobal. Como principal resultado, “[...] buscamos demonstrar através da experiência etnográfica, os riscos que a loucura produz para a ordem estabelecida, em não configurar-se dentro da lógica identitária, bem como a sabedoria que dela transborda por tal condição.” (GAIÃO, 2013, p. 4). Sua pesquisa traz importantes contribuições acerca da loucura e de seu processo através do imaginário social; a partir desses escritos, percebemos que Pindobal está imersa nessa perspectiva e transita no aspecto da “loucura”.

Andrade (2014) faz uma breve menção a Pindobal em uma nota de rodapé de sua tese, intitulada *“Alfabetizando os ‘filhos da rainha’ para a civilidade/modernidade: o instituto pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942)”* (p. 01, grifos da autora), apresentada ao PPGE. “A tese discute o papel desempenhado por uma instituição escolar e seus sujeitos dentro do projeto de modernização da cidade de Campina Grande, durante os anos de 1919 a 1942. [...]” (ANDRADE, 2014, p. 8). A autora evidencia a fala do professor Mário Gomes para a Revista do Ensino, destacando que Pindobal é uma instituição destinada a crianças “anormais”. Percebemos que, em todos os trabalhos analisados até agora, ocorre uma incidência de termos para descrever os sujeitos encaminhados a Pindobal, colocando-os como “anormais”, “indesejáveis”, “desviantes”.

Azevedo (2011), em seu trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, da UEPB, intitulado: “*A transferência da informação na 2º vara da infância e juventude do estado da Paraíba*”, destaca:

[...] Sabe-se, no entanto, que para ali foram encaminhados grandes levas de infratores e até não-infratores, jovens com desvio de conduta, utilizando muitas das vezes ameaças – “OLHE EU LHE MANDO PARA PINDOBAL” [...]. (AZEVEDO, 2011, p. 24).

Azevedo (2011) desenvolve seu trabalho após “[...] dois anos de observação no Cartório da 2º Vara, Fórum da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça [...]” e tem o objetivo de “[...] analisar e discutir na perspectiva da análise do discurso como se dá o processo de transferência da informação nessa vara que cuida de menores infratores. [...]”. Em seus resultados, destaca que o trabalho evidenciou que não há transferência de informação que atenda aos usuários. Ao analisar estes trabalhos, esboçando uma espécie de releitura, percebe-se que Pindobal exerce função de ameaça no imaginário social, apontando que os jovens que não atendem às regras sociais preestabelecidas eram encaminhados para lá. Essa instituição é fortemente pensada sob a ótica do encarceramento.

Ribeiro (2017) apresenta, em sua monografia intitulada *Um olhar etnográfico sobre o Centro de Educação Produtiva – Pindobal*”, o objetivo de observar “[...] como funciona essa instituição, sua forma de organização e regras de funcionamento [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 11). Seu estudo é apresentado no curso de Antropologia da UFPB e trata, em seu texto, o imaginário social sobre a instituição e uma descrição detalhada do caminho até Pindobal. Ribeiro (2017) utiliza o diário de campo como principal ferramenta de coleta das informações; seu trabalho expõe um acervo de fotografias da estrutura institucional no período de 2014. Essa investigação é cuidadosamente descrita, apresentando toda a infraestrutura de Pindobal. Ribeiro (2017), em seus resultados, destaca que [...] “Analisando os principais problemas que esse público enfrenta [os internos de Pindobal], a pesquisa constatou que negligência, envolvimento com drogas, conflitos familiares, dentre outros fatores de risco afastam os jovens do convívio familiar [...]”. (RIBEIRO, 2017, p. 56). A pesquisa apresenta elementos a serem analisados, do ponto de vista da função social de Pindobal, no período pesquisado (2014), traz relatos do diretor da instituição, apresentando que ele é um ex-interno. Chama atenção para alguns parágrafos do trabalho, ao apontar a seguinte afirmação:

[...] parece que as punições e as regras se tornaram mais brandas, e segundo esse ex interno, que hoje ocupa o cargo de vice-diretor da instituição, esses são os motivos dos jovens estarem tomando rumos errados em suas vidas. Na mesma linha de pensamento, o atual diretor do CEP, que também foi um dos internos, relata que foi na instituição que ele aprendeu a ser o que é hoje, através da disciplina e do respeito. Ele afirma que para lidar com os internos tem que impor limites e disciplina [...]. (RIBEIRO, 2017, p. 55).

Ao fazer a transcrição da entrevista do diretor e do vice-diretor do CEP – Centro de Educação Produtiva de Pindobal –, a autora destaca a fala desses dois sujeitos. Percebemos que, nessa fala, existe uma crítica ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às garantias constitucionais dessa população. Parece que as práticas punitivas para os dois sujeitos deveriam ser retomadas na atualidade. A autora finaliza essas ideias informando o seguinte:

O tempo de rigidez e punições severas, parece não trazer marcas negativas para os dois, apenas a insatisfação de não poderem fazer o mesmo pelos jovens de hoje, pois são impedidos pela lei vigente. Parece que a rigorosidade da época, trouxe benefícios para ambos, como deixam transparecer. (RIBEIRO, 2017, p. 55).

O trabalho de Ribeiro (2017) ajuda-nos a compreender sobre quais aspectos Pindobal funcionaria atualmente. A partir dessas falas é possível perceber por quais motivos a instituição foi fechada, poucos anos depois da pesquisa de Ribeiro, realizada em 2014. A instituição foi fechada em meados de 2016-2017, após denúncias de maus tratos. Parece que as práticas correcionais e punitivas fazem parte da trajetória de Pindobal até os dias atuais.

O trabalho monográfico que desenvolvemos durante a Graduação em Pedagogia – Educação do Campo, *Histórias e Memórias de Pindobal (1930-1950): As Crianças Indesejáveis* (Nascimento, 2020), possuiu o objetivo de “[...] enunciar a história e a memória educacional da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), partindo das narrativas contidas nos impressos e documentos institucionais de 1930 a 1960” [...] (Nascimento, 2020, p. 08).

Esse trabalho tinha a pretensão de apresentar o maior número de fontes e dados sobre Pindobal, cuja coleta de dados durou mais de três anos, intercalando entre a pesquisa do PIBIC e os achados sobre a instituição. Nesse trabalho, as informações coletadas foram majoritariamente matérias jornalísticas, contendo escritos por vezes de

cunho literário, típico do estilo de escrita das colunistas e dos colunistas que falavam sobre a temática no período de 1930-1960, mas sempre contendo informações factuais acerca da instituição, em determinados momentos defendendo a gestão do Governador José Américo de Almeida (1951-1956), responsável por manter a instituição, em outros criticando. Nessa pesquisa, as imagens coletadas ainda são tímidas, mas possuem uma importância que, no momento da escrita do trabalho, era despercebida.

Foram coletadas e trazidas para o trabalho cerca de 30 (trinta) fontes, entre matérias de jornais e relatórios do ministro da agricultura, todas coletadas no Instituto Histórico e Geográfico (IHGP); Fundação Casa de José Américo (FCJA) e na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Os resultados do trabalho evidenciaram que,

A partir das fontes analisadas e dos impressos coletados, destacamos que a instituição objeto deste estudo possui a característica de ser um espaço para o ensino agrícola, versando nas práticas correcionais. Essas duas óticas consolidaram-se durante anos, sendo modificadas com a chegada da educadora Jandira Pinto, na década de 1950. (NASCIMENTO, 2020, p. 63).

Destaco que essa quantidade de fontes e a minha pouca experiência fragilizaram o trabalho analítico. Preciso fazer essa autocrítica, e é a partir dessa fragilidade que houve a necessidade de elaborar este trabalho de Dissertação. No momento da elaboração da monografia, a preocupação estava mais evidente em levantar as fontes do que em tratá-las.

Dessa forma, partindo de olhares individuais, de momentos históricos distintos, de trajetórias de vida repletas de questões subjetivas e objetivas, de preferências teóricas, metodológicas e empíricas, de aproximações com determinado campo do conhecimento em detrimento de outro é que cada autor e autora contribui em seus escritos para olhar Pindobal.

Acreditamos que os trabalhos desenvolvidos pelos autores descritos anteriormente são de extrema importância para a consolidação da história de Pindobal e para a História da Educação paraibana, sob diferentes óticas. Destacamos que, durante mais de oitenta anos de funcionamento da instituição, apenas três trabalhos – Amorim (2013), Ribeiro (2017) e Nascimento (2020) – utilizam Pindobal como objeto principal de análise e como lócus de suas pesquisas. Os demais autores apenas citam a instituição e corroboram para visualizarmos o imaginário social e os sujeitos encaminhados até lá.

1.3 Nosso olhar sobre Pindobal

Partindo dos fragmentos recolhidos através da Iniciação Científica, que culminaram na construção monográfica (NASCIMENTO, 2020), e indo ao encontro dos trabalhos produzidos sobre Pindobal, é que optamos por encaminhar essa dissertação sob a ótica que iremos discorrer nos próximos parágrafos desta seção. Os próximos capítulos têm o compromisso de articular teoria, método e empiria, sem deixar os procedimentos teóricos-metodológicos tangenciados. Nosso olhar parte de questões microscópicas (VAINFAS, 2002), atravessadas por uma instituição local, até o encontro de concepções, ideologias e políticas para a infância e adolescência desvalidas macroscópicas.

O capítulo II, primeiro capítulo após a introdução, intitulado: *O FERREIRO DESCALÇO: OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA HISTÓRICA E A FUNDIÇÃO DO OBJETO POSSÍVEL*, aborda o percurso teórico-metodológico pautado na Fundição. Tentaremos trabalhar com as dimensões teóricas, metodológicas, narrativa e analíticas na construção de todo o trabalho, fundindo objeto (Pindobal), teoria, método e análise. A construção deste capítulo acontece a partir da preocupação de não tangenciar os elementos constitutivos da construção Historiográfica, alinhados à justificativa de escolha do Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1989) como campo primeiro e fecundo e possíveis de articular os aspectos teórico-metodológicos, narrativos e analíticos visceralmente impregnados em Pindobal.

É a partir do compromisso em conceber a Fundição como elemento fundante deste trabalho que abordamos dois personagens que à primeira vista são antagônicos: o Ferreiro e o Historiador, duas profissões completamente distintas, mas que, em sua essência, possuem uma estreita relação com a Fundição. O Ferreiro, uma das mais antigas profissões, endeusado na cultura Ática, denominado de Hefesto, o Deus dos metais, é considerado o pai dos Ferreiros e ronda o imaginário da Grécia “antiga” como um dos deuses artífices estritamente relacionado ao trabalho físico. Sobre a relação entre o mito e a sociedade, Pimentel (2003, p. 27) afirma que,

O pensador italiano Giambattista Vico foi um dos poucos a trabalhar a compreensão do mito fora das ideias iluministas. Segundo este autor [...], as sociedades antigas tinham seu pensamento expresso nos mitos. Nesse caso, a noção de mito conceitua-se como expressões de ideias abstratas sob formas concretas, sendo a mitologia a forma que o homem compreendia as causas dos fenômenos naturais.

É a partir da compreensão de que determinada sociedade está repleta de mitos e que o historiador não pode retirá-los de cena, mas deveria incorporá-los à dimensão narrativa com o compromisso de esboçar uma maior gama de fenômenos vividos por dada sociedade, que acreditamos que o imaginário social e o mito são importantes representações (CHARTIER, 1994) do real e que carregam consigo elementos do vivido e do imagético. Pindobal carrega consigo elementos míticos, inundados de um imaginário social que reforça este lugar como algo de caserna, de claustro ou de prisão, nosso intuito é de cuidadosamente, estabelecer uma correlação entre fato e imaginado, de maneira que não possa restar dúvidas de que este texto é um texto histórico, fundamentado nas fontes e na teoria proposta.

A fundição assume uma centralidade neste capítulo, pois é através dela que explicamos a ancestralidade do Paradigma Indiciário e a sua materialização a partir das primeiras sociedades – nômades e ágrafas –, justificando que a ciência não pode ser concebida apenas a partir da sociedade letrada, mas que suas raízes são profundas e estão presentes na dimensão do vivido e na resolução de problemas das sociedades caçadoras e nômades (GONZAGA, 2009). Com isso, partimos dessa ancestralidade e vamos ao encontro da constituição da História enquanto ciência e na aplicabilidade do Paradigma Indiciário.

Destaco que essas discussões estão sendo articuladas ao nosso objeto com o intuito de justificar uma possível invisibilidade Historiográfica (CERTEAU, 1982), sofrida por Pindobal durante cerca de oitenta anos de existência, percebidos através dos poucos trabalhos produzidos que tratam a formação da infância e adolescência desvalidas modernas na Paraíba, utilizando como centralidade investigativa os documentos impressos e iconográficos produzidos sobre Pindobal.

O capítulo III, intitulado *PINDOBAL, NACIONALIZAÇÃO E PROGRESSO: ESCOLA E TRABALHO NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DESVALIDA MODERNA EM 1930*, trata de abordar a infância e adolescência masculina pobre e preta como um potencial problema social ao longo da constituição da sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século XX (MARCILÍO, 2016); (RIZZINI, 2011i). Tomando o caso de Pindobal como lócus principal, horizontalizamos os debates disseminados em instituições, como Escola e Trabalho, compreendendo-as como instituições que auxiliaram a fomentar o trabalho compulsório agrícola em seu conceito controlador da infância e adolescência desvalida pobre e preta (PASSETTI, 2004); (MENDONÇA, 2007) do Brasil republicano de 1930 (SOUZA, 2014), fomentando uma

espécie de política pública controladora dos sujeitos encaminhados para Pindobal, a partir do aspecto de nacionalidade e progresso. Em seguida, analisamos o Decreto 1.606, de 14 de novembro de 1929, regulamentados pelo Decreto 1.672, de 10 de junho de 1930, que trata das diretrizes de funcionamento da instituição.

Neste capítulo, abordamos o conceito de formação a partir de Nosella (2005) e Magalhães (2004) e da infância e adolescência desvalida pobre e preta, a partir da caracterização de Passetti (2004), ao esboçar quem são os chamados desviantes e transviados moradores das ruas, que são considerados como sujeitos desvalidos (MORAES, 2000). Partindo desse cenário, nossa investigação vai ao encontro da história de Mamanguape (RODRIGUES, 2008), em diálogo com a conjuntura nacional e estadual (LEITÃO, 1987), abordando debates em torno da elite agrária paraibana e do ideário de ruralismo (NAGLE, 2001) e, no caso paraibano, das ideias de Escola Rural (COSTA, 1941) como estratégias da elite dirigente de controle dos sujeitos desviantes, daqueles que passam a ser tratados como menores de idade, delinquentes e transviados (MORAES, 2000); (RIZZINI, 2011i). A primeira metade do século XX é caracterizada, no Brasil, pelo avanço do espectro da “modernidade” e das políticas públicas assistenciais para as populações desviantes, incluindo o chamado “menor de idade”. (RIZZINI, 2011ii).

Ainda no Capítulo III, tratamos de caracterizar os sujeitos que são internos em Pindobal e esboçar o caminho da assistência à infância e adolescência desvalidas através dos ideários de Escola Nova (CAMPANA; ROCHA, 2018) e da Higiene Mental (MERCADANTE, 2014). Para isso, é “Difícil e ousado o desafio de buscar as raízes históricas da assistência à infância, em um passado, cujos registros se encontram dispersos e por vezes esquecidos em diversos arquivos. [...]” (RIZZINI, 2011i, p. 09). Dessa maneira, a compreensão de infância e adolescência desvalidas, no contexto brasileiro, que suscitamos neste capítulo, possuem raízes e conexões profundas com as experiências assistenciais no entorno global e no passado escravocrata brasileiro.

Os sujeitos da infância e adolescência desvalidas são aquelas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social que, durante muitos anos, foram controladas a partir de políticas públicas criadas pelo Estado brasileiro. Ou seja,

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a ação pedagógica dos setores dominantes, ao lado de outras práticas mais diretamente repressivas, estará voltada para a “reconstrução nacional”, a conformação da cidadania, e para a questão da organização do trabalho. São desenvolvidas inúmeras estratégias e dispositivos

visando a moralização e o ajustamento do trabalhador à nova ordem social. (MORAES, 2000, p. 70).

Esse ajustamento a que se refere Moraes (2000) está intrinsicamente relacionado ao mundo do trabalho e a um possível pacto nacional para o progresso na sociedade brasileira. É a partir desse cenário que surgem as políticas assistenciais no Brasil, e o Código Mello Mattos (1927) – popularmente conhecido como Código de Menores de 1927 – começa a tratar a dimensão do trabalho infantil e adolescente do ponto de vista institucionalizado, incorporando a dimensão educativa à dimensão do trabalho, fazendo (in)surgir, no século XX brasileiro, variadas instituições com o intuito de conter a infância e a adolescência desviante.

Pindobal surge na Paraíba, assim como inúmeras outras instituições surgem em todo Brasil, com a única e exclusiva finalidade de retirar das ruas aqueles que seriam responsáveis por sujar a imagem de uma sociedade civilizada, progressista e moderna. O código do menor de 1927 surge para fazer a ponte entre o trabalho infantil e adolescente que já existia nas cidades e no campo, passando a ser tratado de maneira institucionalizada, considerando o seu aspecto educativo.

A relação de trabalho com a mão-de-obra menor – aprendiz em muitos casos – em que a disciplina evoluía, de fato, para os maus-tratos arbitrários, talvez tenha sido aquela na qual as imagens do pai e do patrão frequentemente se confundiam, deixando de estar simplesmente justapostas. Acima de tudo, porque o mundo do trabalho não subvertia a infância e a adolescência a ponto de excluir o lúdico de suas vidas. As brincadeiras dos menores teimosamente resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho e foram, ao longo do tempo, em nome da disciplina exigida nos regulamentos das fábricas e oficinas, o claro detonador de atitudes violentas. (MOURA, 2004, p. 268).

O código do menor de 1927 é um avanço, do ponto de vista da garantia de direitos dessa população, mas ele conserva todo o peso de tratar a infância e a adolescência desvalidas como um problema do Estado e incumbindo a ele organizar asilos, casas, orfanatos, internatos e demais instituições que possibilitem o acolhimento e até o encarceramento dessa população. “Num país de tradição escravocrata, as críticas à situação de vida das crianças [...] abriram frentes para reivindicações políticas de direitos e contestações às desigualdades”. (PASSETTI, 2004, p. 354).

Pindobal é uma instituição destinada aos problemas da infância e adolescência desvalidas, segundo Rodrigues (2008, p 225), “Pindobal era um engenho pertencente a

José Maria Xavier de Carvalho, que por ter feito parte dos revolucionários de 1817, teve seu engenho sequestrado. [...]”. Dessa forma, a utilização do nome Pindobal se refere ao local ao qual a instituição é destinada, institucionalmente chamada Centro Agrícola de Pindobal, Escola Profissional Presidente João Pessoa em Pindobal ou Escola Correccional Pindobal.

Pindobal é uma instituição pensada sob a ótica do trabalho e do ensino profissional agrícola, por esse motivo, acreditamos que tal instituição assuma características que remetem ao movimento escolanovista. Assim,

[...] Pindobal, aproxima-se de uma concepção escolanovista, de maneira distorcida, mas que conserva elementos fundantes, como a educação para o trabalho e o desprezo às chamadas aulas de letras. Dessa maneira, acreditamos que ainda existem inúmeras lacunas para a elucidação da real intenção do Centro Agrícola Presidente João Pessoa do ponto de vista de sua criação, lacunas que são características de uma pesquisa ainda em andamento [...]. (NASCIMENTO; MACHADO; ALMEIDA, 2020, p. 12).

Portanto, este capítulo tem o compromisso de articular a história de Pindobal com os elementos da nacionalização e modernização da sociedade brasileira e paraibana, considerando as crianças e os adolescentes desvalidos encaminhados a Pindobal como um problema social a ser contido e regenerado, visualizando discursos sobre o ruralismo, educação rural, escola nova e higiene mental.

O Capítulo IV, intitulado *A EDUCAÇÃO MORAL EM PINDOBAL: DA GESTÃO RELIGIOSA À ASSISTÊNCIA SOCIAL (1940-1960)*, tem a finalidade de costurar as concepções e ideias esboçadas nos capítulos anteriores, com o intuito de reforçar o elemento local, de uma instituição fundada com objetivos evidentes de formar a infância e a adolescência paraibana relacionada a uma educação moral que reúna os aspectos do Trabalho e da Disciplina (CORRÊA, 2016) como dois fundamentos pedagógicos para o controle. Suscitamos, nessa seção, o debate acerca de uma Educação Moral (GOERGEN, 2007) como elemento de dominação, destinada aos filhos dos paraibanos pobres (RIZZINI; CELESTINO, 2016).

O trabalho é concebido sob a ótica do ensino profissionalizante agrícola, amplamente divulgado por Costa (1941), e as atividades militarizadas, percebidas através de uma análise iconográfica, em que a inserção da ordem, do enfileiramento e do fardamento militar são fundamentais para reafirmar o controle do Estado diante de crianças e adolescentes tidos como “anormais” (BUENO, 2016), durante o período da

gestão dos Padres (1941-1949). Esses elementos militares são tidos como instrumentos pedagógicos para o silenciamento de possíveis revoltas e de formação de uma moral nacionalista, patriótica (HORTA, 2012) e de segurança nacional (ROSEMBERG, 2016).

Esse capítulo versará, especificamente, sobre duas realidades: a primeira, concebida através da direção dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, no período de 1941-1949, notadamente marcado pela moralização dos comportamentos dos internos de Pindobal, utilizando ferramentas como o escoteirismo e as aulas de Educação Física e Militar como principais instrumentos de adaptação e controle desses sujeitos. Partimos aqui da história local de Pindobal, vamos visualizando aspectos nacionais e globais que justificaram a chegada desses Padres no Brasil (POLMAN, 1986; DRIEDONKX, 1992) e a defesa da doutrina da encíclica *Rerum Novarum* (LEÃO XIII, 1891).

Em seguida, abordamos a direção da Professora e Assistente Social Jandira Pinto, mulher, cronista e poetisa, chega a Pindobal em 1953, permanecendo nesse primeiro momento até 1960. A sua chegada é motivo de denúncia e anúncio de uma outra Pindobal, de uma Pindobal que respeite as dimensões individuais e coletivas dos sujeitos, desenvolvendo uma educação pautada no humanismo cristão e nas práticas assistenciais. Jandira Pinto é ovacionada nas páginas do *Jornal O Norte*, sendo tratada como, “a mãe dos pobres” e a “reformuladora de Pindobal”.

Durante a direção de Jandira Pinto, os jornais denunciam que “baixou sensivelmente as fugas em Pindobal”. O Elemento da fuga é importante ser observado não apenas do ponto da segurança nacional, mas, principalmente, da desordem e da desobediência, da oposição às ciências da Psicologia e da Pedagogia como campos essencialmente do controle para os desviantes. Este elemento é importante para pensarmos como essa população organizou formas de contestação de sua própria realidade, almejando um mundo novo, nas direções anteriores a de Jandira Pinto.

Sendo assim, o capítulo aproxima a Educação Moral e o Ensino Profissionalizante. Pindobal desenvolve suas políticas de “aprisionamento” diante de uma sociedade capitalista que acredita no trabalho como forma de se opor à vadiagem e à ociosidade – elementos que, na cultura cristã ocidental, são postos como diabólicos e infrutíferos –, elegendo profissões preestabelecidas para esses sujeitos. Portanto, acreditamos que os capítulos desta dissertação estão articulados de modo que consigamos desenvolver a Educação Moral relacionada à concepção de criança e adolescência desvalida, tomando o caso de Pindobal em diferentes tempos, sob a direção e a influência de diferentes personagens ao longo dos anos.

2. O FERREIRO DESCALÇO: OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA HISTÓRICA E A FUNDIÇÃO DO OBJETO POSSÍVEL

O artífice dos metais é aquele que possui a capacidade de dobrar o ferro, o bronze, a prata e o ouro através do fogo e da água, transformando os metais que antes estavam em estado bruto, atribuindo-lhes formas e utilidades. Esse artesão tem a capacidade de fundir os metais desenvolvendo uma maior longevidade a determinada peça. A questão central aqui é: como nós, homens e mulheres pertencentes a uma sociedade que desconhece a profissão e a arte do ferreiro fundidor, podemos pensar esta figura em nosso tempo? Como esse personagem pode nos ajudar a pensar o Historiador e seu ofício?

O Ferreiro, cuja capacidade de transformação lhe é atribuída ao longo das mais antigas civilizações, é um personagem singular e importante para pensarmos sua aproximação com a Pesquisa Histórica e com a figura do Historiador. Incluiremos, aqui, a necessidade de pensar dois personagens a partir de visões de mundo diferenciadas, aproximando, sempre que possível, o Historiador do Ferreiro para compreendermos como estas profissões se cruzam.

Nosso objetivo, neste capítulo, é articular sobre quais condições essas duas figuras utilizam o método da Fundição como fundamento primeiro para a construção de algo novo, moldado e torcido através das mãos com a finalidade de servir àquele que necessita ou a quem compra determinado utensílio. O primeiro utiliza a Fundição de maneira explícita e necessária, já o segundo, depende dos fatores externos e dos caminhos e descaminhos percorridos ao encontro de determinado objeto; para o Historiador, as variáveis são tão determinantes quanto para o Ferreiro.

A fundição, para o artífice dos metais, leva em consideração o estado da matéria que deseja moldar, se faz necessário domar o fogo e a água, planejar seus próximos passos, entendendo que o tempo e a temperatura são dois conceitos fundamentais e que é preciso compreendê-los. O Ferreiro conhece tanto a sua forja e o seu martelo que é capaz de antever a capacidade de sua própria produção, se é capaz de produzir variados utensílios em determinado espaço de tempo.

Assim como o Ferreiro fundidor, o Historiador possui inúmeras variáveis, a maioria delas está posta pela sociedade que é historiada. Ele, muitas vezes, pertence a um tempo diferente daquele que é pesquisado, possui visões de mundo e de sociedade do presente, é um profissional que precisa deslocar-se a um mundo que muitas vezes não é o seu. É a partir do Tempo que encontramos as armadilhas do ofício do historiador;

reconhecer as narrativas contidas em um texto não é uma tarefa fácil, requer sensibilidade e desprendimento, é preciso desprender-se de seu próprio tempo e deslocar-se a um período tão distante que, à primeira vista, parece-nos indecifrável.

Sabemos que o Ferreiro, diferente do Historiador, é um trabalhador que utiliza a sua força física, seu suor, sua forja e seu martelo, que desenvolve um ofício árduo e necessário, é através das suas mãos que as tropas bélicas se armam para a batalha e defendem os seus ideais, é uma profissão complexa, difícil e requer um vasto conhecimento dos metais, do fogo e da água. Já o historiador, um ser intelectual, não utiliza sua força física, os seus instrumentos são a caneta, o caderno e, principalmente, o olhar atento e desprendido.

O ofício de historiar que procuramos desenvolver nesta dissertação é aquele que possua a capacidade do Ferreiro Fundidor: a fundição, pois acreditamos que a metodologia, a teoria, a fonte e a análise são posturas, conceitos e técnicas indissociáveis. O compromisso de utilizarmos o Paradigma Indiciário é de sermos capazes de articular uma maneira singular de narrar os fenômenos, envolvendo o verdadeiro, falso e o fictício, pois esses três conceitos fazem parte da sociedade e não é possível retirá-los de nosso olhar para questionar e tencionar as fontes que desvelam determinada narrativa, em nosso caso, sobre Pindobal.

O historiador que não compreenda a dinâmica da vida humana e as variáveis externas e internas que são capazes de moldar determinada prática social é como um Ferreiro descalço, ele tem a capacidade de forjar os seus objetos, mas não conseguirá suportar as variáveis do fogo e da água, logo, forjará deformidades sem o devido respeito à têmpera dos elementos e a sua própria profissão.

Nosso cuidado é com a história de uma instituição fundada em 1930, que carrega consigo elementos multifacetados responsáveis por orientar uma prática de ensino profissional com as necessidades da sociedade da época; Pindobal é criada para servir a uma parcela da sociedade. Nesse sentido, desenvolveremos, ao longo do texto, algumas hipóteses para enxergar os elementos fundantes que fizeram com que Pindobal fosse uma instituição tão singular, do ponto de vista do imaginário social e da própria atividade que desenvolvia com as crianças em situação de vulnerabilidade social.

As variáveis que forjam Pindobal são postas em diferentes campos do conhecimento, nela encontramos contribuições da Agronomia, da Psicologia, da Educação e da Teologia; essas quatro vertentes estão explicitadas nas narrativas contidas ao referenciar as atividades desenvolvidas pelos jovens em Pindobal. No campo da

Agronomia, o debate sobre o ensino profissional agrícola surge de maneira enfática; acerca da Psicologia temos influência da Escola Nova e da educação para a modernização de uma nação forte; a Educação é posta como instrumento de controle e de alienação; a Teologia tem sua contribuição para a moralização e para o civismo. Todas essas práticas são identificáveis nas discussões que faremos nos próximos capítulos. Esses quatro campos do conhecimento misturam-se na medida em que reforçam a contribuição dessa instituição para o bom funcionamento da sociedade paraibana.

As próximas seções tratarão de abordar o Paradigma Indiciário e sua materialização ao longo da vida humana, reforçando a fundição da metodologia com o próprio objeto pesquisado. Resolvemos discorrer de maneira mais contundente sobre o Paradigma Indiciário pois consideramos que não é possível atentar a tal método sem conhecer as suas raízes e as suas bases epistemológicas. Nosso cuidado aqui é de centralizar a importância do Paradigma Indiciário para não deixá-lo à margem do debate pretendido.

2.1 Pindobal e a ancestralidade do Paradigma Indiciário: O Humano e as raízes da observação

Como podemos articular a ancestralidade do Paradigma Indiciário e a instituição, objeto de nosso estudo? Inicialmente, esclarecemos que tratamos de analisar Pindobal a partir da ótica da sua criação, em meados de 1930, assim como discutimos sobre as raízes do Paradigma Indiciário – a partir de seu início no mundo –; este seria o primeiro ponto de confluência.

Bem, nosso intuito neste capítulo além de articular Pindobal e o Paradigma Indiciário é o de tratar sobre a materialização deste paradigma ao longo da vida humana em diferentes espaços. Atualmente, é possível creditar a esse campo investigativo o critério da cientificidade para as Ciências Humanas? Acreditamos que sim, e é partindo desta crença que investimos esforços sobre o ato de pesquisar e o olhar atento para os fenômenos⁵.

A utilização desse Paradigma pode trazer “[...] novo alento à disputa incontornável entre esse modelo epistemológico e o método galileano – em sua modalidade positivista

⁵ Cabe salientar que o termo fenômeno aqui utilizado está imbricado na observação da vida cotidiana, em todos os elementos que são observáveis e sensoriais.

e tecnicista – que cada vez mais tem se tornado o esteio da nova ordem mundial". (TFOUNI; PEREIRA; MILANEZ, 2018, p. 9). Para tanto, a utilização dessa postura/método não é apenas uma escolha sem qualquer sentido, mas é, sobretudo, uma posição política contundente, e traz consigo a crítica a modelos hegemônicos de conceber a ciência e o ato de observar.

Pindobal é concebida, nesta pesquisa, não apenas como um objeto, mas como uma instituição repleta de intencionalidades. Levamos em consideração a obra de Justino Magalhães (2004) ao definir como a instituição educativa é concebida no Brasil. Inicialmente, Magalhães (2004) apresenta o vocábulo “educar/educar-se”, em justaposição a “formalização/institucionalização”. Para o autor: “[...] por sua vez, ato e formalização aliam-se aos produtos, constituindo por consequência, uma polissemia que integra: instituição, ação, conteúdo, produto.” (MAGALHÃES, 2004, p. 15).

Sabendo disso, nosso olhar para Pindobal passa a rondar os aspectos que envolvem a análise das instituições educativas, envolvendo: *instituição, ação, conteúdo e produto*, conceitos trazidos por Magalhães (2004) em conformidade com a postura indiciária defendida por Ginzburg (1989) e que nos ajudará a analisar, de maneira mais objetiva, as intenções dessa instituição.

Durante a coleta das fontes, que estão disponíveis nesta dissertação, deparamo-nos com inúmeras dificuldades: ir para os acervos durante uma Pandemia não foi tarefa fácil, grande parcela dos locais negou nosso acesso, postergando, inclusive, a defesa deste trabalho. Alguns arquivos foram possíveis percorrer e outros não, como havia dito anteriormente. Como o caminho percorrido até os arquivos surge de maneira inesperada, também foi assim com a humanidade ao longo da história da vida humana; cruzamos as raízes do paradigma indiciário na medida em que discutimos sobre as pistas e os sinais que nos levam até os registros escritos e iconográficos de Pindobal.

É importante destacar que o Paradigma Indiciário não está aprisionado a determinado autor ou a determinada ideia preestabelecida; este é um campo fértil que se materializa a partir do contato do humano com os fenômenos. Ginzburg apresenta, em seu artigo *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário* (1989), inúmeros elementos acerca da materialização desse método. Para Ginzburg (1989),

[...] por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso se prefira, um paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma, amplamente operante de fato,

ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre “racionalismo” e “irracionalismo”. (p. 142, grifo do autor).

Partindo desses contornos, regressaremos, brevemente, ao ponto onde a humanidade aprendeu a lidar com predadores insaciáveis, terrenos sinuosos e temperaturas extremas. A terra, ao ser habitada pela primeira forma humana, forçou nossos ancestrais a aprenderem a lidar com os desafios da sobrevivência. Sabemos que os primeiros humanos estiveram sempre em desvantagem em relação a seus algozes do ponto de vista da força. Os humanos Neandertais não possuíam pelos longos para a proteção contra o frio, garras longas e afiadas para a defesa e o ataque, dentes e mandíbulas poderosas para a caça de suas presas; o humano, diferente de outros animais, estava sempre em desvantagem, a fragilidade de seu corpo era um fator determinante para a sua não sobrevivência. Então, como esses humanos sobreviveriam a uma terra tão hostil se não possuíssem uma ciência da sobrevivência adaptável e eficaz?

1. Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. (GINZBURG, 1989, p. 151).

Acreditamos que esses primeiros humanos têm muito a nos revelar sobre o método de sua própria sobrevivência, e é partindo dessa relação ancestral que creditamos ao Paradigma Indiciário ser um método e uma postura capaz de transcender as gerações humanas. De acordo com Gonzaga (2009, p. 10),

Por que, então, não admitir uma vitalidade inteligente a ser levada em conta em nosso extenso passado ágrafo? Admitir a relevância das raízes de um paradigma indiciário nos reconcilia com um passado remoto e pouco referenciado, inerente à nossa humanidade comum.

Ao admitirmos uma inteligência científica aos nossos ancestrais, estamos reavivando uma dívida histórica, concebendo esses sujeitos como importantes personagens do ponto de vista da produção científica e, assim, da construção de caminhos relevantes para as nossas investigações.

Nesse movimento, um corpo reconhecidamente frágil, mas captador, produtor de indícios e de outras invenções, acabou sendo a expressão máxima de uma integração sutil do humano à vida circundante e às suas gestações esperadas. Em tal contexto, esse corpo, dotado de atenção, de perspicácia e consciente, reconhecia-se, acima de tudo, como parte do que a vida era capaz de engendrar. (GONZAGA, 2009, p. 11).

O reconhecimento da existência de uma postura metódica vivenciada por nossos ancestrais nos reconecta com o nosso passado e diz muito sobre quem somos,

Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. Na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de **fábulas**, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado [...]. (GINZBURG, 1989, p. 151, grifos nossos).

Durante a pesquisa de campo e as trilhas percorridas até os arquivos e os dados que foram possíveis acessar, reconhecemos a existência de diferentes saberes. O nosso ponto de partida talvez seja a icônica frase popular: “*Menino, se você não me obedecer, te mando para Pindobal*”, frase que ecoa de diferentes formas em diferentes municípios paraibanos, mas que conserva um só peso: a importância dada à moralização da infância e adolescência vistas socialmente como desviantes.

Partindo dessa frase, seguimos as raízes ou a origem da investigação sobre Pindobal, esta surge para nossa pesquisa como objeto investigativo na graduação, então passamos cerca de três anos no IHGP e na FCJA buscando indícios que nos levassem a Pindobal através do *Jornal O Norte*. Nesse momento, foi possível identificar publicações dos seguintes períodos: 1953, 1954, 1955 e 1958, todas trazendo a assistente social e professora Jandira Pinto em sua centralidade. Pindobal ainda aparece na década de 1960, com publicações em 1960 e 1963.

Nesse primeiro momento, foi possível catalogar 19 (dezenove) publicações sobre Pindobal no *Jornal O Norte*, a sua grande maioria sobre a diretora Jandira Pinto e seus feitos. Esta mulher foi diretora de Pindobal de 1953 até 1960 e, pela segunda vez, de 1962 até 1965, e arriscamos dizer que Jandira Pinto foi a diretora que mais tempo passou administrando Pindobal, aproximadamente 10 (dez) anos, superando inclusive o tempo que os religiosos administraram a instituição, que foi de 1941 até 1949, cerca de 8 anos.

Em seguida, buscamos indícios de Pindobal na Biblioteca Digital Nacional (BNDigital), utilizando na busca avançada os nomes: Pindobal, Centro Agrícola, Escola Profissional Presidente João Pessoa e Escola Correccional. Inicialmente, não foi delimitada uma data inicial, pois não sabíamos quando Pindobal havia sido fundada, de fato, havia apenas algumas informações, nos trabalhos acadêmicos abordadas na Introdução, de que seria em meados de 1920-1930, informações que precisaram ser confirmadas.

Ao buscar no BNDital, deparamo-nos, na seção de correspondências, em 1864, cerca de 66 (sessenta e seis) anos antes do nosso recorte temporal, com uma publicação que dava conta da problemática dos órfãos na cidade de Mamanguape e no engenho de Pindobal. O juiz de órfãos, Dr. Antonio Henrique d' Almeida Junior, é destrutado por uma pessoa não identificada, que diz ser o Juiz responsável pela retirada de uma moça órfã que vivia bem e honestamente na casa da família Almeida de Albuquerque, uma família tradicional de Mamanguape, e que seus descendentes possuem lastreada vida pública até os dias atuais. A publicação critica o Juiz de órfãos, Dr. Antônio Henrique, ao dizer que:

Próximo à cidade de Mamanguape, diz o *Jornal da Parahyba*, em terras do Engenho Pindobal existem duas senhoras de idade e de uma das famílias mais importantes d'aquela lugar; em sua casa vivia há muito uma pobre menina órfã, ali recolhida e ali perfeitamente bem tratada, hoje está moça. Apenas o Dr. Antonio Henrique soube dessa órfã, sem atenção a idade social dessas duas senhoras, mandou imediatamente debaixo de vara vir á sua presença essa pobre moça, que vivia feliz, mas que teve a desgraça de sua existência ser conhecida pelo Sr. Dr. Antonio Henrique; apenas a pobre moça chega a casa do juiz, desse a quem a lei e a sociedade incumbio o dever de velar sobre os órfãos, é ella conduzida para o interior da casa pelo próprio Dr. Antonio Henrique, e ali em acto continuado foi a pobre misera... ah a penna nos cabe com o horror de que nos achamos possuídos. (ALMEIDA, 1864, p. 4).

A publicação do Periódico *O Publicador* apresenta a resposta do Juiz Dr. Antônio Henrique ao trecho transcrito anteriormente, revelando inúmeras problemáticas vivenciadas pela sociedade paraibana no final do século XIX. Em resposta, o Dr. Antônio Henrique afirma:

A simples leitura do facto arguido é bastante para provar a sua inverosimilhança. Antes porém de entrar na analyse e apreciação desse facto, devo dizer-vos duas palavras em relação ao procedimento, que na qualidade de Juiz Municipal de órfãos da cidade de Mamanguape hei

tido. Logo que cheguei a esta cidade, gregos e troyannos me denunciarão que grande quantidade de órfãos se achava distribuído, aqui e ali, dentro e fora da cidade como paga de serviços eleitoraes, e reclamavão, era por geral, que eu houvesse de providenciar no sentido de melhorar a condição desses pobres desvalidos; tive até reclamações de alguns órfãos em pessoa. Fui mais informado que muitos delles vivião no ganho apanhando lenha e capim para pagarem dia a seus amos. Considerando como muito importante e momentosa a necessidade de remover esses e outros escândalos, dei começo a esse trabalho, e no correr dele tive o desprazer de reconhecer que elles não eram em maior escala do que havia podido colher das informações que me havião dado. Exigi então do escrivão respectivo uma relação exata de todos os órfãos pobres que existião em tutoria, e verifiquei com pasmo que montavão a 530, sendo que apenas cento e poucos estavam entregues a seus parentes; não estão incluídos neste número aquelles que forão arrancados dos braços de seus pais pelos inspectores de quarteirão a mandado dos poderosos do lugar que contavão com a protecção do Juiz. Reconheci mais que era mister muita energia para levar ao cabo a minha empreza, porque tinha de lutar com os **potentados do lugar**. Mas acima de tudo estava o dever, e ele deu-me forças bastantes para afrontar as odiosidades que o meu procedimento deveria necessariamente acarretar. A requerimento de parte e em satisfação ao compromisso que para comigo mesmo havia contrahido, mandei **intimar ao Sr. Dr. Augusto Carlos d' Almeida e Albuquerque, ex-juiz municipal de Mamanguape para apresentar em juízo dous índios que havia arrancado do poder de seus parentes para sua casa**, fazendo figurar como tutor Joaquim Rodrigues dos Santos, escrivão do juiz de paz; porque na qualidade de juiz não podia figurar como tal. **Mas essa intimação não foi satisfeita, por negar o mesmo Dr. Existirem ditos órfãos em seu poder, entretanto que é público e notório que ele os conversa ocultamente em sua companhia.** Tive também de mandar vir á minha presença uma pobre menina que a pretexto de incapacidade de sua avó, em cuja companhia estava, foi tirada para ser entregue a uma amasia do mesmo Dr. Augusto, figurando também como tutor o mencionado escrivão de paz. **Tive ainda a ousadia de mandar intimar o capitão José Francisco Cavalcante para apresentar seis órfãos, que há muito tinha em seu poder com o simples ônus de educa-los, entretanto que nem ao menos sabião fazer o signal da Cruz; porque erão tratados como se seus escravos fossem.** Tive finalmente a descomunal ousadia de mandar ao engenho Boa-Vista, onde reside o Dr. Francisco Antonio d'Almeida e Albuquerque, buscar uma menina que era procurada por parentes muito próximos, e que lá se achava sem titulo algum. São estas as únicas razões que derão lugar á negra calumnia, de que sou victima. Nem era possível que semelhantes injurias feitas a pessoas que até hoje infelizmente teem dirigido os destinos d'aquelle malfadado município ficassem impunes; era pois mister desconceituar-me de uma vez para sempre na opinião pública, attribuindo se-me um facto tão execrável, de que não julgo capazes nem mesmo os meus gratuitos detractores. Entretanto isto se fez desvirtuando-se um facto da maior simplicidade, mas que tinha o enorme crime de dizer respeito a pessoas residentes em terras do engenho Pindobal! Eis o facto, tal como se ele deu. [...] **E' verdade que as reclamações teem sido quase que exclusivamente dirigidas contra os que se dizem conservadores**

daquela cidade, porque sendo aquellos orphãos dados como paga de serviços eleitoraes, como é público e notório, não podiam estar em poder de adversários. Entretanto a minha imparcialidade tem chegado a ponto, que desses mesmos poucos orphãos que existiam em companhia dos liberaes daquela cidade, entregues por outros juizes anteriores ao meu antecessor, muitos já se acham em poder de seus parentes gosando dos disvelos e carinhos que so elles sabem presiar. [...] Eu vos provoço a apresentardes a prova do facto que tão traiçoeiramente me arguis sob pena de ficardes considerados como miseráveis calumniadores. Peço instantemente às autoridades superiores, que, mandando syndicar do facto, me imponham a sanção da lei com todo o seu rigor. Descupai, Srs. Redactores, em attenção à gravidade da accusação, de que sou victima, se por ventura me tiver escapado ao correr da penna alguma expressão mais dura ou inconveniente. Mamanguape 20 de março de 1864 – Antonio Henrique d’ Almeida Junior. (ALMEIDA, 1864, p. 04, grifos nossos).

Este longo e detalhado acontecimento que estampou a seção de *Correspondências* demonstra a problemática vivida por Mamanguape/PB e, em especial, pelo engenho de Pindobal, ainda no final do século XIX, sob duas óticas: a disputa política de um grupo de agentes públicos que enxergava no Juiz Henrique d’ Almeida Junior uma ameaça não apenas a sua moral, mas a seus negócios, tendo em vista que a atuação do tal juiz aparentemente está embasada em inúmeros indícios do trabalho compulsório exercido pelos órfãos, e não para cuidá-los e educá-los.

A figura do juiz de órfãos surge com o Brasil colônia em meados de 1600, em que este era responsável por definir a tutela dos “menores de idade” na ausência de seus pais, definindo uma série de regras para aqueles que deveriam cuidar da integridade física e dos bens desses sujeitos (AZEVEDO, 2007). Esses juizes tratavam, até a primeira metade do século XIX, majoritariamente, crianças ricas, cuja famílias detinham algum tipo de posse, cenário que começa a mudar na segunda metade do século XIX e início do século XX, junto com o a mudança do cenário desenvolvimentista do Brasil e do universo trabalho e em especial do trabalho infantil compulsório. Sobre o juiz de órfãos, Azevedo (2004) afirma,

Empregando quase sempre um discurso humanitário de proteção à infância, as pessoas passaram a solicitar aos juizes a guarda e a tutela de órfãos brancos pobres, dos filhos de negros (libertos ou escravos) e, a partir do final do século XIX, das crianças dos imigrantes também. De modo geral, a análise dos documentos mostra que, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a tutela deixou de ser usada segundo os princípios de proteção da criança para se tornar um amplo mecanismo de agenciamento do trabalho infantil. Não raro,

as pessoas faziam pedido de tutela para terem crianças e adolescentes executando-lhes serviços de forma compulsória. (p. 04).

Azevedo (2004) elabora detalhada análise sobre os motivos que justificavam a criação do Juiz de Órfãos no Brasil, tomando como lócus a cidade de São Paulo e a própria transição da atuação dessa categoria ao longo dos séculos. Se no início o Juiz de Órfãos estava mais preocupado com a tutela de crianças ricas, no final do século XIX e início do século XX, isso muda drasticamente; agora, esses Juízes são responsáveis pela ocupação, disciplinarização e institucionalização de crianças pobres e que estão imersas no mundo do trabalho compulsório, seja colocando-as em tutela ou agrupando-as em instituições disciplinares, tendo o objetivo “de assistência e controle social de uma população que, junto com o crescimento e reordenamento das cidades [...] tornava-se cada vez mais representada como perigosa”. (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 22).

A problemática da infância desvalida e das crianças pobres é vivenciada em todo o Brasil, e é percebida de forma mais acentuada nos grandes centros urbanos, muitas vezes deixando de lado da trilha investigativa a zona rural e o trabalho no campo. São poucos os trabalhos acadêmicos que tratam da questão do trabalho compulsório dessas crianças no campo, fazendo crer que esse tipo de trabalho acontece na cidade. A denúncia trazida pelo Dr. Antonio Henriques (ALMEIDA, 1864) demonstra o tamanho da gravidade desse tema na zona rural da Paraíba, no município de Mamanguape, e arriscamos dizer que poderia ser uma das justificativas para a criação de Pindobal, em meados de 1930.

Durante o período da coleta das informações sobre Pindobal, apenas na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), foram identificados e catalogados 54 (cinquenta e quatro) publicações, em diferentes periódicos, compreendendo os anos de 1864, 1913, 1914, 1915, 1917, 1924, 1925, 1929, 1930, 1931, 1934, 1936, 1938, 1940 e 1942. Pindobal aparece em impressos de diversos Estados: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Acre e Amazonas.

As publicações revelam uma linha cronológica das fases de institucionalização de Pindobal, podendo ser compreendida da seguinte maneira: em 1913, as terras de Pindobal são doadas, pelo governo do Estado, para o Governo Federal com o intuito de que seja fundado ali o Centro Agrícola de Mamanguape; em 1914, os lotes são divididos e as máquinas começam a trabalhar na construção do centro; em 1915, Humberto Flores solicita a exoneração do cargo de encarregado da direção e conservação das obras; em

1917, as obras para a construção do edifício para a usina de beneficiamento estão em andamento, apresentando uma foto da estrutura física deste edifício; em 1923, as terras já estão demarcadas e são apresentadas as suas configurações, informando que haviam colonos trabalhando nas terras.

Analizamos, neste trabalho, cerca de 53 (cinquenta e três) fontes escritas, de um universo de cerca de 83 (oitenta e três) fontes catalogadas, sendo elas classificadas da seguinte maneira: livros históricos sobre Mamanguape; jornais paraibanos e nacionais que tratam sobre Pindobal; Relatórios do Ministério da Agricultura; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros; Revista do Ensino; e Arquivos religiosos dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. Além das fontes escritas, analisamos ainda 49 (quarenta e nove) fontes iconográficas de um total de 77 (setenta e sete) fotografias catalogadas.

Ainda na análise da linha cronológica sobre a institucionalização de Pindobal, em 1924, surge o nome do primeiro diretor do Centro Agrícola de Mamanguape – instituição gerida pelo governo federal – o Sr, Antônio Pereira de Castro. Em 1925, Pindobal é suprimido pela união na seção de carta aos Estados, passando a sua administração ao Governo do Estado. Em 1929, em posse do Estado, Pindobal é exibido, em inúmeros periódicos, como um *Aprendizado Agrícola*. Em 1930, é apresentado o Dec. nº 1606 de 14 de novembro de 1929 inaugurando o Centro Agrícola de Pindobal, com a finalidade produtiva e social de desenvolver ali o trabalho manufatureiro destinado aos menores “delinquentes”.

Os primórdios de Pindobal e a forma como a instituição surge na Paraíba, a partir dos relatos impressos dos jornais de diferentes lugares, têm a intenção de anunciar algo novo. Não podemos pensar em Pindobal sem pensar na cientificidade dos nossos ancestrais e no nosso passado ágrafo. Ao nos reconectar com o nosso mais distante passado, encontramos o *sapiens*, e é a partir deste humano que vamos ao encontro da *consciência* de continuidade – noção de tempo – e da cientificidade. De acordo com Morin (1979),

A ERA DO GRANDE CÉREBRO começa com o homem de Neandertal, já *sapiens*, que dá lugar, em seguida, ao homem atual, único e último representante da família dos homínidas e do gênero homem na terra. Quando o *sapiens* surge, o homem já é *socius, faber, loquens*. A novidade que o *sapiens* traz ao mundo não está, portanto, conforme se havia pensado, na sociedade, na técnica, na lógica, na cultura. Fora considerado epifenomenal ou ridiculamente considerado indício de espiritualidade: na sepultura e na pintura. (MORIN, 1979, p. 102).

O sepultamento traz a explicação da consciência de nossos ancestrais, pois os mais “[...] antigos túmulos que conhecemos são neandertalenses. Essas sepulturas indicam-nos bem mais e algo muito diferente do que um simples enterro para proteger os vivos da decomposição (o cadáver poderia ser, para esse efeito, abandonado) [...]” (MORIN, 1979, p. 101). Revelar o que está por trás do sepultamento é apontar sob quais condições esses humanos resolviam sepultar seus mortos, já que, tradicionalmente, esses humanos são apenas reconhecidos pela técnica, pela sociedade, pela lógica e pela cultura, como bem afirma Morin (1979). O sepultamento traz uma nova dimensão,

O morto encontra-se numa posição fetal (o que sugere uma crença na sua renascença), por vezes até deitado sobre uma cama de flores, conforme o indicam os vestígios de pólen numa sepultura neandertalense descoberta no Iraque (o que sugere uma cerimônia fúnebre); os ossos, por vezes, estão pincelados com ocre (o que sugere um funeral após consumo canibalesco, seja um segundo funeral após a decomposição do cadáver); há pedras que protegem os desposos e, mais tarde, armas e alimento acompanham o morto (o que sugere a sobrevivência do morto sob forma de espectro corporal com as mesmas necessidades dos vivos. (MORIN, 1979, p. 101-102).

Os indícios aos quais Morin (1979) se detém são os de que esses sujeitos, através do sepultamento, possuíam a consciência de continuidade, a crença no renascimento e nas necessidades carnis dos corpos, mesmo após a morte, revelam uma sincronia para o funeral e percebemos que,

A morte não só é reconhecida como fato, conforme reconhecem os animais (que, além do mais já são capazes de se “fazerem de mortos” para enganar o inimigo), não é somente sentida como perda, desaparecimento, lesão irreparável (coisas que o macaco, o elefante, o cão, o pássaro podem sentir), a morte também é concebida como transformação de um estado em outro. Além disso, a morte, provavelmente, já é pensada, não, é certo, como uma “lei” da natureza, mas sim como uma sujeição quase inevitável que pesa sobre todos os vivos. (MORIN, 1979, p. 102, grifos do autor).

Ao subestimar a consciência do homem/mulher de Neandertal, deixamos de verificar indícios importantes para pensarmos a sociedade e a cientificidade da atualidade. Regressar ao homem/mulher de Neandertal e perceber os indícios de continuidade no sepultamento é validar a importante trajetória relacional e consciente destes humanos e

entender que estes não eram sujeitos imediatistas, mas, sobretudo, possuíam a capacidade de percepção da continuidade e do tempo,

De todos os modos, seja pela presença dos mortos ou pela presença da ideia da morte fora de seu acontecimento imediato, já se pode detectar no homem de Neandertal um pensamento que não é totalmente investido no ato presente, o que significa que se pode detectar a presença do *tempo* no seio da consciência. A associação de uma consciência de transformações, de uma consciência de sujeições, de uma consciência do tempo já indica no *sapiens* a emergência de um grau mais complexo e de uma nova qualidade do conhecimento consciente. (MORIN, 1979, p. 102, grifos do autor).

Dessa forma, justificar a ancestralidade do Paradigma Indiciário impregnada no homem/mulher de Neandertal, ao desenvolver práticas, técnicas de sobrevivências de maneira consciente e premeditada, estamos conferindo a esses sujeitos a humanidade e a cientificidade de suas atividades.

Assim como consideramos as ciências dos povos ágrafos, também consideramos os relatos trazidos pela imprensa que, durante muito tempo, foram negados por diferentes historiadores. As raízes do Paradigma Indiciário também estão diretamente relacionadas às raízes do trabalho do historiador e da ação de contar e fazer história. As publicações dos jornais, ao serem catalogadas, geraram mais dúvidas do que respostas, sendo preciso identificar como o município de Mamanguape/PB se organizava economicamente e socialmente e os motivos que levaram tal instituição a ser instalada ali. É através dessa inquietação que buscamos, no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), obras de pesquisadores, intelectuais paraibanos e mamanguapenses que abordassem o cenário político e econômico de Mamanguape, no período de 1930-1960, e, sobretudo, informações sobre Pindobal, tendo em vista que os jornais de diversos estados apresentavam Pindobal como uma “instituição modelo” da época.

A catalogação das obras publicadas sobre Mamanguape caracteriza o terceiro momento da pesquisa. No IHGP, foi possível identificar 10 (dez) obras publicadas ao longo século XX e início do século XXI: *Mamanguape, a Fênix Paraibana*; *Mamanguape Minha Terra: Estudos Sociais Edição Ilustrada*; *Pedaços da História de Mamanguape*; *Nobliarquia Mamanguapense*; *História da Freguesia de Mamanguape: 380 anos de instalação 1630/2010*; *Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape: Em comemoração aos 120 anos de instalação do Tribunal de Justiça da Paraíba 1891/2011*; *Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município*.

O trabalho analítico a partir dessas obras consta na terceira seção deste capítulo, onde trataremos apenas de discorrer os motivos e o caminho metodológico que utilizamos ao buscar essas obras. Durante a identificação, catalogação e leitura, foi possível desenvolver os caminhos seguintes da pesquisa. No BNDigital, percebemos a inexistência de informações do período de 1941-1949 acerca de Pindobal e só foi possível sanar essa lacuna ao fazer a leitura da obra *Mamanguape, a Fênix Paraibana* (1986).

Na obra *Mamanguape, a Fênix Paraibana* (1986), o autor, Prof. Adailton Coelho Costa, apresenta que Pindobal foi administrado por religiosos da SCJ, e, como a obra apresentava apenas a sigla, fez-se necessária uma busca no Sistema Mundial de Computadores, sendo possível identificar que o autor se referia à Congregação do Sagrado Coração de Jesus. É a partir desta obra que conseguimos duas importantes informações: 1) Pindobal havia sido administrado por uma entidade religiosa durante cerca de 8 (oito) ou 9 (nove) anos; 2) A denominação da entidade religiosa.

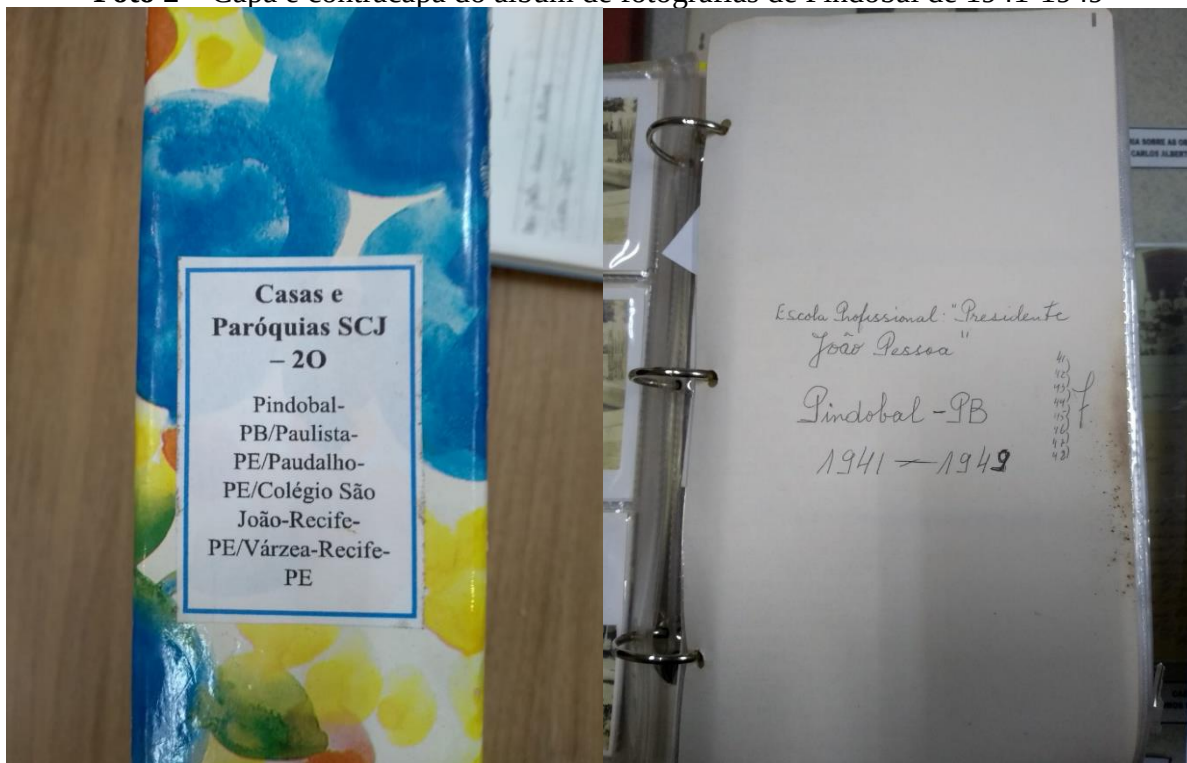
A busca pela entidade religiosa e pelos registros sobre Pindobal podemos chamar de um quarto momento da pesquisa. Ao pesquisar as entidades religiosas do SCJ, encontramos o Seminário Dehoniano do Sagrado Coração de Jesus e a Igreja de São Gonçalo, localizada no bairro da Torre, em João Pessoa/PB. Agendamos uma visita para conversarmos com o religioso responsável e, no dia e horário marcado, apresentamos formalmente a pesquisa e este pesquisador foi muito bem recebido.

Durante a conversa, o religioso afirma que, no seminário, em João Pessoa/PB, não tem nenhum registro da administração religiosa em Pindobal, mas afirma que no Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, localizado em Recife/PE, poderíamos encontrar algumas informações, incluindo um álbum de fotografias desse período. O religioso fornece, então, o número de telefone do religioso responsável pelo Apostolado em Recife. Após um breve contato por telefone, conseguimos marcar uma data para fazer uma visita.

No dia e horário marcado, quem me atende é um funcionário do Apostolado, extremamente solícito e receptivo à ideia da pesquisa. Ele leva-me a uma sala que parecia um pequeno Museu, com livros e álbuns de fotografias muito bem conservados. A partir deste primeiro diálogo, ele me apresenta um álbum de fotos, contendo cerca de 50 (cinquenta) fotografias de Pindobal. O título do Álbum é Escola Profissional “Presidente João Pessoa” Pindobal - PB 1941-1949 e, ao lado, os números 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e um número 7 indicando que seriam sete anos de administração da instituição.

Destaco que o ano de 1949 do título está rasurado, talvez indicando que anteriormente poderia ter sido 1948 a data limite, mas não sabemos ao certo se esse período é o correto, então é indicado que a administração religiosa durou cerca de oito anos de 1941-1949, como propõe o título do álbum, conforme imagem a seguir.

Foto 2 – Capa e contracapa do álbum de fotografias de Pindobal de 1941-1949



Fonte: Arquivo do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus – Várzea, Recife/PE

O Álbum indica as Casas e Paróquias administradas pelo Sagrado Coração de Jesus (SCJ), e Pindobal está nesse álbum. Ao ter acesso a esse álbum, ficamos extremamente felizes e agraciados pela confiança em repassar o acesso a este material. Ao mesmo tempo em que me preocupa a maneira como deverão ser narrados os fatos e as análises iconográficas desse material neste trabalho. Existe uma preocupação ética de ser justo em uma análise que deva superar a simples descrição.

De maneira geral, as imagens são, em sua grande maioria, formadas por crianças e adolescentes negros, como veremos ao longo de todo o trabalho. As fotografias demonstram os ofícios ensinados, demonstrando o exercício da futura profissão que estava sendo aprendida. Também encontramos fotografias dos Padres que administraram a instituição e imagens de personagens de ternos brancos, talvez políticos e

personalidades importantes daquele período. As fotos carecem de legenda, não possuem nenhuma identificação ou descrição daquele período.

Após a coleta das imagens, solicitamos algum tipo de diário ou de registro escrito dos padres e dos alunos da instituição, como também informações administrativas desse período. Ele passa um tempo procurando e volta com uma espécie de catálogo dos registros documentais que estão armazenados no Apostolado. E é a partir desse catálogo que encontramos a informação de que os registros documentais de algumas instituições haviam sido atacados por traças, e entre as instituições estava a Escola Profissional Presidente João Pessoa, conforme consta na imagem a seguir.

Foto 3 – Lista do arquivo (todos marcados em vermelho foram destruídos pelo cupim)

8

TODO O ARQUIVO MARCADO EM VERMELHO FOI DESTRUÍDO PELO CUPIM

B	61	Lista e Nota dos Alunos	1931-1961		
B	62	Fichas Individuais dos Alunos	1963-1964		
B	63	Fichas Individuais	1965-1966		
B	64	Fichas Individuais	1967-1969		
B	65	Pastas Individuais			
B	66	Fichas, Transferências, Documentos Alunos			III.02.20
B	67	Bolsistas, Prestação contas, Documentos			
B	68	Fichas Alunos com notas: Várzea-Paudalho			

ESCOLA APOSTÓLICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – FORTALEZA

B	70	Crônica: Mossoró e Fortaleza	1954-1962	01-100	I.03.12
B	71	Crônica oficial de Fortaleza	1955-1969	01-62v	I.03.11
B	72	Crônica Biró – Fortaleza	1962-1968	01-46v	I.03.13
B	73	Estatutos e Horários: Fortaleza			I.03.14

COLÉGIO PIO XII – PALMEIRA DOS ÍNDIOS

B	74	Reconhecimento Pio XII (1º Ciclo)	1947		
		Reconhecimento Pio XII (2º Ciclo)	1958		
		Reconhecimento "SEPADON"	1959		
		Certidão	1960		
		Correspondência: Provincial e Padres	1945-1947		
		Prestação de Contas	1964-1971		
B	75	Documentos Pio XII	1964-1986		
B	76	Documentos Pio XII	1980-1981		
B	77	Ação de Despejo	1981		
B	78	Reivindicação de Posse	1981		
B	79	Dissolução	1981		

COLÉGIO SÃO JOÃO – RECIFE

B	81	Visitas Canônicas	1951-1960	01-17	I.03.01
B	82	Histórico	1951-1960	06	I.03.02
B	83	Documentos e Fotos da Chela	1975		I.03.03
		Documento Retificação do Capibaribe	1976-1977		I.03.03

GINÁSIO DIOCESANO DE MOSSORÓ

B	91	Documentos do Ginásio de Mossoró	1941-1960		I.02.30
B	92	Fagulha	1953-1955		

COLEGIO SÃO JOAQUIM, ESCOLA PROFISSIONAL JOÃO PESSOA, CENTRO SOCIAL PADRE DEHON

B	93	Documentos do Colégio São Joaquim			
		Documentos da Escola Profissional "Presidente João Pessoa"			
B	94	Centro Social Padre Dehon			

LAR DO GAROTO CAMPINENSE – CAMPINA GRANDE

B	95	Documentos do Lar do Garoto			
B	96	Documentos do Lar do Garoto			

Fonte: Apostolado do Sagrado Coração de Jesus – Várzea, Recife/PE

Pindobal aparece no sexto quadro, intitulado: Colégio São Joaquim, Escola Profissional João Pessoa, Centro Social Padre Dehon. No quadro, Pindobal está da seguinte maneira: Documentos da Escola Profissional “Presidente João Pessoa”. Todos os dizeres estão em vermelho, sinalizando que a documentação havia sido destruída pelos cupins. Essa informação da destruição dos arquivos sobre Pindobal é recebida com tristeza, pois, certamente, esses registros contribuiriam muito para o entendimento da história da instituição. É nesse momento que começamos a recalcular a rota analítica, já que não teríamos os documentos escritos, mas sim um vasto arsenal fotográfico, de maneira que precisaríamos utilizar uma abordagem que fosse capaz de analisar as fotografias. Dedicaremos a próxima seção à forma escolhida para a análise iconográfica.

Ainda no Apostolado, sou presenteado com duas obras: *A missão SCJ no Nordeste do Brasil (1893-1908)* e *Missão de Esperança: História do Sagrado Coração de Jesus no Norte do Brasil*. Em um dos livros, Pindobal é citado em duas páginas e, em outro, é apresentado o contexto histórico das missões Dehonianas e da Missão do SCJ no Nordeste brasileiro. Ao final desta visita, das despedidas e agradecimentos pelo acesso a essas fontes, somos informados da possibilidade e da importância de procurar a Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, em Mamanguape, e que, talvez, no livro de Tombo da instituição ou em algum outro arquivo, fosse possível encontrar alguma outra informação sobre a instituição.

No mesmo dia, havíamos marcado uma conversa informal com o autor da obra *Panorama de Mamanguape*, o professor Adiel Alves, que residia em Pernambuco. Após o contato com as obras sobre Mamanguape, procuramos alguns autores para conversarmos sobre o intuito desta pesquisa e aceitar sugestões de pesquisa. O professor Adiel Alves havia dito que teria uma espécie de “livro” sobre Pindobal e, ao chegar a sua residência, ele entrega uma cópia deste material. Ao fazer uma análise, percebemos que o material trata-se de um Projeto de 2007 elaborado por João Batista da Silva França, atual diretor do Centro de Educação Produtiva (Pindobal), que solicitava recursos para o desenvolvimento de vários projetos às prefeituras municipais de Capim, Mataraca, Cuité e Itapororoca. Apesar do material não pertencer aos objetivos desta pesquisa, disporemos nos anexos da dissertação para os futuros pesquisadores.

Além do professor Adiel Alves, entramos em contato com o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, autor de inúmeras obras sobre Mamanguape. Enviamos um e-mail a seu gabinete explicando a pesquisa e suas intenções, e até o presente momento não fomos respondidos. A quinta e última fase da pesquisa de campo

se deu na busca por documentos institucionais da década de 1950, sabendo que, nesse período, Pindobal não estava mais sob administração religiosa, mas estava na administração do Estado da Paraíba. Buscamos, então, por arquivos da instituição, no Setor de Escolas Extintas do Governo do Estado e na Prefeitura Municipal de Mamanguape. Após elaborada a solicitação, recebemos o despacho: N° SEE-DES-2021/10796, informando que” [...] é relevante destacar que no Setor de Escolas Extintas ao qual o requerente solicita acesso, não há documentação da referida instituição, visto que, os documentos sob guarda deste setor são de Escolas Públicas e Privadas pertencentes ao nosso Sistema de Ensino, ora extintas.”

Bem, o parecer aponta que Pindobal estava sob a guarda do poder judiciário. De fato, o Centro de Educação Produtiva de Pindobal (CEP) estava sob a guarda do judiciário, mas a Escola Profissional Presidente João Pessoa não, pois os documentos dão conta que a administração da instituição pertencia ao Estado da Paraíba. Ligamos para a secretária de Educação e insistimos em ter acesso aos arquivos deste setor, porém a secretária respondeu, com a portaria n° 419 de 17 de abril de 2020 que: *Institui a Comissão Multidisciplinar de Avaliação de Protocolos de Pesquisa e Extensão, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia*. Segundo esta portaria, qualquer pesquisa científica que precise de informações da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba precisaria ter seu projeto avaliado.

Destacamos que essa burocracia acabou inviabilizando a conferência do relato do parecer que havíamos recebido anteriormente, prejudicando o andamento da pesquisa no âmbito da Secretaria de Educação. Após este parecer, buscamos a prefeitura de Mamanguape, que informou através de uma secretária que o arquivo da prefeitura não detinha nenhuma informação sobre Pindobal, nem ao menos tivemos chance de adentrar no espaço para conferir se realmente não havia nenhuma informação.

Buscamos, ainda, o Arquivo do Fórum de Mamanguape por duas vezes: o primeiro contato foi logo após a qualificação, em setembro de 2021, por telefone, o responsável pelo arquivo havia informado que devido à Pandemia o arquivo estava fechado para visitas e pesquisas; em um segundo momento, em novembro de 2021, procuramos novamente, sendo o acesso negado pela segunda vez, devido à Pandemia. Resolvemos dar continuidade à pesquisa a partir das fontes coletadas e de algumas outras informações.

Encontramos um outro importante informante devido à contribuição de colegas de turma. Esse informante seria um rapaz que gostava de fotografias e imagens e que

poderia ajudar. Ao entrar em contato com este rapaz, ele fornece algumas imagens sobre Pindobal, são cerca de 10 (dez) fotografias, sendo 7 (sete) com algum tipo de descrição e constando os períodos de 1956, 1957, 1959 e 1978. As outras 3 (três) fotografias não tinham nenhum tipo de registro do período ou legenda.

Os caminhos que percorremos para encontrar Pindobal são direcionados, embora percebamos que também estão inundados pelo acaso. Acreditamos ser importante não apenas apresentar a materialização do Paradigma Indiciário através das raízes da humanidade, mas tentar aproximar essas raízes às raízes do encontro com Pindobal e à materialização desse caminho, como também das raízes do saber dos povos tradicionais; o conhecimento nunca é completamente novo, ele está em constante modificação e em permanente diálogo com nossa ancestralidade e com aqueles que nos antecederam, não apenas na academia, mas, principalmente, fora dela.

Dito isto, vamos ao encontro de três diferentes sujeitos e sociedades: Os Kung San, na África; Os Guarani Kaiowa, no Brasil; e os Rastejadores Sertanejos, também no Brasil. Esses três povos, com culturas e hábitos diferentes, possuem uma cientificidade aplicável e avançada. Os Kung San, são o primeiro exemplo de população estritamente científica que (re)existe até os dias atuais e que se pauta na observação e na cultura oral.

Diversos pesquisadores ligados a Universidade de Harvard – EUA, desde 1963, têm estudado os !Kung San, que vivem próximos à fronteira de Botswana e Namíbia, ao norte do deserto de Caalari, na África. Os !Kung guardam características tradicionais importantes de um grupo de caçadores-coletores. O estudo destes caçadores contemporâneos revelou aspectos importantes da prodigiosa capacidade de percepção e intuição dos primeiros grupos humanos, pois a caça exige a investigação minuciosa de pistas – rastros deixados pelos animais. Segundo Leakey, os caçadores !Kung usam um elaborado sistema de sinais manuais para comunicar aos demais o tipo de animal, sua idade aproximada, seu estado de saúde e se está apressado ou apenas vagueando. Estas informações são inferidas principalmente pelo rastro do animal. (COELHO, 2008, p. 03).

Tratar da cientificidade de um povo africano para a cultura europeia ocidental é uma ameaça à ordem natural das coisas. Um povo historicamente conservado como selvagem e não “civilizado”, categorizado de “bushmen”, bosquímanos ou homens do mato por seus algozes é a tentativa de retirar a sua própria humanidade com o objetivo de expropriar as suas terras e deter os seus conhecimentos, inclusive deslegitimando-os.

Ao dizer que o Paradigma Indiciário é uma postura não-hegemônica, estamos conservando a afirmação de que a ciência dos nossos ancestrais, dos primeiros humanos,

dos povos africanos e dos originários da terra é eficiente e revolucionária, pois é através do método da observação atenta que esses povos sobrevivem e desenvolvem suas tecnologias de adaptação e integração com a natureza. Afinal, para que serve a ciência? Arrisco a dizer que a ciência serve para os usos da humanidade, para aprimorar nossas relações, para viver em harmonia com a natureza e para a nossa sobrevivência. Então, por qual motivo a ciência dos povos citados anteriormente não é considerada uma ciência? Este é um ponto que esta dissertação não tratará de responder, mas temos o dever ético de tencionar tal estigma, entendendo que,

Dentro do regime de propriedade intelectual vigente, há um desequilíbrio muito grande entre o valor que se confere ao conhecimento tecnocientífico e o baixíssimo valor que se confere aos outros tipos de conhecimento, que lhe servem de matéria prima, como o conhecimento tradicional. (SANTOS, 2006, p. 89).

O conhecimento tradicional que Santos (2006) se refere é o conhecimento dos povos que tradicionalmente constituíram diferentes formas de sobrevivência, embora a propriedade intelectual não os reconheça como ciência.

As diversas conceituações, ao denominar as ciências ancestrais, mostram-nos a dificuldade de tratar esses saberes como um processo científico. E essa problemática traz uma ambígua relação: por um lado, temos a negação da ciência para esses povos, considerando como povos não científicos e apenas tradicionais; por outro lado, temos a resistência dessas populações em existirem e reafirmarem o seu lugar na academia como sujeitos que produzem ciência a séculos. Exemplo disto são os povos indígenas que produzem ciência na sua comunidade e, só agora, no século XXI, chegam às universidades brasileiras, através das políticas de cotas para o acesso e a permanência em cursos superiores de graduação e pós-graduação. Outro ponto importante é destacar a terminologia da palavra tradicional, tradicionais ou tradição, de modo que,

A palavra “tradição” é freqüentemente associada às idéias de antigüidade e de imutabilidade. Analogamente, o termo “tradicional”, quando referido a um tipo de conhecimento, vem revestido de uma conotação de imobilidade histórica ou de atraso em relação a outros conhecimentos (LITTLE, 2002). Quando esse termo é associado a uma determinada população, esta também é percebida como atrasada e imutável, isto é, como um grupo de pessoas que recusa todo tipo de compromisso com uma outra cultura, dita moderna (ROUÉ, 2000). O tradicional, assim concebido, seria estático, coletivo e integrado, em oposição à nossa ciência que seria inovadora, individual e fragmentária (SÁEZ, 2001). Tal visão, herdada da antropologia clássica, admite que

a mudança e a recriação seriam características exclusivas da civilização ocidental (DIEGUES, 2000), e reflete uma percepção ingênua e também dicotômica a respeito da cultura, pois admite, de um lado, a idéia de modernidade - onde tudo se transforma - e, de outro, a tradição - onde tudo permanece estático (ROUÉ, 2000). (PERRELE, 2008, p. 383- 384).

Dessa forma, o saber tradicional jamais poderia ser científico, ao associar a tradição ao atraso ou à imutabilidade. Esse sentido impregnado até os dias atuais nega toda e qualquer cientificidade aos nossos ancestrais. Percebemos que a ciência ocidental continua com o mesmo *modus operante* da dominação europeia, agora com uma espécie de “neocolonização”, atacando e expropriando as ciências latino-americanas ancestrais – africanas e indígenas. A ciência ocidental se apropria desses saberes para transformá-los mecanicamente em algarismos e promover um processo técnico-científico daquilo que foi organizado, vivenciado e difundido por esses povos. Santos (2006) afirma que,

Atendo-se com atenção ao que dizem os juristas e os defensores da propriedade intelectual, é possível verificar que eles nunca afirmaram que os conhecimentos tradicionais podem ser processados pelo regime de propriedade intelectual do modo como existem. Para que o fossem, teriam não só que ser traduzidos na linguagem da tecno-ciência, como também apresentar as características de uma inovação tecno-científica, como é o software de computadores ou o código do genoma humano. Em suma, para se tornarem conhecimentos reconhecíveis pela propriedade intelectual, os conhecimentos tradicionais têm de deixar de ser tradicionais. (p. 89).

A ciência, para ser aceita socialmente como ciência, deve ser descrita e utilizada por aqueles que dominam tal ciência, ou seja, aqueles que não dominam as ciências dos povos indígenas brasileiros, por exemplo, não consideram os seus métodos como científicos, pois negam que esses povos possuem uma ciência. Segundo Perrele (2008), Otoniel Benites – Guarani Kaiowá fala a respeito de sua vivência e da oralidade,

[...], ex-aluno do Projeto Ara Verá, traz mais elementos que podem caracterizar esse conhecimento: “[...] três coisas são importantes: a língua (o oral), a confiança e o respeito. O conhecimento tradicional [...] sempre foi oral e prático. Na escrita, ele se perde. Nosso conhecimento produz muita coisa de valor: remédio, família, ensina nós a ouvir. Meu pai falava muito em respeito. Eu confiava nele. Assim é a nossa pedagogia. Começa aí. É oralmente, passado pela família. A metodologia é essa: oral. Para alcançar esse respeito, confiança, esses valores eram transmitidos pela família, na hora de dormir [...] também na hora do chimarrão, do tereré, manhã ou noite, aí passava a educação. Nenhum conhecimento é assim de passado por acaso. [...] Como eles

avaliavam que deu certo? Se eu aprendi? Fazendo roça, pescando, na festa, no canto, nas nossas práticas, no modo de falar, no modo de vestir, no modo de ser”² (grifos meus). (p. 386, grifos do autor).

Como não podemos enxergar uma ciência no fazer de Otoniel Benites? É a partir da oralidade como método, com o intuito de aprender e ensinar valores, fórmulas, receitas e maneiras de relacionar-se para conseguir ser ouvido, que se efetiva a sua ciência. Os momentos – locais – para a efetivação desse método são inúmeros, e não estão condicionados a uma sala de aula ou a um ambiente “pedagogizante”, mas estão envoltos nas teias relacionais de seus povos. Não enxergar um rigoroso e funcional método na fala de Otoniel é negar que o conhecimento produzido, difundido e replicado ao longo dos anos, através da oralidade de seu povo, não é útil, embora a resposta já saibamos qual é.

No entanto, ninguém está interessado em transformar realmente os conhecimentos tradicionais em tecno-científicos. O que, evidentemente, não significa que se queira deixá-los em paz nas comunidades. O que se quer é acessar as propriedades das plantas, animais, etc. através do conhecimento tradicional para produzir pequenas alterações que serão escritas em linguagem tecno-científica, e obter então uma patente específica baseada nessas pequenas modificações, afetando, entretanto, aquilo que o conhecimento tradicional descobriu. Se questionado, o cientista responderá que não tem nada a ver com o conhecimento tradicional, mas que gostaria de acessá-lo porque de certa maneira este já identificou uma série de propriedades, e tal identificação poupa tempo e dinheiro durante a fase de prospecção. (SANTOS, 2006, p. 89).

Um terceiro exemplo importante sobre a cientificidade dos povos que historicamente foram destituídos da aplicabilidade científica são os Rastejadores do nordeste brasileiro. Utilizados pela volante⁶ na captura do cangaceiro Lampião, os cangaceiros, estigmatizados por possuírem magia, ao conseguirem ser mais perspicazes que a volante e desenvolverem um relacionamento com os sertanejos, muitas vezes de confiança e outras de medo é que, “[...] entre cangaceiros, sertanejos e integrantes das forças volantes desenvolveu-se uma mística em torno de Lampião [...] na crença do corpo fechado, na invulnerabilidade, no envoltamento, na proteção mágica, no vínculo com deus, mas também com o diabo [...]” (CLEMENTE, 2018, p. 7). A credence sertaneja e as duas décadas de procura a Lampião fizeram com que a volante procurasse métodos nada convencionais para encontrá-lo. Essa mística envolta na figura de Lampião

⁶ Tropas da Polícia Militar que, em meados dos anos de 1930, iniciaram uma caçada aos cangaceiros do Nordeste.

justificava o fracasso da volante em capturá-lo, como também a necessidade de encontrar outras formas de rastrear seus passos,

Assim, as forças volantes não podiam prescindir de um guia ou rastejador. O rastejador deveria ser, é claro, um sertanejo e em geral era um contratado. Este foi o caso do hoje sargento José Ramos, morador do município de Uauá no nordeste da Bahia. José Ramos apresentou-me aquilo que se pode chamar os três olhares do rastejador: olhar para baixo em busca de pegadas e de restos de objetos; olhar para cima em busca de urubus que sobrevoam acampamentos recentes do bando perseguido e "olhar" com o nariz distinguindo no ar o cheiro peculiar dos cangaceiros que misturava suor e muito perfume. (VILLELA, 1999, p. 100).

O método da observação dos rastejadores fez com que a procura por uma presa – aqui protagonizada por Lampião e seu bando – tivesse sucesso a partir de seus sentidos aguçados e, principalmente, por conhecer a vegetação do sertão brasileiro. A maneira como a condução das buscas, organizada pelos rastejadores, observando a natureza e os seus indícios para encontrar Lampião, é um avançado processo investigativo e metódico de busca, que leva em consideração as variáveis da fauna, da flora, da geografia e do tempo. Sobre a figura do rastejador, o documentário *Rastejador*,

[...] dirigido por Sérgio Muniz e produzido por Thomas Farkas, para um evento que ele organizava na época. Trata-se de um documentário, lançado em 1969, sobre Batista e Joaquim Correa Lima, indivíduos que, devido à sua capacidade de seguir rastros na caatinga, participaram da caçada a cangaceiros no sertão e ao bando de Lampião, em especial. Logo de saída, chama a atenção o uso da palavra rastejo em referência à atividade de seguir os rastros. [...] No filme, não vemos o rastejador literalmente rastejando, mas mimetizando mentalmente o rastejo do animal ou da pessoa a quem busca, de modo a ser capaz de simular seu movimento. Apenas um terço da trama, no entanto, faz referência à atividade de descobrir os rastros e movimentos na caatinga. A maior parte da obra mostra Batista cortando troncos e raízes; raspando e espremendo a polpa dos frutos; extraíndo e ingerindo líquidos. A transição entre a narração de atividades de rastejo de cangaceiros e as atividades de extrair e ingerir substâncias é abrupta. (TADDEI, 2014, p. 598-599).

Os Rastejadores do sertão nordestino, assim como os profetas da chuva, como afirma Taddei (2014), possuem uma ciência ímpar da observação. O filme sobre os rastejadores trouxe luz ao conhecimento de uma população do campo que, durante séculos, foi invisibilizada. Sobre os profetas da chuva, Taddei (2004) afirma,

Chico Mariano, outro profeta da chuva de Quixadá, usava como estratégia de mistificação dos jornalistas urbanos sua capacidade de “ler” existencialmente as pessoas; leitura que se dava por meio dos seus corpos. Ele era capaz de dizer se as pessoas haviam nascido à noite ou de dia a partir da observação de suas orelhas – em muitos anos de observação, não encontrei uma pessoa sequer que tenha afirmado ter ele se equivocado. Certa ocasião, Chico Mariano, em uma roda de jornalistas, pegou a mão de um deles, olhou-a por alguns segundos e disse, à queima-roupa, com inabalável confiança: “você trai a sua mulher”. Mais do que uma leitura de signos, trata-se aqui de uma interpelação de corpos: o próprio corpo, o corpo do jornalista ou o corpo dos animais [...]. (p. 601).

Chico Mariano, sertanejo que utiliza a observação para inferir sobre um corpo, acerta de maneira mística para os incrédulos, mas, sobretudo, científica, ele consegue enxergar situações que qualquer pessoa comum não conseguiria. Este personagem se parece com Morelli, na obra de Ginzburg (1989), cuja capacidade era de encontrar pinturas falsas partindo dos traços menos vistosos e que seriam tangenciados pelo falsificador. Os rastejadores e os profetas da chuva são os mesmos personagens: o sertanejo que consegue identificar rastros a partir da sua crença que é possível decifrar o mundo natural, crença que pode ser encorajada pela ingestão de líquidos, garrafadas e frutas do sertão.

Após esse longo percurso, em que justificamos método, forma e conteúdo, é que utilizaremos, para auxiliar na tarefa analítica sobre a Pindobal, os estudos de Magalhães (2004). Para o autor, ao analisar qualquer instituição educativa, precisamos compreender que essa instituição está impregnada de alguns aspectos constitutivos que são *instituição, ação, conteúdo e produto*. É na Educação/Instituição que se percebe a estruturação física, recursos e os agentes que ali atuam e, principalmente, as “[...] marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social.” (MAGALHÃES, 2004, p. 15).

Dessa maneira, Pindobal é uma instituição que possuiu, ao longo de trinta anos, agentes técnicos, religiosos, militares e pedagógicos, e que deixaram marcas imprescindíveis em cada distinto momento de sua atuação. Os recursos, em Pindobal, estão, em sua grande maioria, associados ao mundo do trabalho. O aspecto da ação ou “Educação/ação corresponde à intervenção de alguém ou de algo sobre alguém outro, ainda que apenas indiretamente assumida como tal.” (MAGALHÃES, 2004, p. 15). Nesse lugar estão os agentes diretamente ligados à educação, que são os professores, diretores,

monitores, pessoas que lidam diretamente com os sujeitos de Pindobal, são aqueles agentes que direcionam uma ação a um outro corpo.

Magalhães (2004) pontua os dois últimos aspectos como sendo Educação/conteúdo e Educação/produto, em que o primeiro está relacionado ao saber consolidado ou duradouro e que está em trânsito, e o último refere-se a que “produto” desejou-se obter ou ao aspecto da consolidação de um “novo eu” bem-educado.

Educação/conteúdo refere-se simultaneamente ao processo e ao objeto cultural à matéria (o processo de maturação), como o processo de conhecimento, são educacionais, pois geram alteração de comportamento e de saber com sentido duradouro e referem-se a um objeto cultural em trânsito. [...] Educação/produto circunscreve-se à resultante – é na acepção de resultado que vulgarmente se utiliza a palavra educação, sem que todavia se observe uma diferenciação entre os diversos tipos de produto educacional, como sejam o registro de um percurso (in)formativo, um constructo heterosubjetivo, o resultado de uma heteroação, entre outros. [...] expressões como “criança bem-educada” referem-se essencialmente ao produto. Esse último, como, em linhas gerais, o processo educativo, são comumente medidos e expressos por referência ao educador e não ao educando e ao seu percurso (in)formativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 15-16).

Partindo deste cenário, estes foram os espaços que percorrermos e arquivos que dispomos para o desenvolvimento desta pesquisa. Utilizamos como principais ferramentas de coleta de dados o Diário de Campo e a Câmera Fotográfica. Agradecemos imensamente aos informantes que disponibilizaram materiais em seus acervos pessoais e institucionais para a realização desta pesquisa, e, àqueles que se recusaram, pedimos gentilmente que se solidarizem com os futuros cientistas sociais e com a ciência. Desejamos, mais uma vez, a todos os pesquisadores dias melhores para desenvolver tão árdua, solitária e gratificante tarefa que é ser cientista social no Brasil.

Desde *Sinais*, o autor [Ginzburg] persegue uma hipótese indemonstrável para o positivismo sobre a origem da narração, que lança luz sobre o sentido inicial da palavra história, ou seja, algo que é narrado, contado e que talvez tenha origem na pré-história do homem e tenha nascido numa sociedade de caçadores, onde, a fim de transmitir por meio de traços infinitesimais um evento que não podiam testemunhar diretamente, nossos antepassados (caçadores) ordenavam os fatos em uma sequência narrativa. (RODRIGUES, 2005, p. 214, grifos do autor).

A materialização do paradigma indiciário está presente no povo africano caracterizado aqui pelos Kung San e sua perspicaz observação para a sobrevivência, com

o relato oral de Otoniel Benites, indígena brasileiro Guarani Kaiowa, através da formulação de hipóteses e construção de sociabilidade e técnicas de sobrevivências pela oralidade, com os Rastejadores Sertanejos, por intermédio de sua observação aguçada e o conhecimento do local onde vive, rastreando pegadas e sinais para encontrar o seu objetivo e está presente nesta dissertação, na busca, identificação, análise e maneira de narrar os fatos e fenômenos sobre Pindobal na Paraíba do século XX.

Não creditar a cientificidade a esses diferentes sujeitos é continuar com a narrativa hegemônica da ciência positivista, cartesiana, quantitativa, experimental e eurocêntrica. Ao afirmar que o Paradigma Indiciário é um método/postura não hegemônico, estamos apontando que os caminhos metodológicos que utilizamos, nesta dissertação, são milenares e estão resguardados em culturas e povos historicamente destituídos de cientificidade.

Dessa forma, defendemos que qualquer que seja o ponto de chegada ou de partida para olhar determinado fenômeno social, este deverá ter uma postura que sirva aos humanos de seu tempo para que consigam recriar modos de produzir, conceber seus semelhantes e o ambiente onde vivem de maneira harmônica. Portanto, um método deverá servir não apenas para apropriação intelectual, mas, sobretudo, deverá ser capaz de articular o material ao imaterial em defesa da convivência harmônica das sociedades do século atual, servindo à sociedade de âncora para superação de problemas reais e de enfrentamento a ideias e práticas reacionárias, combatendo aquilo que há de mais obscuro na humanidade, que é a intolerância e o ódio.

Esperamos com esta dissertação que possamos provocar nos futuros pesquisadores não apenas a curiosidade de saber mais sobre Pindobal, mas que possam trazer à tona instituições, pessoas, experiências e fazeres que contribuíram para a vida humana em diferentes tempos e espaços, alargando, assim, o conhecimento. O próximo tópico, intitulado: *Paradigma Indiciário hoje: Ginzburg, Microanálise e o (in)surgimento de uma postura historiográfica* tratará de abordar o Paradigma Indiciário a partir das contribuições historiográficas de Carlo Ginzburg, percebendo qual é o lugar dessa postura para a historiografia brasileira e para a pesquisa pretendida.

2.2 Paradigma Indiciário hoje: Ginzburg, Microanálise e o (in)surgimento de uma postura historiográfica

O Historiador Carlo Ginzburg, em 1989, em seu ensaio intitulado *Sinais*⁷, apresenta, através de diferentes campos científicos e, principalmente, através da história humana, a materialização de uma postura metodologicamente fundamentada em indícios, denominada por ele Paradigma Indiciário. Esse ensaio desenvolve-se com o intuito de discutir: “ [...] o paradigma venatório (relativo à caça e ao seu universo) e o divinatório (relativo a adivinhação ou aos instrumentos dessa prática) que ele definiu como paradigma indiciário, conferindo sentido a seu modo de pesquisar [...]” (RODRIGUES, 2005, p. 213-214, grifos do autor).

Iniciar o debate sobre as contribuições de Carlo Ginzburg apenas nesta seção, e não em uma seção anterior, justifica-se pelo fato de que acreditamos que o paradigma indiciário – não com o mesmo sentido conferido por Ginzburg nem com a mesma finalidade – antecede a sistematização procedimental explicitada pelo autor. Comungamos do pensamento de Tfouni e Pereira (2018), ao afirmar que,

Não se trata aqui de atribuir a Ginzburg a “invenção” do paradigma indiciário, mas sim de reconhecer em seu trabalho a formalização do que faz o pesquisador de indícios; esse é um trabalho que requer valorizar a dispersão, o acaso e a contingência, sem detrimento de uma curiosidade previamente dirigida, deliberada. (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 123).

Assim, ao referir-se ao paradigma indiciário, em *Sinais*, o próprio Ginzburg (1989) aponta que “[...] suas raízes eram muito antigas”. (p. 151), ou seja, as raízes deste paradigma estão impregnadas na humanidade ao longo dos séculos, o que demonstramos na seção anterior. Nesta seção, trataremos de abordar o paradigma indiciário aos usos da historiografia. Atualmente, o paradigma indiciário insurge como uma força motriz capaz de questionar os modelos tradicionais de conceber a ciência e os seus aparatos, pois “Ginzburg estabeleceu um marco divisório no modo de tratamento dos dados: a inclusão do fragmento, do detalhe e da experiência do pesquisador como fundamentos de pesquisa. Com ele, reaprendemos que buscando uma coisa, encontramos outra.” (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 122).

As contribuições de Ginzburg, do ponto de vista da materialização deste Paradigma, são indiscutíveis. A forma com que este intelectual pensou suas obras e,

⁷ GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*. In: CARLO, Ginzburg. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

principalmente, a sua preocupação em articular diferentes campos científicos, como a medicina, a arte, a criminalística e a história, apresentando-os como ciências férteis e aplicáveis do paradigma indiciário, demonstra a preocupação desse autor na difusão dessa postura metodologicamente fundamentada.

Carlo Ginzburg nasce em Turim em 1939, seu pai Leone Ginzburg e sua mãe Natália Ginzburg são sujeitos de suma importância para a formação de Ginzburg,

Em relação ao pai, Leone Ginzburg, cabe salientar que nasceu na cidade russa de Odessa, em 1909, viveu certo período da infância com a família entre Berlim e Turim, até migrar definitivamente para essa cidade italiana, onde completou sua formação escolar e graduou-se em Literatura Moderna pela Universidade de Turim, mesma instituição na qual passou a integrar o corpo docente (entre 1930 e 1934). [...] A mãe de Carlo, Natalia Ginzburg, vivente entre 1916 e 1991, também possuía ascendência judaica (filha de Giuseppe Levi), foi tradutora de Marcel Proust e de Gustave Flaubert, entre outros, para o italiano e igualmente trabalhou na Editora Einaudi. Tal como Leone, Natalia se dedicou ao ativismo político, como membro do Partido Comunista, sendo eleita, inclusive, deputada (1983 a 1991) e, como tal, se envolveu em temas como a redução do custo do pão, a assistência às crianças palestinas e a reforma das leis de adoção. (PAZIANI; PERINELLI NETO, 2018, p. 318).

Destacamos que a família de Ginzburg influenciou diretamente em sua posição humana, as pautas defendidas por seu pai e por sua mãe demonstram a preocupação com a sociedade na qual estavam inseridos; eram intelectuais comprometidos com a mudança. A atuação de seus pais no partido comunista influenciou as leituras de Ginzburg, em especial, no marxismo gramsciano. Ginzburg possui influências de “[...] Marx na juventude, embora não seja um marxista [...] e do marxismo gramsciano, a quem deve a opção de analisar os sujeitos marginalizados e as produções culturais [...]” (PAZIANI; PERINELLI NETO, 2018, p. 319-320).

As contribuições de Ginzburg para a historiografia, ao estabelecer um grau complexo de cientificidade a uma postura dedutiva e íntima à especulação, são um marco importante para os pesquisadores de sua geração. Ginzburg, ao dedicar-se em fundamentar suas pesquisas através de sujeitos marginalizados, documentos negligenciados e sinais tangenciados, imprimindo a essa postura um arcabouço procedimental milenar, está reavivando nas sociedades desiguais, a exemplo do Brasil, o interesse naqueles sujeitos, objetos e instituições que foram intencionalmente esquecidos

da historiografia brasileira. Sobre o paradigma indiciário, Tfouni e Pereira (2018) apontam que,

O paradigma indiciário restabelece o debate sobre a relação entre sujeito e interpretação nos moldes da natureza do conhecimento humano. A reflexão sobre Morelli no âmbito da História da Arte versando sobre a ruptura com categorias artísticas já estabelecidas, bem como o estreitamento entre Sherlock Holmes e a Criminologia, em uma época conturbada de fascínio com a fisionomia, com o biotipo crimino em Lombroso e com a Antropometria e Craniometria de Broca e Gall, acarretou uma narrativa deslocada sobre a ciência e seu domínio político. (p. 121).

Antes de adentrarmos aos preâmbulos estabelecidos por Ginzburg através de sua análise histórica, precisamos apontar sob qual ordem ou qual influência a *Narrativa* no seu trabalho historiográfico é considerada,

Os historiadores, que têm por base de suas pesquisas as fontes documentais (orais, escritas e outras formas como as artes etc.), se posicionam de maneira diferenciada, entre aqueles que se entusiasmarão com as possibilidades abertas pela narrativa ficcional e os que se colocam numa posição contrária a tal abordagem. Esta crítica trazida pela pós-modernidade ao trabalho do historiador sugere vinculação da narrativa histórica à narrativa ficcional: a uma retórica ficcional. A matriz desta crítica está ancorada à retórica nietzschiana repleta de figuras de linguagem e distante de qualquer noção de verdade. Um contraponto a esta crítica é feita por Carlo Ginzburg (2002) ao estabelecer uma crítica ao núcleo da retórica nietzschiana e, remontar ao conceito de retórica de Aristóteles assentada em um “núcleo racional” e na ideia de provas, uma concepção de retórica que se aproxima de uma verdade ou realidade provável. (FORDE; PINTO, 2013, p. 98).

A narrativa, para Ginzburg (2002), é estabelecida como um processo lógico e racional, pois é a partir das fontes que o historiador tem acesso que ele lançará suas hipóteses e considerará o verdadeiro e o ficcional. Ao historiador não compete ser um romancista, nem muito menos um tecnocrata, o peso da narrativa não está no acabamento final de uma obra histórica, mas a narrativa tem a sua centralidade durante o processo de pesquisa; ao se colocar na contraposição de que as narrativas ficcionais são equiparáveis às narrativas históricas. Ginzburg (2002) acentua:

[...] O meu objetivo é exatamente o oposto: é vencer os cépticos no seu próprio terreno, revelando, por meio de um exemplo extremo, as implicações cognitivas das escolhas narrativas (incluindo as da

narrativa de ficção). Contra a ideia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. (p. 44).

A narrativa está estritamente condicionada às relações de força de cada sociedade em seu tempo histórico, a exemplo: “No século XIX, o entusiasmo pelos progressos científicos e tecnológicos se traduziria numa imagem do conhecimento (inclusive o historiográfico) baseado no espelhamento passivo da realidade [...]” (GINZBURG, p. 2002, p. 44). Ou seja, a técnica atribuída à história como ciência e as contribuições do historiador alemão Leopold von Ranke, no período oitocentista, em elevar a história ao patamar da cientificidade (FONSECA, 2009) fez com que os historiadores do fim do século XIX e dos primeiros trinta anos do século XX inclinasse o seu trabalho histórico ao papel da validação e do espelhamento daquilo que viam. De maneira intencional ou ingênua, o olhar de cada historiador estava condicionado às variantes daquele tempo vivido.

O positivismo costumeiramente atribuído aos historiadores do historicismo e da escola metódica não está presente de maneira pura e integral. A história, em sua consumação como ciência, tentou-se afastar do positivismo filosófico doutrinado por Comte, embora possua elementos do fazer histórico rigorosamente positivos. Primeiramente, é preciso destacar que o século XIX foi palco para diferentes positivismos (FONSECA, 2009). Aqui, buscaremos aproximar brevemente o “positivismo histórico” de Ranke ao “positivismo filosófico” de Comte. É importante destacar que as ideias centrais de Ranke habitavam, de certo modo, nas ideias do positivismo comtiano. Para a historiografia, o positivismo atribuído às contribuições de Ranke está interligado ao método e ao modo de tratamento das fontes,

[...] para caracterizar os pressupostos do positivismo na história. São eles: 5.1. *Não há nenhuma interdependência entre o sujeito conhecedor (que é o historiador) e o objeto do conhecimento (que é o fato histórico); por hipótese, o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que lhe permite ser imparcial na percepção dos acontecimentos.* O que se pode ver aqui neste primeiro pressuposto? Em primeiro lugar, que há uma separação radical entre o sujeito e o objeto. O objeto, a matéria-prima, aquilo pelo qual se deve prestar atenção em relação ao conhecimento histórico são os fatos históricos. E por hipótese o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que significa nada mais que o fato de que ele deve aplicar o princípio da neutralidade axiológica para atingir a “imparcialidade” requerida a

todo historiador – e é claro que para isto deve este mesmo historiador aceitar a separação entre fatos e valores, devendo-se ater apenas aos fatos deixando os (seus) valores de lado. (FONSECA, 2009, p. 152-153, grifos do autor).

Implicaria, então, ao historiador que defende a corrente positiva, o ceticismo de que a escrita da história estava condicionado através da objetividade de algo imutável pela ação humana, que seria puro e absoluto, e, assim, natural e inato, capaz de ser testado e replicado, cabendo ao historiador o papel de produzir um documento descritivo, quantificável e geral sobre isso. Certeau (1982) enfatiza: “[..] A história ‘objetiva’, aliás, perpetuava com essa ideia de uma ‘verdade’ um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de ante-ontem; contestava-se com traduzi-la em termos de ‘fatos históricos’ [...]” (p. 57, grifos do autor).

Indo em busca do patrono da filosofia positiva e suas ideias centrais, Auguste Comte percebe sua dedicação em organizar um sistema lógico para transformar o pensamento humano que estivesse condicionado à ideia de reorganização conveniente,

O núcleo da filosofia de Comte radica na ideia de que a sociedade só pode ser **convenientemente** reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. [...] O sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva, finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições. A esse sistema devesse acrescentar a forma religiosa assumida pelo plano de renovação social, proposto por Comte nos seus últimos anos de vida. (GIANNOTTI, 1978, p. 16, grifos nossos).

A necessária reorganização da sociedade, proposta por Comte de maneira conveniente, está imbricada em forças sociais que, aparentemente, por ora, estão veladas principalmente sobre a ordem do estabelecimento de uma nova religião ou uma doutrina positiva proposta por Comte através de reformas das instituições sociais. Comte foi um grande entusiasta da formação da elite intelectual de sua época capaz de replicar seus ensinamentos,

[...] A tarefa a ser cumprida deveria, portanto, ser a instauração do espírito positivo- na organização das estruturas sociais e políticas. Para isso, seria necessária uma nova elite científico-industrial, capaz de

formular os fundamentos positivos da sociedade e desenvolver as atividades técnicas correspondentes a cada uma das ciências, tornando-as bem comum. (GIANNOTTI, 1978, p. 24).

Tal espírito positivo deveria transformar o pensamento humano, modificando as relações sociais, combatendo aquilo que, nas palavras do Próprio Comte, é a *democracia anárquica* e a *aristocracia retrógrada*. Para este pensador, seria necessário fundar a *sociocracia*,

Vimos, pois, abertamente libertar o Ocidente de uma **democracia anárquica** e de uma **aristocracia retrógrada**, para constituirmos, tanto quanto possível, uma verdadeira **sociocracia**, que faça concorrer sabiamente para a regeneração comum todas as forças humanas, aplicadas sempre conforme a natureza de cada uma. Com efeito, nós, sociocratas, não somos nem democratas, nem aristocratas. Aos nossos olhos, a massa respeitável destes dois partidos opostos representa empiricamente, de um lado, a solidariedade, do outro, a continuidade, entre as quais o positivismo estabelece profundamente uma subordinação necessária, que substitui enfim o antagonismo deplorável que as separava. Mas, conquanto nossa política se eleve igualmente acima destas duas tendências incompletas e incoerentes, estamos longe de aplicar hoje a mesma reprovação aos dois partidos correspondentes (COMTE, 1978, p. 269, grifos nossos).

A pretensão de Comte não estava concisa apenas na hipótese de que a ciência deveria ser objetiva, testável, replicável e isolada do objeto-sujeito, Comte estava organizando e concebendo uma ideia de sociedade e estava atacando através da narrativa os pilares da sociedade da época: a religião, a democracia e a aristocracia. A essa ideia de ciência e de sociedade podemos aproximar a profissionalização da história no século XIX e as contribuições do historicismo Alemão – desenvolvido por Ranke – para a escola metódica Francesa,

[...] no ambiente em formação dos historiadores tomava forma um consenso amplo em torno das regras do método que se deveria aplicar na geração do conhecimento histórico. Os elementos que confluíram em tal método vinham se formando ao longo dos Tempos Modernos, desde o século XVII, e se reuniram naquilo que veio a ser denominado “escola metódica” da história. (CARDOSO, 2012, p. 3).

Essa transição entre o historicismo rankeano e escola metódica francesa está presente na acepção de história para a escola metódica. É salutar destacar que esse movimento, no século XIX, de transição científica e de reafirmação da cientificidade no

mundo só é possível pela conjuntura deste período de insurreição da burguesia, não apenas na economia, mas agora na política,

Pois ser uma teoria do século XIX significa, em primeiro lugar, dizer que se trata de uma reflexão que se dá num ambiente liberal (ou que assim vai se tornando progressivamente) e pós-revolucionário. As chamadas revoluções burguesas aconteceram no século XVIII e no início do século XIX (exceção feita à grande Revolução Gloriosa na Inglaterra, ocorrida no século XVII). E o que significa isso? Significa que é o século onde a burguesia já se instalou no poder é uma época onde uma outra ordem política é reinante. As revoluções burguesas têm o significado de serem exatamente aquelas em que a burguesia, já era hegemônica do ponto de vista econômico, passa a ser hegemônica também do ponto de vista político. (FONSECA, 2009, p. 143-144).

Retomando o ponto de nossa discussão, o modelo Rankeano não se solidificou apenas na Alemanha, mas esteve presente na academia francesa, e é na escola metódica que suas raízes estão também fincadas, como afirma Fonseca (2009):

Este modelo “rankeano” cruzou fronteiras e também fixou raízes na academia francesa, que desenvolveu, sob aquela inspiração teórica, sua própria corrente historiográfica tradicional: a “escola metódica”, estabelecida em torno da fundação da “revista histórica”, em 1876, por G. Monod e G. Fagniez. Os pilares da “escola metódica” não diferem muito dos pressupostos rankeanos. Ela reclamava total isenção do pesquisador e total independência com relação a qualquer religião, doutrina ou partido. (p. 156).

Percebemos que, ao longo da constituição da história como ciência e, em especial, nas diferentes vertentes historiográficas, percebe-se algumas tentativas por vezes de aproximar o positivismo ao historicismo e à escola metódica, e, por outros momentos, de distanciá-los; um dos fundamentos do conhecimento positivo é a previsibilidade, para a história seria a tentativa de prever um fato histórico antes dele acontecer, a partir de dados repetidamente testáveis. Assim,

O conhecimento positivo caracteriza-se pela previsibilidade: “ver para prever” é o lema da ciência positiva. A previsibilidade científica permite o desenvolvimento da técnica e, assim, o estado positivo corresponde à indústria, no sentido de exploração da natureza pelo homem. (GIANNOTTI, 1978, p. 20).

Embora, como justificamos anteriormente, o positivismo histórico tente se distanciar do positivismo filosófico comtiano, percebemos semelhanças parentais do

positivismo Comtiano em sua maneira de conceber as ciências humanas. Comte, em sua exposição histórica durante a *Segunda Lição: Exposição do plano deste curso, ou considerações gerais sobre a hierarquia das ciências positivas*, afirma que,

A suposta ordem histórica de exposição, ainda quando pudesse ser seguida rigorosamente **nos pormenores de cada ciência em particular, já seria puramente hipotética e abstrata**, sob as ópticas mais importantes, se fosse **considerada isolada** do desenvolvimento de cada ciência. Bem longe de pôr em evidência a **verdadeira história da ciência**, tenderia a fazer com que se fizesse dela uma opinião muito falsa. Estamos por certo convencidos de que o conhecimento da história das ciências é da mais alta importância. Penso, ainda, que não conhecemos completamente uma ciência se não conhecemos sua história. **Mas este estudo deve ser concebido inteiramente separado do estudo próprio e dogmático da ciência**, sem o qual essa história não seria inteligível. Consideraremos, pois, com muito cuidado, **a história real das ciências fundamentais** que serão o tema de nossas meditações, mas isto acontecerá somente na última parte deste curso, a relativa ao estudo dos fenômenos sociais, que trata do desenvolvimento geral da humanidade, em que a história das ciências constitui a parte mais importante, embora até aqui a mais negligenciada. No estudo de cada ciência, as considerações históricas incidentes que se apresentarem terão caráter nitidamente distinto, de maneira a não alterar a própria natureza de nosso trabalho principal. (COMTE, 1978, p. 90-91, grifos nossos).

A narrativa Comtiana sobre a exposição histórica é clara: seria preciso organizar, de maneira geral, a exposição da história de cada ciência, não cabendo a pormenorização destas para não a tornar hipotética e abstrata. Para Comte, a história de cada ciência não poderia ser feita através da explanação sobre a aplicabilidade de cada uma e suas variantes, mas deveria ser tratada de maneira separada, comprometendo-se com a história real das ciências fundamentais, ou seja, tratando-a em seu sentido de veracidade. Nesse trecho, encontramos pistas importantes sobre o papel do historiador, cujo trabalho aproxima-se da ideia positivista sobre a qual Ranke irá se debruçar.

[...] A realidade é dotada de exterioridade. Enunciar que a realidade é dotada de exterioridade significa dizer que para o positivismo a realidade é exterior ao sujeito. Ou seja, o objeto existe independentemente do sujeito. “O objeto é”, no sentido de ter uma existência bastante em si mesma. O objeto não precisa do sujeito para que ele afirme sua própria existência. (FONSECA, 2009, p. 146).

Em outras palavras, o papel do historiador deveria ser desenvolver uma história genérica e verdadeira de cada ciência, separando o conhecimento histórico sobre a ciência

do próprio conhecimento da ciência, tornando-a objetiva e utilizando materiais e dados capazes de serem verificáveis do ponto de vista de sua validade ou invalidade.

Todavia, apesar dessa efetiva falta de unidade genealógica entre os “diversos tipos” de positivismo (no sentido de que não se pode, em muitos casos, identificar uma relação de parentesco ou influência recíproca entre eles) e, mais, apesar da efetiva diversidade teórica que se pode de fato encontrar em cada um (e, particularmente, no caso do campo do conhecimento da história), esse texto, fazendo as devidas ressalvas acima referidas, opta por utilizar o termo “positivismo histórico” àquele tipo de conhecimento que foi colocado em uso por Ranke e que tanto influenciou a historiografia posterior. É que, como já dito (e pretendemos demonstrar) existe uma base epistemológica que é comum entre o positivismo filosófico e o histórico (e que toca também o positivismo sociológico e o jurídico). Isto é, todos eles têm uma forma de se aproximar do conhecimento, de captar o objeto, que lhes é comum e, diga-se de passagem, muito típica do modo de ver o mundo no século XIX. (FONSECA, 2009, p. 146).

Desatacamos que Ranke foi um importante entusiasta da consolidação da História como ciência, e Comte, um intelectual importante para a consolidação da Sociologia, ambos, personagens que viveram e atuaram no século XIX. Justifico que, atualmente, a historiografia não suportaria permanecer nas análises positivas. Para tanto, a partir da deliberação narrativa positivista comtiana é possível perceber os caminhos que a historiografia percorreu durante o final do século XIX e grande parte do século XX. Em contraposição com os historicistas e com a escola metódica, Ginzburg (2002) aponta:

Qualquer reflexão sobre o significado da história, seja pelos gregos, seja por nós, deve levar em conta o juízo de Aristóteles que aparece na célebre passagem da *Poética* (1451b), em que a poesia é definida como “atividade mais filosófica e mais elevada do que a história”. A primeira representa eventos gerais e possíveis, “segundo o verossímil ou o necessário”; a segunda, eventos particulares e reais [...] A historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (p. 47-48).

A construção da narrativa, para Ginzburg, é fundamental; é através de um mundo textual, narrado a partir das vivências de determinado historiador, que podemos aproximar as informações obtidas aos eventos particulares que aconteceram, verificando, assim, a eficácia, e não a sua validade.

Em tom resolutivo, Aristóteles rechaça tanto a posição dos sofistas, que haviam entendido a retórica apenas como arte de convencer por meio da ação dos afetos, quanto a posição de Platão, que, no *Górgias*, condenara a retórica pelo mesmo motivo. Contra ambos, Aristóteles identifica, na retórica um núcleo racional: a prova, ou melhor: as provas. O nexos entre a historiografia, assim como foi entendida pelos modernos, e a retórica, na acepção de Aristóteles, deve ser procurado aí; ainda que, como logo se verá, a nossa noção de “prova” seja muito diversa da sua. (GINZBURG, 2002, p. 49, grifos do autor).

Esta reflexão em torno do positivismo histórico – defendido por Ranke – e filosófico – defendido por Comte – possui, até os dias atuais, os seus tentáculos aos quais o Paradigma Indiciário se opõe frontalmente, a exemplo do Paradigma Galileano, utilizado pelas ciências duras através da repetição de um fato e de uma exacerbada recontagem numérica.

Segundo Ginzburg, abre-se assim, uma brecha que só foi se alargando cada vez mais com o decorrer do tempo, o que é impossível de ser convertida a uma única visão científica: paradigma galileano X paradigma indiciário. A tendência a apagar os traços individuais de um objeto, perseguida inicialmente pelas ciências naturais (e mais tarde também pelas humanas), é diretamente proporcional à distância emocional do observador. Assim, no paradigma galileano supostamente seria atingido um grau elevado de objetividade científica. (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 128).

Em extrema contraposição ao positivismo histórico de Ranke (FONSECA, 2009), Ginzburg (1989) inclui a perspicácia do pesquisador e suas influências ao longo da vida como um dos principais instrumentos para a busca do fragmento, do detalhe. Para este autor, é a partir dos traços tangenciados e dos dados marginalizados que podemos narrar a história individual de uma instituição ou de uma personalidade, sem nunca perder o contexto, o coletivo e as relações de força as quais esse objeto particular está submetido.

Ginzburg complementa o comentário sobre o surgimento das disciplinas indiciárias referindo-se à taxionomia, disciplina ligada às ciências naturais que permite a identificação e descrição dos seres vivos de tal modo que torna impossíveis erros decorrentes de confusão. Segundo o autor, ela inspirou, entre os séculos XVII e XIX – com o aparecimento das ciências humanas –, disciplinas novas, voltadas para o estudo e a compreensão (e muitas vezes, também para o controle e coerção) do indivíduo. Algumas desaparecem logo, como a fisiognomia ou a frenologia, porém outras persistem na atualidade, ligadas aos sistemas de identificação do indivíduo pelo Estado: assinaturas,

fotografias, antropometria, impressões digitais, carteiras de identidade, passaportes. (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 127).

As raízes desse Paradigma no mundo moderno e na constituição das ciências estão esparramadas por todos os lados, aqui, temos a intenção de expor a narrativa proposta por Ginzburg, evidenciando a materialização desta postura em diferentes campos do conhecimento. É importante destacar que a tradição marxista vivenciada por Ginzburg, durante um período de sua vida, conferiu a este intelectual profundo respeito à dimensão da dialética em suas obras, verificando sempre ocorrências entre o sujeito pesquisado e o conflito conjuntural vivenciado por esse sujeito.

Em sua obra *Sinais*, no campo da arte, Ginzburg (1989) apresenta o “método” de Morelli em atribuir a veracidade das obras que estão em locais inadequados. Para Morelli, seu olhar partia dos traços menos vistosos, pois ele acredita que as obras falsas, ao serem produzidas, utilizariam os traços mais vistosos daquele pintor e de sua escola de arte, e aqueles traços menos destacados, que passariam despercebidos, seriam o fragmento investigativo de Morelli. A esse respeito, Ginzburg (1989, p. 144) destaca:

[...] Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. [...].

Para Morelli, os pontos negligenciáveis seriam o fragmento de partida e de chegada para a sua análise. “[...] Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma de orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura e assim por diante: traços presentes nos originais, mas não nas cópias [...]” (GINZBURG, 1989, p. 144). Apesar de sua grande contribuição para a História da Arte e para a conservação de grandes obras e museus, “[...] o método de Morelli foi muito criticado, talvez também pela segurança quase arrogante com que era proposto. Posteriormente foi julgado mecânico, grosseiramente positivista, e caiu em descrédito [...]”⁸. (GINZBURG, 1989, p. 144).

⁸ Ainda de acordo com Ginzburg (1989), “[...] Por outro lado, é possível que muitos estudiosos que falavam dele com desdém continuassem a usá-lo tacitamente para suas atribuições. [...]” (p. 144).

Já no campo da criminalística, Ginzburg (1989) destaca o personagem de Arthur Conan Doyle⁹, o Sherlock Holmes: “[...] os exemplos da perspicácia de Holmes ao interpretar pegadas na lama, cinzas de cigarro etc. são, como se sabe, incontáveis [...]” (GINZBURG, 1989, p. 145). Conhecemos, na literatura criminal, a incontestável perspicácia de Holmes e a sua forma de observar o seu objeto investigativo a partir das minúcias.

No capítulo 3 da obra de Conan Doyle, intitulado *Sherlock Holmes: Um estudo em vermelho*, seu parceiro John H. Watson fica impressionado com as suas habilidades dedutivas, ao questionar Holmes sobre o que o levou a deduzir que o homem que conversava a pouco seria um sargento aposentado da Marinha:

[Watson]: Eu confesso que estava ficando impressionado com as habilidades do meu colega. Meu respeito pela capacidade analítica estava crescendo cada dia mais. – Como você deduziu isso? Perguntei. – Deduzi o quê? – disse ele de forma petulante. – Que o homem é um sargento aposentado da marinha? – Eu não tenho tempo para coisas triviais. E você quebrou a minha linha de raciocínio ao me interromper. Perdoe-me ser rude, mas isso me irrita. Você realmente não foi capaz de ver que ele foi um sargento da Marinha? – De fato, não. – Deixe-me tentar explicar como foi fácil perceber. Ele tinha uma grande âncora azul tatuada em seu braço. Sua roupa e postura indicavam aspecto militar. A demonstração de um ar de comando também estava clara para mim. Como estava de bengala e aparentava ser de meia-idade, pensei no fato de já estar aposentado. Logo, cheguei a essa conclusão. – Maravilhoso – exclamei. – Lugar comum – disse Holmes [...]. (DOYLE, 2017, p. 16).

A narrativa proposta por Doyle (2017) é realmente excepcional; um escritor que viveu na transição do século XIX ao século XX (1859-1930) consegue transpor através da ficção o método da observação. O impaciente e obstinado Holmes é criado por Doyle e dá vida a um personagem que observa através de traços tangenciáveis o percurso de seus objetivos; a tradição da medicina indiciária vivenciada por Doyle, através de sua formação, conferiu-lhe um poder quase que absoluto para a narrativa dedutiva. A descoberta da profissão do sujeito investigado por Holmes, através da decifração da aparência, é algo extraordinário, pois,

[...] a decifração da aparência torna-se, deste modo, um jogo especial do político e das lutas que aí se desenrolam: desmascarar seu adversário; descobrir seus desígnios secretos; despojá-lo do poder dos

⁹ Escritor e médico nascido na Escócia (1859-1930), seus escritos criminais servem, até hoje, para a criminalística, como importantes fragmentos acerca da postura do investigador.

signos; adivinhar a interioridade de um sujeito a partir das marcas significantes que se oferecem para serem lidas sobre seu rosto; saber compor uma expressão favorável para atingir seus fins – estas são questões indissociáveis do exercício do poder e que estão presentes na reflexão moderna sobre o político. (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 127).

No campo da medicina e, em especial, da psicologia moderna, Ginzburg (1989) aponta que os estudos de Freud sofreram uma direta influência da atividade de Morelli, citado pelo próprio Freud,

[...] Creio que o seu método (de Morelli) está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Na realidade, toda a declaração de Freud que citamos garante a Morelli um lugar especial na história da formação da psicanálise. De fato, trata-se de uma conexão documentada, e não conjectural, como a maior parte dos “antecedentes” ou “precursores” de Freud; além do mais, o encontro com os textos de Morelli ocorreu, [...] na fase “pré-analítica” de Freud. Temos de tratar, portanto, com um elemento que contribuiu diretamente para a psicanálise [...]. (GINZBURG, 1989, p. 148, grifos do autor).

Ginzburg (1989), posteriormente, aponta os dados a partir dos quais defende a tese de que Freud se inspiraria no método de Morelli para desenvolver a psicanálise. Para o campo da História, as próprias obras de Ginzburg falam por si sobre o complexo trabalho com as fontes e a análise microscópica que tal intelectual assume ao descrever os objetos de suas análises. Em sua obra *Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Ginzburg apresenta ao leitor o encontro com um processo inquisitorial que lhe chama atenção. “[...] Ao folhear um dos volumes manuscritos dos julgamentos, deparei-me com uma sentença extremamente longa [...]” (GINZBURG, 1987, p. 11). Ginzburg refere-se ao processo de Domenico Scandella, conhecido por Menocchio – denunciado em 1583 ao Santo ofício por pronunciar palavras ímpias sobre Cristo (GINZBURG, 1987). Domenico era um moleiro da região do Friuli, localizada na Itália, um local campesino.

Em sua obra, Ginzburg apresenta a cosmogonia de Menocchio ao ser levado e interrogado pela santa inquisição, e descobre que Menocchio não acreditava na criação do mundo a partir dos dogmas da igreja. Menocchio, ao mencionar o surgimento da humanidade, faz uma analogia sobre a criação do mundo dizendo que, *assim como os vermes surgem dos queijos, os humanos surgiram da terra* (GINZBURG, 1987); notadamente uma espécie de ideia darwinista.

Não é fácil entender pelos autos do processo qual era a reação dos contrerrôneos de Menocchio às suas palavras. É claro que ninguém estava disposto a admitir ter escutado com aprovação os discursos de um suspeito de heresia. Pelo contrário, alguns se preocuparam em comentar com o vigário-geral que conduzia o inquérito a própria reação indignada. “Menocchio, pelo amor de Deus, não vai falando essas coisas por aí” – teria exclamado, segundo ele mesmo afirmou, Domenico Melchiori. Giuliano Stefanut testemunha: “Eu lhe disse várias vezes, especialmente uma, indo para Grizzo, que eu gostava dele, mas não podia suportar seu jeito de falar das coisas da fé, que sempre discutiria com ele e que, se cem vezes me matasse e depois eu voltasse a viver, continuaria a me deixar matar pela fé.” [...]. (GINZBURG, 1987, p. 42).

Ginzburg, curioso por descobrir de onde surgiam as ideias de um moleiro do Friuli, foi em busca da literatura que Menocchio teve acesso e das relações que este sujeito estabelecia para defender tais teses, e é a partir dos processos inquisitoriais que Ginzburg procurou a relação que Menocchio possuía com os habitantes de sua comunidade e como seria possível, em uma sociedade marcadamente cristã e campesina, um personagem cujas ideias colocariam a sua própria vida em risco. Aqui, Ginzburg estabelece um sujeito como um personagem central de sua narrativa – o Menocchio –, sem perder de vista a disputa política com a santa igreja católica, o local onde Menocchio vivia e as influências que esse sujeito possuía.

A narrativa que Ginzburg estabelece é a da procura por um fato desconhecido. Do ponto de vista macroscópico, seriam os motivos que levaram Menocchio a ser acusado e perseguido pela inquisição e, em uma escala reduzida e do ponto da subjetividade, seria preciso perceber quais livros e quais diálogos influenciaram Menocchio a possuir ideias contrapostas à santa igreja, levando em consideração que “[...] Este moleiro, que já tinha sido magistrado da aldeia e administrador da paróquia não vivia à margem da comunidade de Montereale. [...]” (GINZBURG, 1987, p. 43). Menocchio, de acordo com os diálogos apresentados por Ginzburg (1987), era conhecido por todos aqueles que fora testemunhar, ao longo de “até mesmo há trinta anos” [...] (GINZBURG, 1987, p. 43), então quem teria o denunciado e por quais motivos? À primeira vista, o delator seria identificado pelos filhos de Menocchio,

Identificaram de imediato o pároco de Montereale, dom Odorico Vorai, como sendo o anônimo delator. Não estavam enganados. Entre os dois existia uma velha diferença: já fazia quatro anos que Menocchio ia se confessar em outra cidade. O testemunho de Vorai, que fechou a frase informativa do processo, foi particularmente evasivo: “Não posso me lembrar bem do que ele disse. Tenho memória fraca e estava com outras

coisas na cabeça”. Aparentemente ninguém melhor do que uma pessoa na posição dele para dar informações ao Santo Ofício sobre o assunto, contudo o vigário-geral não insistiu. Não era preciso: fora o próprio Vorai, instigado por um outro padre, dom Ottavio Montereale, pertencente a uma família senhorial do lugar, que transmitiria as evidências circunstâncias em que o vigário-geral se baseou para interrogar as testemunhas. (GINZBURG, 1987, p. 43-44).

Menocchio seria realmente um personagem singular, um homem cuja ideias lhe escapavam pela boca, sem temor e sem pudor, para ele, pecado seria blasfemar contra Deus, mas contra os santos não seria pecado (GINZBURG, 1987). Em plena efervescência da disputa dentro da própria igreja Católica com a Contrarreforma, um homem notadamente simples persiste em questionar a autoridade religiosa: “Cada um faz o seu dever; tem quem ara, quem cava e eu faço o meu, blasfemar” (GINZBURG, 1987, p. 44), dizia Menocchio. As suas teorias eram sarcásticas e opositoras, era um verdadeiro atentado à manutenção do poder da igreja; a sua cosmogonia, ou seja, a sua crença na criação do universo, ao ser interrogado pelo santo ofício, deixara claro que Menocchio não acreditava na criação divina,

Menocchio expôs sua singularíssima cosmogonia, da qual o Santo Ofício já ouviria comentários confusos: “Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos.” [...] (GINZBURG, 1987, p. 46).

Ao utilizar uma narrativa incomum para os historiadores de sua época, Ginzburg evoca uma maneira singular de narrar fatos e validar hipóteses. Vainfas (2002), ao estabelecer os contornos da Micro-História e seus usos, utiliza o texto de Ginzburg – *O queijo e os Vermes* – como exemplo narrativo para justificar os usos e os enredos aos quais a Micro-História está submetida. A redução de escala, desenvolvida por Ginzburg ao investigar Menocchio para Vainfas (2002), é um nítido exemplo de análise microscópica aos usos da Micro-História,

Assim começa o livro de Ginzburg, cujo primeiro capítulo – Menocchio – busca traçar o perfil do protagonista. Nenhuma contextualização da Itália da época – ela que, então, não existia como país – senão a localização da aldeia no Friuli. Nenhuma referência prévia à Inquisição pontifícia, recriada pelo papado em 1542, às vésperas do Concílio de Trento. Nenhuma referência à Contra-Reforma face à irrupção do protestantismo na Europa. Nada disso constitui objeto de considerações

no primeiro parágrafo do livro, centrado na primeira caracterização do personagem: seu nome, morada, estado civil, modo de trajar-se. O único sinal, nessas primeiras linhas, do enredo histórico em que se envolveu Menocchio – um processo inquisitorial – resume-se a referência de que ele se apresentou ao vigário-geral para julgamento. [...] (VAINFAS, 2002, p. 78-79).

Ao longo da narrativa de Ginzburg, a sua forma de narrar os fatos a partir dos documentos inquisitoriais é extraordinária. Através da narrativa desenvolvida por Ginzburg, percebemos traços de uma tradição do conhecimento, de sua formação em História e Antropologia. Ginzburg estabelece padrões importantes nesses dois campos em seu trabalho historiográfico: a riqueza de detalhes, a insistente necessidade de situar o leitor nos conflitos vivenciados por cada personagem e cada trabalho escrito.

O livro transporta o leitor da vida camponesa às lúgubres salas da Inquisição, num vaivém permanente, os capítulos contendo *flashes* do diálogo entre inquisidores e réu, eles tentando convencê-lo a reconhecer seus erros e deles abjurar, enquanto Menocchio exultava com as próprias palavras, expondo sua cosmogonia fantástica, dizendo que os anjos haviam sido produzidos a partir da mais perfeita substância do mundo, assim como os vermes nasciam do queijo [...] (VAINFAS, 2002, p. 81).

Ao lermos as obras de Ginzburg, sempre estamos (re)elaborando inúmeras perguntas, pois ele convida o leitor e os historiadores do futuro a questionar-se e a não se contentar com o comum, convida-nos a utilizarmos a narrativa a nosso favor, estando sempre subordinados às fontes. O caso de Menocchio é realmente singular. Aqueles historiadores que desqualificam a experiência única de um sujeito que é puro discurso não conseguiriam extrair das fontes uma verossimilhança narrativa que se aproximasse do período vivido; o texto mescla os sentidos fictícios e factuais, costumeiramente tratado por seus adversários como textos meramente literários. Nesse sentido,

Enquanto conta a história de Menocchio, de seu tempo, de sua aldeia, ou melhor, em meio à narrativa do caso, Ginzburg esmiúça a cosmogonia de Menocchio, nutrida das poucas leituras que fizera na vida, misturadas com a experiência do mundo rural, a qual pôde enveredar, nas digressões laterais que o réu apresentou para os inquisidores, para considerações sobre as extravagâncias do mundo, os pigmeus, canibais, monstros de todo tipo. Uma cosmogonia “substancialmente materialista e tendencialmente científica”. Para se defender das acusações e demonstrar a licitude de suas idéias, Menocchio recorreu às *mirabilia* do livro de Jan de Mandeville – um livro de viagem às partes ignotas do mundo, ao Oriente, viagem que Mandeville jamais realizara de fato. A situação-limite de um homem

como Menocchio, na fronteira entre a cultura letrada das elites e a experiência de uma cultura popular transmitida oralmente, eis o que, por meio da saga deste moleiro italiano, Ginzburg apresenta para o leitor especializado e interessado no conceito de circularidade cultural que o personagem encarna. Já o leitor menos preocupado com os conceitos e mais interessado em conhecer a tragédia de um simples moleiro processado pela Inquisição no século XVI [...] (VAINFAS, 2002, p. 83).

É a partir de uma história que à primeira vista parece ser quase que biográfica que Ginzburg (1987) está rigorosamente desenvolvendo a aplicabilidade do Paradigma Indiciário, buscando os contornos em que Menocchio estava inserido, utilizando um personagem para desnudar aspectos fundantes da igreja católica e de seus processos inquisitoriais.

Quanto ao destino de Menocchio, qualquer leitor terminará o livro conhecendo um pouco mais sobre a Inquisição. Um pouco mais sobre sua margem de tolerância, pois do primeiro processo Menocchio saiu “reconciliado”, embora condenado a usar hábito penitencial perpétuo. Um pouco mais sobre seu rigor contra os relapsos e pertinazes, pois como Menocchio voltou a “pregar” suas heresias, acabaria novamente processado, e desta vez executado na fogueira, pelos idos de 1599, quase no mesmo ano em que se concluiu o processo contra o ex-frade Giordano Bruno, vítima célebre da Inquisição pontifícia. (VAINFAS, 2002, p. 82-83).

A repercussão da condenação e execução de Giordano Bruno, intelectual, polímata e mundialmente conhecido, foi coincidentemente conterrâneo de Menocchio em seu período de morte, Menocchio executado em 1599, Giordano em 1600. O trabalho de Ginzburg revela a importância dada àqueles sujeitos que seriam esquecidos pela história, Giordano, até hoje lembrado por suas célebres obras e por sua atuação intelectual e política na época, tem sua história preservada, mas Menocchio só se tornou conhecido através da narrativa de Ginzburg. Este simples moleiro passaria despercebido nos trabalhos históricos, assim como milhares de sujeitos assassinados e condenados ao longo da história. O paradigma indiciário “Trata-se, portanto, de uma análise do tipo qualitativa, que não requer critérios matemáticos ou estatísticos, visto que não almeja uma generalização dos resultados, mas sim **uma topologia das singularidades**”. [...] (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 128-129, grifos nossos).

Extraímos do *Queijo e os Vermes* a enfática necessidade de observarmos os preâmbulos das fontes, de priorizarmos o fato vivido pelo sujeito a partir da narrativa, de

olharmos para o texto conectados com aquele tempo, de ficarmos atentos para as possíveis armadilhas das fontes.

A dimensão icônica da realidade no que se refere à relação com o indício é racional e irracional concomitantemente e não se propõe a tomar “partido prévio”. E não tomar partido prévio significa que não se parte de uma escolha deliberada; o sujeito não sabe o que o encanta (afeta), somente sabe que pretende retornar (e retorna) a um lugar cujo ponto de origem desconhece. (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 137).

O cuidado é uma ferramenta indispensável para o analista de indícios e, ao utilizar o paradigma indiciário, estamos conectados com os historiadores que não se contentaram com uma história genérica, burguesa e estadista, estamos honrando os historiadores que prezam pelos sujeitos marginalizados, por aqueles e aquelas que estão até os dias atuais escondidos nos escombros da história. Para Tfouni e Pereira (2018),

O paradigma indiciário é amplamente utilizado nas ciências não empiristas, e serve de ancoragem para as disciplinas de interpretação, como é o caso da análise do discurso e da psicanálise. Ginzburg faz uma diferenciação entre dois tipos de paradigmas que estariam em vigor nas ciências modernas: o galileano e o indiciário. As disciplinas que o autor denomina indiciárias são “eminentemente qualitativas” e não podem, por princípio, ser enquadradas no paradigma galileano, segundo o qual o dado é objetivo e transparente, e pode ser observado diretamente. (p. 128).

Outras obras concomitantemente importantes e que nos revelam a magnitude de sua perspicácia narrativa e analítica são: *Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII* (1988); *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício* (2007); *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa* (2004). Obras que são de suma importância para o entendimento da maneira como Ginzburg estabelece a escrita da história baseada em indícios. É preciso entender que a narrativa é um elemento crucial para Ginzburg, pois este autor está sempre reafirmando os usos da história e da historiografia na atualidade,

Afirmar que uma narração histórica se assemelha a uma narração inventada é algo óbvio. Parece-me mais interessante indagar por que percebemos como reais os fatos contados num livro de história. Em geral se trata de um resultado produzido por elementos extratextuais e textuais. [...] (GINZBURG, 2007, p. 18).

Percebemos que Ginzburg, em incontáveis momentos durante a escrita de suas obras, está estabelecendo um diálogo com os historiadores do futuro, com uma precisa necessidade de explicar a quais usos o paradigma indiciário poderá servir e a quais relações de força este paradigma está subordinado e contraposto. Sobre os pressupostos do paradigma indiciário, destacam-se quatro pontos,

Os pressupostos fundantes de tal paradigma são: 1 – o sujeito não é um ser empírico, quantificável, nem descritível por critérios sociológicos como renda familiar, idade, grau de instrução etc. O sujeito aqui é considerado como uma posição discursiva que decorre do processo de interpelação ideológica e da submissão ao desejo do grande Outro; 2 – como decorrência, não existe um sujeito, mas sim posições de sujeito, e para cada posição há sentidos que são permitidos/proibidos de serem ditos; 3 – o sentido dos enunciados não está diretamente acessível ao analista. Para atingi-los, deve-se recorrer a um aparato teórico. A relação entre o dizer e o sentido é indireta, devido à opacidade da linguagem; 4 – o papel do analista é decifrar as determinações históricas e inconsistentes que fazem com que o discurso seja um, e não outro, e, para tanto, ele (analista) deve estar constantemente checando a teoria à medida em que realiza suas análises. (TFOUNI; PEREIRA, 2018, p. 128).

A partir deste cenário, ao visualizarmos um breve esboço acerca dos usos do paradigma indiciário, ao transitar pelo final do século XIX e estabelecer a contraposição entre a historiografia tida como “positivista” e a história na perspectiva indiciária, estamos remontando um arcabouço de profundidade científica importante para os próximos passos desta dissertação. Destaco que o tópico anterior e este tópico tiveram o compromisso de apresentar ao leitor em quais condicionantes teóricas e metodológicas esta pesquisa está inserida; não poderíamos deixar de debater essas questões para não incorreremos na problemática de tangenciar a escolha teórica que fundamenta a nossa investigação.

O próximo e último tópico deste capítulo será responsável por introduzir ao leitor a nossa hipótese de que Pindobal é uma instituição invisibilizada pela narrativa histórica paraibana. Nesse tópico, fundamentaremos, de maneira mais efetiva, os usos do paradigma indiciário para esta pesquisa, identificando as fontes que serão abordadas, os locais visitados e os informantes a que tivemos acesso. Esses três tópicos, juntos, têm o compromisso de atingir o objetivo de: Articular Teoria, Método e Objeto, desenvolvendo a fundição do objeto possível através do Paradigma Indiciário e suas raízes, justificando uma possível invisibilidade historiográfica sofrida por Pindobal.

2.3 O Tecelão do tempo: narrativas de uma invisibilidade historiográfica a partir de Pindobal

A figura do Tecelão ajudará nosso intento narrativo a tecer a hipótese de que Pindobal é uma instituição que não foi tratada de modo singular, ao longo de mais de oitenta anos de funcionamento, pela historiografia paraibana. Pindobal esteve sempre à margem dos livros de história local, embora esta instituição estivesse no imaginário social, naquilo que Gaião (2013) chamou de zona pindobalense para se referir ao local real e ao imagético daqueles que, porventura, poderiam ser enquadrados como desviantes e, conseqüentemente, adentrar e permanecer na instituição. Pindobal é uma instituição do século XX extremamente curiosa, atravessada pelos discursos psiquiátricos, jurídicos, religiosos, pedagógicos e do trabalho, é uma instituição que foge à lógica convencional da imutabilidade e da previsibilidade.

Para conhecermos Pindobal, precisamos da ajuda de um personagem singular: o tecelão, em especial, o tecelão do tempo¹⁰, capaz de utilizar os fios documentais em seu tear de hipóteses para a construção de um tapete narrativo. É um sujeito que está sendo transportado através do espaço temporal, por intermédio de seus fios documentais, cujo olhar está condicionado ao chão em que ele pisa (BOFF, 1999), à sua vivência e a seus referenciais teóricos; é um personagem cuja capacidade é colocada em prova a todo momento, é testada, verificada e indagada.

Ao longo de todo o trabalho, a figura do tecelão estará presente, mesmo quando este não for mencionado. Tecer os fios que irão nos conduzir a uma viagem através do tempo é uma tarefa, no mínimo, pretenciosa, requer cuidado e passos curtos; é necessário entrelaçar os fios milimetricamente nos furos do tear, ziguezagueando e passando fio por fio naqueles pequenos buracos, construindo linhas tênues e firmes o suficiente para agregarem todos os fios que estiverem por vir e, assim, formarem uma unidade homogênea. O tecelão deverá, primeiramente, tecer os fios da estrutura de seu tapete, conduzindo horizontalmente fio por fio, até que consiga fazer uma estrutura completa para receber a trama e entrelaçá-la verticalmente, que será responsável por dar forma ao tapete, escondendo, à primeira vista, a estrutura horizontal.

¹⁰ O leitor poderá entendê-lo como sendo: Historiador, Narrador, Contador de Histórias, Cientista Social ou até mesmo um simples Cronista. Não importa a sua denominação, o importante será compreender os elementos que o conduziram ao presente texto e como este personagem nos ajudará a compreender a complexa e extensa produção da narrativa histórica sobre Pindobal.

Ao olharmos o tapete totalmente tecido, só conseguiremos visualizar uma parte de seus fios e, ao mesmo tempo, a sua totalidade; enxergaremos, nitidamente, a trama que une todos os fios, pois a estrutura tecida pelos primeiros fios ficará oculta, a estrutura só será acessada se virarmos o tapete de ponta cabeça ou se cortarmos uma parte do tapete, esmiuçando-o por completo até que ele se torne fios novamente, embora perca a sua finalidade. O tear que falamos é aquele rudimentar, objeto retangular de madeira, cuja fragilidade é perceptível aos olhos; e este será nosso instrumento de condução dos fios documentais: um tear de hipóteses que poderá ser quebrado ao longo da produção do tapete de narrativas ou conseguirá resistir aos firmes trançados dos fios e à técnica do tecelão.

Iniciaremos, então, pelos fios, a matéria-prima, sem eles o tapete não poderá ser tecido. Os fios são responsáveis por toda a estrutura e a forma do tapete; embora sozinhos não serão úteis, os fios deverão ser submetidos à técnica do tecelão, que, por sua vez, deverá ter o máximo cuidado para não os emaranhar nem os cortar no tempo indevido. O fio sem o tecelão será apenas um fio, nunca se tornará tapete, e o tecelão sem os seus fios será apenas um homem/mulher desprovido/a de exercer sua profissão. O leitor já deverá ter entendido, a essa altura, qual é o papel do tecelão neste trabalho. Para Ginzburg (2007), os fios são tão importantes quanto para o tecelão do tempo,

Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. O que une os capítulos deste livro, dedicados a temas muito heterogêneos, é a relação entre o fio – o fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade – e os rastros. [...] (p. 7).

Ginzburg (2007), ao justificar a escolha por temas heterogêneos, em seu livro *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, está conduzindo o leitor a um emaranhado de fios que possuem uma conexão direta entre o fio do relato e os rastros. Aqui, percebemos que os rastros que esses fios deixam são tão importantes quanto o próprio fio. Não saberemos se o tecelão do tempo será capaz de, ao utilizar seus fios, encontrar os rastros que contam sobre a produção desse fio, sobre o caminho que o fio percorreu até chegar às mãos do tecelão e sobre quais condições humanas esse fio foi produzido. Só podemos alertar o leitor de que o fio sempre estará condicionado aos rastros de quem o produziu, cabendo ao tecelão a capacidade de visualizá-los ou tangenciá-los.

O fio poderá ser de lã ou de algodão, sua origem poderá vir de uma planta ou de um animal. Como, então, saberemos se a lã ao ser retirada estabeleceu critérios de corte eficientes e de respeito para com o animal que sofreu o corte? Caso o fio seja de algodão, como poderemos saber se a planta que o produziu recebeu água suficiente para sua produção, se foi cultivada intencionalmente ou encontrada em um ambiente selvagem e incontrollável? As hipóteses são inúmeras, poderíamos levar horas falando sobre os rastros que seriam possíveis encontrarmos ao nos depararmos com o fio, mas esse não é nosso intento. Aqui caberá o trabalho com outro tipo de fio: o fio documental, afinal, só poderemos tentar identificar os rastros desse tipo de fio na medida em que o expomos.

Iniciamos, então, com dois tipos de fios: 1) aqueles que foram encontrados e expostos no primeiro capítulo, em específico na seção *A escrita do outro e as reflexões sobre Pindobal a partir da vista de um ponto*. Esta seção tratou de abordar as produções científicas encontradas sobre Pindobal; 2) sobre a produção historiográfica a respeito da história local de Mamanguape, indo em busca de obras raras e de autores que a seu modo e ao seu tempo contribuíram para a consolidação de uma imagem histórica a respeito de Mamanguape. Iniciamos deste ponto porque é a partir desses trabalhos que as primeiras hipóteses começam a ser delineadas para este trabalho.

O leitor poderá se perguntar: Por que não começar pelo trabalho monográfico? E respondo: A monografia foi produzida em um momento específico de formação e de inquietações provocadas pelo PIBIC, utilizando majoritariamente fios produzidos pela imprensa, de documentos de jornais encontrados em sua maioria na Biblioteca Nacional Digital, que estarão disponíveis durante toda a escrita desta dissertação. Já os trabalhos produzidos sobre Pindobal, estiveram orientados por correntes teóricas e objetivos que são próprios de cada pesquisa, a partir da inquietação e do olhar de cada pesquisador/pesquisadora, e é partindo deste elemento que queremos iniciar o acesso aos fios documentais sobre Pindobal

Chamaremos de obras de história local os livros que estão disponíveis nas bibliotecas, nos sebos e nos arquivos públicos ou privados, que tratam sobre a constituição da história de Mamanguape (este material é tratado como fonte). A maioria das obras não estão em circulação, ou seja, são obras esgotadas e, em sua maioria, raras, que possuem poucos exemplares. As obras encontradas no IHGP são as seguintes: *Mamanguape, a Fênix Paraibana*¹¹; *Mamanguape Minha Terra: Estudos Sociais Edição Ilustrada*¹²;

¹¹ Obra publicada em 1986, por Adailton Coelho Costa.

¹² Obra publicada em 1992, por Adailton Coelho Costa e Sebastião Alves Lins.

*Pedaços da História de Mamanguape*¹³; *Nobliarquia Mamanguapense*¹⁴; *História da Freguesia de Mamanguape: 380 anos de instalação 1630/2010*¹⁵; *Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape: Em comemoração aos 120 anos de instalação do Tribunal de Justiça da Paraíba 1891/2011*¹⁶; *Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município*¹⁷.

Nenhuma dessas obras pode ser classificada como obra de memorialista, de modo que elas partem de inquietações e vontades de sujeitos que viveram em Mamanguape/PB e que possuem algum tipo de relação com a região. As obras memorialistas possuem algumas características, como a ausência de fontes, os relatos pessoais a partir de determinadas impressões, ausência de protocolos metodológicos de catalogação, definição e tratamento das fontes, ausência de análise crítica, predominância de características do tempo vivido e do saudosismo, são obras que atendem aos interesses pessoais de quem elabora.

Dito isto, todas as obras tratadas neste capítulo desenvolvem suas narrativas a partir das fontes, mesclando história-oral com documentos. Quase sempre são obras que exacerbam o ponto de vista do escritor, mas que estão ancoradas em fundamentos teóricos e metodológicos. Essas obras foram escritas e publicadas por autores que viveram em Mamanguape, trabalharam e constituíram família na região, que possuem notória relação política com a cidade, são sujeitos que viveram no período de funcionamento da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), inclusive exercendo cargos na instituição – é o exemplo do professor Adailton Coelho Costa e de José de Oliveira Ramos. Nosso intuito em abordar essas obras é verificar se Pindobal é visibilizada, tendo em vista o vasto conhecimento sobre Mamanguape e a instituição, como também a maior facilidade de acesso a fontes por parte de alguns autores – aqueles que exerceram algum cargo em Pindobal.

Dessa maneira, iniciaremos com os trabalhos científicos para irmos ao encontro das produções sobre a história local. O olhar de Amorim (2013), ao buscar elucidar categorias como *juventude pobre*, *criminalização*, *práticas punitivas e subjetivação*, através das práticas de instituições de internação como Pindobal e o Centro Educacional do Adolescente (CEA), apresenta, à primeira vista, que Pindobal está no debate do campo

¹³ Obra publicada em 1993, por José de Oliveira Ramos (Vigarinho).

¹⁴ Obra publicada em 2008, por Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

¹⁵ Obra publicada em 2010, por Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

¹⁶ Obra publicada em 2011, por Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

¹⁷ Obra publicada em 2008, por Adiel Alves Rodrigues.

da psicologia, especificamente no intento de compreender como as práticas punitivas são exercidas nestas instituições, com o objetivo de “[...] analisar a criminalização da juventude pobre e os processos de subjetivação através da **história da institucionalização das práticas punitivas na Paraíba, de Pindobal ao CEA**” (AMORIM, 2013, p. 16, grifos nossos). A partir de relatos orais de ex-internos e de ex-profissionais da instituição, Amorim (2013) expõe que,

Os ex-internos de Pindobal relataram que havia à palmatória (o chamado “bolo”), mas batia-se também com outros instrumentos (cintos, cipó...); havia o castigo de obrigar o interno a ficar de joelho; e também o de cortar a alimentação. Essa “tipologia” dos castigos não se fez presente nas entrevistas dos ex-profissionais; a maioria identificou castigos desse tipo como pertencentes a uma época passada, classificando como castigo de sua época o de ficar sem ir para os passeios, por exemplo. (p. 140).

Pindobal, desse modo, seria uma instituição que utilizaria, de maneira institucionalizada, as punições e os castigos, ou seja, utilizaria, com algum tipo de justificativa e conscientemente, as *práticas punitivas*. Estas práticas são exercidas e reforçadas no intuito de “educar”, “disciplinar”, “corrigir”, de tornar aquele que é invigável em uma perfeita harmonização da envergadura da instituição. Aqui, existe uma competição declaradamente cruel: a instituição que tenta tornar aquele sujeito apto para as suas ordens, obediente, dócil e mentalmente frágil para tomadas de decisões autônomas, aquela que se diz capaz de regenerar o irrecuperável; por sua vez, aquele sujeito, crianças e adolescentes que estão sujeitados às ordens da instituição, têm duas alternativas: ou se dobram e aceitam, passivamente, as ordens e as punições que lhe esperam ou utilizam de inúmeros artifícios e estratégias para burlar, contestar e recriar novos mundos possíveis a partir da fuga, da desobediência e do questionamento.

Partindo desta informação e não nos atendo apenas à prática punitiva, mas tentando compreender os fios que fizeram com que Pindobal fosse criada na Paraíba, a serviço de quê e de quem e como os sujeitos encaminhados até essa instituição estariam condicionados a essas práticas, é que vamos ao encontro de Pindobal.

As causas relatadas pelos ex-internos para os castigos eram diversas: fugir, chegar atrasado para entrar em fila, não ir para a missa, [...] as ações que motivaram o castigo eram, de forma geral, ações que iam de encontro às normas institucionais. [...] O controle do tempo pode ser visto em Pindobal através dos relatos sobre suas características militares: hora para acordar, hora para se alimentar, hora para ir à

escola, hora para trabalhar, hora para assistir à missa. Todo o tempo é controlado. [...] (AMORIM, 2013, p. 141).

Então, destacamos o nosso primeiro fio: 1) Pindobal exercia uma prática punitiva? Caso a resposta seja positiva, prossigamos: Com quais intenções e objetivos? Como se configuraria tal prática? Seria institucionalizada ou velada? Ainda sobre as punições, Amorim (2013) destaca um fio importante: o discurso do trabalho, o trabalho compulsório. Assim,

[...] em Pindobal algo específico que apareceu em relação às punições diz respeito ao discurso do trabalho como castigo, presente nas entrevistas dos ex-internos mais antigos, que estiveram em Pindobal nas décadas de 1940 e 1950. [...] Os jovens de Pindobal das épocas posteriores começaram a apresentar um discurso do trabalho como educativo, formador. [...] (AMORIM, 2013, p. 142).

O trabalho de Amorim (2013) com relatos orais é importante, do ponto de vista da narrativa de Pindobal, a partir da visão de ex-internos e ex-profissionais. Guardemos, por hora, as informações obtidas anteriormente para que possamos montar a estrutura de nosso tapete, e que nos será útil para o objetivo que pretendemos desenvolver neste trabalho. Amorim (2013) utiliza uma abordagem Foucaultiana para trabalhar com a categoria de *prática punitiva*. Para a autora, em comunhão com Foucault,

Em suas análises, Foucault (1975/2010) não aborda os mecanismos punitivos apenas através de seus efeitos repressivos, mas discute-os a partir de uma série de efeitos positivos que eles podem induzir. O autor exemplifica apresentando uma relação entre os regimes punitivos e os sistemas de produção: em uma economia servil os métodos punitivos teriam a função de conseguir mão de obra complementar; em uma economia de comércio apareceria o trabalho obrigatório e a casa de correção; já no sistema industrial, devido às suas exigências de mercado de mão de obra livre, haveria uma detenção com fins corretivos (AMORIM, 2013, p. 62-63).

Essa caracterização da prática punitiva, grosso modo, nos ajudará posteriormente a validar a procura por nosso primeiro fio documental. Outro trabalho que tratamos no capítulo anterior é o de Gaião (2013), cujo tempo e esforço se dedicou à temática do enlouquecimento, em sua Tese trabalhada no campo da sociologia. Gaião (2013) busca, através da história local, as forças que tutelam e legitimam a *loucura*, categoria que é estabelecida de acordo com este autor como sendo configurada de múltiplas formas. Percebemos que existe um elemento em que a categoria *loucura* possa a ser percebida em

comunhão: a deslegitimação da capacidade do outro, a dúvida constante se o outro é capaz de estabelecer condutas racionais e lógicas na visão daquele que institui a *loucura*, ao apontar que o saber e as condutas do “louco” são contestáveis; este, por sua vez, é um ser corrompido e deve ser contido, “Esforçamo-nos então para reconstruir as histórias dos rostos insanos na cidade de Campina Grande rostos que buscam retirar o véu da ‘verdade absoluta’ que julgam possuir sobre a loucura [...]” (GAIÃO, 2013, p. 17).

Para Gaião (2013), seria importante trabalhar com os tidos *loucos* e com aqueles que cuidariam da loucura, como uma condição conquistada de “doutor da loucura”, (GAIÃO, 2013, p. 15). A tese menciona Pindobal apenas uma única vez, mas essa pronúncia é curiosamente interessante, ao anunciar os locais que “cuidariam da loucura” ou do próprio afastamento do tido como louco da sociedade. Gaião (2013) aponta que,

[...] na entrevista do psiquiatra Dr. Eusébio, ele também a isso se refere, dizendo: *É na verdade, pelo que eu recordo e recordo isso através de minha mãe, ela se referia, que à época, ou seja, antes da instituição coercitiva, do “eu vou te internar no IPP”, era muito comum que nas famílias, como forma de ameaça pra toda e qualquer pessoa que praticasse alguma modalidade de desvio, fosse aplicada essa diretriz ou fosse feita essa advertência: “se você insistir, eu vou lhe internar no Pindobal”*. (Dr. Eusébio). (p. 87, grifos nossos).

O imaginário social sobre Pindobal está presente na fala de Dr. Eusébio, psiquiatra da “[...] terceira geração de psiquiatras, [...] recebera o título de especialista em Psiquiatria, em 1982, pela Associação Brasileira de Psiquiatria [...]” (GAIÃO, 2013, p. 116). Através da fala de sua mãe que Pindobal é concebida como instituição que deveria conter os desviantes. É importante destacar que os desvios, condutas vistas socialmente como impróprias, são historicamente instituídos e validados por sujeitos comuns, por pais, mães, pelo religioso da comunidade, pelo funcionário do estado ou por um juiz; o profissional da psiquiatria seria aquele sujeito que daria o último rótulo, seria a última instância de salvação ou de banimento do “louco” da sociedade.

Em consonância com o relato de Dr. Eusébio, a monografia de Azevedo (2011) – para a obtenção do título de bacharela em arquivologia – desenvolve uma análise sobre o processo de transparência da informação na 2º vara da infância e juventude da Paraíba. Ela cita Pindobal uma única vez em seu trabalho:

No concernente ao 2º cartório (denominação recente para a escola correcional) sabemos que esta foi outra iniciativa importante para aquelas épocas: a criação, em 26 de junho de 1930, da Escola

Correcional de Pindobal, pelo Governo do eminente Presidente João Pessoa, com a finalidade de educar o menor abandonado e corrigir o menor infrator. (COSTA *apud* 2000, TEIXEIRA). Sabe-se, no entanto, que para ali foram encaminhados grandes levas de infratores e até não-infratores, jovens com desvio de conduta, utilizando muitas vezes das ameaças – “OLHE EU LHE MANDO PARA PINDOBAL”. Vê-se, pois, que mesmo em iniciativa desta sorte, com o propósito de educar, o linguajar era forte e discriminador. [...] (AZEVEDO, 2011, p. 24).

Reservemos, então, nosso segundo fio documental: 2) Pindobal é uma instituição socialmente vista como regeneradora de desvios. Quem seriam, nesse sentido, os sujeitos encaminhados a esta instituição? Estariam sujeitos tidos como desviantes a partir de qual ordem: são desviantes instituídos pela psiquiatria ou pelos sujeitos sociais que não possuem nenhuma formação para instituir tal conduta? Eram encaminhados pelo poder judiciário? Por qual motivo existem registros de Pindobal no segundo cartório da vara da infância e adolescência da Paraíba? Esse segundo fio está na ordem do sujeito, do individual, daquele que fora marginalizado e visto como criminoso em potencial. Em diálogo com o nosso segundo fio, Andrade (2014), em sua Tese¹⁸, ao utilizar a Revista do Ensino (Ano X, nº 17, 1942, p. 27-28), aponta que o professor Mario Gomes define “[...] características de bons e maus escolares” [...]. (ANDRADE, 2014, p. 101).

Andrade (2014) prossegue em seu texto, cujo objetivo é apresentar os contornos acerca da categoria modernização na cidade de Campina Grande, no período de 1919 a 1942, com foco investigativo o Instituto Pedagógico. No texto de Andrade (2014), o professor Mario Gomes é um sujeito que merece nossa atenção. Em uma nota de rodapé, Andrade (2014) aponta:

[Mario Gomes] Foi também professor do *Reformatório de Pindobal*, também concebido como uma escola profissionalizante para menores infratores, localizado próximo a cidade de Rio Tinto/PB. Nesta ocasião teve sob seus cuidados “[...] uma criança anormalíssima de 8 a 9 anos, cuja inclinação maior era o trabalho na enxada. Não gostava nada de classe e o seu trabalho predileto desempenhava com a maior satisfação, perfeição e interesse”. [...] (p. 101, grifos nossos).

O relato do professor Mario Gomes possui um enredo parecido com a ideia do professor Sizenando Costa; para Sizenando, a educação e a pedagogia deveriam ser voltadas para o trabalho agrícola. Sizenando, em sua obra *A educação Rural* (1941),

¹⁸ Trabalho defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

destaca que a educação deve ser útil para o progresso da nação e que o progresso no Nordeste viria através do trabalho agrícola. O discurso de Mario Gomes, ao referir-se a uma criança de oito a nove anos, provavelmente interna em Pindobal, é curiosamente na direção de destituí-la do interesse das atividades de classe, do livro, da caneta e do próprio processo de aprendizagem. Para Mario Gomes, tal criança de apenas oito a nove anos já teria a certeza de seu papel com o trabalho agrícola.

Nesta fala, emerge a problemática da educação, em especial do processo educativo desta instituição. Evocamos, então, o terceiro fio: 3) Pindobal é uma instituição que utilizava quais ferramentas pedagógicas? Quais são as suas intenções educativas? A educação está em consonância com quais regimes e com quais ideários nacionais daquele período? O terceiro fio documental é posto em estrita relação com o segundo, tendo em vista que o processo educativo deverá sempre ser direcionado ao sujeito que receberá a educação.

Santos (2018), em sua monografia *OS TUTORES DA DESORDEM: uma abordagem histórica sobre juventude e criminalidade*, defendida na Universidade Estadual da Paraíba para o curso de História, faz um breve retrospecto histórico sobre Pindobal, utilizando fontes documentais do trabalho de Amorim (2013),

Através do Decreto-lei nº 1.672, de 10 de junho de 1930, instituições de atendimento ao menor, a exemplo de Pindobal, seriam regulamentadas, para, assim ter a função de receberem menores delinquentes e abandonados entre 12 a 18 anos, educando-os de maneira que pudessem adquirir uma profissão e voltassem regenerados à sociedade, vivendo honestamente. A instituição tinha, nos primórdios do seu funcionamento, um caráter de patronato agrícola; havia um regimento militar, onde havia hora para tudo e as crianças comportavam-se como soldados, indo dormir após o som de uma corneta. Entre as décadas de 40 e 80 o funcionamento e a gestão de Pindobal passaram por mudanças: através de um contrato entre o governo do estado e a congregação Coração de Jesus, durante a década de 1940, a instituição passou a ser administrada por padres holandeses dessa congregação, havendo um regime rigoroso de punições, humilhações e torturas; já entre as décadas de 50 a 80 a instituição ganhou equipes técnicas especializadas com novos profissionais, novas oficinas e cursos profissionalizantes; ademais, foi construído, em 1977, um colégio estadual na região de Pindobal, oferecendo, assim, vagas a alunos que antes precisavam caminhar até o centro da cidade de Mamanguape. (SANTOS, 2018, p. 40-41).

Santos (2018) revela informações importantes que, até o momento, dialogam com os demais trabalhos apresentados anteriormente, e revela novas informações: a administração religiosa durante a década de 1940 e a revelação de que existia um regime

rigoroso de punições corporais. A administração religiosa apontada por Santos (2018) é um fio importante, através dessa denúncia/anúncio, o nosso olhar começa a se ater às fontes religiosas. No jornal *A Batalha* – imprensa do Rio de Janeiro –, encontramos um rastro importante sobre a administração religiosa em Pindobal,

Sera' dada Nova orientação a Escola Profissional de Pindobal. João Pessoa. 28 (A. N.) – O interventor federal, interessado em dar nova orientação A Escola Profissional de Pindobal, onde estão recolhidos cerca de 200 menores vadios e delinquentes, entrou em entendimento com o padre *Henrique van Horrst*, da Congregação do Coração de Jesus, que dirige estabelecimento idêntico em Pernambuco, para assumir a direção da referida Escola. (SER'A DADA..., 1940, p. 2).

Aqui, surge o nome do padre Henrique van Horrst, cujo nome sofre algumas variações ao ser pesquisado, como: Henrique van der Horst. Este religioso é encontrado no site da Província Brasil Recife (BRE), entidade religiosa pertencente à Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. Sobre o padre Henrique Horrst, a instituição aponta que “[...] Em 12 de março de 1938 foi canonicamente ereta por decreto promulgado pelo Conselho Geral a Província Brasileira Setentrional e foi nomeado como primeiro provincial o Pe. Henrique van der Horst [...]” (BRE, 2015).

Logo percebemos as semelhanças entre o nome do padre no impresso *A Batalha* (RJ) e no site da BRE (PE), com apenas variações do nome do pároco e da entidade religiosa da qual ele fazia parte. As informações sobre este religioso e sobre o possível contrato de comodato entre a igreja e o estado, ou entre o religioso e o estado, ainda estão ocultas, embora algumas pistas surgem nas obras de Marcos Cavalcanti de Albuquerque, em especial, no livro: *História da Freguesia de Mamanguape: 380 anos de instalação 1630/2010*, obra que só foi possível ser escrita pelo acesso do autor aos arquivos da Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, em Mamanguape. Albuquerque (2010) escreve sobre a História da Igreja Católica em Mamanguape, atribuindo maior relevância a informações sobre os religiosos, de forma cronológica, o autor, notadamente católico, apresenta a sua visão histórica das atividades da igreja católica em Mamanguape,

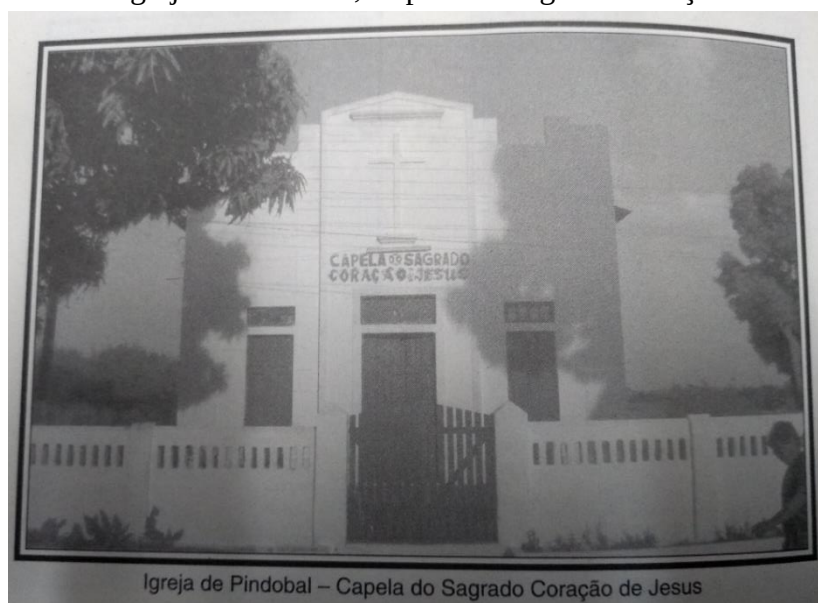
Paróquia e cidade se confundiam no tempo da Colonização e do Império, porque o Catolicismo era a Religião Oficial do Governo Imperial e da Nação. Ainda hoje no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, os constituintes ratificaram a invocação de DEUS, como nas constituições anteriores, para reafirmar que, o nosso país apesar de ser um Estado Laico, não é ateu, mas sim, cristão em sua essência. Os Padres Jesuítas e de outras Ordens Religiosas como

os Beneditinos, os Carmelitas e os Franciscanos, destacaram-se na educação do povo brasileiro. Construíram, assim, uma sociedade Cristã, ao ponto do Brasil ter sido considerado o país mais católico do mundo. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 35).

Nosso objetivo, ao folhear, ler e interpretar o texto de Albuquerque (2010), estava imerso na tentativa de encontrar vestígios sobre a administração religiosa de Pindobal. O autor, em toda sua obra, demonstra sua devoção e respeito pelo catolicismo e destaca nomes de religiosos que estiveram presentes na sua vida pessoal e familiar, “São inesquecíveis; o Padre Francisco Soares de Medeiros, que era padrinho de batismo do meu pai; o cônego Antônio Augusto Pereira de Sousa, quem me batizou [...]” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 104). No parágrafo seguinte, Albuquerque (2010) destaca que, “Depois dos três acima citados, destacaram-se, ainda, Frei Antônio Inocêncio Tavares, Padre Franciscano da Ordem dos Capuchinos, como também o Padre José Geraldo Schult, SCJ, na colônia correcional de Pindobal [...]” (p. 104).

A nomenclatura SCJ, utilizada por Albuquerque (2010), é para denominar a ordem religiosa do Padre José Geraldo Schult, que fazia parte do Sagrado Coração de Jesus, mesma congregação do Pe. Henrique Van der Horrst. A Congregação do Sagrado Coração de Jesus é atribuída como a principal ordem religiosa dos padres que atuaram na comunidade de Pindobal e na Escola Profissional Presidente João Pessoa, inclusive a comunidade de Pindobal possuía a Capela do Sagrado Coração de Jesus, e o centro de Mamanguape, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, conforme imagens a seguir.

Foto 4 – Igreja de Pindobal, Capela do Sagrado Coração de Jesus



Fonte: História da Freguesia de Mamanguape, 380 anos de instalação - 1630/2010

Foto 5 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Mamanguape



Fonte: História da Freguesia de Mamanguape, 380 anos de instalação - 1630/2010

Ainda sobre a ordem religiosa, Albuquerque (2010) enfatiza que,

O Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus de Mamanguape foi fundado no dia 04.11.1889 pelo Vigário da Paróquia Padre João Francisco Soares de Medeiros (padrinho do genitor do autor), que ficou como seu Diretor. No ano de 1930, toma posse como Pároco o Cônego Antônio Augusto Pereira de Sousa (foi quem batizou o autor), em substituição ao Padre João Soares de Medeiros. Assumiu o cargo de Diretor do Centro de Apostolado da Oração até deixar a função de Pároco de Mamanguape, em 27/01/1957. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 157).

O texto de Albuquerque (2010) evidencia uma profunda relação entre a ordem do Sagrado Coração de Jesus e a região de Mamanguape, relação que antecede a criação da Escola Profissional Presidente João Pessoa. Percebemos, com esses vestígios, que os religiosos responsáveis por Pindobal foram encaminhados para lá por já atuarem na comunidade de Pindobal e em Mamanguape (ALBUQUERQUE, 2010).

De todo o livro, Albuquerque (2010) discorre sobre possíveis religiosos que atuaram em Pindobal apenas na página 104. As informações encontradas na Rede Mundial de Computadores (World Wide Web) sobre o Pe. Henrique Horst são escassas,

como também os trabalhos científicos sobre este religioso, devendo essa pesquisa prosseguir com uma minuciosa investigação na Arquidiocese da Paraíba, na Arquidiocese de Pernambuco – nos Arquivos da Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo –, nos arquivos da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em Pindobal, e na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Mamanguape.

Albuquerque ainda escreve mais dois livros sobre a História de Mamanguape: *Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape* e *Nobliarquia Mamanguapense*. Essas duas obras são concebidas com o intento de desenvolver uma História local sobre a região de Mamanguape. O autor Marcos Cavalcanti de Albuquerque, nascido em Mamanguape em 1950, é desembargador e professor universitário, ocupa a cátedra de número 17 no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, possui uma vasta trajetória política.

Ao buscar as obras escritas por Marcos Cavalcanti de Albuquerque sobre a História de Mamanguape, temos o objetivo de tentar visualizar a história da Escola Profissional Presidente João Pessoa ou de acessar os fios que nos levem a outras fontes. Em sua obra *Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape*, cujo objetivo é apresentar a relação do Poder Judiciário com a região de Mamanguape, a Escola Profissional Presidente João Pessoa é apontada uma única vez, através de uma imagem, conforme demonstramos a seguir.

Foto 6 – Antigo Internato Estadual de Menores de Pindobal



Fonte: Poder Judiciário, História da Comarca de Mamanguape

A foto 6 do prédio da instituição possui o título de internato Estadual, acreditamos que essa imagem reflita sobre um dado período, cuja instituição foi administrada pelo Estado paraibano. O curioso é que a imagem está na obra de Albuquerque (2011), na seção de Notas e Fatos, e não possui mais nenhum registro escrito ou iconográfico sobre a instituição, configurando para este leitor um verdadeiro mistério.

Na obra *Nobliarquia Mamanguapense*, Albuquerque (2008) desenvolve uma análise histórica sobre a origem das famílias tradicionais de Mamanguape, incluindo a sua família, um fio importante que nos levou a trazer este livro para este trabalho, que é sobre a chegada da família dos Cavalcanti Albuquerque na Paraíba,

Subindo para o Norte, a partir de Pernambuco, o ramo dessa família veio para o povoado de Pindobal, Município de Mamanguape, onde adquiriu terras à margem direita do Rio Mamanguape, no Século XVIII, e construiu o Engenho Guarita, no Século XVIII, que foi transformado na Usina Monte Alegre no ano de 1940. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 47).

A família Cavalcanti de Albuquerque é uma família tradicional de Mamanguape, inclusive fixando moradia na comunidade de Pindobal no século XVIII. A relação que o autor possuía com Mamanguape parece ser uma relação de gratidão à terra que abraçou os seus ancestrais. Um ponto importante para a nossa análise é a ausência de relatos ou de fatos sobre a Escola Profissional Presidente João Pessoa em suas obras, não sabemos se este autor não teve acesso a essas fontes ou se simplesmente não as considerou como importantes para as suas análises históricas, o fato é que: a comunidade de Pindobal e a instituição são tangenciadas nas obras de Albuquerque (2008; 2010; 2011).

Ainda durante a investigação no IHGP, em especial, no acervo disponível para consulta de Marcos Cavalcanti de Albuquerque, onde encontramos as suas obras, tivemos contato, também, com uma obra importante, escrita por José de Oliveira Ramos (Vigarinho). A obra *Pedaços da História de Mamanguape* foi presenteada a Marcos Cavalcanti conforme dedicatória na capa do livro; não sabemos se foi o seu autor quem o presenteou, mas acreditamos que não, pois o autor faleceu antes da obra ser lançada, conforme o prefácio noticia “[...] Lamentavelmente o autor desta obra faleceu em 19 de fevereiro de 1993, portanto antes desta publicação”. (SOUZA, 1993, p. 9).

Essa obra foi produzida por Ramos (1993) e aponta uma história geral sobre o Município de Mamanguape. A prefaciadora informa ao leitor que,

Não fora seu fato de pesquisador e guardião fiel de verdadeiras relíquias históricas, já não mais seria possível reconstruir, tornar conhecida e transmitir com base no seu “velho arquivo”, passagens da história de Mamanguape, que sua comunidade não soube valorizar nem preservar. Antes mesmo de escrever este livro, Vigarinho alertava a consciência para a preservação da história e cultura locais, além de ser o informante seguro, autêntico contador-de-história dos feitos de seus antepassados, tendo sido mencionado pelo mestre Adailton Costa como provedor de subsídios para o livro deste: “Mamanguape a Fênix Paraibana”, publicado em 1986. (SOUZA, 1993, p. 7).

Diante deste trecho, prefaciado por Nilza Fernandes de Souza, percebemos que o autor possui vasta fonte documental; ao lermos essas primeiras linhas, ficamos animados com o que poderíamos encontrar sobre Pindobal. Logo no Capítulo I, sobre a breve trajetória de José de Oliveira Ramos (Vigarinho), é apontado o seguinte:

[...] nasceu na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba em 11 de fevereiro de 1910. Filho de Antonio da Silva Ramos (PIABA), 1º Tabelião da cidade de Mamanguape e de Ricardinha A. de Oliveira Ramos. Prestou o serviço mililar como voluntário, em 1930 com destino ao Rio de Janeiro, onde serviu no 1º Regimento de Infantaria, hoje, regimento Sampaio, sediado na Vila Militar. Foi promovido, por concurso, ao posto de Cabo. Em 1932, foi deslocado para a Cia. De Fronteiras, na cidade de foz do Iguaçu-Paraná, onde serviu até 20 de fevereiro de 1936, quando foi licenciado por haver requerido, sendo promovido para a reserva ao posto de 3º Sargento, ganhando o privilégio de inúmeros elogios, pela conduta e pelos bons serviços prestados, durante sua carreira militar. *De regresso a sua cidade natal, exerceu o cargo de Instrutor de Educação Física e Militar, por quatro anos, na Escola Profissional Presidente João Pessoa, em Pindobal, durante as gestões dos Diretores: Professor Clerot Danile de Araújo, Professor Francisco Lucas de Souza Rangel, Professor José Bento de Moraes e por último, na gestão do professor Pedro Jorge de Carvalho, quando solicitou sua demissão.* [...] (RAMOS, 1993, p. 13, grifos nossos).

E, para grande surpresa deste pesquisador, encontramos, na primeira página desta obra, valiosas informações sobre o autor e sobre a sua atuação na instituição, bem como o nome de alguns diretores que passaram pela instituição durante os quatro anos em que o autor exerceu o cargo de professor. Em outro momento, Ramos (1993) apresenta a sua visão sobre a instituição de Pindobal,

[...] Os antigos campos de Guarita, onde as últimas canas caianas se esvaziam comida pela broca, estão hoje cobertos de P.O.J., e mais além, em áreas farpadas de arame, pastam zebus pesados, num belo quadro

de evolução agro-pecuária. Daí mesmo, há cinquenta anos, o comandante André de Albuquerque Maranhão, impondo na nobreza histórica de seu nome e na importância de suas vestes escuras, se arrastava em cabriolet cansado, o banguê rugia esmagando a cana preta, as vacas crioulas remoendo na bagaceira. *Pindobal é uma fundação experimental de agricultura que se vem fixando a serviço da infância. Turmas e turmas de pequenos delinquentes e anormais podem achar nos campos, oficinas e escolas do estabelecimento, a cura, a profissão, as noções morais, os caminhos retos para uma forte e profícua vivência. Felizmente que os governos do Estado da República acordaram diante da queda ou das perspectivas de Mamanguape. [...] Pindobal! Jamais chegou a ser o que profetizava o insigne Celso Mariz [...].* (RAMOS, 1993, p. 49-50, grifos nossos).

Os antigos campos de Guarita a que Ramos (1993) se refere são a propriedade da família Albuquerque, transformada em usina Monte Alegre em 1940, outra questão a saber é: o que profetizava Celso Mariz? Importante nome da intelectualidade paraibana no século XX. Não sabemos ainda se existe uma relação direta entre a família Albuquerque e a criação de Pindobal; sabemos que Ramos (1993), de maneira proposital ou apenas tentando construir a historiografia a seu modo sobre a comunidade de Pindobal, aproxima a figura de André de Albuquerque Maranhão à imagem de um homem rude e importante. O curioso é que Ramos (1993) aborda, de uma maneira no mínimo peculiar, sobre as terras da família Albuquerque e, em seguida, traz a instituição de Pindobal como uma *instituição experimental de agricultura*. Acredito que, quanto mais procuramos informações sobre Pindobal, mais descobrimos uma certa relação ou tentativa de distanciamento entre os autores que produziram uma história local sobre Mamanguape e a própria instituição de Pindobal.

Acreditávamos, ao iniciar a leitura desta obra, que seríamos contemplados com um vasto arsenal documental sobre Pindobal, mas, infelizmente, esses são os únicos registros na obra de Ramos (1993) sobre essa instituição; resta-nos ir em busca do acervo pessoal deste autor, que talvez esteja em posse de alguma instituição pública em Mamanguape ou até mesmo em posse de seus familiares.

Retomando os escritos de Santos (2018) e a aproximação dos trabalhos científicos produzidos sobre Pindobal, percebemos que o regimento militar e a caracterização do local controlador exercido no imaginário social por Pindobal também são vistos na narrativa de Santos (2018) e até mesmo no relato de Ramos (1993). O quarto fio documental é revelado, e aqui a nossa dúvida começa a surgir através dos atos administrativos: 4) Pindobal, durante a sua criação, em 1930 até 1950 – período que pesquisamos nesta dissertação –, possuiu que tipos de administração? A administração

civil, militar e religiosa estiveram presentes nesta instituição? Caso a resposta seja positiva, em quais períodos? São concepções que estão presentes em todos os momentos ou são características de um/a diretor/a específico?

Continuando a busca através dos fios que foram conduzidos por pesquisadores e pesquisadoras que me antecederam, destaco o trabalho monográfico de Ribeiro (2017). Este é um dos únicos trabalhos que utilizou Pindobal em sua centralidade investigativa, desenvolvido no curso de Antropologia e intitulado: *UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO PRODUTIVA – PINDOBAL*, em que Ribeiro traz dois capítulos destinados a Pindobal: *Um breve histórico da trajetória do centro de educação produtiva-Pindobal* e *Os principais atores: “os internos”*. Ribeiro (2017) utilizou como aporte teórico as concepções de Foucault (2004) e Goffman (1974), trabalhando com as categorias “instituições totais” e “instituições austeras” (RIBEIRO, 2017). Seus principais instrumentos e técnicas de coleta de dados foram a observação participante, a análise documental – embora a pesquisadora destaque neste campo a profunda ausência de material – e os relatos de histórias de vida. Sobre os documentos institucionais, Ribeiro (2017) afirma que,

O CEP ainda se enquadra nesse termo “desconhecido”, principalmente quando se trata de documentos antigos que trate da sua história e do seu funcionamento. Há relatos sobre seus documentos terem sido extraviados e perdidos. A reprodução histórica sobre a instituição, para alguns pesquisadores que tratam da mesma, só foi possível por causa dos anúncios antigos dos jornais que falavam do abrigo na época da sua fundação como a Escola Profissional “presidente João Pessoa”, o historiador Adailton Coelho Costa. Sem muitas informações escritas sobre a história dessa instituição, busquei compreender o que foi e o que é o CEP através dos relatos dos internos e dos ex-internos, dos moradores da vizinhança e de algumas histórias de sua época que os mais velhos contam sobre esse local, de onde surge aquela fala para as crianças desobedientes quando aprontavam alguma trela “vou mandar você para Pindobal”. (RIBEIRO, p. 21-22, grifos da autora).

Portanto, a ausência documental apontada por Ribeiro (2017) é profunda, inclusive caracterizando-se como uma barreira metodológica para o bom andamento de sua pesquisa, por este motivo, a autora optou por se ater de maneira mais direta os relatos orais. O historiador e professor Adailton Coelho Costa, nascido em 30/12/1924 e falecido em 26/06/2006, que Ribeiro (2017) cita, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico, em 10 de setembro de 1993, e Diretor da Escola Profissional Presidente João Pessoa, em 1968. Adailton Coelho Costa foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na primeira

turma da Faculdade de Direito da Paraíba (1955). A referência que Ribeiro (2017) faz a Adailton Coelho Costa é sobre a sua obra *Mamanguape, a Fênix Paraibana*. Encontramos, também, a obra *Mamanguape Minha Terra: Estudos Sociais Edição Ilustrada*. A primeira obra traz uma espécie de história geral sobre Mamanguape e a narrativa do ressurgimento – *a fênix* – é colocada em evidência para enunciar a história de Mamanguape.

Sua obra traz Pindobal no Capítulo XXIII, apresentando, inicialmente, a história dos primeiros possuidores da terra de Pindobal. Costa (1986), ao se referir ao antigo proprietário de Pindobal, destaca que era José Maria Xavier de Carvalho, revolucionário de 1817, que foi preso na Bahia, em 1821, e todos os seus bens, incluindo suas terras, foram confiscados. Costa (1986) demonstra, de maneira cronológica, através de dados cartoriais, a sequência daqueles que compraram as terras de Pindobal, sendo, em 1913, adquirida pelo governo do Estado pelo valor de quarenta e seis contos de réis, após uma negociação entre o então proprietário – o capitão Enéias de Albuquerque Melo – e o governo do Estado. (COSTA, 1986).

No dia 20 de maio de 1913 o governo do Estado fez doação da propriedade de Pindobal ao Governo Federal com a condição de ser naquela propriedade fundado um centro agrícola. Na doação havia uma cláusula que estabelecia a volta da propriedade para o Estado da Paraíba, se não fosse mantida pelo governo a finalidade da doação. Com essa cláusula, face ao descaso do Governo Federal na manutenção do centro agrícola, foi reivindicada a volta da propriedade para o domínio do Estado. (COSTA, 1986, p. 106).

Costa (1986) afirma que havia uma intencionalidade do governo estadual em criar e manter um centro agrícola naquela região, só não sabemos ainda os motivos que levaram o governo estadual a fomentar esse tipo de política. Sobre a Escola Profissional Presidente João Pessoa são destinados cinco parágrafos que trazem valiosas informações sobre a instituição e os seus sujeitos. Costa (1986) afirma que:

O centro agrícola de Pindobal sob a direção do Governo Federal teve vários administradores, entre eles: Dr. Segisfredo Alves Ribeiro, Antônio Pereira Castro Asteclides Cruz, isto até 1929, pois em 1930 o Governo do Estado da Paraíba revogou a doação. Nessa oportunidade a 26 de junho de 1930 foi criada pelo Presidente João Pessoa a Escola Correccional de Pindobal. Esta passou a ter a finalidade de educar o menor abandonado e corrigir o menor infrator. (COSTA, 1986, p. 106).

Fica claro que, após o governo do Estado identificar que a administração do governo Federal não estava de acordo com suas pretensões, é utilizada a cláusula de “resgate” das terras antes doadas para que o próprio Estado paraibano administrasse a instituição, criada em 1930, pelo decreto 1.606, de 14 de novembro de 1929, e regulamentada pelo decreto 1.672, de 10 de junho de 1930. Costa (1986) prossegue com as informações sobre a instituição, discriminando os nomes daqueles que exerceram o cargo de diretor da instituição:

[...] posteriormente denominada ESCOLA CORRECCIONAL PRESIDENTE JOÃO PESSOA, em ordem cronológica de substituição – Prof. Sizenando Costa, Prof. Francisco Leon Clerot, Prof. Daniel de Araújo, Cel. Elias Sobreira (30 dias), Prof. Francisco Lucas de Sousa Rangel¹, Prof. Pedro Jorge de Carvalho, Prof. Tiburtino Rabelo de Sá² e Prof. José Bento. Este permaneceu à frente da Escola até 1941. (COSTA, 1986, p. 106).

Costa (1986) aborda uma cronologia de diretores da instituição, ele não especifica o período que cada um passou, mas aponta os nomes de cada diretor e, segundo ele, obedecendo a uma sequência cronológica. Dessa lista, Costa (1986) dedicou notas de rodapé a dois professores: o professor Francisco Lucas de Sousa Rangel e o professor Tiburtino Rabelo de Sá. O primeiro é pai do doutor Rômulo Rangel, professor da UFPB e ex-diretor da C.E.F, e que “[...] na administração do Prof. Francisco Lucas de Souza Rangel passou a Escola Correccional Presidente João Pessoa a denominar-se: Escola Profissional Presidente João Pessoa” (COSTA, 1986, p. 106). Já o segundo, o professor doutor Tiburtino Ribeiro de Sá, foi “[...] posteriormente, Promotor Público e Procurador Geral do Estado no Governo José Fernandes de Lima.” (COSTA, 1986, p. 106).

Após o período de 1941, de acordo com as fontes que dispusemos anteriormente, Pindobal havia sido administrada por Padres do Coração de Jesus. Sobre esse assunto, Costa afirma, brevemente que, “Com a extinção do contrato de comodato para administrar entre o Estado e a Congregação, voltou a Escola à administração direta do Estado.” (COSTA, 1986, p. 106). Ou seja, Costa (1986) afirma que a escola havia sido administrada pelos religiosos dessa congregação após o último diretor deixar o cargo, em 1941, não cita o nome da congregação nem dos religiosos responsáveis pela administração, mas afirma que a administração religiosa ocorreu entre a década de 1940. Costa (1986) prossegue com mais informações:

Dessa oportunidade para cá a Escola foi administrada pelos seguintes diretores: 1950-51 – Prof. Arnaldo de Barros Moreira; 1951-52 – Prof. João Tirso; 1952-53 – o técnico agrícola Francisco Gonçalves dos Santos; 1953-60 – Prof^a Jandira de Oliveira Pinto; 1960-61 – o folclorista paraibano João Emídio de Lucena; 1962-65 – pela segunda vez a profa Jandira Pinto; 1966-68 – a Prof^a Marlene Paiva de Araújo. Todos prestaram considerável parcela de trabalho à Instituição, notadamente a Prof^a Jandira Pinto e o Prof. João Lucena. (COSTA, 1986, p. 106).

Observem que existe um padrão de substituição dos diretores dessa instituição. Após a informação do período que cada um passou, percebemos que, em sua maioria, cada diretor passava um ano na administração da instituição. Aqui destaco o período da professora Jandira de Oliveira Pinto, que ficou de 1953 até 1960, e reassumiu o cargo em 1966 até 1968, personagem no mínimo curiosa, e destaco que foi através da administração dela – descoberta feita durante a PIBIC, ainda na graduação em Pedagogia, em uma pesquisa nas páginas do *Jornal O Norte* –, como já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, que encontro Pindobal. Nos próximos capítulos, tentaremos abordar de maneira mais singular as contribuições de cada diretor e diretora para a instituição.

Em seu texto, Costa (1986) chama a atenção para o nome de Jandira Pinto e do professor João Lucena, destacando-os como sujeitos importantes para a instituição, apontando que “Todos prestaram considerável parcela de trabalho à Instituição, notadamente a Profa. Jandira Pinto e o Prof. João Lucena” (COSTA, 1986, p. 106). Esse trecho revela uma importância dada a esses personagens, apesar de não apontar quais são os motivos que o fizeram escrever essa observação, cabendo a nossa investigação desnudar os preâmbulos em que esses diretores estiveram imersos durante as suas respectivas administrações. Após esse retrospecto dos diretores que administraram Pindobal, Costa (1986) prossegue, agora discorrendo sobre a sua própria administração:

Porém, no governo João Agripino com a Dr^a Isa Maia na Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais e o Prof. Adailton Coelho Costa, como Diretor da Escola, e Vice-Diretor, Manoel Adelgício Leite, a Escola atingiu sua plenitude: Nessa administração, com recursos do Governo do Estado, a direção da Escola reformou, modernizou – refeitórios, dormitórios, toda a rede elétrica, todo o serviço sanitário. Instalou oficinas modernas de manutenção, mecânica de auto, oficina de marcenaria, sapataria e de artes gráficas. Ainda instalou um curso ginásial e contratou professores inclusive para o ensino profissional, todos portadores de curso da Escola do SENAI, de Campina Grande. Mediante convênio com a Secretaria do Trabalho, essa Escola se encarregava de fazer a inspeção escolar profissional. A Escola Profissional Presidente João Pessoa, hoje denominada Centro de Estudo

do Menor de Mamanguape, está ligado à Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor Alice de Almeida, órgão centralizador de todo trabalho do menor na Paraíba. (COSTA, 1986, p. 107).

Costa (1986) finaliza as informações sobre a direção de Pindobal com a sua administração, que foi em 1968, de acordo com o seu memorial disponível no IHGP. O fato é que Costa (1986), até o presente momento, foi um dos únicos autores que trouxe informações consistentes sobre Pindobal e, apesar dessas informações ficarem na ótica da descrição, elas serão capazes de conduzir a nossa investigação e orientar os nossos fios através da administração desses diretores e diretoras. Destaco, nesta obra, uma importante contribuição à história da Escola Profissional Presidente João Pessoa pelo professor Adailton Costa.

Outro livro publicado por Costa (1992), junto com Sebastião Alves Lins, é *Mamanguape Minha Terra: Estudos Sociais Edição Ilustrada*, livro destinado ao processo de ensino e aprendizagem, dividido em unidades que, ao final de cada uma, são feitas perguntas sobre o assunto abordado – uma espécie de questionário –. É dividido em: Unidade I – Espaço Geográfico; Unidade II – Aspecto Histórico; Unidade III – Organização político-administrativa; Unidade IV – Aspectos Econômicos; Unidade V – Aspectos Culturais; Unidade VI – Bibliografia. Esta é, de fato, uma espécie de livro didático sobre a história local de Mamanguape.

Para a nossa surpresa, Pindobal não é tratada em nenhum capítulo desta obra. O subtópico 1 *Educação e Cultura*, que está dentro da Unidade V – Aspectos Culturais, traz fotos do Instituto Moderno, do Grupo Escolar Iracema Soares e do Grupo Escolar Professora Umbelina Garcez, como instituições educacionais modelos em Mamanguape. Sobre esse assunto, Costa e Lins (1993) afirmam,

Mamanguape, outrora um centro de expansão da cultura, passou com a sua decadência histórica por um período de completa estagnação. Somente em 1949, com a criação do Instituto Moderno, é que Mamanguape despertou da letargia que dominava em seus habitantes descrentes do ressurgimento de sua terra. Com o Instituto Moderno implantou-se a educação de primeiro e segundo graus, através dos cursos normal-regional, pedagógico, técnico de contabilidade, curso ginásial, tendo partido seus fundadores o incentivo e a força maior para a criação e funcionamento do Colégio Estadual de Mamanguape, hoje Colégio Senador Ruy Carneiro. Atualmente funcionam os grupos escolares LUIZ APRÍGIO e UMBELINA GARCEZ, do Governo do Estado, que ainda mantém diversas escolas nos distritos. (p. 95).

Percebemos, a partir desta obra, que não apresentar Pindobal em um livro de estudos sociais acerca da História de Mamanguape foi um procedimento intencional, pois Coelho já havia publicado informações sobre a instituição em obra anterior – em 1986 –, como também já havia sido diretor da instituição, não sabemos se foi uma escolha proposital ou editorial, mas sabemos que Pindobal desapareceu nesta importante obra sobre os Estudos Sociais.

A última obra sobre a história local de Mamanguape/PB é o livro de Adiel Alves Rodrigues, intitulado *Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município*. Rodrigues (2008) destina três páginas no Capítulo XII – *A Ação Social* – acerca de Pindobal, fazendo um retrospecto histórico sobre os primeiros donos da terra e indo até a criação da instituição em 1930.

Em 1942, a Escola Profissional “Presidente João Pessoa” era composta das seguintes dependências: sala de refeição, dormitório, almoxarifado, rouparia e alfaiataria, capela, carpintaria, usina elétrica, casa de farinha, recreio, oficina de sapataria, salas de aulas, pavilhão, etc. Além da alfabetização, a Escola oferecia cursos profissionalizantes de sapataria, carpintaria, indústrias rurais, práticas agrícolas e alfaiataria. Na área da escola, em 1942, moravam 60 famílias de colonos, que cultivam 70 hectares de frutas, legumes, além de vacas leiteiras. Em 1943, a média anual de internos na Escola era de 155. Os menores abandonados e os menores delinquentes durante o tempo que passassem na Escola de Pindobal, tanto aprendiam a ler e a escrever como aprendiam uma profissão, ficando habilitados a viver no meio da sociedade. [...] Em 25.10.2007, foi assinado um Convênio para Implantação do Centro de Educação Produtiva da Fazenda Pindobal, entre as prefeituras da Comarca de Mamanguape, Ministério Público e o Governo Estadual. (RODRIGUES, 2008, p. 227-228).

Rodrigues (2008) apresenta, de modo geral, aspectos estruturais da instituição e dados sobre quantidade de internos, faz uma tentativa de apresentar a história da instituição ligada às atividades que desenvolvia no período (2007), fazendo a diferenciação da administração da instituição relacionada ao poder judiciário. Com a criação do Centro de Educação Produtiva da Fazenda Pindobal (CEP), são estabelecidos critérios e objetivos para atender a essa população, seriam eles:

Dentre os objetivos específicos destacam-se: Estabelecer atividades profissionalizantes a adolescentes em situação de risco social e pessoal da Comarca de Mamanguape; Desenvolver atividades de iniciação profissional a adolescentes das escolas municipais da Comarca de Mamanguape; Oferecer cursos específicos da área agropecuária e

Incrementar a produção das culturas já existentes. Além dos cursos profissionalizantes, em horário diferente os adolescentes receberão instrução do sistema educacional regular. Isto facilitará a sua inserção no mercado de trabalho. Inicialmente serão beneficiados 75 adolescentes: 25 da cidade de Mamanguape, 10 de Itapororoca, 10 de Mataraca 10 de Capim, 10 de Cuité de Mamanguape e 10 da comunidade local. (RODRIGUES, 2008, p. 228).

Observem que a finalidade da instituição passa a ser “[...] atender os adolescentes em situação de risco social e pessoal da Comarca de Mamanguape [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 228). Se antes estava sendo destinado também aos chamados “menores delinquentes” e a todos os locais paraibanos, agora passa a ter uma mudança considerável – destaque que essa mudança é possível através das reformas e das modificações na legislação do cuidado a criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social. Algo que é uma característica que parece ser imutável da instituição é o ensino profissional, claro que com variações de nomenclaturas, mas com a mesma finalidade; durante quase oitenta anos – de 1930 até 2007 –, a instituição persegue o objetivo da profissionalização, do ensino agrícola e do trabalho, discurso que transcende o século XIX e chega até o século XX com uma força imprescindível.

É possível visualizar, a partir dessas obras de história local, a nossa hipótese de que Pindobal é uma instituição que não foi tratada de modo singular pela historiografia paraibana, as poucas informações que conseguimos identificar estão na ordem da descrição, dos nomes de diretores e diretoras, da infraestrutura e da capacidade de produção da instituição, informações que consideramos insuficientes para demarcarmos uma história dessa instituição, embora essas informações servirão para conduzir os nossos fios de ressignificação histórica.

Não conseguimos visualizar, nessas obras, dados dos sujeitos encaminhados até a instituição, possíveis denúncias de fugas ou de castigos corporais, diários de ex-internos, processos que determinaram que os sujeitos fossem encaminhados, propostas pedagógicas ou administrativas. Afirmamos, a partir dos relatos de pesquisadores/as que me antecederam e dos/as autores/as das obras que abordamos, que Pindobal sofreu uma invisibilidade historiográfica que culminou no prejuízo da escrita da história dessa instituição por parte dos pesquisadores e pesquisadoras que abordamos aqui.

Poderíamos, então, abordar o quinto fio documental como sendo o apagamento dos documentos institucionais de Pindobal, mas não iremos pontuar esta informação como uma linha investigativa. O argumento de Ribeiro (2017), ao afirmar a grande

escassez de documentos escritos, estará presente em todos os quatro fios anteriores e também nesta seção de modo mais específico. Em todos os trabalhos aqui citados e analisados, destacamos a ausência de fontes documentais da própria instituição, desse modo, observamos que a maioria dos pesquisadores optou por trabalhar com a história oral, com os relatos de ex-internos e ex-funcionários, portanto, percebe-se um movimento no mínimo curioso de apagamento de documentos oficiais e de registros narrativos sobre Pindobal ao longo do século XX por parte dos livros de história local.

Esta situação se configura por duas possíveis problemáticas: 1) A não conservação dos documentos institucionais e a ausência de uma política de salvaguarda dessas informações; 2) O apagamento proposital, que seria a destruição do material documental de maneira intencional. Acerca desses dois problemas, não saberemos responder qual deles de fato Pindobal sofreu, mas destacamos o fato de uma instituição de mais de oitenta anos de existência não possuir registros documentais de sua fundação, das primeiras turmas e dos primeiros internos.

Acrescento que o movimento que iremos fazer, nesta dissertação, é um movimento inverso ao que fizeram os/as pesquisadores/as que me antecederam, não iremos em busca da fonte oral, embora esses sujeitos falem sobre sua experiência de maneira singular e importantíssima. A nossa intenção investigativa de utilizar o paradigma indiciário é buscar os fios documentais que estão encobertos, fios que foram pouco trabalhados ou estão ocultos, levando em consideração a não tradição do Brasil da conservação documental, a Pandemia da Covid-19 e as limitações do tecelão. A partir dessas considerações, o leitor e a leitora poderão visualizar a importância do Paradigma Indiciário para este estudo, pois esta investigação nasce a partir de indícios e é orientada e narrada através desses indícios e mais, arrisco afirmar que esta pesquisa não poderia existir sem o subsídio do Paradigma Indiciário.

Dessa forma, iremos buscar os rastros das fontes documentais nos mais variados espaços possíveis, levando em consideração a análise dos/as pesquisadores/as, os relatos de ex-internos e as informações obtidas nas obras de história local de Mamanguape/PB, a partir de cada trabalho, para que possamos nos guiar na realidade. O intuito de partir daquilo que está em evidência nos escritos dos pesquisadores e das pesquisadoras que me antecederam e nas obras históricas é encontrar elementos que podem ter sido tangenciados ou não ter assumido uma centralidade investigativa a partir dos objetivos de cada pesquisa, é saber que o conhecimento construído sobre Pindobal até aqui é válido e importante, servindo para esta pesquisa como um ponto de partida e, assim como Teseu

orientou-se no labirinto através do fio de Ariadne (GINZBURG, 2007), nós seremos orientados através dos fios documentais desses pesquisadores e pesquisadoras.

Partindo deste cenário, utilizaremos, primeiramente, os quatro fios documentais que irão nos orientar para conhecer melhor Pindobal, são eles: 1) as Práticas Punitivas; 2) os sujeitos internos; 3) as práticas educativas e pedagógicas; e 4) a administração de Pindobal. Esses quatro fios serão nosso ponto de partida para irmos ao acesso às fontes documentais, podendo esses fios, ao longo do trabalho, serem esticados e incorporados a outros fios, atribuindo-lhes mais resistência, ou cortados e substituídos por outros fios; movimento que irá depender das fontes e da análise narrativa que desenvolveremos em todo o trabalho.

Dito isto, a nossa busca pelos fios documentais perpassam por diversos espaços: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital); Arquivo Nacional (AN); Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP); Fundação Casa de José Américo (FCJA); Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba (Casa de Eptácio Pessoa); Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural (FUNESC); Arquivo Geral do Estado; Arquivo da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC); Biblioteca ECIT-MME (Mamanguape); Biblioteca Pública Antônio de Azevedo (Mamanguape); Arquivos da Secretaria do Trabalho, local onde estão armazenados os documentos institucionais em posse da prefeitura de Mamanguape; Instituições Cartoriais de Mamanguape; Memorial do Vale do Mamanguape e a Sede da Escola Profissional Presidente João Pessoa, atual Centro de Educação Produtiva (CEP), localizado em Mamanguape; os acervos históricos da arquidiocese da Paraíba e da Arquidiocese de Pernambuco; o 2º Cartório da 2ª vara da infância e juventude da Paraíba; o fórum do município de Mamanguape; e os arquivos das atas da Câmara Municipal de Mamanguape. Destaco que alguns desses espaços já foram percorridos e outros estão sendo investigados na medida em que a pesquisa vai caminhando.

São esses locais, que trazem os vestígios sobre Pindobal e sobre sua fundação, identificando alguns documentos como: regulamento da Instituição; decreto de sua criação; atas de reuniões; contratos entre o governo do estado, entidades religiosas e do poder judiciário; registros de sala de aula; cadernos de presença, documentos judiciais; decisões e sentenças; matérias de jornais e colunas diárias; revistas e livros de história local; documentos iconográficos. Estaremos de olhos atentos para os vestígios que nos levem até Pindobal e a seus personagens – sujeitos internos, diretores, servidores e

professores –, entre aquilo que foi produzido por Pindobal e aquilo que foi narrado sobre Pindobal.

Portanto, é visível que Pindobal é uma instituição paraibana que sofreu uma invisibilidade historiográfica, não sabemos se esse apagamento seria intencional ou provocado pela ausência de fontes documentais, como são descritas pelos/as pesquisadores/as que me antecederam, temos apenas a certeza de que pretendemos recontar, narrar e esticar os fios documentais que nos levam até Pindobal ao longo do tempo; nosso tear de hipóteses, apesar de frágil, tentará suportar as intempéries do ofício do tecelão.

Por fim, com o intuito de fabricar um tapete narrativo que servirá não apenas para delimitar um espaço ou ornamentar o ambiente, mas, sobretudo, servirá de apoio contra a “sujeira” externa da invisibilidade, contra a narrativa segregadora, contra a ciência hegemônica da elite burguesa, este tapete tentará servir aos usos da história para aqueles sujeitos que foram internos em Pindobal, tentará narrar as reais intenções desta instituição, alicerçada no período de 1930 a 1960. Este tapete narrativo tentará, sobretudo, apontar que o discurso do trabalho compulsório, como opção regeneradora de um Estado ineficiente em políticas públicas, acaba por conceber os desviantes apenas como mão de obra barata, discurso percebido até os dias de hoje por políticos, jornalistas e intelectuais. Desnudar as relações entre o trabalho compulsório e a educação, através de uma instituição local no século XX, é uma tentativa de apontar que esse pragmatismo possui raízes longínquas e que tal ideário é carregado por uma história que tentam ocultar.

3. PINDOBAL, NACIONALIZAÇÃO E PROGRESSO: ESCOLA E TRABALHO NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DESVALIDA MODERNA EM 1930

Esse capítulo tratará de abordar a infância e adolescência masculina pobre e preta como um potencial problema social ao longo da constituição da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX, tomando o caso de Pindobal como lócus principal, horizontalizando debates disseminados em instituições como Escola e Trabalho, compreendendo-as como instituições que auxiliaram a fomentar o trabalho compulsório como um conceito controlador da infância e adolescência desvalida, fomentando uma espécie de política pública controladora dos sujeitos que estavam sendo encaminhados para Pindobal.

Nosso intuito, neste capítulo, é compreender de que maneira foram criadas instituições e disseminados discursos, no período de 1930, em conformidade com o ideário de Nacionalização e Progresso do estado brasileiro, que objetivam a recuperação ou regeneração através do trabalho compulsório de crianças e adolescentes vistos socialmente como irrecuperáveis. Nosso objetivo é discutir acerca dos conceitos de infância e adolescência desvalidas, relacionados à criação de Pindobal e do Ensino Rural compulsório, em 1930.

A Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) está localizada em uma comunidade do campo, no município de Mamanguape, na Paraíba, que não está isolada dos contextos regionais, nacionais e globais. Iremos ao encontro de discursos e práticas exercidas pelo estado brasileiro para atender à infância e à adolescência masculina desvalida, identificando de que maneira o aparelhamento institucional ajudou a fomentar um discurso sobre o trabalho compulsório, em seu sentido formativo, capaz de “regenerar” aqueles sujeitos vistos como um problema social em justaposição a um Estado Novo, rumo ao progresso nacionalista.

[...] a política de nacionalização do início dos anos 1930 no Brasil e do período subsequente, denominado Estado Novo, estava comprometida com um projeto que visava, entre outras coisas, à regeneração social e à recondução dos sujeitos a uma postura de identificação com determinados paradigmas de brasilidade. Esse projeto quis imprimir nos sujeitos uma facticidade subjetiva, ou seja, quis criar valores e projetos de vida que deveriam aparecer como realidade única na concretização de uma nova nação e na consciência individual. Ao querer fazer o Brasil renascer das cinzas da República Velha, os representantes e agentes da política estado-novista adotaram estratégias de construção de novos significados e, diante da precariedade notória

da nova ordem política, estimularam a ritualização de práticas sociais e a disciplinarização das condutas. O que estava em jogo era a depuração da consciência individual a fim de que os sujeitos fossem conduzidos por uma pretensa coletividade uniformizada e arraigadamente vinculada às aspirações das suas instituições. (SOUZA, 2014, p. 401).

Souza (2014) discorre, de maneira enfática, sobre os motivos pelos quais o Estado Novo estava comprometido com um projeto de nação que envolvia, sobretudo, a disciplinarização das condutas em defesa de uma brasilidade. Caberia, então, às instituições escola, religião e o próprio mundo do trabalho serem os propulsores dessa ordem uniformizante das condutas individuais.

Nos anos dessa longa ditadura simbólica, se quis, portanto, a atenção permanente dos sentidos. Não é mesmo possível dizer da docilidade, da aptidão e da dominação do corpo e da mente dos sujeitos nesse período da história brasileira sem antes falarmos sobre o investimento cotidiano nos sentidos. (SOUZA, 2014, p. 401).

A austeridade provocada por esse período adentra todas as instituições e, em especial, as escolas públicas, Pindobal não é a única instituição que fomenta o controle dos corpos e dos sentidos. Arriscamos dizer que a instituição educativa seria a mais importante do Estado Novo, pois,

[...] já que nesse espaço o sujeito em sua fase impressionável – a infância, a adolescência e a juventude – se vê absorvido completamente por mecanismos controladores de sua personalidade em formação. O que, em suma, significa dizer ou fazer acreditar na possibilidade de uma aprendizagem de autocontrole dos impulsos e emoções, desde que se saiba direcionar, domesticar, disciplinar, controlar, habituar e, enfim, automatizar os sentidos. (SOUZA, 2014, p. 407).

O espírito coletivo em defesa da nacionalização precisaria expurgar da sociedade brasileira da época as vontades individuais que fossem contraditórias a seus ideários, no caso paraibano, o que estava em jogo era a defesa de um estado agrícola, como veremos, e, para isso, foram construídas instituições agrícolas. Sobre o espaço escolar desse período, Souza (2014) destaca,

O espaço escolar fazia parte do processo de nacionalização. Depois da vitória dos “revolucionários” de 1930, o governo varguista teve pressa em enterrar o passado liberal. Para que isso fosse possível, o Estado contou com um aparato de divulgação e habituação dos sentidos que extrapolou a esfera da propaganda política e emaranhou-se nas instituições e no cotidiano das pessoas. Não bastava o triunfo, era

preciso persuadir e convencer a todos da disposição dos agentes estatais em construir uma pátria ordeira e genuinamente brasileira. As instituições escolares deveriam defender esse propósito e se constituir como instrumentos de viabilização desse nacionalismo. A autêntica escola seria aquela que condenaria o individualismo e promoveria os sentimentos nacionais. (SOUZA, 2014, p. 408).

Por sua vez, a Paraíba não esteve de fora das aspirações nacionais do Estado Novo que visava tomar essa questão como sendo um instrumento de defesa nacional, tendo a finalidade de “assistir aos desvalidos” oriundos da cidade e do campo. (RIZZINI & RIZZINI, 2004). Pelo contrário, esteve inserida em todo esse processo. Mamanguape é um município paraibano que possui vasta extensão territorial, a etimologia da palavra deriva dos povos indígenas: [...] adviria da junção dos vocábulos: “mamã-guape”, que quer dizer “no bebedouro”. [...]. (RODRIGUES, 2008, p. 15). Esta definição pode estar relacionada ao Rio Mamanguape, que banha todo o estado paraibano e é uma das principais bacias do Estado.

A temperatura de Mamanguape, entre março e outubro, vai de 20°C a 25°C, e, entre novembro e fevereiro, pode ultrapassar os 30°C. Este município possui índices favoráveis para as atividades rurais – agricultura, agropecuária, pesca. Um dado curioso é que “[...] Mamanguape tem um índice pluviométrico muito elevado, concentrado na estação chuvosa, podendo-se afirmar que é um dos municípios paraibanos onde mais chove [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 15).

Alguns fatores que revelam Mamanguape como sendo um município de otimismo econômico estão relacionados ao clima tropical: a bacia do Rio Mamanguape e seus índices de chuva favorecem a exploração econômica e sua extensão territorial, no início do século XX, possui números surpreendentes, a saber:

A extensão do território de Mamanguape era de norte a sul de 99km e de leste a oeste de 92km. O município compreendia, além da cidade que lhe serve de sede, as povoações: S. Miguel, Bahia da Traição, Coqueirinhos, Barra do Mamanguape, Marcação, Preguiça, Salema, S. José do Rio Seco, Conceição de Alagoa, S. João, Estacada, Campina, Timbó, Retiro, Jacaraú, Curral de Cima, Laranjeiras, Conceição de João Pereira, Mataraca, S. Francisco, Mary, Pitanga, Volta e Lagamar. [...] Em 1922, a superfície de Mamanguape era de 6.851 km² [...]. (RODRIGUES, 2008, p. 16).

As povoações e os distritos que faziam parte de Mamanguape, ao longo do século XX, foram se emancipando e tornando-se cidades, deixando de pertencer ao município,

e, muitos deles, passando a pertencer à região metropolitana do Vale do Mamanguape. Esses dados descritivos da região são para justificar a exploração econômica deste local. Mamanguape, em 1909, possuía trinta e seis engenhos, podendo ser classificados da seguinte maneira:

a) engenhos movidos a vapor: Bôa Vista, Linhares, Itapecerica, Pindobeira, Camaratuba, Piabuçu, Campos Verdes, Cumarú, e Água Fria (dois); b) engenhos movidos a água: *Pindobal* e Imbiribeira; c) engenhos movidos a animais: Curral de Fora, Preguiça, Gameleira, Salema, Dique, Santa Cruz, Cachoeira, Jangada, Soledade, Junco, Laranjeiras, Gitirana, Folha, Salitre, Brejinho, Ibitipuca, Açude e Água Fria e d) engenhos que não estavam funcionando: Velloso, Tres Rios, Novo, *Guarita*, Cotovello e Santo Antonio. (RODRIGUES, 2008, p. 87, grifos nossos).

Dentre o universo de trinta e seis engenhos, apenas seis não estavam em funcionamento no início do século XX, incluindo o engenho Guarita, pertencente à família Cavalcanti Albuquerque. O engenho de Pindobal estaria classificado nos engenhos movidos à água, apenas uma categoria abaixo dos engenhos com tecnologia a vapor. Todos esses engenhos são de produção açucareira e de cachaça, proveniente de uma política econômica regional e nacional. Sobre a família Cavalcanti Albuquerque e a sua genealogia em Mamanguape, Costa (1986) aponta:

Os ALMEIDA ALBUQUERQUE – cujo representante máximo foi o Comendador FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE; tradicional família que representou o Município na Assembleia Provincial, justamente com seu filho Antônio Carlos de Almeida Albuquerque; Francisco Antônio de Almeida Albuquerque, senhor de engenho, foi Delegado de Polícia e Juiz Municipal em Mamanguape, Deputado provincial na legislatura de 1825-1854 pelo Partido Conservador. Nos nossos tempos conhecemos ramificações desse grupo familiar, representado por Aníbal Cavalcanti de Albuquerque, senhor de engenho, proprietário da Fazenda Forno, que atualmente pertence a Usina Monte Alegre. Foi durante muito tempo Suplente de Juiz de Direito em Mamanguape. (p. 146).

Os engenhos no nordeste brasileiro são retratados nas obras do romancista paraibano José Lins do Rêgo, abordando aquilo que Rachel de Queiroz denominou de “Ciclo da Cana de Açúcar”, entendendo que “[...] O início deste ciclo se dá com Menino de engenho (1932), e segue com Doidinho (1933), Banguê (1934), O Moleque Ricardo (1935), Usina (1936) e, como romance-síntese do processo, a obra-prima Fogo Morto (1943).” (MARQUES, p. 2015, p. 53). José Lins do Rêgo retratava aquilo que podemos

chamar de decadência da era dos engenhos, caracterizada pela troca do modo de produzir dos engenhos pelas usinas.

Esse modo de produzir, ainda assentado na tríade escravocrata da Casa Grande, Senzala e Engenho, possui tentáculos profundos ao longo dos séculos e chega no século XX perdendo força. O intuito de José Lins do Rêgo com a obra *Menino de Engenho* “[...] era para ser uma biografia de seu avô materno, o senhor José Lins Cavalcanti de Albuquerque, proprietário do engenho onde o autor passou sua infância.” (MARQUES, p. 2015, p. 54).

A família Cavalcanti de Albuquerque está em evidência na vida política e econômica do Nordeste e, em especial, na Paraíba, através dos tempos. Os Cavalcanti de Albuquerque estão presentes nas terras de Pindobal, como vimos no capítulo anterior, e estiveram eternizados no nome da instituição quando, em meados de 1930, ela passa a se chamar Escola Profissional Presidente João Pessoa, que, por sua vez, é um notável membro da família Cavalcanti de Albuquerque.

Eu-Soo Pang chegou a dizer que se Pedro II tivesse que decidir por formar uma dinastia brasileira, outro clã não teria tanto pedigree para dar um cônjuge à família real do que os Cavalcanti de Albuquerque do Nordeste, que chegaram a montar uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX, composta por parentes da Paraíba e Alagoas, além dos aliados pernambucanos. Se as denúncias anti-Cavalcanti eram tantas, do alto do Senado eles observavam os seus adversários. O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem, se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder. (CADENA, 2011, p. 14-15).

Esse fragmento da dissertação de Cadena (2018), ao se dedicar a estudos sobre os Cavalcanti de Albuquerque e sua lastreada vida política no nordeste brasileiro oitocentista, denota a façanha dessa família em estar presente na vida pública e econômica do nordeste brasileiro, e provoca, nesta pesquisa, um ponto curioso na análise sobre Pindobal: a perpetuação do poder de uma família tão enraizada nos quadros econômicos e políticos da Paraíba e a sua relação com a instituição de Pindobal. Destacamos, mais uma vez, que o autor Marcos Cavalcanti de Albuquerque, apesar de sua família ter fincado raízes no povoado de Pindobal “[...] no Século XVIII, e construiu o Engenho Guarita, no

Século XVIII, que foi transformado na Usina Monte Alegre no ano de 1940 [...]” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 47), não traz sequer relatos ou informações sobre a instituição pesquisada, apesar de ter uma grande influência política naquela região.

Ainda sobre os aspectos econômicos da região do Vale do Mamanguape no início do século XX, Rodrigues (2008) salienta que a região contava com beneficiamento de algodão, comércio, criação de gado e pecuária, extração de borracha de mangabeira e maniçoba, casas de Farinha e indústria têxtil. Sobre a indústria têxtil, Rodrigues (2008) faz uma detalhada narrativa acerca do processo de aquisição da família Lundgren, ao comprar um vasto campo de terra para a construção e solidificação de sua indústria em Rio Tinto¹⁹.

Localidade ainda pertencente a Mamanguape, com a ajuda dos políticos regionais, em um processo de exploração das terras mamanguapenses pelos Lundgren, adquiriu as propriedades: Três Rios e Preguiça. A primeira seria destinada à extração de recursos naturais para a construção da fábrica, como a retirada de madeira – a espécie era a mangue sapateiro, conhecida por seu grande porte e por ser forte e ideal para a produção de vigas –, e a segunda seria a instalação da fábrica, tendo em vista o fácil acesso ao mar. (RODRIGUES, 2008).

Os Lundgren possuíram profundas relações políticas com a cidade. Em 1936, são acordadas algumas condições para a instalação da fábrica:

1) *Por parte da Província da Paraíba*: Dar 25 (vinte e cinco) anos de isenção de imposto estadual. 2) *Por parte da Fábrica*: Manter por sua conta: o policiamento, a educação, a saúde, e suprir outras necessidades, e reflorestar a mata usada pela indústria. Para cada hectare de madeira cortada para as construções e para as caldeiras, a Fábrica teria de plantar outro hectare de eucalipto. (RODRIGUES, 2008, p. 97, grifos do autor).

O curioso é perceber no acordo que, em troca de vinte e cinco anos de isenção de imposto estadual, esta indústria precisaria assumir os custos das políticas públicas de segurança, educação e saúde, e deverá plantar eucaliptos para reflorestar a madeira utilizada. É curioso, também, que o acordo não prevê o reflorestamento baseado nas árvores nativas ou na conservação da árvore que havia sido retirada, mas acorda que seriam plantados eucaliptos, espécie conhecida por ser predadora, já que no local onde é plantada deixa o solo ao seu redor completamente infértil. Talvez esse acordo de

¹⁹ Rio Tinto se emancipa, em 1956, pela Lei 1.622. (RODRIGUES, 2008).

reflorestamento estivesse sido estabelecido para a utilização do eucalipto para a produção econômica e não para a manutenção ambiental.

Outra curiosidade é que em 1946 “[...] foi instalado um núcleo do SENAI [...] **para habilitar técnica e profissionalmente** pessoas para as diferentes necessidades da Fábrica [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 102, grifos do autor). A Escola Profissional Presidente João Pessoa, neste período, estava funcionando e a especificidade do Ensino Profissional naquela instituição era notadamente uma de suas “virtudes”.

O curioso é saber que esta fábrica, cujo poder econômico e político era vantajoso e que, ao assumir os compromissos com o estado paraibano de garantir a educação da região, poderia utilizar de seus recursos para financiar as atividades da instituição e oferecer vagas de emprego aos sujeitos internos, algo que provavelmente não aconteceu. Será que Pindobal não era considerada uma instituição educativa? Aqui, não cabe fazer juízo de valor sobre a decência ou não desta ação, mas chamamos atenção para as finalidades de uma empresa que não estaria considerando a recuperação ou ressocialização dos internos de Pindobal através do trabalho profissional em sua fábrica, já que essa foi sempre a finalidade da instituição.

A exploração econômica na região de Mamanguape, na primeira metade do século XX, estava condicionada às questões da produção rural, como podemos verificar, e às questões geográficas, políticas e econômicas oferecidas pelo Estado. Pindobal é um engenho, tornando-se comunidade rural pertencente a Mamanguape. Costa (1985) faz um retrospecto importante, em sua obra, sobre os primeiros proprietários de Pindobal,

Há referências feitas por Irineu Pinto, no seu livro **“Datas e Notas para a História da Paraíba”**, a respeito dos primórdios de Pindobal. O proprietário era José Maria Xavier de Carvalho, que ali mantinha um engenho. Entusiasta revolucionário de 1817, com o fracasso daquele movimento foi preso na Bahia até 1821 e todos os seus bens foram sequestrados. Outra referência existente sobre Pindobal, feita por Celso Mariz em seu livro **“Cidades e Homens”** é de que já pertencia a propriedade ao capitão Enéias, célebre por seu fanatismo religioso, em virtude de que ia à cidade “brigar com os portugueses e com os maçons”. Efetivamente no ano de 1882 a propriedade de Pindobal pertencia a firma comercial João Rodolfo Cahan & Cia., que alienou a 25 de fevereiro de 1892 uma parte da referida propriedade por um conto e quinhentos mil réis a Enéias de Albuquerque Melo. Em 10 de março de 1892 o capitão Enéias Lidiano e seus filhos adquiriram a outra parte da dita propriedade, do Dr. Bartolomeu Leopoldino Dantas. Destarte a propriedade Pindobal passou a pertencer totalmente ao capitão Enéias Lidiano. Pindobal contava com engenho a vapor, casa de purgar, caldeira, casa de moenda, casa de farinha, além das matas. Para ampliar os seus negócios, o capitão Enéias Lidiano contraiu dois empréstimos

com o Banco do Brasil, no valor de trinta e cinco contos de réis, vencendo juros de 06 por cento ao ano e com o prazo de pagamento em trinta anos [...]. A 13 de maio de 1913 a propriedade Pindobal foi adquirida pelo Governo do Estado da família Enéias Lidianio pelo preço de 46 contos de réis. A propriedade tinha os seguintes limites: norte – Engenho Curral de Fora, pertencentes a dona Maria Fomes da Silveira; sul – Engenho Guarita, propriedade do coronel João Valentim Peixoto de Vasconcelos; oeste – Engenho Boa Vista, propriedade do Dr. Bartolomeu Leopoldino Dantas; e leste – Rio Mamanguape, que divide Pindobal da propriedade Engenho Novo, pertencente a Manoel Gomes da Silveira. A gleba assim limitada mede de leste a oeste 03 quilômetros e de norte a sul, 03 quilômetros e meio. (COELHO, 1986, p. 105, grifos do autor).

Percebiam os elementos contrastantes que estavam presentes na região de Mamanguape e, em especial, na comunidade de Pindobal. A revolução de 1817 ou a Revolução Pernambucana, cujo primeiro proprietário de Pindobal participou, estava no cerne da política nacional e das disputas internacionais de insurgência contra a coroa portuguesa. Nesse período, os “revolucionários” eram os burgueses proprietários de terras. O problema da seca e a pressão da população preta, que foi escravizada, agravaram a economia do setor agrário e inflaram os problemas no campo.

A história é repleta de lacunas e de pressões regionais, nacionais e internacionais. Pindobal, por ser um engenho, estava ligada às questões fundiárias importantes. O relato de Coelho (1986) sobre o segundo proprietário de Pindobal, o capitão Eneias, e seu excêntrico modo de ser, demonstra o problema da produção agrícola da região através de algumas tentativas de recuperar a propriedade, inicialmente, através da alienação de uma parte das terras a uma empresa, e, posteriormente, o capitão Enéias conseguindo comprar a totalidade da propriedade.

Por fim, o capitão Enéias contrai dois empréstimos com o Banco do Brasil, que muito provavelmente não conseguiu quitá-los ou percebeu que a sua propriedade não estaria lhe beneficiando da maneira que gostaria, e acaba vendendo ao governo da Paraíba. Os engenhos que circunvizinham a comunidade de Pindobal, no início do século XX, estavam todos produzindo. A questão agrária no Brasil e, especificamente na Paraíba, sempre esteve em pauta, os problemas sociais agravados pelo latifúndio provocam-nos uma história repleta de lacunas e de conflitos.

A institucionalização de Pindobal, assim como os processos latifundiários, também é repleta de disputas e interesses. Um elemento chave para Pindobal é a constante modificação do termo da instituição e sua indefinição:

A implantação da Escola de Pindobal tinha dois objetivos sociais: o amparo do menor carente e a socialização do menor infrator. A importância de cada objetivo foi sendo alternada no decorrer dos anos: ora o amparo ao menor carente, ora à socialização do menor infrator. Uma prova desta realidade foi o nome que a escola recebeu durante os anos: Escola Correcional de Pindobal, Escola Correcional Presidente João Pessoa, Escola Profissional Presidente João Pessoa, Centro de Estudo do Menor de Mamanguape, etc. (RODRIGUES, 2008, p. 226).

Para além da ingênua intenção de *amparar o menor carente e socialização do menor infrator*, Pindobal possui diretrizes, como veremos no decorrer deste trabalho, que fogem à lógica do amparo ou da socialização. A constante modificação dos nomes dessa instituição é uma lógica que compreende a própria concepção da instituição ao longo do tempo: ora vista como correcional, ora vista como educativa, ora vista como profissional. E essa modificação é concebida através do tempo, permeada pelos interesses de cada política pública e de cada governo.

Ainda sobre os primeiros indícios acerca da instituição, identificamos uma primeira referência a essa instituição em 1911, como afirma Mariz (1939),

Reformado o Ministério em 1911, a Paraíba passou a sede de distrito agrícola federal, fundando-se o Centro Agrícola de Mamanguape e o Campo de Demonstração de Espírito Santo [esse último na cidade do Espírito Santo no Estado da Paraíba]. Para o primeiro concorreu o Governo estadual com a propriedade Pindobal, adquirida, no momento, por 45 contos, e o segundo instalou-se também na antiga colônia Pichui, do Estado. (p. 80, grifos nossos).

O governo estadual compra a propriedade de Pindobal do capitão Enéias, como afirma Coelho (1986), e agora o relato de Mariz (1939) aponta que a Paraíba seria sede de um distrito agrícola federal, ou seja, a Paraíba teria a missão de desenvolver atividades agrícolas, sendo necessário, para isso, fundar duas instituições, e Pindobal seria uma delas. É nítida a pressão política para o desenvolvimento de um estado agrícola e, para atingir esse objetivo, deveriam ser fundadas instituições com esta finalidade.

O relato de Costa (1986) afirma que “[...] no dia 20 de maio de 1913 o governo do Estado fez doação da propriedade Pindobal ao Governo Federal com a condição de ser naquela propriedade fundado um centro agrícola [...]” (p. 106). É através desta afirmação que percebemos que a primeira fase da instituição é organizada pelo Governo Federal e exercendo um modelo de ensino agrícola, sendo chamada Aprendizado Agrícola de Pindobal ou Centro Agrícola de Pindobal. Assim,

O centro agrícola de Pindobal sob a direção do Governo Federal teve vários administradores, entre eles – Dr. Segisfredo Alves Ribeiro, Antônio Pereira Castro, Asteclides Cruz, isto até 1929, pois em 1930 o Governo do Estado da Paraíba revogou a doação. (COSTA, 1986, p. 106).

No contrato de doação das terras de Pindobal para a união existia uma condição: “[...] A doação foi feita com a condição de fundar e manter ali o Governo Federal o Centro Agrícola do Município de Mamanguape, e, caso o não mantenha [ilegível] o suprima, a mencionada propriedade voltará à posse e domínio do Estado.” (BRASIL, 1913, p. 181). Colaborando com os relatos de Coelho (1986) e Mariz (1939), a fotografia 5 traz a caricatura desse estado agrícola,

Foto 7 – Centro Agrícola da Parahyba do Norte, casa destinada à Escola Centro Agrícola da Parahyba do Norte



Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ)

A fotografia 7 é de 1914 e refere-se à primeira forma concebida pela administração pública para Pindobal, apresentando a caricatura de nação e estado agrícola. A imagem compõe um quadro que pretende versar sobre a educação, o trabalho agrícola e o futuro. As três crianças enquadradas no meio da vegetação são o anúncio de um futuro, são duas crianças pequenas e uma maior mais afastada, anúncio de que uma possível educação agrícola pudesse impulsionar o estado paraibano para a chamada federação agrícola (MARIZ, 1989). Com o apoio do governo federal, a escola ao fundo é a estrutura que

acolheria essas crianças, sendo o suporte necessário para o bom desempenho de suas atividades. A composição deste quadro, ao envolver esses três elementos, anuncia uma provável pretensão, que seria de desenvolver naquela localidade uma instituição que atendesse crianças para formá-las para o trabalho agrícola.

Essa primeira fase da instituição perdura até meados de 1929, ou seja, o Centro Agrícola de Pindobal, sob a administração do governo federal, durou cerca de dezesseis anos. “[...] em 1930 o Governo do Estado da Paraíba revogou a doação. [...] foi criada pelo presidente João Pessoa a *Escola Correccional de Pindobal*. Esta passou a ter a finalidade de educar o menor abandonado e corrigir o menor infrator.” (COSTA, 1986, p. 106, grifos nossos).

A brusca mudança de público alvo da instituição é um rastro importante: Por que o Estado revogou o contrato? O governo federal não estaria cumprindo o acordo? Será que o intuito do governo do estado sempre foi o de fundar uma instituição correccional? Ou será que a instituição foi fundada partindo das políticas públicas desenvolvidas para a assistência social aos chamados “menores”, por meio de influências nacionais, a exemplo do código de menores de 1927 – o código de Mello Matos? O período de 1930, para Pinheiro (2006), foi denominado *A era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba*. Segundo o autor,

Por tratar-se de um estado assentado na economia agropastoril, na Paraíba, o projeto das escolas rurais (ou do ensino rural) já fora defendido pela intelectualidade local desde o final do século XIX. Assim, as diretrizes educacionais propostas pelo Governo Vargas foram rapidamente absorvidas e implementadas pelos gestores públicos paraibanos [...] (p. 135)

Pinheiro (2006) pontua os motivos que fizeram com que a Paraíba, no início dos anos de 1930, fosse estimulada pelo governo federal e por outros estados a vestir a camisa do progresso campesino; grandes taxas migratórias do campo para a cidade era um dos principais fatores. A defesa dessa elite intelectual em prol das escolas rurais na Paraíba abre espaço para o debate de criação de instituições “modelos”; no caso de Pindobal, é uma instituição rural com feições de internato.

Nos espaços urbanos paraibanos, a partir do final dos anos de 1920, o crescimento populacional desordenado levou o estado a tomar medidas no campo educacional, visando “limpar” a cidade de “menores abandonados e delinquentes”, que foram recolhidos ao Centro Agrícola de Pindobal, localizado no município de Mamanguape, Em meados dos

anos de 1930, o governador Argemiro de Figueiredo destacou a necessidade de fixar as crianças no campo por meio da escola, com o objetivo de minimizar o número de “desocupados” nas ruas dos centros urbanos. (PINHEIRO, 2006, p. 137).

O contexto brasileiro do final do século XIX e primeira metade do século XX para as crianças e os adolescentes pobres e pretos paraibanos revela uma trama social complexa e repleta de problemáticas. Pindobal é uma instituição que toma para si as dimensões da escola e do trabalho, cujo intuito é manter o controle dos sujeitos desviantes, daqueles que passam a ser tratados como menores de idade, delinquentes e transviados (MORAES, 2000) e (RIZZINI, 2011i). Sobre as justificativas da criação de instituições desta estirpe estão os cometimentos de crimes pelas crianças e adolescentes das ruas.

A natureza dos crimes cometidos por menores era muito diversa daqueles cometidos por adultos, de modo que entre 1904 e 1906, 40% das prisões de menores foram motivadas por “desordens”, 20% por “vadiagem”, 17% por embriaguez e 16% por furto ou roubo. Se comparados com os índices da criminalidade adulta teremos: 93,1% dos homicídios foram cometidos por adultos, e somente 6,9% por menores, indicando a diversidade do tipo de atividades ilícitas entre ambas as faixas etárias. As estatísticas mostram que os menores eram responsáveis neste período por 22% das desordens, 22% das vadiagens, 26% da “gatunagem”, 27% dos furtos e roubos, 20% dos defloramentos e 15% dos ferimentos. (SANTOS, 2004, p. 214, grifo do autor).

Os crimes cometidos pelos “menores” estão na categoria de que podemos chamar menor poder ofensivo. É a partir do Código do Menor de 1927 que o Estado começa a desenvolver maneiras de institucionalização desses sujeitos. Na Paraíba, surge Pindobal com o intuito de conter essa população das ruas e diminuir os seus crimes. Não nos cabe aqui apontar se esse tipo de instituição atenderia ou não às especificidades desses sujeitos, o que nos cabe é tensionar os objetivos dessa instituição e apresentá-la de modo que consigamos visualizar o passado com o olhar daquele período, repleto de embates e tensionamentos.

A assistência à infância e adolescência desvalida brasileira (PAVÃO, 2011) perpassa pela esfera pública e privada, e pelos aspectos da filantropia produzidos pela igreja católica (RIZZINI; PILOTTI, 2011). “Difícil e ousado o desafio de buscar as raízes históricas da assistência à infância, em um passado, cujos registros se encontram dispersos e por vezes esquecidos em diversos arquivos. [...]” (RIZZINI, 2011i, p. 09).

Dessa maneira, a compreensão da criança e adolescência desvalidas, no contexto brasileiro, que suscitamos neste capítulo, possui raízes e conexões profundas com as experiências assistenciais em diversos espaços. Os sujeitos da infância e adolescência desvalidas são aquelas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social que são, em sua maioria, pobres e pretas e que foram controladas a partir de políticas públicas criadas pelo Estado brasileiro. Ou seja,

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a ação pedagógica dos setores dominantes, ao lado de outras práticas mais diretamente repressivas, estará voltada para a “reconstrução nacional”, a conformação da cidadania, e para a questão da organização do trabalho. São desenvolvidas inúmeras estratégias e dispositivos visando a moralização e o ajustamento do trabalhador à nova ordem social. (MORAES, 2000, p. 70).

É a partir desse cenário que surgem as políticas assistenciais no Brasil, e o Código Mello Mattos (1927) – popularmente conhecido como Código de Menores de 1927 – inicia, nas primeiras décadas do século XX, o debate acerca da dimensão do trabalho infantil e adolescente do ponto de vista da institucionalização, incorporando a dimensão educativa à dimensão do trabalho, fazendo insurgir, no século XX brasileiro, variadas instituições com o intuito de conter a infância e a adolescência desviantes.

Pindobal surge, na Paraíba, assim como inúmeras outras instituições surgem em todo Brasil, com a única e exclusiva finalidade de retirar das ruas aqueles que seriam responsáveis por sujar a imagem de uma sociedade civilizada, progressista e moderna. E essa produção discursiva se assentava em “convicções científicas” de que os filhos de famílias populares eram “incapazes, insensíveis, e uma infinidade de rótulos”. (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p.31).

Com essa compreensão, o código do menor de 1927 surge para fazer a ponte entre o trabalho infantil e adolescente que já existia nas cidades e no campo, passando a ser tratado de maneira institucionalizada, considerando o seu aspecto educativo.

A relação de trabalho com a mão-de-obra menor – aprendiz em muitos casos – em que a disciplina evoluía, de fato, para os maus-tratos arbitrários, talvez tenha sido aquela na qual as imagens do pai e do patrão frequentemente se confundiam, deixando de estar simplesmente justapostas. Acima de tudo, porque o mundo do trabalho não subvertia a infância e a adolescência a ponto de excluir o lúdico de suas vidas. As brincadeiras dos menores teimosamente resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho e foram, ao longo do tempo, em

nome da disciplina exigida nos regulamentos das fábricas e oficinas, o claro detonador de atitudes violentas. (MOURA, 2004, p. 268).

O código do menor de 1927 é um avanço, do ponto de vista da garantia de alguns direitos dessa população, mas ele conserva todo o peso de tratar a infância e a adolescência desvalida como um problema de segurança pública, devendo organizar asilos, casas, orfanatos, internatos e demais instituições que possibilitem o acolhimento e até o encarceramento dessa população. “Num país de tradição escravocrata, as críticas à situação de vida das crianças [...] abriram frentes para reivindicações políticas de direitos e contestações às desigualdades”. (PASSETTI, 2004, p. 354).

Portanto, este capítulo tem o compromisso de articular a história de Pindobal com os elementos da nacionalização e modernização da sociedade brasileira e paraibana, considerando as crianças e os adolescentes desvalidos encaminhados a Pindobal como um problema social a ser contido e regenerado. Aqui, tratamos sobre as aproximações entre as políticas de assistência a essa população e as práticas exercidas por Pindobal dentro de seus muros, relacionadas ao contexto da sociedade brasileira na primeira metade do século XX. A próxima seção trará o decreto n. 1.672, de 10 de junho de 1930, que dispõe sobre o regulamento dessa instituição, relacionado à caracterização da infância e da adolescência desvalida, pobre e preta, na Paraíba do período de 1930.

3.1 O ensino regenerador para as crianças e os adolescentes improdutivos

O saudoso presidente João Pessoa, ao assumir o governo da Parahyba, atentou no **problema da vadiagem infantil** e dele fez um dos pontos do seu largo, generoso e profícuo programma de governo, creando logo o Centro Agrícola de Pindobal, em Mamanguape, **para educação dos menores abandonados**. O estabelecimento vem prestando excelentes serviços à sociedade, **tornando elementos uteis menores transviados que, sem o amparo e a educação que ali recebem, resvalariam para a deliquencia, para a sendo do crime. Ali recebem, os jovens brasileiros recolhidos, a par da educação moral, cívica e profissional, instrucção militar e aulas de letras**. O Sr. Antenor Navarro, actual interventor federal na Parahyba, mudou o nome da colônia de menores para Centro Agrícola Presidente João Pessoa, prestando assim uma homenagem justíssima à memória do seu fundador. **Dirigido pelo professor Sizenando Costa, o centro educa actualmente cerca de trezentos menores que praticam o plantio e o trabalho de toda espécie de productos. Notadamente os que são typicos da região. São obreiros que, de futuro, poderão contribuir vantajosamente para o desenvolvimento da agricultura na Parahyba, mercê dos conhecimentos agrônômicos que lhe são ministrados**. Os aspectos que estampamos dão idêa da ordem e da

efficiencia da Colonia de Mamanguape. (UMA BELLA..., 1931, p. 5, grifos nossos).

Esse trecho publicado pela imprensa carioca, através do periódico *A Noite Illustrada*, em 1931, revela aspectos centrais sobre a caracterização das crianças e dos adolescentes encaminhados a Pindobal. A “vadiagem infantil”, como um problema crônico do início do século XX, abre o discurso do periódico e vai de encontro ao objetivo de Pindobal, que é a educação dos menores abandonados, recebendo, então, a educação moral, cívica, profissional, instrução militar e aulas de letras. Todas estas dimensões estão presentes em Pindobal com o intuito de educar para regenerar em comunhão com o ideário rural da agricultura paraibana, através dos conhecimentos agrônomos.

Indo ao encontro da caracterização dos sujeitos internos em Pindobal é possível visualizar as categorias *formação e infância e adolescência desvalidas*, entendendo quem são esses sujeitos, os possíveis motivos que os levaram à instituição e o objetivo formativo do estado paraibano.

A formação, o ato de formar algo ou alguém através da ação educativa está relacionado a duas concepções que Magalhães (2004) analisou em seus estudos sobre as instituições educativas: *educação/conteúdo* e *educação/produto*. Apesar de concordar que as outras duas concepções: *educação/instituição* e *educação/ação* também estão interligadas a todo esse processo formativo, acreditamos que as duas primeiras exerçam uma força mais determinante para a “formação de um indivíduo”.

A *educação/conteúdo* “[...] refere-se simultaneamente ao processo e ao objeto cultural à matéria [...] pois geram alteração de comportamento e de saber com sentido duradouro e referem-se a um objeto cultural em trânsito. [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 15-16). É justamente a dimensão da *educação/conteúdo* que irá formar um comportamento desejável através das acepções da cultura nacionalista, produzindo o que podemos chamar de *educação/produto*, “[...] o registro de um percurso (in)formativo, um constructo heterosubjetivo, o resultado de uma heteroação, entre outros. [...] expressões como “criança bem-educada” referem-se essencialmente ao produto [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 15-16).

Formar algo ou alguém está diretamente ligado a essas duas dimensões, exerce a força de moldar os sujeitos de Pindobal para que se tornem aptos ao trabalho rural em defesa do progresso da tão sonhada “Federação Agrícola”. Ainda sobre a formação, Nosella (2005) aponta que,

[...] formar alguém se torna um ato de cumplicidade entre o formador e o formando, no qual o primeiro apresenta formas e experiências conhecidas e o segundo exercita a liberdade e cria o futuro. [...] O ato de formar é essencialmente um ato ético, de liberdade. (NOSELLA, 2005, p. 26).

Se a formação requer um ato de cumplicidade entre “formador e formando”, seria preciso desenvolver essa cumplicidade naqueles que não desejassem ser formados para o trabalho no campo em Pindobal. A formação exerceria, desse modo, o papel autoritário e controlador, sufocando as vontades individuais (NOSELLA, 2005), relação típica do período idealista e nacionalista de 1930. Quem seriam, então, as crianças e os adolescentes desvalidos encaminhados até Pindobal? As fotografias revelam que são crianças e adolescentes do sexo masculino, majoritariamente pretos e pobres, conforme fotografia a seguir.

Foto 8 – Uma Bella Fundação de João Pessoa na Parahyba



Fonte: A Noite - Secção de Rotogravura: 1931 (BNDIGITAL)

A fotografia 8 representa quem são os chamados “menores transviados” ou “menores delinquentes”. Na imagem, vemos apenas meninos, em sua maioria pretos e com semblantes de assustados. Seus semblantes talvez revelassem a surpresa ao verem a câmera fotográfica da época e o flash provocado por ela, como também os integrantes da imprensa.

A fotografia também pode representar o seu dia a dia na instituição, sendo forçados a estarem sempre atentos a qualquer tipo de situação que estivesse por vir. Não

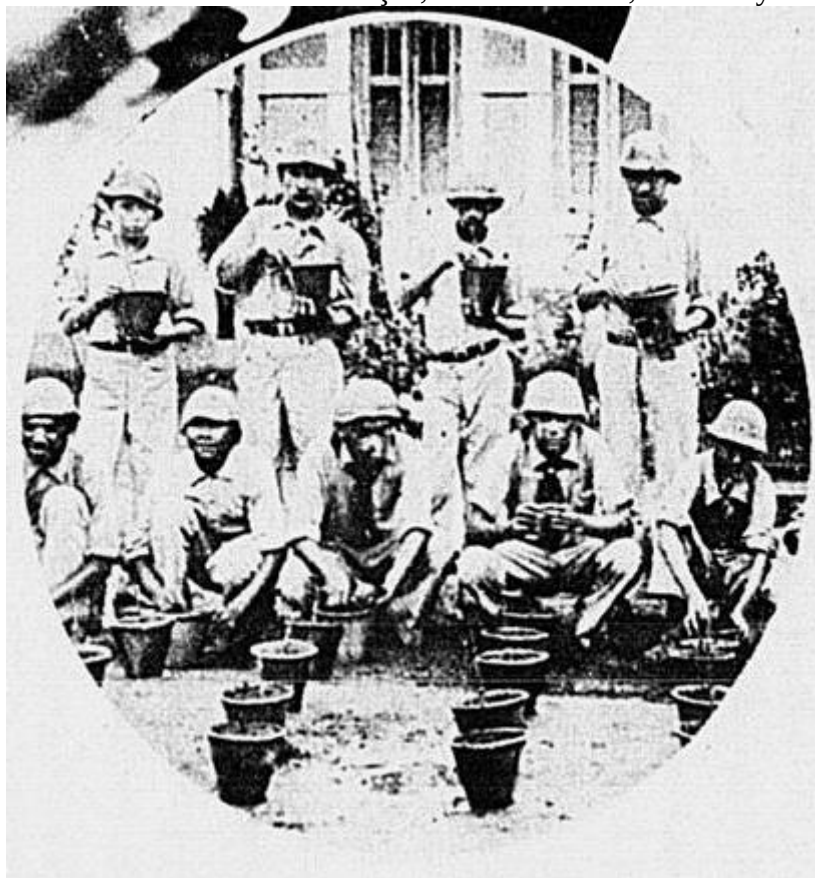
sabemos ao certo o que motivou os semblantes assustados captados pelas lentes do jornal, a única certeza que temos é que essas crianças possuem um olhar triste e estão todas amontoadas em um espaço que certamente não havia sido projetado para essa quantidade de pessoas. A imagem fala por si, é uma bela representação das crianças, e apresenta uma mistura de tristeza e precariedade.

É através dos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, elaborados pelo falecido Presidente João Pessoa e apresentados pelo vice-presidente do estado Dr. Álvaro Pereira de Carvalho à câmara legislativa da Paraíba, compreendendo o período de julho de 1929 a junho de 1930 que Pindobal é descrita:

[...] Destinado a recolher e amparar menores abandonados ou delinquentes, o novel estabelecimento foi sempre uma das instantes cogitações do meu governo. Para installal-o aproveitei a fazenda “Pindobal”, de propriedade do Estado, situada no município de Mamanguape, encravada em zona fértil e salubre. Para essa instalação foi preciso concluir algumas construcções apenas começadas e dotar as existentes de adaptações mais urgentes. O estabelecimento var ter luz electrica propria, cujos aparelhos já estão encommendados. Tem actualmente capacidade para sessenta menores, podendo esta lotação ser duplicada, desde que se façam novas construcções. Um dos edificios serve de residência ao director e de escriptorio da administração. **Várias plantações estão sendo fundadas, para dar serviço e assegurar parte da alimentação aos menores internados. Acredita o seu director que dentro de um trimestre o estabelecimento estará produzindo calçado e roupa para os reclusos, correame para animaes de serviço, vassouras, espanadores, cestas para papel e objetos outros deste gênero de que venha a carecer o Almoxarifado Geral do Estado. Inicia-se assim, entre nós um instituto de grande finalidade social e que vem preencher também um dos reclamos da vigente legislação sobre menores.** (BRASIL, 1930, p. 134-135, grifos nossos).

O diretor que o Presidente João Pessoa se refere é o Professor Sizenando Costa – detalharemos de maneira mais aprofundada sobre a atuação deste diretor na próxima seção. O relatório do Presidente João Pessoa demonstra total alinhamento com o ideário da época em desenvolver, naquele local, um espaço de trabalho autossustentável, que pudesse suprir parte das necessidades dos internos e ainda servir de utilidade para o Almoxarifado Geral do Estado.

Foto 9 – Uma Bella Fundação, de João Pessoa, na Parahyba



Fonte: A Noite - Secção de Rotogravura: 1931 (BNDIGITAL)

A fotografia 9 encena a operacionalização de Pindobal. Agora, os sujeitos estão fardados com roupa militar, os que estão em pé seguram vasos com mudas e os agachados mostram os vasos que estão no chão. Diferente da fotografia 8, essa mostra uma certa organização, estão enquadrados e vestidos com calça, cinto, camisa e chapéu. Possivelmente, essa vestimenta não serviria para o trabalho no campo, mas apresenta algo importante à sociedade da época: a comprovação de que os jovens retirados das ruas, ali naquele lugar seriam transformados em “elementos úteis”. O jogo de imagens mostra uma cena que mistura civismo, trabalho e disciplina; ainda é possível perceber que os dois jovens agachados do lado esquerdo sorriem, os demais seguem sérios.

Um ponto curioso é o “ensino das letras”, que nas imagens é tangenciado. As fotos estão mobilizadas em transparecer a ordem e o trabalho agrícola do que qualquer outra coisa, a caricatura de Pindobal é a caricatura do próprio desejo do estado paraibano em ser visto como principal produtor agrícola e em atender a nova legislação e amparo ao “menor”.

Fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial [...] e educá-la com o intuito de inculcar-lhe a obediência. (PASSETTI, 2004, p. 355).

Os relatos sobre Pindobal, nos jornais e nos documentos institucionais, revelam essa necessidade em investir na criança pobre, pois ela é vista como um potencial criminoso, por isso, Pindobal é criada. Por este motivo, a atuação da instituição é restrita apenas aos “menores” pretos e do sexo masculino, considerados pela sociedade como sendo os mais propensos ao cometimento de crimes.

Os setores dirigentes sempre demonstraram apreensão com o crescente número de crianças desamparadas, habitantes das ruas da cidade. Para elas providenciou asilos e reformatórios, instituições moralizadoras, onde o trabalho se constituía em importante recurso pedagógico. (MORAES, 2000, p. 73).

E ainda complementa Moraes (2000), que os setores dirigentes e dominantes paraibanos resolveram criar instituições moralizadoras destinadas a encarcerar a criança e o adolescente pobre e preto, como é possível perceber. Não é possível olhar para Pindobal e não enxergar questões sobre raça e cor,

Analisar a transformação das relações sociais e econômicas experimentadas em mais de trezentos anos de escravidão em relações pretensamente livres, sem considerar a cor das pessoas que viveram esse longo e conflituoso processo histórico, nos afasta das reflexões que essa transformação engendra e exige. [...] (NASCIMENTO, 2016, p. 609).

As primeiras décadas do século XX, na Paraíba, são notadamente marcadas pelas questões agrárias e de posse de terras, iniciando pelos engenhos e pela denúncia que publicamos no capítulo anterior, quando um Juiz de Órfãos em Mamanguape resolve expor, nas páginas da imprensa, inúmeras famílias que utilizariam de crianças para o trabalho em suas propriedades, prática advinda do modelo escravocrata de sociedade. A criação de Pindobal, em 1930, e a institucionalização do trabalho agrícola possui seus tentáculos nessa origem escravista, pois

A origem dessa precoce interferência estatal junto à agricultura relaciona-se à abolição da escravidão, marco importante no lento processo de construção das relações de produção capitalistas no campo brasileiro, mediante a redefinição de formas de trabalho compulsório, dando origem a uma indissolúvel e contraditória aliança entre grandes proprietários rurais e a Sociedade Política. [...] (MENDONÇA, 2007, p. 246).

A elite agrária e política brasileira não brincou ao desenvolver instituições a exemplo de Pindobal, e essas instituições serviam a um só público: aos filhos da classe trabalhadora, às crianças e adolescentes pobres e pretos. Não é possível analisar Pindobal sem perceber as dimensões macroscópicas da classe e da raça.

Sobre os Patronatos Agrícolas, instituições semelhantes à Pindobal, Mendonça (2007) destaca,

Em certas circunstâncias, entretanto, as instituições de “Ensino Agrícola” do Ministério funcionaram como instrumentos de intervenção junto a categorias sociais pouco vinculadas à agricultura, servindo como paliativo à questão social urbana. Este seria o caso dos Patronatos Agrícolas (PAs), criados em 1918 em resposta à conjuntura gerada pela Primeira Guerra Mundial. Rurais por necessidade e agrícolas mais por conveniência do que por vocação - já que o trabalho no campo era visto como único meio de preservar sua autosubsistência e manutenção - os Patronatos abrigariam a infância órfã desvalida da cidade do Rio de Janeiro, atendendo a interesses de segmentos urbano-industriais empenhados em construir uma imagem “profilática” da Capital Federal. Associando as noções de ensino prático e de defesa militar, a lei que criava os Patronatos deixava claro seu escopo, malgrado a retórica filantrópica que os justificava: consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, tidas como degradantes e infames. Entretanto, os PAs produziram um outro tipo de “detentos”, terapeuticamente disciplinados por essas escolas de trabalho que “serviam de freio às tendências anárquicas intoleráveis” atribuídas ao novo ator social do período, o proletariado. (MENDONÇA, 2007, p. 248, grifos da autora).

Para esses sujeitos – o proletariado, filhos dos trabalhadores – foi criada legislação específica de controle de suas ações e de seus corpos, como é o exemplo do crime de *Vadiagem*, em regra sustentado por uma compreensão jurídica e social, de intervir junto à infância, por essa ser também uma condição de defesa nacional. (RIZZINI & RIZZINI, 2004). Essa questão, para o judiciário brasileiro, é um ponto fulcral que conecta o século XX ao Brasil escravocrata dos séculos anteriores. Assim,

O Decreto nº 145 de 1893 autorizava o Governo a fundar uma colônia correccional na Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul

(hoje município do Estado do Rio de Janeiro), “ou onde melhor lhe parecer”.⁹ Tal decreto, nos parágrafos de seu artigo 2º, trazia uma definição de vadio: *§1º Os indivíduos de qualquer sexo e qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direcção de tutores ou curadores, sem meios de subsistência, por fortuna própria, ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade.* (PRANDO, 2014, p. 4-5).

O problema da vadiagem na Paraíba está presente na sociedade da época, como é possível observar no trecho que abre esta seção; aos ditos vadios ou transviados seria destinado um ensino regenerador. Qual seria, então, a magnitude e a importância dadas a Pindobal no cenário político da época? Sobre isso Deusdedith Leitão (1987), ao escrever sobre o *Ensino Público na Paraíba: Síntese História da Secretaria da Educação*, relata:

No pequeno período de um ano e dez meses em que governou a Paraíba não pôde o Presidente João Pessoa dar à instrução pública a reforma que programara mas, nem por isso deixaram os seus conterrâneos de assinalar como consequências natural do espírito renovador da sua administração, os benéficos resultados alcançados no setor de ensino. [...] Entre as principais realizações do seu governo, no setor da instrução pública, são lembradas as reformas introduzidas no Liceu e na Escola Normal; **a criação, em Mamanguape, do Centro Agrícola de Pindobal, destinado a recolhimento de menores abandonados e delinquentes**, a equiparação à Escola Normal do Instituto Pedagógico de Campina Grande e do Colégio Nossa Senhora do Rosário, de Alagoa Grande; a Organização da inspetoria Técnica Escolar, com a instalação de cinco zonas no interior do Estado e a aquisição de 1282 carteiras á firma J. Vellvé, em Nova York, além das numerosas escolas que criou, fiel à sua orientação de “difundir o mais possível, a instrução pública, tornando-a acessível a todos os núcleos da população” e, para alcançar esse objetivo, **esforçava-se para “multiplicar as escolas rudimentares por todos os recantos, até os centros rurais”**. (LEITÃO, 1987, p. 34, grifos nossos).

Leitão (1987) revela que a criação de Pindobal esteve dentre as principais realizações do governo do Presidente João Pessoa; na ordem que esse discurso é proferido, Pindobal é a terceira instituição a ser mencionada, sendo o Liceu e a Escola Normal as primeiras. É possível perceber que Pindobal assume um status de importância para Mamanguape. Após o assassinato, em Recife, do então Presidente João Pessoa, em 26 de julho de 1930, assume o governo o seu vice, Álvaro Pereira de Carvalho (LEITÃO, 1987).

Apenas em 4 de outubro de 1930, após o golpe militar de Getúlio Vargas, período marcado pelo rompimento com a “República Velha”, almejando desenvolver uma “Nova República” é que “[...] assumiu o governo do Estado o Doutor José Américo de Almeida

[...] Ele mesmo o lembrou em suas memórias – ‘E coube-me, por uma casualidade, a sucessão política de João Pessoa’”. (LEITÃO, 1987, p. 35).

José Américo de Almeida é nomeado para o Ministério de Viação e Obras Públicas em novembro de 1930, Antenor Navarro assume o governo do Estado na condição de substituto e, posteriormente, é nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas como Interventor Federal (LEITÃO, 1987).

Dando absoluta prioridade aos problemas educacionais era de natural que voltasse para o ensino primário o interesse maior da sua ação governamental, e fiel a essa orientação, procurou dar à Inspetoria Geral do Ensino o nível de departamento que, na prática já lhe conquistara desde a sua criação pelo Presidente João Pessoa. (LEITÃO, 1987, p. 35).

Em 26 de abril de 1932, Antenor Navarro morre em um trágico desastre aéreo, após sua morte, a Revista do Ensino apresenta uma série de benfeitorias promovidas em seu governo, dando-lhe o status de benfeitor da instrução pública, “Assim compreendendo o Interventor paraibano lançou as primeiras sementes que não podem, nem devem morrer. **A criação de institutos de proteção às crianças desvalidas;** [...] A instrução deve-lhe a maior soma de benefícios.” (LEITÃO, 1987, p. 36, grifos nossos).

Assume o Secretário Gratuliano Brito, em 28 de julho de 1932, como Interventor Federal pelo ato do Presidente Getúlio Vargas. Em 26 de dezembro de 1936, em razão de ter sido eleito e diplomado como Deputado Federal, Gratuliano Brito deixa o governo da Paraíba e assume o Doutor José Mariz, que era Secretário do Interior e Instrução Pública (LEITÃO, 1987). Gratuliano Brito, em seu relatório ao Presidente Getúlio Vargas após deixar o governo da Paraíba, destaca:

[...] Gratuliano Brito fez circunstanciado relatório das suas atividades administrativas como Interventor Federal. No capítulo referente à “educação e assistência cultural”, após referir-se à ação governamental de apoio à instrução iniciada por Antenor Navarro, declarou – “Prossegui dentro desse programa visando não só cumpri-lo, como também dar-lhe amplitude possível. E as estatísticas estão aí, comprovando que o departamento educacional do Estado irradiou a sua ação, de maneira surpreendente. [...] Prosseguiu nesse programa de criação de novas unidades de ensino, reconstruindo ou reformando antigos prédios escolares, em que instalou os novos Grupos Escolares “Anônio Gimes, em Catolé do Rocha; “Professor Cardoso” em Alagoa Nova; “Abel da Silva”, em Ingá; “Professor João Soares” em Caiçara e “Peregrino de Carvalho”, em Cruz do Espírito Santo. Esse trabalho se estendeu e se valorizou pela permanente e cuidadosa conservação dos

antigos grupos escolares, alguns deles inteiramente reconstruídos. Todos os prédios que serviam às escolas do interior foram também cuidadosamente recuperados. Os edifícios da Escola Normal, do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros, de Bananeiras e do **Centro Agrícola “Presidente João Pessoa”, em Mamanguape, foram reformados e adaptados à modalidade de ensino a que eram destinados.** (LEITÃO, 1987, p. 37-38, grifos nossos).

O conturbado cenário político da Paraíba dos anos que sucedem o período de 1930 é evidente nas sucessivas nomeações de interventores, seja por motivo de morte ou por exoneração a pedido. A pasta da Instrução Pública e a educação da Paraíba sobrevivem a toda essa conjuntura, e Pindobal permanece, ao longo desse período, na centralidade das políticas educacionais e de assistência à infância e adolescência pobre e preta. Pindobal está presente no cenário político da Paraíba dos anos de 1930 de maneira incontestável. Bastaria saber se seriam definidas as diretrizes e orientações da instituição para o seu funcionamento.

O decreto de nº. 1.672, de 10 de junho de 1930, dispõe sobre o regulamento dessa instituição, de maneira que utilizaremos esse decreto respeitando a gramática do período e a fidedignidade da escrita. A intenção de analisar o decreto é compreender as forças que operaram a favor da criação e manutenção da segunda fase da instituição. O decreto de nº. 1.672, de 10 de junho de 1930:

Dá regulamento ao Centro Agrícola Pindobal. O presidente do Estado da Parahyba, usando da atribuição que lhe confere o art. 36.º, § 1.º da Constituição Estadual e da autorização contida no art. 5º, alínea XXX, da lei n. 680, de 21 de novembro de 1928, DECRETA: Art. 1.º – O “Centro Agrícola Pindobal”, creado pelo decreto n.º 1.606, de 14 de novembro de 1929, será organizado e administrado de acordo com o Regulamento que baixa com o presente decreto. Art. 2.º – Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do governo do Estado da Parahyba, em 10 de junho de 1930, 41.º Da Proclamação da República. **João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Adhemar Victor de Menezes Vidal.** (DECRETO..., 1930, p. 6, grifos do autor).

Esse decreto é regulamenta as atividades do Centro Agrícola de Pindobal, deixando claro que a administração será organizada de acordo com o seu regimento, em que traça inúmeras diretrizes e finalidades para o funcionamento da instituição. O documento contém 44 (quarenta e quatro) artigos, distribuídos nas seguintes seções: *Do centro agrícola e seus fins; Do pessoal Technico do Ensino e administrativo; Dos deveres do Pessoal Administrativo; Do Regime Escolar; Do Regime Econômico; Do Regime Disciplinar dos Alunos; Do Regime Disciplinar dos Empregados e Moradores da*

Fazenda; Da admissão dos Funcionarios; Disposições Gerais e Tabella de Vencimentos.

A seção *Do Centro Agrícola e seus Fins*, em seu Art. 1º, afirma que o Centro Agrícola de Pindobal “[...] tem por fim receber menores delinquentes e abandonados para educá-los **convenientemente**, proporcionando-lhes os meios necessários para voltarem à sociedade regenerados e com uma profissão com que possam viver honestamente.” (REGULAMENTO..., 1930, p. 6). O primeiro artigo deixa visível a finalidade da instituição, que seria a educação “conveniente” dos chamados desajustados; a palavra conveniente é, no mínimo, intrigante. Esta palavra também consta na concepção filosófica da educação Salesiana, como afirmam os estudos de Sibioni (2007):

A meta da educação [Salesiana] é fazer com que o educando atinja um estado de virtude, ou seja, possa viver e agir virtuosamente, *colocando-o numa condição de atividade e de vida capaz de mover-se, agir e viver convenientemente como ser humano, cidadão e cristão*. São os frutos adquiridos por meio da ação educativa por meio de atos bons e virtuosos desenvolvidos na personalidade e na vida da pessoa bem educada. (SIBIONI, 2007, p. 12, grifos nossos).

O autor deste texto é formado pela Universidade Salesiana de São Paulo e o seu artigo sobre os *pressupostos filosóficos do modo de educar salesiano* é revelador. Aqui, a palavra “convenientemente” reaparece e, de modo prático, de acordo com o Dicionário online Infopédia, possui os seguintes adjetivos: 1. Que convém; que torna as coisas mais fáceis ou cômodas; vantajoso; útil; conforme às conveniências, e possui sinônimos como: acomodado, adaptado, apropriado. Bem, o curioso é que apenas uma palavra trouxe-nos até essa discussão; o/a leitor/a poderá achar um exagero toda essa discussão, mas afirmamos que esta palavra é reveladora.

É identificado um fio para a “comprovação” dessa aproximação. O intuito é compreender o emprego prático dessa palavra no regimento de Pindobal,

João Pessôa, 27 (D. P.) – Regressou hontem, a Recife, d. João da Mata Amaral, bispo de Cajazeiras, que viera a esta capital acompanhado do Padre Guido Barra inspector da Província do Norte, dos Padres Salesianos. A vinda do padre Guido Barra a Parahyba prende-se a uma proposta do [ilegível] interventor no sentido de entregar a Colonia Agrícola de Pindobal aos conhecidos padres Salesianos. (DA PARAHYBA..., 1938, p. 4).

Ora, entre 1930 e 1938, a instituição passou por diversas modificações, que serão abordadas ao longo deste trabalho. Esse “pulo” temporal é para identificar indícios do pensamento Salesiano no próprio regulamento da instituição, ao ser observada a palavra “convenientemente”. Os fundamentos dos religiosos Salesianos, ao desenvolverem uma ação educativa no século XIX aos desvalidos da Europa, são traços marcantes que dialogam com o regulamento de Pindobal. Os pressupostos teóricos e filosóficos da prática Salesiana estão imersos no campo não só da pedagogia, mas, de maneira contundente, da psicologia e da teologia. Assim,

O modelo pedagógico e educativo proposto por João Bosco (conhecido mundialmente por Dom Bosco) assume a educação de jovens em situação de risco da Europa do século XIX, período de grande agitação política e social do processo de industrialização da Itália [...] (SOFFNER; ANTONIO; EVANGELISTA, 2013, p. 2).

Retornemos ao regimento de Pindobal: [...] tem por fim receber menores delinquentes e abandonados para educá-los convenientemente [...]” (REGULAMENTO..., 1930, p. 6). A pergunta a saber é: O ato de educar convenientemente está direcionado a quem, aos sujeitos internos? Mas a conveniência desta educação é para atender a quais interesses? É para tornar os sujeitos adaptáveis e apropriados para quê ou quem? Uma simples palavra revela a trama vivenciada por esses sujeitos. Assim como a Europa vivencia, no século XIX, um processo de institucionalização com a ajuda dos salesianos, no Brasil, esses religiosos são convidados a administrar Pindobal.

A nossa hipótese inicial é que os Padres Salesianos haviam administrado Pindobal, mas essa hipótese teve que ser deixada de lado, pois percebemos que houve apenas a tentativa de diálogos entre esses religiosos, embora a vontade do governo paraibano permanecesse em querer que religiosos administrassem a instituição. Apenas em 1941 é que os padres de outra ordem religiosa, a do Sagrado Coração de Jesus, assumem a direção de Pindobal,

[...] O interventor federal, interessado em dar nova orientação à Escola Profissional de Pindobal, onde estão recolhidos cerca de 200 menores vadios e delinquentes, entrou em entendimentos com o padre Henrique Van Horrst, da Congregação do Coração de Jesus, que dirige estabelecimento idêntico em Pernambuco, para assumir a direção da referida Escola. (SERA', 1940, p. 2).

Destacamos a complexidade em lidar com as fontes e a necessidade de deixarmos de lado determinadas hipóteses. Só é possível perceber que Pindobal não havia sido administrada pelos Salesianos após a identificação do trecho citado acima, de maneira que iremos desenvolver detalhada análise desse período vivenciado por Pindobal no Capítulo IV.

Em continuidade à análise do decreto de nº. 1.672, de 10 de junho de 1930, o Art. 2º aponta que:

Art. 2º - Os menores recolhidos ao Centro Agrícola, terão, obrigatoriamente, além de uma profissão, de accôrdo com a sua capacidade especial, instrucção primária e militar, systematica educação physica e conhecimentos gerais de agricultura. § único – Depois de convenientemente instruídos nos conhecimentos gerais de agricultura, especialmente relacionados com a horticultura, fructicultura e criação de animais domésticos, os menores, de acordo com as suas aptidões, se especializarão em artes e officios ou em agricultura propriamente dita, compreendendo, além dos trabalhos agrários: criação de abelhas e bichos de sêda, preparo de productos, embalagem e conservação. (DECRETO..., 1930, p. 6).

O Art. 2º dispõe sobre as intenções da instituição em formar “menores” de acordo com a sua “capacidade especial”, ou seja, as crianças e os adolescentes poderiam escolher aqueles trabalhos que lhes fossem mais interessantes, ficando limitados às questões da agricultura e do trabalho manual, obrigatoriamente, todos os sujeitos serão “[...] Depois de convenientemente instruídos nos conhecimentos gerais de agricultura, especialmente relacionados a horticultura, fruticultura e criação de animais domésticos [...] se especializarão em artes e officios ou em agricultura propriamente dita”. (DECRETO..., 1930, p. 6). Ou seja, a escolha de que trata este artigo só será possível após a aprendizagem agrícola. Sobre a organização do Centro:

[...] Art. 3º - O Centro deverá ter organização similar a uma propriedade agrícola, orientada pelos modernos methodos culturaes, dispondo dos meios necessários para obter o maior rendimento de suas culturas e das indústrias correlatas. Art. 4º Os menores serão internados no estabelecimento por ordem dos juizes de órphãos, por intermédio da Secretaria do Interior, Justiça e Instrucção Publica e virão acompanhados de attestados médico e de idade e de uma ficha onde estejam registradas suas características, grau de temibilidade, procedência e motivos que determinaram sua reclusão. § 1º - Para que os menores abandonados sejam recolhidos ao estabelecimento, faz-se preciso que seus paes ou tutores percam sobre eles, em processo regular, o pátrio poder ou os direitos tutelares. § 2º - A ficha de que trata o presente art., será de uso e conhecimento privativo da directoria do

estabelecimento. Art. 5º Não poderão ser internados: menores de idade inferior a 12 annos nem maiores de 18 e os que soffrerem de moléstia repugnante e infecto-contagiosa. § único – Todo aprendiz que completar 18 annos de idade será excluído e posto á disposição da autoridade judiciaria que determinou seu internamento. Art. 6 – O produto do trabalho de cada um dos menores será depositado na Caixa Econômica do Estado e a eles será entregue quando forem excluídos [...]. (DECRETO..., 1930, p. 6).

Pindobal é organizada conforme uma propriedade agrícola, possuindo todas as características de trabalho e condições que o trabalho rural requer. Os sujeitos encaminhados para a instituição eram mantidos, em formato de internato, possuindo cada sujeito uma “ficha com seu grau de temibilidade”, ficha que seria responsável por rotular aquele sujeito. Eram encaminhadas crianças a partir de 12 anos até os 18 e, para permanecer em Pindobal, a família precisaria ter perdido os diretos tutelares desses sujeitos. Após os 18 anos de idade, o adolescente seria mandado embora e receberia, como produto do seu trabalho, a quantia referente ao tempo em que esteve internado, para iniciar a vida em sociedade.

No trecho a seguir, é perceptível a interligação de vários agentes do Estado, são mobilizados os agentes do judiciário, da educação, da militarização e da medicina,

[...] Impõe-se um novo modelo de atendimento à infancia abandonada e delinquente onde o asilo funcionaria com ‘uma microssociedade, onde os preceitos da hygiene médica são obedecidos, onde a educação é dirigida para o trabalho e onde o poder disciplinador atinge o efeito moral desejado da introjeção da vigilância pelos internos [...]’ (RIZZINI, 1993, p. 97).

É perceptível que, a partir de seu regimento, são promovidas formas de controle dos internos, desenvolvendo ferramentas que possam ser acessadas e controladas por seus agentes. O controle não está limitado aos internos, mas, sobretudo, aos funcionários. O Estado, a partir desse documento, consegue estabelecer diretrizes de como os agentes de Pindobal devem se portar:

[...] **DO PESSOAL TECNICO DO ENSINO E ADMINISTRATIVO:** Art. 7º - O pessoal do ensino e administrativo constará de: a) Um director; b) um professor-escriptorario e os adjunctos necessários, de acordo com o Regulamento da Instrucção Publica; c) Um chefe de cultura; d) Um ecônomo-almoxarife; e) Um guarda-enfermeiro; f) Guardas vigilantes; g) Guardas de turma; h) Mestres de officio; i) Trabalhadores, quando necessários; j) Um instructor de Gymnastica e exercícios miliares; k) Um tratador de

animaes. **DOS DEVERES DO PESSOAL ADMINISTRATIVO:**
 Art. 8º - Ao director, que será substituído em seus impedimentos pelo professor-escriptuario, compete: 1º) distribuir e fiscalizar todos os serviços do estabelecimento, de acordo com o presente Regulamento e regimento interno, que deverá observar e fazer cumprir; 2º) inspecionar as aulas e oficinas e demais dependências e instalações, velando pela sua boa ordem e absoluta disciplina; 3º) enviar á secretaria do Estado a que estiver subordinado [inelegível} o Centro Agricola, devidamente informados, os requerimentos ou quaisquer reclamações dos funcionários e dos reclusos; 4º) exercer rigorosa censura na correspondência dos reclusos; [...]. (DECRETO..., 1930, p. 6).

A operacionalização de Pindobal a partir dos agentes do Estado é extremamente específica no que diz respeito aos deveres do pessoal administrativo. O cenário de prisão começa a ser consolidado de maneira mais objetiva quando visualizamos figuras como guardas vigilantes, guardas de turma e instrutor de exercícios militares. Esse panorama é um ponto central para percebermos a dimensão do cárcere em Pindobal e de seus agentes de controle. “O governo republicano [...] buscou instituir uma legislação específica para os menores, visando, sobretudo, o controle daqueles considerados moralmente abandonados [...]”. (ARANTES, 2011, p. 193).

Palavras como “boa ordem”, “disciplina”, “fiscalizar”, “inspecionar” e “censura” denotam aquilo que os agentes de Pindobal devem exercer durante o dia a dia na instituição. Os funcionários deveriam ser tão disciplinados quanto os sujeitos internos, a diferença é que, ao final do dia, os funcionários eram recolhidos para as suas casas, recebiam salários e benefícios e tinham o status de funcionários do Estado. Já aos internos, competia o trabalho e o recebimento de parte desse trabalho somente com a sua saída da instituição, após os 18 anos de idade. Ainda sobre os deveres do pessoal administrativo, o regulamento dispõe:

[...] 5º) rubricar os livros de contabilidade e todos os que se referirem as diversas dependências do estabelecimento; 6º) empenhar as despesas; 7º) fazer constantes palestras sobre moral, para promover a reforma do caracter dos menores, e sobre rudimentos das sciencias que se relacionem com a agricultura e a pecuária, recorrendo, tanto quanto possível, aos methods experimentaes; 8º) auctorizar a venda dos productos da fazenda, determinando o recolhimento das rendas; 9º) mandar certificar o que constar do archivo do estabelecimento; 10º) solicitar a abertura de concorrência para fornecimentos ao estabelecimento; 11º) aplicar as penas que estiverem ao seu cargo e impor castigos aos aprendizes, mediante representação dos professores e funcionários; 12º) Impór um regime de ordem e respeito aos diversos moradores da propriedade, não permitindo que permaneçam na mesma os que, embora estranhos à administração, promovam desordem, se

entreguem ao ócio e aos vícios, especialmente da embriaguez e do jogo. Art. 9 – Ao professor-escriptuario compete: 1º) ministrar o ensino de primeiras letras aos alumnos, de acordo com o programma adoptado e com o maior proveito, devendo dar aprovados, no fim de cada anno lectivo, pelo menos 50% dos alunos frequentes; 2º) fazer a escripturação e a correspondência do estabelecimento, tendo ainda ao seu cargo o museu e o archivo; 3º) substituir o director em seus impedimentos. Art. 10º - Ao chefe e cultura compete: 1) dirigir e escripturar todos os serviços agrários de modo a obter o máximo de rendimento útil das diversas culturas, procurando, tanto quanto possível, produzir o necessário ao consumo interno do estabelecimento; 2º) fazer diariamente e trazer anotadas as observações do posto meteorológico. Art. 11º - Ao ecônomo-almoxarife compete: 1º) ter sob a sua guarda todos os moveis, machinas, utensílios e o almoxerifado do estabelecimento; 2º) fornecer o que fôr requisitado por escripto com o visto do director. 3º) ter os livros escripturados com pontualidade e clareza, de modo a se conhecer, em qualquer momento, o stock existente do estabelecimento; 4º) fazer, quando auctorizados, a venda de productos da fazenda, recolhendo o apurado, mediante guia do director, à repartição respectiva.

O regimento cria um ambiente de controle, inclusive sobre situações que possam acontecer, como questões relacionadas a ócio e vícios, embriaguez e jogo, eram tratadas como questões a serem observadas, registradas e denunciadas pelos agentes de Pindobal à administração pública. Sobre o Professor-Escriturário, este exercia o papel de vice-diretor da instituição na ausência do diretor e seria responsável por ministrar as aulas de “letras” e de fazer a escripturação e a correspondência do estabelecimento, cuidando, ainda, do museu e do arquivo da instituição; este é o único agente pedagógico de Pindobal. Outro ponto a ser destacado é o caráter mercadológico de Pindobal, ao autorizar a venda de produtos da fazenda, prosseguindo com os deveres do pessoal administrativo:

Art.12º - Ao tratador de animaes compete: 1º) ter sob sua responsabilidade e direcção os animaes de serviço, os rebanhos, a pocilga, as capoeiras, o apiário, e a sirgaria, empregando todos os meios no sentido de obter o máximo de proveito em todas as creações. Art. 13º - Ao guarda enfermeiro incumbe: ter sob sua vigilância os menores que estiverem em tratamento e executar os serviços de enfermaria de accôrdo com as prescripções médicas, e os tratamentos de urgência. Art. 14º - Aos guardas-vigilantes compete: 1) fazer a vigilância dos menores reclusos onde lhe fôr determinado, no sentindo de manter a ordem, evitar que se evadam e pratiquem actos reprovados pela moral e os bons costumes; 2º) apresentar um relato escripto do que ocorreu durante o período de tempo que lhe fôr destinado à vigilância. Art. 15º - Os guardas de turma, além da execução dos serviços para que fôram contractados, ficam responsáveis pela disciplina e pelas turmas que receberem. Art. 16º - Aos mestres de officio compete: 1º) fazer o ensino de sua profissão, velando pela ordem e disciplina dos menores ao seu cargo e procurando, tanto quanto possível, dar o máximo de rendimento

útil para o estabelecimento; 2º) ter o maior cuidado nas machinas e utensílios de sua officina, não permitindo que sejam damnificados; 3º) orçar com a máxima precisão todas as obras a executar, para a prévia fixação de preço. Cada orçamento será organizado especificando-se a matéria prima e accessoria a empregar em espécie e quantidade, as horas de trabalho ou a tarefa dos alumnos ou diaristas, bem assim a percentagem a abonar ao pessoal tecnico e administrativo. São parcelas também a serem levadas em conta: a) 20% no máximo sobre o custo da obra; b) – 2% como compensação do emprego das machinas e ferramentas; 4º) Fornecer, além dos relatórios semanaes do serviços executados, um memorandum, onde fiquem mencionados os serviço de conservação das machinas e material de officina; Art. 17º - Ao instructor incumbe: 1º) promover a educação physica dos alumnos por meio de jogos recreativos, gymnastica e athletismo em geral, devendo levar a effeito, no fim de cada trimestre, uma competição, para verificar o índice de robustez de cada um dos alumnos, a fim de apresentar ao médico aquelles que acusarem descrescimo de resistência; 2º) dar instrucção militar de accôrdo com as normas seguidas no exército; 3º) conduzir os alumnos em fôrma: a) – ao banho b) – ao refeitório; c) – ao trabalho d) – as aulas; e) – ao dormitório, enfim, a todos os lugares onde a corporação tenha de comparecer, fazendo a distribuição dos guardas, conforme julgar necessário, para manter a disciplina e conversar os menores em segurança. 4º) presidir o recreio e os jogos, esforçando-se com o auxílio dos guardas pela manutenção da ordem e respeito mútuo entre os alunos; 5º) propor promoção e rebaixamento de posto para os alumnos. (DECRETO..., 1930, p. 6-7).

O instrutor de educação física e militar é o responsável por toda logística de traslado e permanência nos espaços dos sujeitos internos, elaborando, inclusive, competições esportivas para verificar o índice de robustez de cada aluno, além de dar instrução militar igual aos militares do exército brasileiro, sempre mantendo a ordem e a organização, de maneira que os alunos fiquem enfileirados para todas as atividades: banho, comer, trabalhar, assistir aulas, recreio e no dormitório, propondo, ainda, promoção e rebaixamento de postos.

O caráter militar da instituição é transpassado por essa figura do instrutor e está entranhado em todo cerne de Pindobal. As fotografias que registraram os semblantes “assustados” dos internos, no início desta seção, justificam-se pelo fato de existir a figura do instrutor.

[...] O Código Penal de 1890, um ano após a Proclamação da República, reduziu a idade penal para 9 anos, nos casos em que o juiz julgasse que a criança havia agido com discernimento. Ao não abolir, mas apenas regulamentar o trabalho infantil, também permitiu que criança pobre ficasse fora da escola ou, quando muito, fosse encaminhada à escola correcional ou de reforma. Construiu-se desta forma, sobre a base da regulamentação da idade penal e do trabalho infantil, da possibilidade de destituição do pátrio poder e da internação

dos menores, um sistema dual no atendimento às crianças uma vez que, enquanto o Código Civil de 1916 tratava dos “expostos”, “abandonados”, “desvalidos”, “vadios”, “mendigos”, “viciosos” e “libertinos”. (ARANTES, 2011, p. 194).

É justamente sobre os corpos e as mentes das crianças e dos adolescentes pobres e pretos que a legislação brasileira, nos primeiros trinta anos do século XX, desejou trazer a “regeneração” e a correção. Pindobal seria apenas uma instituição dentre inúmeras com a mesma intenção.

Sobre o regime escolar em Pindobal, o decreto dispõe que,

DO REGIME ESCOLAR: Art. 18º - O Centro A. de Pindobal, funcionará como internato, com o número de alumnos prefixado no início de cada período financeiro. Art. 19º - O regime escolar é o de frequência obrigatória às aulas, aos exercícios físicos e militares, aos trabalhos práticos, tudo imposto com moderação, mas ininterruptamente. Art. 20º - Durante o curso, além do ensino de letras, limitado ao ler, escrever e contar, os alumnos receberão instrução prática e rudimentares das sciencias que se relacionem com a pecuária e a agricultura, recorrendo-se sempre ao methodo objectivo. Art. 21º - Os trabalhos de officina e de campo serão de 4 horas por dia para os alumnos de 12 a 14 annos de idade e de 6 para os de 15 a 18. Art. 22º - Os alumnos que revelarem maior aproveitamento e optima conducta serão aproveitados como cabos de turma nos trabalhos práticos. Art. 23º - Os trabalhos práticos constarão indistinctamente de todos os serviços do Centro Agrícola, que serão feitos tanto quanto possível, exclusivamente pelos alumnos, sendo o pessoal trabalhador rural reduzido ao mínimo. Art. 24º - O director reunirá no começo da semana todos os alumnos na presença do chefe de cultura e dos guardas, afim de distribuir os serviços, analysando, ao mesmo tempo os trabalhos executados durante a semana anterior e fazendo as recomendações que julgar convenientes, inclusive elogios e as reprimendas. Art. 25º - Durante o período de férias escolares conforme o estatuído no Regulamento da Instrução Publica os alumnos ficam obrigados a todos os trabalhos práticos. (DECRETO..., 1930, p. 7).

O regime escolar deixa evidente como Pindobal deveria funcionar: em regime de internato com frequência obrigatória às aulas, aos exercícios físicos e militares e ao trabalho prático, compreendendo o último como agricultura, pecuária, oficinas, máquinas e todo e qualquer trabalho que fosse direcionado para o interno. Estabelece o horário de quatro horas de trabalho para os alunos de 12 a 14 anos e de seis horas de trabalho para os de 15 a 18 anos. Os trabalhos práticos são obrigatórios, inclusive no período de férias escolares, estabelecido pelo calendário da Instrução Pública.

Lembremos que, após a consolidação das Leis Trabalhistas no período de 1930-1940, o então Presidente Getúlio Vargas limitou o trabalho diurno para uma jornada de

oito horas diárias. Nessa direção, o adolescente acima de quinze anos trabalhador de Pindobal deveria trabalhar em uma jornada que se assemelhasse a uma jornada completa de oito horas diárias de trabalho dos trabalhadores das fábricas. Sobre o regime econômico da instituição, o decreto dispõe o seguinte:

DO REGIME ECONÔMICO: Art. 26° - Os alumnos perceberão a título de remuneração de serviço, uma diária assim distribuída, deduzidos os prejuízos causados propositalmente à fazenda do Estado: De 12 a 14 annos (aplicação regular) \$200, {aplicação} notável \$ 300, De 15 a 18 [aplicação] regular \$ 400, [aplicação] notável \$ 500,. § único – Os cabos de turma, além da diária de que trata presente artigo, ganharão mais \$ 100, por dia de serviço. Art. 27° - Do producto liquido dos rendimentos da fazenda 50% será recolhido ao Thesouro do Estado e o restante dividir-se-á do seguinte modo: 20% para o pessoal technico e administrativo, 20% para a caixa de assistência médico-dentária, 10% para a caixa de sports. Art. 28° - Compreende-se por pessoal technico – o chefe de cultura, o tratador de animaes, e os mestres de officio, e por pessoal administrativo o director, o professor-escriptuario, adjuntos e o ecônomo-almoxarife. Art. 29° - os 20% da renda destinados ao pessoal technico e administrativo, será dividido de modo a serem pagas 3 quatas ao director, 2 ao almoxarife, 2 ao professor escriptuarario, 5 ao chefe de cultura, 4 ao tratador de animaes e 4 a cada um dos mestres de officio. Art. 30° - Compreende-se como renda, além das quantias recolhidas ao Thesouro do Estado, tudo que fôr produzido para o consumo interno do estabelecimento. (DECRETO..., 1930, p. 6-7).

Os alunos recebiam 1 (uma) diária por dia trabalhado, de acordo com o seu desempenho e idade, sendo dividido da seguinte maneira: os alunos de 12 a 14 anos que trabalhavam 6 (seis) horas por dia com o desempenho regular, recebiam \$200 (duzentos réis) e, com aplicação notável, \$300 (trezentos réis). Os que tinham acima de 15 anos, recebiam, com desempenho regular, \$400 (quatrocentos réis) e, com desempenho notável, \$500 (quinhentos réis). Ainda existia uma “gratificação” para os cabos de turma – aqueles alunos que se destacassem e a administração de Pindobal assim os considerassem –, que acumulariam uma bagatela de mais \$100 (cem réis) por dia de trabalho.

Os valores recolhidos através das vendas dos produtos em Pindobal seriam divididos da seguinte maneira: 50% era recolhido ao Tesouro do Estado e os outros 50% eram divididos: 20% para o pessoal técnico e administrativo – além do salário que esses funcionários recebiam –; 20% para a caixa de assistência médica e dentária; e 10% para a caixa de esportes. Tudo que fosse produzido para o consumo interno do estabelecimento era considerado como renda.

A dúvida germinada através da divisão dessa diária seria sobre o poder de compra no período de 1930 ao receber esses valores. Vejamos: somando as diárias recebidas pelos alunos de 12 a 14 anos por um período de vinte dias úteis trabalhados, a sua renda mensal chegava a 4\$000 (quatro mil réis) com desempenho regular e 6\$000 (seis mil réis) com desempenho notável; já os alunos de 15 a 18 anos, recebiam 8\$000 (oito mil réis) com desempenho regular e 10\$000 (dez mil réis) com desempenho notável, após 20 dias úteis trabalhados. O que daria para comprar com esse valor, após um mês inteiro trabalhado, compreendendo esse mês como tendo 20 dias úteis?

A dissertação de Nunes (2005) ajuda-nos a visualizar como a população pobre dos centros urbanos do Nordeste estava vivendo no período de 1930. Ao analisar a condição social das lavadeiras, em Salvador, na Bahia, o autor apresenta a seguinte conjuntura da época:

[...] Pão, carne verde e seca, farinha, aluguel, faziam parte do rol de artigos de consumo da população pobre da cidade, que tinha de buscar alternativas para adquiri-los. Durante o período estudado constata-se que, alguns estabelecimentos como as padarias e mercadinhos dos bairros, foram saqueados e/ou apedrejados pela população, que lutava contra o aumento abusivo nos preços dos gêneros de primeira necessidade. [...] Durante esse período, a média de recebimento mensal das lavadeiras oscilava entre 25\$000 a 40\$000 mil réis, podendo chegar à casa dos 60\$000 [...] o que recebiam era muito pouco e na hora da compra dos gêneros alimentícios necessários à sobrevivência, não podia ser comprado na íntegra. [...] *O GRANDE PESADELO* “... objetivemos, por exemplo, o que é a vida de um desses milhares de indivíduos mal vestidos e mal tratados, que roçam por nós pela rua. Ganha, por mez, 200\$000 [salário dos trabalhadores das fábricas]. Paga pela casa (?) 90\$000. E compra a varejo, como que recebendo favor do vendeiro, xarque a 3\$400 o kilo, toucinho a 2\$600, assucar a \$800, arroz a 1\$600, feijão a \$800, farinha a \$500, sabão a 2\$500, banha a 3\$400, café a 3\$600, carne verde a 1\$800... (NUNES, 2005, p. 82, grifos nossos).

Nunes (2005) parte de uma matéria de jornal que apresenta que o salário dos trabalhadores das fábricas nesse período seria de 200\$000 (duzentos mil réis) mensais e faz um comparativo ao salário recebido pelas lavadeiras de Salvador/BA. Na matéria, é possível observar a problemática da inflação, ocasionando, inclusive, os saques em pequenos comércios. A matéria jornalística apresentada por Nunes (2005) traz um aspecto geral sobre os valores da cesta básica do período.

Os valores recebidos mensalmente pelos internos de Pindobal, que variam em torno de 4\$000 (quatro mil réis) a 10\$000 (dez mil réis), dariam para comprar um pacote

de café de 3\$600 (três mil e seiscentos réis) aos que recebiam o menor valor. Aqueles que recebiam o maior valor, conseguiriam comprar 1kg de carne de charque, que custava 3\$400 (três mil e quatrocentos réis), um café de 3\$600 (três mil e seiscentos réis) e um sabão de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis). Esse seria o poder de compra mensal do interno de Pindobal. Os valores recebidos pelos internos, conforme constam no decreto da instituição, seriam destinados a eles apenas no momento de sua liberação.

Se um interno de 12 a 14 anos trabalhasse 20 (vinte) dias mensais durante 12 (doze) meses, receberia, ao final de um ano trabalhado, o valor de 48\$000 (quarenta e oito mil réis) a 72\$000 (setenta e dois mil réis), quantia que não daria nem para pagar um aluguel, pois, conforme os relatos trazidos por Nunes (2005), custaria cerca de 90\$000 (noventa mil réis). Já os alunos de quinze 15 a 18 anos, após um ano de trabalho, receberiam entre 96\$000 (noventa e seis mil réis) e 120\$000 (cento e vinte mil réis). Esses valores são baixíssimos para o trabalho que os internos desenvolviam na instituição. Vejamos, então, comparativamente com a tabela de vencimentos dos funcionários de Pindobal, conforme imagem a seguir.

Foto 10: Tabela de Vencimentos dos Funcionários de Pindobal em 1930

TABELLA DE VENCIMENTOS			
	ORD.	GRATIF.	TOTAL
Director	460\$000	230\$000	690\$000
Professor Escrip- tario	240\$000	120\$000	360\$000
Adjuncto	100\$000	50\$000	150\$000
Economo Almoxa- rife	160\$000	80\$000	240\$000
DIARISTAS			
Chefe de cultura . .			12\$000
Tratador de animaes			7\$000
Mestre de officio . .			8\$000
Instructor			8\$000
Guarda enfermeiro			6\$000
Guarda vigilante . .			6\$000
Guarda de turma . .			4\$000
Trabalhador		de 1\$000 a	3\$500

Fonte: Regimento Interno de Pindobal – Jornal A União, 1930

A tabela de vencimento dos funcionários, em comparação às diárias recebidas pelos internos, demonstra a real situação financeira dos internos da instituição. Se um jovem de 15 anos saísse de Pindobal aos 18 anos recebendo o maior valor possível, sendo caracterizado com o desempenho notável em todos os dias – situação hipotética quase que impossível –, ele sairia da instituição com uma quantia de 360\$000 (trezentos e sessenta mil réis), cerca de metade da quantia que recebia mensalmente o diretor da

instituição e valor exato da quantia que recebia mensalmente o professor escriturário. Essa comparação é para termos uma noção básica da desigualdade social promovida pelo próprio estado paraibano, que prometia a regeneração e a recuperação desses sujeitos internos através do trabalho.

Em continuidade às nossas discussões, o regime disciplinar dos alunos, empregados e moradores de Pindobal dispõe sobre o seguinte:

DO REGIME DISCIPLINAR DOS ALUMNOS: Art. 31º - Todos os empregados do estabelecimento devem se esforçar para que seja mantida a mais absoluta disciplina entre os menores, tratando-os com o máximo respeito e a necessária severidade. Art. 32º - Para se conseguir o máximo de disciplina entre os menores, empregar-se-á o systema de emulação e castigo. § 1º - Os castigos só serão empregados quando exgotado os meios suasórios. § 2º - Em capítulo especial de Regimento Interno, ficará regulado o modo de conduzir o tratamento para se promover a reforma do character dos reclusos de accôrdo com as condições particulares de cada um. Art. 33º - E' de máxima conveniência manter em turmas separadas, no dormitório, no banho, no trabalho e quando possível, até nas aulas e nos exercícios, os menores em igualdade de condições, quanto ao gráo de perversão. **DO REGIME DISCIPLINAR DOS EMPREGADOS E MORADORES DA FAZENDA** Art. 34º - A todos que residirem na propriedade onde lecciona o Centro Agrícola, empregados ou não, se imporá, para exemplo, uma vida regular e morigerada, sob pena de expulsão. Art. 35º - Os empregados, compreendendo os diaristas são passíveis das penas de multa até 20% dos salários do mez, suspensão e demissão. Art. 35º - As penas de multa e suspensão até cinco dias serão aplicadas pelo director e as demais pelo secretário a quem estiver subordinada a repartição ou pelo presidente do Estado. § único – Da pena de demissão, aplicada pela secretaria de Estado, haverá recurso voluntario para o presidente. [...] (DECRETO..., 1930, p. 7, grifos do autor).

O regime disciplinar dos alunos apresenta a institucionalização do castigo em nome da disciplina e da retidão moral em defesa de uma possível reforma do caráter. O regimento ainda indica a necessidade de manter os alunos que possuem o mesmo grau de “periculosidade” afastados uns dos outros. Aqui, percebemos a utilização dos castigos físicos e da segregação como um dos fundamentos para a “regeneração”.

Os funcionários também são passíveis de sanções que partem de multas até a sua demissão. O regimento é instituído de tal forma que os alunos e os funcionários não possam fugir de sua condição. Pindobal, ao ser construída em Mamanguape/PB, em meados dos anos de 1930, compõe uma sequência de instituições prisionais e correcionais da época que se mantiveram presentes no Brasil republicano desse período:

As autoridades brasileiras, acompanhando tendências observadas em diversas partes do mundo, de estabelecer complexos correccionais e penitenciários em lugares de difícil acesso, criaram diversas instituições penais na Ilha Grande ao longo do último século. A Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR) foi instalada em 1894 e a Penitenciária Cândido Mendes foi desativada em 1994. Nesse período, foram várias as medidas correccionais e punitivas adotadas. Nas três primeiras décadas, a Colônia Correccional de Dois Rios teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras; entre 1930 e 1964, Colônias Agrícolas foram instaladas para que os sentenciados pudessem cumprir o período final de suas penas. (SANTOS, 2006, p. 445).

De acordo com o relato de Santos (2006), essas instituições são pensadas para conter os “desviantes e desvalidos”. Pindobal não está isolada, e sim muito bem pensada sob a ótica do trabalho compulsório. Por fim, veremos como o regimento interno trata da admissão dos funcionários e das disposições gerais:

[...] **DA ADMISSÃO DOS FUNCIONARIOS.** Art. 36 – Os funcionários administrativos são de nomeação do presidente do Estado sob proposta da directoria do estabelecimento, os demais empregados são admitidos como diaristas pelo director, podendo os mestres de officio, serem contractados pelo praso máximo de um anno. § único – Os mestres poderão ter os seus contractos prorogados todos os annos em quanto bem servirem. Art. 37 – O cargo de director é exercido por pessoa de notória competência e aptidão especial. Art. 38 – O cargo de chefe de cultura só poderá ser occupado por pessoa de conhecimentos especializados de agricultura, manejando perfeitamente todas as machinas agrarias e com prática de adubagem, beneficiamento e conservação de productos. § único – Este cargo só poderá ser preenchido mediante concurso. Art. 39 – O professor e os adjunctos serão nomeados mediante concurso realizado perante a Directoria de instrucção. § único – As primeiras nomeações para os cargos de que trata o presente artigo poderão ser feitas independentes de concurso. **DISPOSIÇÕES GERAES** Art. 40 – O banheiro carrapatecida e os reproductores que por ventura existam na fazenda, poderão ser utilizados pelos creadores da localidade mediante condições combinadas com a directoria. Art. 41 – Os sillos dos estabelecimentos, quando a sua producção fôr insufficiente para encher-os, poderão ser utilizados pelos agricultores da região, mediante o pagamento de uma taxa previamente estabelecida. Art. 42 – Além das culturas necessárias ao consumo do estabelecimento, manter-se-á uma plantação intensiva e experimental de algodão e viveiros de plantas para reflorestamento e constituição de pomares e jardins. Art. 43 – Nos campos de crear, da fazenda, poderão ser mantidos rebanhos de boas raças de cavallares e bovinos para provimento à força pública e os serviços da fazenda. Art. 44 – Todos os funcçionarios e empregados do estabelecimento terão os seus vencimentos regulados de accôrdo com a tabela annexa. (DECRETO..., 1930, p. 7, grifos do autor).

A tabela de vencimentos, de que trata o regimento, está disponibilizada na imagem 5. O regimento interno de Pindobal traz, de modo objetivo, aspectos do funcionamento da instituição, que estiveram presentes apenas no imaginário social. Antes de analisar esse documento, não era possível discorrer sobre como funcionava a instituição, agora os seus fundamentos e suas práticas pedagógicas e correccionais estão evidentes. É possível visualizar o público-alvo atendido, o objetivo da instituição e os seus métodos, a institucionalização do trabalho compulsório e da quantia que os internos recebiam.

É a partir do regimento que passamos a visualizar os contornos da institucionalização dos castigos corporais, das práticas militares do enfileiramento e do agrupamento. Ao percorrer todos os ambientes, é possível visualizar o regime de austeridade e de total controle através dos guardas. Pindobal, assim como outras instituições brasileiras, vivenciava o controle do estado republicano de Vargas para os desvalidos. Assim, o regimento interno apresenta-nos o ponto de vista dos tutores do estado. A pouca remuneração após muitas horas de trabalho, as condições de ordem e monitoramento constantes, forjaram uma infância e uma adolescência que, certamente, criaram estratégias de fuga dessa realidade.

A próxima seção tratará de abordar o trabalho no campo e na cidade dessas crianças e adolescentes do período de 1930, como também trará o primeiro diretor da instituição, o Professor Sizenando Costa, e o seu ideário de sociedade agrícola através do trabalho rural. Por fim, abordaremos sobre as instituições que se pareciam com Pindobal, a exemplo dos Patronatos Agrícolas e dos internatos de meninos.

3.2 Pindobal e a identidade nacional para o progresso: tensionamentos acerca do trabalho no campo e na cidade

A dicotomia entre campo e cidade – entre setor agrário-exportador e urbano-industrial –, cresce ao final do século XIX e início do século XX, e esse distanciamento se solidifica com as elites agrárias e com a política de industrialização dos centros urbanos. Na margem desse processo, está a população pobre e preta, aqueles e aquelas que enxergam na industrialização e na cidade uma oportunidade de sobrevivência e, em contrapartida, naqueles que se recusam a deixar o campo e na sua relação com o trabalho rural e com as suas famílias.

Longe de ser um processo pacificador, a migração do campo para o urbano pressiona a elite dirigente brasileira a pensar estratégias de contenção da população pobre,

evidenciando uma dúbia realidade. Na medida em que o Brasil republicano incorpora o discurso do novo e da cidade como o lugar das oportunidades e do progresso nacional, são criadas, também, estratégias de distanciar uma parcela da população vista como desviante e de solidificar o discurso do ruralismo em contrapartida com o urbano.

O urbanismo e suas concomitantes mudanças socioculturais vão fornecer novas perspectivas para pensar o “novo Brasil”, desligado das componentes do mito fisiocrata. O deslumbramento com os novos engenhos humanos produzido pela ciência e pela tecnologia, que constituem os novos valores introduzidos pelo ambiente citadino, dá origem, tanto ao otimismo com que se antecipa a futura civilização brasileira, como vai apurar os quadros do pensamento social. À medida que a difusão dos novos valores urbanos se processa, desenvolve-se mais uma ideologia para conservar e justificar o status quo. Trata-se do ruralismo. (NAGLE, 2001, p. 40).

Ao incorporar o discurso da *modernidade*, através dos grandes centros urbanos, a elite dirigente incorpora o discurso da segurança nacional para conter a mão de obra não especializada, o discurso da institucionalização e do cárcere para aqueles que não atendiam à industrialização e, principalmente, o discurso do trabalho no campo para a formação de uma geração possuidora de vantagens naturais, da vida rural (NAGLE, 2001). Nesse período, dois discursos são repercutidos: o do progresso das cidades através da mão de obra especializada e o do progresso rural através do trabalho no campo.

Os anos de 1930 constituíram um marco em relação ao crescimento urbano e industrial no Brasil, largamente favorecido pela ampliação da concentração fundiária, que terminava por obrigar os camponeses a migrarem para as cidades. Os centros urbanos, por sua vez, despreparados econômica e superestruturalmente para receber tal contingente migratório, não conseguiam – e ainda não conseguem – absorver uma parcela significativa dessa mão-de-obra despreparada para o desempenho de atividades de caráter eminentemente urbano. (PINHEIRO, 2006, p. 136).

Nesse período, é germinado aquilo que Nagle (2001) intitula de “ideologia ruralista”, sendo preciso a construção de instituições de instrução que atendam a essa ideologia. Por esse motivo, são criados, em todo o Brasil, os Centros Agrícolas, Patronatos, Internatos e Instituições Correccionais Agrícolas, com o intuito de formar uma sociedade mais propensa ao trabalho no campo. A educação sempre exerceu, ao longo dos séculos, o poder controlador de criar comportamentos, e, nesse período, não seria diferente. De acordo com Nagle (2001),

[...] o nacionalismo representou um esforço de exaltação da terra e da gente brasileira, mas de maneira que à palavra “terra” correspondesse, quase que exclusivamente, por um processo de reinterpretação, um conteúdo de natureza fisiocrática. Nesse sentido, “terra” se traduziu por “produtos da terra” e, por meio disso, “terra” e “agricultura” tornaram-se termos sinônimos. É por esse caminho que a ruralização do ensino significou, na década de 1920, a colaboração da escola, na tarefa de formar a mentalidade de acordo com as características da ideologia do Brasil-país-essencialmente-agrícola”, o que importava, também, em operar como instrumento de fixação do homem no campo. (p. 302).

Outro ponto central a ser considerado são as taxas de analfabetismo da população brasileira, chegando a assustadores índices de 82%, em 1872, e, em meados de 1920, chegando a 72% (FERREIRA; CARVALHO, 2014). Esse problema revela a necessidade do estado brasileiro de desenvolver estratégias de superação, e a chamada interiorização das escolas é uma política que tem por objetivo a diminuição dessa taxa, em meados de 1930, embora, na realidade, as instituições escolares no campo estão voltadas ao trabalho agrícola e manufatureiro. “Em Sp [São Paulo] [...] De 1900 a 1920, a população aumentou em 101,21% em relação aos 142,64% de aumento na população alfabetizada e 87,59% de analfabetos. (FERREIRA; CARVALHO, 2014, p. 8).

A análise de Ferreira e Carvalho (2014) no Estado de São Paulo demonstra a problemática da migração. A população aumentando em mais de 100% e a taxa de analfabetismo chegando a 88%; essa problemática migratória e de falta de escolaridade provocou os setores dominantes, principalmente os agrários e industriais, a desenvolverem estratégias de mitigação da migração, desenvolvendo o ideário ruralista de interiorização de instituições educativas que pressionem a população pobre, preta e analfabeta a permanecer no campo.

O cenário paraibano, nesse período, é marcadamente acompanhado por esse processo de ruralização da educação e da própria sociedade. Sobre isso, o historiador paraibano José Octávio (1983), em sua obra *A Paraíba das origens à urbanização*, coloca seu ponto de vista a respeito da cidade e do campo:

Sociologicamente falando, nada existe de mais importante que as cidades, ao nível da Civilização – a própria etimologia do vocábulo recordando o cidadão (*cives*), evoca a cidade, a partir de onde se concentrou o impulso capaz de oferecer novas condições e perspectivas à caminhada do homem no tempo e no espaço. Assim, enquanto as culturas se associam à terra, intuída da própria raiz do vocábulo, associada a *colere* que significa colher, ato que pressupõe a atividade

agrícola de plantar, as cidades, abrindo caminho para novas realidades sociais e institucionais, imporiam atividades bem mais dinâmicas, como as trocas comerciais, o artesanato, a indústria e, afinal, os serviços. Nesses termos, desfeitos os ideais românticos e fisiocratas de volta à terra que animaram certo tipo de literatura do século passado, o que temos em nossos dias – independente dos juízos de valor que formulemos sobre tal processo – é a força cada vez mais sensível das concentrações urbanas, fenômeno, aliás, historicamente conceituado por Lewis Mumford, nos dois volumes de seu grande livro *A Cidade na História*. (OCTÁVIO, 1983, p. 109, grifos do autor).

Longe da generalização e do juízo de valor sobre a importância da cidade, destacamos a maneira como Octávio (1983) narra os aspectos do ruralismo em seu texto, apontando como “ideias românticas e fisiocratas”. Na centralidade de todo esse discurso e das políticas de educação para o campo está a institucionalização dessa ideologia, e um dos intelectuais do século XX que, na Paraíba, desenvolve essa vertente de pensamento voltado para a educação é o Professor Sizenando Costa.

Sizenando Costa é o primeiro diretor de Pindobal e é uma figura política importante no cenário paraibano. Nos *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros*, na seção de *Ensino Profissional*, em 1926, o Professor Sizenando Costa, “[...] por iniciativa própria, fundou, na secção feminina do grupo que dirige, um modesto atelier para feitura de chapéus de senhoras, pretendendo alargar essa pequena indústria e criar outras para a futura organização industrial do Grupo Eptácio Pessoa. (BRASIL, 1926, p. 82). No mesmo período, Sizenando Costa não está apenas empenhado no Ensino Profissional de artes e ofícios, mas, sobretudo, seu interesse está no Ensino Rural, como é possível observar:

Não posso furtar-me ao desejo de transcrever, do relatório daquele distinto educador, as palavras com que ele justifica o plano, que pretende levar efeito. Depois de algumas considerações sobre o ensino agrícola nas cidades, entra o professor Sizenando Costa a fazer as seguintes ponderações: “O menino da cidade, differentemente daquelle dos meios ruraes, tem sua profissão futura restricta às artes, às indústrias, ao commercio, à burocracia e às carreiras scientificas. Há, entretanto, pequenas indústrias de uma utilidade indiscutível e de fácil applicação nas escolas primarias da capital. A apicultura, por exemplo, seria de grande proveito ao lado da criação de aves, do bicho da sêda e da cultura das horas, dos jardins e dos pomares, além de um sem número de occupações lucrativas que poderiam ser ministradas nas escolas, que, dest’art, teriam um fim mais utilitário, formando homens práticos e ativos”. (BRASIL, 1926, p. 83).

O discurso de Sizenando Costa deixa evidente a sua intenção e a sua relação com o ensino rural, apresentando, inclusive, um projeto ao presidente João Suassuna, antecessor do Presidente João Pessoa, o que é possível verificar nos relatórios dos presidentes brasileiros, em 1926. A definição do projeto não está clara em seu relatório, mas poderíamos utilizar como hipótese central que seria Pindobal.

É perceptível a vontade de Sizenando Costa em desenvolver “escolas mais úteis” voltadas para o mundo do trabalho e, em especial, ao meio rural, para a formação de um tipo de geração de “homens práticos e ativos”. E é justamente sobre essa ideologia ruralista que se assentam as suas ideias na Paraíba.

Sizenando Costa, assim que Pindobal é fundado, é nomeado diretor e desenvolve todas as atividades descritas anteriormente no relatório. “No dia 16 [janeiro] tomou posse da propriedade de Pindobal (Mamanguape), onde será instalado um aprendizado agrícola para menores delinquentes e abandonados, o professor Sizenando Costa, nomeado para exercer esse cargo.” (CARTA DA PARAHYBA..., 1930, p. 8, grifos nossos). Em publicação seguinte, detalha-se, de maneira mais específica, que tipo de instituição seria essa:

O aprendizado agrícola que o governo do Estado vae instalar na fazenda Pindobal, em Mamanguape, será dirigido pelo professor Sizenando Costa. Destina-se a recolher não só os menores abandonados como os delinquentes, afim de ministrar-lhes conhecimentos práticos de agricultura geral e industriais, podendo o tirocínio destas ultimas ser feito na fábrica de Rio Tinto. O objectivo da fundação em apreço será preparar lavradores, encaminhando para a profissão manufactureira e os menores que revelarem para a mesma uma inclinação especial. [...] (O APRENDIZADO..., 1930).

Sizenando Costa possui o perfil ideal para a elite dirigente paraibana: ele é o responsável por dirigir uma instituição onde “[...] Há oficinas para preparar mecânicos, sapateiros, carpinteiros e vários outros officios, além de instrucção adequada a ánormaes” (A PARAHYBA..., 1936, p. 1). O trabalho para esses sujeitos internos em Pindobal, além de estar relacionado à vida prática no campo, também está relacionado ao trabalho manufatureiro, manual.

O ensino agrícola de nível elementar, médio e especial 1 foi implantado no Brasil pelo Ministério da Agricultura (MA), ao longo da década de 1910, quando a conjuntura pósaboliconista tornou premente redefinir as formas de controle/tutela sobre a população rural, agora integrada por ex-escravos e seus descendentes, em pleno processo de formação

do mercado de trabalho. Daí surgiram as primeiras instituições dedicadas ao “ensino agrícola”, pautadas pela fixação a terra de jovens filhos de lavradores e da infância desvalida das cidades, a serem dotados das noções elementares de um saber prático. [...]. (MENDONÇA, 2016, p. 0).

Ou seja, as políticas de incremento desse ensino agrícola têm suas raízes no Brasil escravocrata, o seu público são as crianças e os adolescentes pobres e pretos, e Pindobal é criada justamente para os “desvalidos” e para a fixação desses sujeitos na terra. É justamente sobre isso que Sizenando Costa discorre em sua obra: *A Escola Rural*, publicada em 1941. Costa (1941) apresenta a sua ideologia e como os governos deveriam organizar o Ensino Agrícola em cada localidade.

Visando fixar o homem ao solo, êle trata em seu trabalho sobre as possibilidades e a necessidade de possuir a “Escola Rural”, seções de Agricultura, Criação e Pequenas Indústrias, Estas atividades, tão úteis às populações rurais, são realizadas insensivelmente pelas crianças que, por sua vez, as transmitem aos pais e amigos – Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro, Diretora da Escola Rural Alberto Tôrres, de Recife. (COSTA, 1941, p. 08).

O texto citado acima é o prefácio da obra *A Escola Rural* escrita por Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro. O livro é uma espécie de manual técnico para a replicação das experiências das Escolas Rurais em todo o país. A sua publicação é datada de 1941, sendo que as atividades de Costa em Pindobal são de 1930; é possível utilizarmos como hipótese de que Pindobal foi utilizada como uma das principais experiências de Sizenando no campo da Educação Rural para a escrita de sua obra. Para Sizenando Costa, seria preciso “[...] criar, no seio do povo, uma mentalidade mais propensa ao trabalho do campo, fixando tanto quanto possível o homem à sua gleba.” (COSTA, 1941, p. 12).

Os indícios que apresentam essa relação são as semelhanças entre a estrutura que Pindobal possuía e os espaços necessários que constam em sua obra para a efetivação das instituições de Educação Rural. “[...] uma das maiores ‘tarefas’ do Estado consiste, justamente, em produzir e impor, sobretudo através da instituição escolar, certas noções e categorias que utilizamos espontaneamente em nosso cotidiano [...]” (MENDONÇA, 1996, p. 1, grifos da autora).

A instituição escolar, nesse período, tem a incumbência de desenvolver, no íntimo das crianças e dos adolescentes pobres e pretos encaminhados a Pindobal, o desejo de contribuir para o progresso nacional através do trabalho manual.

A Escola Rural, responsável direta pela melhoria do habitat rural brasileiro, pela formação perfeita e integralizada da sua gente, exige de seus adeptos devotamento, que só o verdadeiro sacerdócio sabe inspirar. O professorado rural brasileiro possui as qualidades inerentes à alta missão que exerce e será o baluarte desta campanha humanitária e patriótica. O Brasil precisa que cada um cumpra com o seu dever, e este dever, o mestre, o grande Alberto Tôrres, no-lo ensina, quando diz: “O desequilíbrio das sociedades modernas, resulta principalmente da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente, ser um país agrícola: toda ação que tender a desviá-lo dê esse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos. (COSTA, 1941, p. 08-09).

A aproximação da ideologia de Sizenando Costa ao sacerdócio direciona a sua vontade de desenvolver essas instituições incansavelmente e que elas estariam no bojo da campanha “humanitária e patriótica”. Essa parte de sua obra revela a ortodoxia em que Costa (1941) concebe o seu pensamento, segundo ele, o destino do Brasil é ser um país agrícola e a sua contribuição está em desenvolver instituições educativas rurais que auxiliem na aplicabilidade dessa concepção, incutindo essa ideologia ao passo em que seriam criadas e administradas as instituições rurais.

É perceptível a crítica de Sizenando Costa à educação tradicional, ao afirmar que a escola somente de letras não servia para o progresso do país, mas que seria preciso ceder a uma escola menos palavrosa. “A escola somente de letras, hierática, dogmática; escola, algo de claustro, algo de caserna, deve ceder lugar a uma outra talvez menos palavrosa, menos livresca, e mais dinâmica, mais apropriada ao ambiente e às supremas necessidades coletivas.” (COSTA, 1941, p.15).

Que tipo de instituição prática seria essa? De acordo com o ideário de Sizenando Costa, as escolas rurais são instituições práticas e o ensino das letras deveria ser limitado à leitura, à escrita e aos cálculos:

Essas escolas, além de se constituírem em campo experimental das culturas locais, educam a criança, principalmente para a vida de sua gleba; e, todos os anos, na época em que se desenvolvam maior número de atividades, devem receber, para um estágio de, pelo menos, um mês, todos os professores das localidades adjacentes para um curso prático de emergência. Além disso, desenvolvendo um duplo serviço de estímulo e de socialização, poderão, no fim das colheitas, promover certames para premiar os melhores produtos da lavoura e pecuária. Nesses certames comemorativos como que do encerramento de um ano de labores honestos, far-se-ão demonstrações, conferências, feiras de

produtos selecionados, comparações estatísticas, fundação de institutos de crédito, previsões etc., [...] Dêste modo, a escola já não será essa coisa inexpressiva, suplicitante, com que são ameaçados os meninos travessos, cuja atividade reclama uma orientação mais natural e de interesse para a sua organização, sob o ponto de vista biológico, e ainda para a comunidade sob suas diversas manifestações. (COSTA, 1941, p. 20-21).

Em 1937, Sizenando Costa torna-se o Inspector de Ensino de João Pessoa. Em entrevista ao Diário de Pernambuco, Costa afirma:

[...] A bordo do Pedro II passou ontem pelo Recife o professor Sizenando Costa, Inspector Geral do Ensino da Parahyba e organizador do mostruário parahybano à Exposição Nacional de Educação e Estatística que se realizará este mez no Rio de Janeiro. O repórter procurou-o a bordo a fim de ouvi-lo sobre os aspectos educacionais da Parahyba. – “A Parahyba continua a seguir no que se refere à instrução pública o mesmo rythmo inaugurado no governo Anthenor Navarro. A administração actual tem procurado melhorar o possível as condições do ensino no Estado e nível educacional do professorado. Alem desses problemas que se têm atacado por meio da inspecção permanente, visitas periódicas de inspectores regionaes, e um serviço de informações bem organizado, não escapa à atenção do professorado mesmo um aperfeiçoamento continuo dos methods de aprendizagem. A escola rural e os jardins de infancia teem merecido um carinho especial do governo. Basta notar que o Estado dispendeu com a instrução nos três primeiros trimestres do corrente anno, 4.715:344\$173, isto é, muito mais do exigido na constituição. (A SITUAÇÃO..., 1936, p. 8).

Sizenando Costa não está mais como diretor de Pindobal, exercendo agora a função de Inspetor Geral do Ensino. Diante dos feitos de sua administração, Sizenando Costa aponta, mesmo que de maneira tímida, a importância da Escola Rural. Pindobal não é a única instituição paraibana destinada ao Ensino Rural, ela é a única cuja configuração acontece de maneira singular: recolher das ruas os “menores transviados” do sexo masculino, com idade de 12 a 18 anos, vistos socialmente como perigosos, para ministrar a educação rural, moral e cívica com o intuito de “regenerar seu corpo e alma”.

As configurações que Pindobal possui a torna, em meados de 1930, instituição única. Mas, sobre as instituições que desenvolvem o Ensino Rural, estão: “[...] a Escola de Sericultura, a Escola Correccional Presidente João Pessoa [Pindobal] e a Escola de Agronomia do Nordeste, além dos clubes agrícolas”. (PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013, p. 181, grifos nossos). Apenas em 1968 é criado o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros no município de Bananeiras/PB.

Dessa forma, longe de perpetrar uma história linear sobre Pindobal e a conflituosa relação do estado brasileiro entre o urbano e o rural, no período de 1930, está a preocupação em narrar, de forma crítica, as reais intenções do Estado brasileiro, que se reveste da áurea da modernidade e do progresso no campo e na cidade, desenvolvendo as mais variadas estratégias de institucionalização de sujeitos vistos socialmente como “desviantes”.

A próxima seção tratará de dar continuidade à história de Pindobal, relacionada ao movimento escolanovista no Brasil, após compreender que as críticas de Sizenando Costa (1941) à escola tradicional estão fundadas em uma vertente de pensamento declaradamente fértil nesse período; das contribuições das ciências psicológicas, pedagógicas e comportamentais em meados de 1930-1940.

3.3 Escolanovismo e Higiene Mental: reflexões em torno de uma educação para os pobres a partir de Pindobal

O professor Mario Gomes (1942), que atuou como professor em Pindobal, em meados de 1930-1940, escreve na Revista do Ensino uma série de considerações sobre “bons e maus escolares”, seu texto é repleto de referências às ideias educacionais da época:

Não existem bons nem maus escolares na razão científica do termo. O professor consciente não estabelece distinções, não seleciona por afeição. Deve ter sempre presente que perante a sua classe é apenas um técnico da profissão. Nada de distinções pueris para este ou aquele aluno. Não lhe foi entregue para educar o filho do Prefeito ou o afilhado do sr. Juiz. O seu próprio filho, na classe, deve ser apenas um aluno. Um escolar é um cidadão futuro, um indivíduo que se forma para ser útil á sociedade. Nem sentimentalismo, nem austeridade. Serenidade e autoridade profissional perante a classe é o que se exige do professor. **Um aluno bom deveria ser então um aluno sadio, um indivíduo apto a uma perfeição gradual e ascendente. O menino máu seria um menino doente, ou melhor será sempre um doente menino.** [...] A criança anormal é tida, quasi sempre como uma criança má. A anormalidade entretanto não é sempre um defeito difinitivo. Será na maioria dos casos uma alteração bio-psiquica capaz de ser removida ou melhorada. O professor culto não menospreza o aluno irritável, o inquieto, o fantasista, o mentiroso. (GOMES, 1942, p. 27, grifos nossos).

Os maus escolares, para Gomes (1942), são as crianças que possuem algum tipo de deficiência ou “anormalidade”, e as características desses sujeitos é a irritabilidade,

inquietação, fantasias e mentiras, características que, para a época, não são aturáveis e o professor deve identificá-las nas crianças, observar e procurar consertá-las, pois são alterações “bio-psíquicas”. Gomes (1942) prossegue:

Procura investigar a causa da inquietação, da irritabilidade, da fantasia, da mentira. Esta causa existe sempre objetivamente localizada e justificada por um desvio qualquer no index de saúde do educando. Não nos esqueçamos que **Paracelso e Liman** que, já em tempos remotos. Relacionava o bório com a debilidade mental. Tendo sido destas observações esporádicas que surgiram as manifestações primárias de uma terapêutica pedagógica. Surgiram através de séculos, diretamente relacionadas com a educação e hoje são positivadas por uma infinidade de pesquisas e experiências. E’ conhecido o caso de Itard que em 1801, num asilo de surdos-mudos, em Paris, tentou educar um idiota encontrado dos arredores da Capital Francêsa. Os resultados obtidos por Itard abriram horisontes novos á pedagogia. Seguin estabelece depois processos vários de **cura pedagógica**. (GOMES, 1942, p. 27).

A cura pedagógica, no período, está diretamente relacionada com o discurso da Higiene e da Educação Física, principalmente de uma vertente escolanovista da época. Gomes (1942), ao caracterizar o desvio dos maus escolares, ao apontar as características tidas como “desviantes”, anuncia o discurso da medicina para controlar os corpos, utilizando estratégias de controle, como a medicalização, os castigos físicos e mentais e a correção da postura do sentar, do andar, do comer, do vestir; todas essas ações passam a ser controladas pelo professor, que dita aos alunos tudo aquilo que é normal e repreende aquilo que é anormal.

[...] **A propósito, não é fora de tempo recordar que quando professor do reformatório de Pindobal, tive aos meus cuidados de observador, uma criança anormalíssima de 8 a 9 anos, cuja inclinação maior era o trabalho de enxada. Não gostava nada da classe e o seu trabalho predileto desempenhava com a maior satisfação, perfeição e interesse.** Foi ante uma observação, a primeira vista tão banal, mas da mesma natureza pedagógica, que o ilustre médico Gegenbuhli teve a idéia de crear um asilo de anormais conseguindo resultados extraordinários que definitivamente estabeleceram as normas para a cura das crianças *oligofrênicas*. Não desejamos aos nossos colegas muita cousa neste sentido. **Não temos ainda escolas de anormais e não lembramos cousas impossíveis mas gostaríamos que se modificasse um pouco ou mesmo desaparecesse a idéia sistemática do mau aluno de quem tanto tenho ouvido falar.** Não devemos injustiçar as crianças porque teem defeitos. Os defeitos teem sempre uma causa. O nosso papel é educar, é remover a causa que entrava a normalidade de conduta do escolar. Seria interessante que os nossos colegas quando encontrassem um aluno incorrigível ou retardado, fizessem as suas observações sobre os diversos estados de

comportamento desse aluno e as comunicassem aos inspetores de ensino ou mesmo ao Departamento de Educação. Seriam as suas observações um ótimo roteiro para uma futura ação em favor das classes de anormais. (GOMES, 1942, p. 28).

Ao apresentar a sua experiência como Professor em Pindobal, Gomes (1942) descreve a observação que fez a uma criança de 8 a 9 anos, apontando que sua inclinação maior era para o trabalho com a enxada. É perceptível como o discurso de Gomes (1942) destitui a criança da sala de aula e do livro, e é através dessa percepção que tal professor justifica a “anormalidade” dessa criança, pelo fato dela preferir o trabalho à sala de aula. Essa caracterização estabelece, a priori, apenas a observação do comportamento dessa criança.

Gomes (1942) conclama os professores a elaborarem, em suas atividades, a observação sistemática do comportamento dos “maus escolares” para que eles possam ser tratados; aqui, o comportamento tido como desviante é preciso ser curado. O espectro da modernidade na educação continua presente através de testes físicos e psicológicos; os campos da educação e da medicina estão justapostos nesse ideário de modernidade do período.

[...] educação e saúde deram as mãos não há mais dúvidas! Especialmente no que diz respeito à divisão dos espaços nas páginas da imprensa a serviço dos professores. Médicos e docentes faziam circular o saber considerado moderno e em voga para assegurar a saúde do corpo do paraibano. Foi durante as primeiras décadas do século XX que a imprensa da Paraíba passou a defender os interesses da Higiene. Tornou-se uma constante. Estetoscópios, medicamentos, enfermidades, disciplina, corpos, educação... são exemplos de palavras que ocuparam as principais metáforas presentes nos discursos da época. (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 18-19).

Mario Gomes (1942) e Sizenando Costa (1941), ambos professores atuantes em Pindobal, Costa sendo diretor e Gomes professor, apresentam, através de seus escritos, as suas ideologias e a sua prática pedagógica em Pindobal. Em ambos, é perceptível a crítica à pedagogia tradicional e a aproximação ao movimento escolanovista; aqui a escola nova passa a ser uma vertente pedagógica com a finalidade de adaptação dos sujeitos para o mercado de trabalho, através da medicina e da psicanálise. Sobre a Escola Nova e a chegada de suas ideias no Brasil, Campana e Rocha (2018) destacam que:

A Escola Nova chega ao Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, em um contexto no qual o avanço industrial influencia o sistema educacional.

Nesse momento, a escolarização passa a ser entendida como um processo necessário para a formação de profissionais, numa perspectiva de que esta iria colaborar para o crescimento do país. Assim, esse modelo de educação seria associado a um projeto nacional de escola pública defendido por educadores que elaboraram o documento intitulado Manifesto dos pioneiros da Escola Nova. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores, o manifesto tornou-se o marco do escolanovismo no Brasil. (CAMPANA; ROCHA, 2018, p. 15).

O ideário escolanovista no Brasil republicano está relacionado à formação de mão de obra qualificada, como é possível observar na literatura sobre o assunto. Para os pobres, filhos e filhas dos trabalhadores, foram organizadas instituições de ensino voltadas para as atividades práticas da vida cotidiana, a eles estava condicionado ser o trabalhador do futuro, e, para os filhos da elite dirigente, são destinadas as aulas de letras para a direção do futuro do país.

Paralelos à educação nova estavam o prestígio dos *renovadores da educação dos pioneiros*, principais difusores da pedagogia da Escola Nova, e a hegemonia internacional do movimento escolanovista com seus epígonos representados por Johann Herinch Pestalozzi, Adolfo Ferrière, Georg Kerschenteiner, John Dewey, William Heard Kilpatrick, Ovide Decroly e Maria Montessori. (ARAÚJO, 2004, p. 137, grifo do autor).

A dissertação de Mercadante (2014) aproxima os dois debates em evidência para o período de 1930-1940 à escola nova da higiene mental. É através da obra de Arthur Ramos que Mercadante (2014) faz importantes considerações sobre o discurso pedagógico renovador incorporado ao discurso da medicina psicanalista do comportamento.

Essas duas aproximações também se perfazem em Pindobal, através dos personagens Gomes (1942) e Costa (1941). O primeiro, com o discurso da regeneração e da cura pedagógica, e o segundo da crítica à escola tradicional e ao ensino livresco. Ambos os professores estão dialogando com debates que são germinados na Europa e trazidos para o Brasil com o movimento escolanovista e higienista. “[...] A industrialização representou para os movimentos higienista e escolanovista a possibilidade concreta de “ajustamento”, através do ato educacional, dos hábitos de higiene mental e de moral da sociedade brasileira republicana.” (MERCADANTE, 2014, p. 29).

É preciso frisar que a escola nova, no Brasil republicano de 1930-1940, não é um movimento único e sólido, é fragmentado e diverso. Trataremos do movimento escolanovista que despende esforços para o ensino voltado ao mercado de trabalho em conformidade com práticas da higiene mental através do discurso médico.

O movimento higienista brasileiro encarava os indivíduos “desajustados” da sociedade como ameaças sociais que prejudicavam a ordem e o progresso republicano e articulou, ao longo da primeira metade do século XX, ideias e proposições que objetivaram retirá-los do convívio social para promover sua regeneração. (MERCADANTE, 2011, p. 30).

Por seu caráter diverso e através da promessa de aulas mais dinâmicas e de maior liberdade é que a escola nova se sustenta nesse período, junto com ideias incorporadas do movimento eugenista europeu, e que, aqui no Brasil, tomou contornos de segregação. São criadas instituições para pobres e instituições para os filhos da elite dirigente. Sobre a eugenia, Mercadante (2011) descreve:

Enquanto as ideias de eugenia e de pureza racial ultrapassavam as fronteiras britânicas e expandiam-se para os Estados Unidos e daí para a então Alemanha nazista – onde ganhavam conotações ainda mais negativas –, no Brasil, o desenvolvimento da indústria nas duas primeiras décadas do século XX contribuiu para o crescimento populacional nas grandes cidades e sua consequente proliferação de epidemias e enfermidades causadas pelas condições precárias de habitação do contingente de operários. (p. 32).

Pindobal é notadamente uma instituição criada para os “desviantes” e que assume traços desse ideário eugenista e do discurso escolanovista para justificar a exacerbação das atividades de caráter prático em detrimento das livrescas. O cenário republicano dos anos de 1930-1940 era predominantemente favorável à aceitação desses discursos proferidos no campo da Higiene Mental e da Escola Nova,

Um progresso que se pretendia, no entanto, restrito e que não englobava toda a nação brasileira, pelo contrário, apenas respondia à crença dos higienistas da época e dos industriais que dirigiam um processo de mudança que deveria acabar com os elementos fundamentais de uma sociedade predominantemente mestiça como a brasileira. [...] (MERCADANTE, 2011, p. 33).

Ou seja, a segregação é uma das marcas mais evidentes desse processo higienista, a separação dos vadios, delinquentes e transviados que viveriam nas ruas da sociedade em geral, criando, assim, um clima favorável ao ambiente da nacionalização e do progresso econômico do país. Os sujeitos que receberiam esse tipo de tratamento são os pobres e pretos, segundo Marcadante (2011),

Higiene Mental buscou desenvolver no Brasil uma ciência que pudesse solucionar os problemas apontados pelas elites e, para tanto, emprestou da ciência eugênica seus métodos e instrumentos. Assim, podemos dizer que alguém dos desdobramentos das teorias raciais, o ideário eugênico brasileiro constituiu-se como corolário das teorias raciais. (p. 34).

Pindobal é esse lugar, na Paraíba, que recebe esses sujeitos, no período de 1930 a 1940. Pindobal surge nas manchetes dos jornais com diversos nomes: Escola Correccional, Centro Agrícola, Aprendizado Agrícola, Escola Profissional, Escola Comercial. A indefinição identitária da instituição é uma marca latente nesse período, a única permanência é o caráter da educação ali ministrada, com ensino agrícola e manufatureiro para as crianças e os jovens “transviados”.

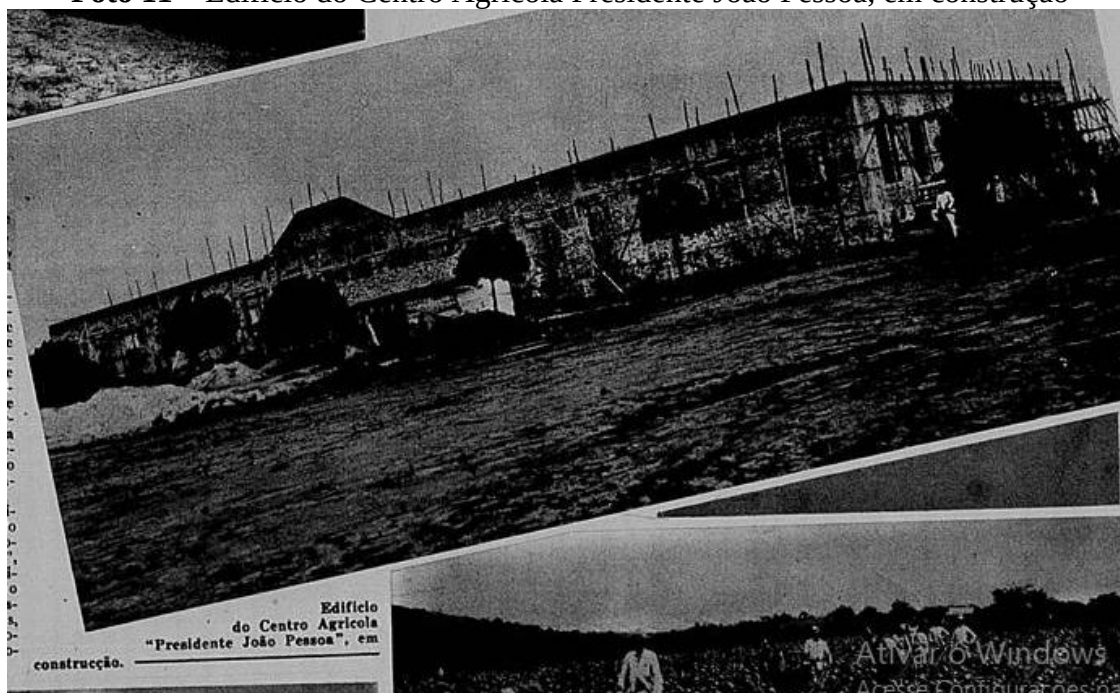
Em 1934, Pindobal é reformado para atender 240 (duzentos e quarenta) “menores”, sendo que, inicialmente, a instituição havia sido projetada para 60 (sessenta) internos. A publicação a seguir denuncia que existiam mais de 100 (cem) crianças em um espaço que comporta até 60 (sessenta). A Figura 2, que apresentamos anteriormente, com as crianças no refeitório, dá uma noção dessa superlotação. A publicação a seguir apresenta os motivos pelos quais a instituição não havia sido reformada antes.

[...] O Centro Agrícola Presidente João Pessoa, que após a sua criação não pudera ser devidamente organizado, em face da luta que asseverbrou o Estado no período pré-revolucionário, afastando-se, por isso, da sua finalidade, vem merecendo com especial carinho, as atenções da atual administração. Não seria razoável mesmo, o abandono de um estabelecimento que poderá abrigar mais de duas centenas de infelizes menores, arrancados ao ócio e muitas vezes ao crime, para lhes ser ministrada uma educação eficiente e regeneradora. Trata-se de um serviço de caráter inadiável, tendo-se em consideração a *reunstancia* de ali se acharem mais de cem menores, num ambiente de absoluto desconforto. Sem transpor as verbas orçamentarias, o chefe do governo vem dotando o Centro de Pindoal de melhoramento dignos de nota, no louvável proposito de que ele alcance os reais objetivos. Por enquanto, tendo em vista a situação financeira e os recursos orçamentários, foi atacada apenas a construção do pavilhão central, compreendendo dormitórios para 240 menores, refeitório, cozinha, dispensa, padaria,

serviços sanitários e banheiros. A construção desses alojamentos para os internos é uma das iniciativas de maior vulto da completa reforma por que vai passar o educandário de Pindobal. O projeto geral, da autoria do dr. Leon Clerot, compreende construção de enfermaria, residência para médico, pavilhão de recreio, depósito de máquinas, escola, escritório da administração, aviário, apiário, pocilga, pombal, silos etc. O serviço de construção está a cargo da diretoria de obras públicas. (ASSUNTOS, 1934, p. 3).

O projeto da reforma de Pindobal segue uma série de construções, apresentadas por Sizenando Costa (1941) como fundamentais para a consolidação das *Escolas Rurais*: Pocilga, Pombal, Aviário, Apiário, Silos, Escola, Dormitórios. Essas são algumas das instalações demonstradas na obra de Sizenando, contendo, inclusive, plantas e exemplos de como construí-las, afirmando que essas instalações seriam de baixo custo e o retorno financeiro quase que imediato. Existe uma forte coerência entre as instalações de Pindobal e as orientações descritas na imprensa, com o ideário de Sizenando Costa exposto na *Escola Rural*.

Foto 11 – Edifício do Centro Agrícola Presidente João Pessoa, em construção



Fonte: A Noite - Seção de Rotogravura: 1941 (BNDIGITAL)

A foto 11 demonstra a reforma de Pindobal em construção. O tamanho da obra é surpreendente, é um amplo galpão que seria destinado à “[...] construção do pavilhão central, compreendendo dormitórios para 240 menores, refeitório, cozinha, dispensa, padaria, serviços sanitários e banheiros [...]”. (ASSUNTOS, 1934, p. 3).

No período de 1934, o Professor Sizenando Costa não é mais o diretor da instituição, passando a ser o Dr. Leon Clerot, ocupante da Cadeira de N° 27 do Instituto Histórico e Geográfico. De acordo com o seu Memorial, “Em João Pessoa, exerceu as funções de Diretor do Centro Agrícola de Pindobal, em Mamanguape no período de 1933 a 1937; Engenheiro do DER, de 1946 a 1960.” (MEMORIAL..., 1995, p. 101). Em 1938, o Diário de Pernambuco destaca que o interventor federal, pretende,

[...] dar maior andamento ao serviço de assistência aos menores abandonados, proporcionando meios para a educação e instrução profissional dos de 10 a 18 annos. Tenciono reformar a Escola Correccional Presidente João Pessoa, em Pindobal, creando nos arredores da capital um reformatório para os menores delinquentes e anormaes. [...] (O INTERVENTOR, 1938, p. 4).

A idade das crianças e dos adolescentes encaminhados a Pindobal muda: se antes, o regimento interno da instituição, de 1930, afirma que a idade seria de 12 a 18 anos de idade, agora a instituição passa a atender crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. Sobre os demais diretores da instituição do período de 1930-1940 só possuímos as informações de quem foram: “[...] Prof. Daniel de Araújo, Cel. Elias Sobreira (30 dias), Prof. Francisco de Lucas de Sousa Rangel, Prof. Pedro Jorge de Carvalho, Prof. Tiburtino Rabelo de Sá e Prof. José Bento. Este permaneceu à frente da Escola até 1941” (COSTA, 1986, p. 106). Em 1941, Pindobal passa a ser administrada pelos religiosos da Congregação do Sagrado Coração de Jesus,

[...] O interventor federal, interessado em dar nova orientação à Escola Profissional de Pindobal, onde estão recolhidos cerca de 200 menores vadios e delinquentes, entrou em entendimentos com o padre Henrique Van Horst, da Congregação do Coração de Jesus, que dirige estabelecimento idêntico em Pernambuco, para assumir a direção da referida Escola. (SERA’, 1940, p. 2).

A nova orientação e direção religiosa, em Pindobal, serão tratadas no próximo capítulo, período popularmente conhecido como a época dos padres na administração de Pindobal, período repleto de mitos e de imaginários. De forma inédita²⁰, utilizaremos um vasto material fotográfico cedido pelo Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, na

²⁰ O Ineditismo deste capítulo se configura pelo fato de não haver nenhum trabalho científico que trate analiticamente da época dos padres, esta dissertação será a primeira a abordar a administração religiosa em Pindobal no período de 1941-1949.

Várzea, em Recife/PE, para irmos ao encontro do conceito de Educação Moral, do militarismo e escoteirismo.

Em seguida, apresentaremos o período da direção da Professora e Assistente Social Jandira Pinto formada pela Escola do Sesc do Rio de Janeiro, a Escola de Serviço Social profissionalizante surge na Paraíba nos anos de 1950 e o curso de nível acadêmico nos anos de 1960, essa questão é importante para demarcar a inovação desta profissão para o período. Jandira Pinto através de sua formação, desenvolve o discurso humanitário cristão aos pobres e desvalidos. Pindobal, na administração da Professora Jandira Pinto, modifica completamente o seu cenário, como será possível verificar nas entrevistas concedidas ao *Jornal O Norte*.

4. A EDUCAÇÃO MORAL EM PINDOBAL: DA GESTÃO RELIGIOSA À ASSISTÊNCIA SOCIAL (1940-1960)

Este capítulo abordará dois momentos distintos que forjaram a educação em Pindobal: a gestão dos Padres do Sagrado Coração de Jesus - SCJ de 1941-1949 e a gestão da professora e assistente social Jandira Pinto. O primeiro momento trata dos motivos que trouxeram os religiosos para a Paraíba e para Mamanguape, e que culminaram com o trabalho social em Pindobal, pautados pela educação religiosa, moral e militar com práticas de escoteirismo. O segundo momento trata da gestão da professora e assistente social Jandira Pinto, através dos relatos proferidos pela imprensa paraibana, nos jornais O Norte e A União. Jandira Pinto é vista como a reformuladora de Pindobal, que trouxe métodos pautados no humanismo pedagógico e na religiosidade cristã.

A relação entre a elite dirigente brasileira e a igreja católica, ao longo do Brasil colonial até o Brasil republicano, é de parceria e conciliações; a influência católica, na Paraíba, é percebida em todos os espaços, seja na arquitetura, educação ou até mesmo nos poderes do legislativo, executivo e judiciário brasileiros.

João Pessoa e Pilar são casos típicos de cidades que se desenvolveram à sombra dos elementos de administração e religiosidade, conjugadamente no primeiro caso, isoladamente e tendo em vista apenas o aspecto religioso, a que mais tarde se ligaria a atividade açucareira, em Pilar. (OCTÁVIO, 1983, p. 111).

A igreja esteve presente na economia e na política, estendendo seus tentáculos em todos os espaços possíveis, e a cidade de João Pessoa/PB foi se transformando junto com a progressiva manutenção desta força religiosa. Como afirma Octávio (1983),

Enquanto João Pessoa denuncia até na primeira denominação (Nossa Senhora das Neves e Filipéia de N. S. das Neves para Horário de Almeida, e Felipéia de N. S. das Neves para os demais historiadores) – a marca da religiosidade que lhe presidiu a formação, donde o grande número de conventos e igrejas que aqui se instalaram com a transferência das últimas do centro para a periferia, a partir da década de vinte do século atual [...] João Pessoa, dentro ainda das primitivas denominações de Felipéia, Frederica e Paraíba (“cada mudança de nome equivaleu a um banho de sangue”, na lembrança de Horácio de Almeida) – fez-se, sucessivamente, sede da Capitania, Província e Estado, o que lhe trouxe, como centro do aparelhamento burocrático [...]. (p. 111).

A relação entre a Igreja católica e as elites dirigentes, no período de 1940, na Paraíba, é de parceria. Os religiosos são convidados a desenvolver a educação moral, em Pindobal, com o intuito de regenerar e corrigir; o trabalho social dos padres é visto como importante instrumento de uma nova organização em Pindobal, pautada pelo sincretismo religioso, pela austeridade e trabalho.

De acordo com o levantamento preliminar que fizemos no Arquivo Nacional sobre os religiosos que atuaram em Pindobal, foi possível identificar, no *Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras*, na seção de *Prontuários Estrangeiros*, os padres: Geraldo Wildeboer-Schut, natural de Rotterdam na Holanda, nascido em 03/04/1891 (BRASIL, 1921); Reinier Bernardes Josephus Wierex, natural de Breda na Holanda, nascido em 24/03/1914 (BRASIL, 1935); e Henrique Van der Horst, natural de Amsterdã na Holanda, nascido em 29/03/1891. O arquivo do Padre Henrique Van der Horst está incompleto no Arquivo Nacional, dessa forma, as informações preliminares sobre o sacerdote precisaram ser buscadas no Álbum de Fotografias do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, na Várzea em Recife/PE.

Os sacerdotes vinham da Holanda e se estabeleciam no Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, em Recife/PE, e de lá partiam para as suas missões em diferentes estados brasileiros. Os sacerdotes chegam ao Brasil para colocar em prática uma missão denominada “Norte-Brasil”. A atuação desses sacerdotes no Nordeste brasileiro é “[...] o primeiro da Congregação dos Sacerdotes do S. Coração de Jesus que vingou fora da Europa [...]” (POLMAN, 1986, p. 1).

Polman (1986) compila em formato de livro, a partir de diários, documentos jornalísticos e relatos orais dos sacerdotes, um levantamento histórico sobre a chegada dessa ordem religiosa ao Brasil. Essa obra é tratada aqui como fonte, pois é de acesso restrito ao público, possuindo uma única edição e poucos exemplares, servindo de consulta aos sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus e como fonte histórica nas pesquisas da entidade. Uma segunda fonte é a compilação elaborada por Driedonkx (1992), que tem o compromisso de auxiliar a obra de Polman (1986) e se detém aos anos de 1893-1908 sobre a fundação da entidade religiosa no Brasil e sua missão, utilizando como fontes principais o Arquivo Geral em Roma e o Arquivo Dehoniano.

Destaco, aqui, a complexidade em trabalhar com as fontes do Sagrado Coração de Jesus, tendo em vista que os primeiros religiosos a chegarem ao Brasil – até Recife e depois para a Paraíba e em Pindobal – escreviam seus diários a punho e em língua materna holandesa. Polman (1986) desenvolve esse árduo trabalho de traduzir e transcrever as

fontes para uso próprio da entidade. Os escritos de Polman (1986) seguem o rigor metodológico do trabalho histórico, embora, por vezes, sobressaia a tentativa de apontar a difícil tarefa que esses religiosos tiveram ao sair de sua terra natal e enfrentar novos desafios em uma terra desconhecida.

O fundador da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus é o Padre Leão Dehon, que fundou a entidade em 1878. As missões no exterior têm o intuito de “[...] levar o Amor do Divino Coração às terras pagãs que a S. Sé confiar [...]” (POLMAN, 1986, p. 13). Os relatos de Padre Leão Dehon, em cartas trocadas com outros religiosos, demonstram a necessidade de desenvolver o trabalho eclesiástico em países da América do Sul, como é possível verificar na primeira tentativa dos missionários: “Em 10 de novembro de 1888 os padres Gabriel Grison e Irineu Blanc partem para o Equador. Mais outros seguirão. Porém todos serão expulsos em junho de 1896, na festa do Coração de Jesus.” (POLMAN, 1986, p. 13).

Em 1893, o padre Sebastião Miquet vai ao Brasil como capelão de fábrica, sendo este o primeiro contato dessa ordem religiosa com o Brasil. Em 1897, os sacerdotes partem para o antigo Alto-Congo, na África, situação que ocasionou inúmeras “[...] mortes pelo clima e mártires pela fé [...]” (POLMAN, 1986, p. 13). Polman (1986) aponta que a ida para a África fez com que a congregação diminuísse drasticamente a quantidade de religiosos para suas missões no Brasil e da necessidade de docentes nas escolas apostólicas na Europa. “O começo de nossa obra no Nordeste do Brasil se deve a uma chamada do grande industrial brasileiro, Dr. Carlos Alberto de Menezes, que queria confiar o cuidado pastoral de seus operários aos Sacerdotes do Sagrado Coração”. (DRIEDONKX, 1992, p. 06).

Esse é o cenário principal da chegada desses religiosos ao Brasil, após idas ao Equador e à África, conseguem encontrar clima favorável no Nordeste brasileiro para a expansão de sua missão, através do convite de um industrial. Os religiosos do Sagrado Coração de Jesus estão diretamente relacionados à vida fabril e aos operários,

[...] Não parece ter sido mais do que um atendimento a um pedido de amigo que fez padre Dehon ceder um padre para cuidar das necessidades espirituais dos operários de uma fábrica em Camaragibe perto do Recife. É duvidoso que o padre Dehon tivesse conhecimento da extensão do país, dos seus problemas sociais, da extrema escassez de sacerdotes, enfim do terreno missionário que o esperava na América do Sul. [...] (POLMAN, 1986, p. 15).

Como é possível perceber, os religiosos do Sagrado Coração de Jesus iniciaram sua missão no Nordeste brasileiro, nas fábricas do país. Durante uma rápida busca pelo Google Acadêmico sobre a atuação dessa congregação, foi possível perceber uma enorme escassez de pesquisas sobre essa temática, principalmente relacionada à educação.

Sobre a atuação dos sacerdotes em Camaragibe, Polman (1986) destaca que,

[...] EM 1880, o engenheiro brasileiro, dr. Carlos Alberto de Menezes, chegou ao Recife para dirigir a construção de uma linha férrea. Pouco depois tornou-se diretor da companhia dos bondes da cidade do Recife. Em 1890, ele conseguiu o apoio financeiro para fundar uma fábrica têxtil, de forma a poder erigir em 1892 a Companhia Industrial Pernambucana, com uma área coberta de 100 por 100 metros quadrados, em Camaragibe, município de São Lourenço da Mata, a uns quinze quilômetros de Recife. **Viajou para Inglaterra para comprar as máquinas, e depois de concluídos os negócios, foi à França em busca de um capelão para os cuidados religiosos de seus futuros operários.** Por intermédio do presidente da Obra Vicentina de Paris entrou em contato com o industrial Léon Harmel, dono de fábrica em Val-des-Bois, perto de Reims. Dr. Carlos Alberto ficou entusiasmado com a organização social e religiosa da fábrica, onde desde 1887 o padre Charcosset SCJ e seus colegas estavam trabalhando como capelães, **seguindo a doutrina social da Encíclica “Rerum Novarum”, propagada pelo Pe Dehon. O Léon Harmel formava com o Conde de Mun e o Padre Dehon a vanguarda da aplicação de “Rerum Novarum” de Leão XIII na França. Harmel convidou o pe. Dehon para conhecer o dr. Carlos Alberto e conseguiu que esse cedesse um de seus padres para ser capelão da futura fábrica de Camaragibe.** (POLMAN, 1986, p. 15-17, grifos nossos).

A encíclica *Rerum Navarum* é uma carta circular do Papa Leão XIII que aborda a doutrina *Sobre a Condição dos Operários*, datada de 15 de maio de 1891 (LEÃO XIII, 1891). A carta se fez necessária devido aos inúmeros conflitos entre patrões e operários, como é possível observar na introdução da encíclica:

[...] os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. (LEÃO, XIII, 1891, p. 01).

Os conflitos entre duas classes sociais distintas, no início do século XX no Brasil, são provenientes das duras condições de vida dos operários, da fome e miséria que

assolavam o Brasil ao final do século XIX e início do século XX. Com o intuito de tentar conter levantes e revoltas, a igreja católica, com a disseminação da doutrina do *Rerum Navarum* pelos sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus, tentou administrar dentro das fábricas uma “condição cristã dos Estados”. A encíclica culpa os socialistas por provocarem um estado de alerta e contestação das condições de vida dos operários.

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (LEÃO XIII, 1891, p. 02).

É através desse fragmento que é possível perceber a tensão da época vivenciada pela polarização no mundo industrial, entre socialistas e liberais. As organizações sindicais e a latente contestação do modo de produzir capitalista neoliberal do século XX são o palco das disputas da época no Brasil. Para os católicos doutrinários da encíclica *Rerum Navarum*, seria preciso findar com essa disputa e promover ações de conciliação entre Patrão e Operário, sendo esse o principal prisma que rege as ações de Padre Dehon e a Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus.

Tratava-se de um projeto de natureza disciplinar-religiosa que objetivava melhorar as condições de vida e trabalho dos operários por meio da concessão de benefícios materiais e espirituais e, concomitantemente, transformá-los em trabalhadores mais eficientes, dóceis e moralizados através de sua cristianização. (AGUIAR; LIMA, 2012, p. 161).

Aguiar e Lima (2012) apontam que o projeto dos religiosos estava no campo da moralização. A Educação Moral, título desta dissertação e deste capítulo, é um dos pilares para discutirmos até que ponto a educação pensada e difundida pelos religiosos estava no campo do controle social. A Educação Moral refere-se ao ato de moralizar algo ou alguém de maneira conveniente, utilizando os domínios da natureza humana e da religião para impor aquilo que se deve ou não fazer.

A moral do século XX é completamente diferente da moral dos séculos anteriores, como do século XXI, ela está condicionada às intenções que determinado grupo social definem como atitudes aceitáveis e atitudes não aceitáveis no seu tempo. A moral define um conjunto de regras, nas práticas cotidianas de grupos sociais, que pretendem ser difundidas como aceitáveis; é uma relação conflitante entre aqueles que detêm a moral e os vistos como imorais.

[...] Moralizar o corpo social foi um anseio compartilhado por eugenistas, pedagogos, políticos, sanitaristas e higienistas, que temiam que a sociedade se “degenerasse” devido às precárias condições de moradia e higiene e aos maus hábitos da população como vícios e doenças venéreas. [...] (PIZOLATI; ALVES, 2019, p. 651).

Os sujeitos tidos como imorais estão na ceara do comportamento desviante, e precisam ser moralizados. Imersos nesse comportamento estão os estudos do campo de biogenético ou antropossociológico, nas primeiras décadas do século XX, que levam em consideração o tipo étnico-racial dos sujeitos que vão frequentar a escola (PIZOLATI; ALVES, 2019). No caso de Pindobal, os sujeitos são crianças e adolescentes pretos do sexo masculino, então, a Educação Moral destina-se a desenvolver atitudes convenientes para esta população.

Goergen (2007), em uma discussão sobre ética e moral, aponta que este campo da moralização está presente em duas perspectivas: a Tradição Cultural e a Econômico Política. Ainda, para o autor,

[...] o discurso moralizante, que acredita num projeto de moralização social mediante a repressão, apenas atinge a face aparente e superficial de um fenômeno cuja matriz é antes estrutural, em termos histórico-culturais e econômico-políticos. Essa constatação, por sua vez, nos faculta perceber que a transformação moral, considerada uma das grandes urgências da sociedade atual, não pode ser alcançada mediante a imposição de sanções a indivíduos ou grupos, efetiva ou supostamente responsáveis por eventuais transgressões morais. A moralidade estigmatizadora e penalizante é cínica num contexto de uma sociedade que nunca se dispôs a rever profunda e radicalmente suas tradições e costumes, seus preconceitos e elitismos, suas discriminações de raça, de gênero, de classe; é cínica, também, no contexto de um modelo político-econômico-jurídico que se orienta no princípio, por natureza excludente e injusto, do utilitarismo que sistematicamente prioriza os interesses individuais. (GOERGEN, 2007, p. 739).

A moral, do latim *moralis*, relaciona-se à atitude que se deve ter em relação às normas vigentes. É uma prática cotidiana de apontar aquilo que se deve ou não fazer, então, vejamos: a Educação Moral é o ato de educar moralmente alguém, em nosso caso, os internos de Pindobal, essa educação moral levará em conta aspectos culturais, econômicos e sociais sobre os sujeitos internos? Absolutamente, não, a educação moral e religiosa que se pretende desenvolver em Pindobal é aquela que os religiosos ditam aquilo que é certo e os internos acatam como comportamentos desejáveis, o que é moralmente aceito.

Ou seja, o trabalho compulsório de crianças e adolescentes de 12 aos 18 anos de idade é moralmente aceito e difundido no período de 1940, visto como o principal pilar de sustentação da regeneração desses sujeitos. As atitudes morais que se pretendiam desenvolver em Pindobal eram: aptidão para o trabalho agrícola, respeito às regras de convivência que são estabelecidas pelo diretor e funcionários da instituição e obediência incondicional aos preceitos da religião católica.

Então, tudo aquilo que fosse na contramão do que se pretendia com a Educação Moral, era tratado como imoral e desviante. É nesta tênue linha entre a moral e o imoral que são desenvolvidos os trabalhos dos religiosos em Pindobal. Em meados dos anos de 1940, a moralização que está em voga para os internos de Pindobal é de caráter comportamental e estrutural, e é a partir da estigmatização de que os sujeitos internos são perigosos, desviantes e imorais que o Estado Paraibano cria estratégias de desenvolver uma educação moral pautada no trabalho e na religião. Desenvolve-se, desse modo, um ato de moralizar, de educar a partir de uma ideia de mundo vista pela ótica da igreja católica, dos padres e da doutrina da encíclica *Rerum Novarum*.

4.1 Pindobal e a consolidação da Educação Moral para educar os filhos dos paraibanos pobres pelas mãos dos Padres (1941-1949)

A chegada dos religiosos do Sagrado Coração de Jesus no Brasil acontece através da Fábrica de Tecidos, em Camaragibe/PE. A ação desses religiosos, em Pernambuco, é pioneira no Brasil; com a chegada do Padre Sebastião Miquet, em 1893, a pedido do industrial Carlos Alberto, o religioso passa a residir na casa do Carlos Alberto, ofertando aulas de letras às crianças da família.

Aos 20 de janeiro de 1893, Pe. Dehon escreveu ao Pe. Gabriel Grison: “Pe. Sebastião Miquet zarpa hoje de Bordeaux. Durante alguns meses se dedicará à educação dos filhos do Dr. Carlos Alberto de Menezes, porque a construção da fábrica não tinha terminado”. (DRIEDONKX, 1992, p. 07).

A missão dos sacerdotes do Sagrado Coração era contemplada com as ações de outras ordens religiosas no Brasil, “[...] teve também muito interesse pelas escolas ali fundadas: em 1902 a das Irmãs da Sagrada Família e em 1903 a dos Irmãos Maristas [...]” (POLMAN, 1986, p. 37). Enquanto a ordem dos salesianos desenvolvia seus trabalhos nas escolas de letras e nos próprios Liceus, os sacerdotes do SCJ estavam nas fábricas. A atuação desses religiosos cumpre o papel moralizador de disciplinar os corpos e as almas para além dos muros das fábricas,

No entanto, ao longo do século XIX, esse componente moralizador do sistema de fábrica ultrapassou os limites do ambiente de trabalho, pois a disciplina dentro da fábrica mostrou-se insuficiente para o satisfatório controle dos operários, principalmente devido ao seu maior engajamento em organizações de luta contra suas precárias condições de trabalho, sobretudo através dos sindicatos. Aos patrões somente restou o recurso de também se preocuparem com a vida do trabalhador além dos muros da fábrica. (AGUIAR; LIMA, 2012, p. 173).

É fundada, em Camaragibe/PE, uma “corporação operária”, uma espécie de agremiação entre patrões, operários e religiosos (POLMAN, 1986), responsável por definir estratégias de ações para a continuidade de uma boa relação entre os patrões e os operários, na primeira metade do século XX. Sobre a agremiação, Driedonkx (1992) destaca:

Em agosto de 1895 o Pe. Dehon lhe enviou [enviou para o Pe. Sebastião Miquet] um ajudante, o Pe. Maximino Cottard, de São Quintino, [...] Foi o Pe. Maximino Cottard que fundou as associações religiosas e as organizações operárias em Camaragibe. As últimas foram uma grande novidade no norte do Brasil. A corporação operária conseguiu personalidade jurídica e exerceu uma influência saudável nas relações entre patrões e operários [...] (p. 08).

A corporação que foi fundada entre o patrão Carlos Alberto e os religiosos era responsável por manter as escolas operárias e as próprias organizações religiosas e, sobretudo, manter um ambiente de conformidade entre os operários e os patrões, impedindo a instalação de revoltas e questionamentos por parte dos operários.

As escolas da fábrica, por exemplo, sofreram uma profunda reorganização, pois sua administração foi transferida para as congregações religiosas europeias, contratadas por Menezes em sua segunda viagem à Europa, realizada em 1901. A escola infantil e as escolas femininas (para as meninas, no horário diurno, para as adultas, no noturno) ficaram sob o encargo da Congregação da Sagrada Família. Já as escolas masculinas (também diurna, para os meninos, e noturna, para os adultos) ficaram sob a responsabilidade da Congregação dos Irmãos Maristas, cujo sistema disciplinar estava em perfeita consonância com o modelo de Camaragibe. (AGUIAR; LIMA, 2012, p. 183-184).

Em 1925, os irmãos Maristas se retiram da direção da escola em Camaragibe/PE e os sacerdotes do SCJ assumem a direção da escola masculina (POLMAN, 1986), diurna para os meninos e noturna para os adultos. As obras sociais da entidade só iniciam em 1941, como afirma Polman (1986ii):

[...] Também é aceita a nossa primeira obra social, o internato São Joaquim da Santa Casa de Misericórdia, entre as cidades de Catende e Maraial – PE. Com um contrato de um ano, o próprio Provincial, pe. Henrique Van Der Horst, pe. Geraldo W. -Schult e fr. Dimas Gomes de Brito vão dirigi-lo. (p. 41).

A primeira obra social da entidade é em 1941, no internato São Joaquim da Santa Casa de Misericórdia, em Pernambuco. Não existem registros sobre este internato no acervo histórico da entidade, nem em trabalhos científicos. A obra social, em Pernambuco, durou apenas um ano, finalizando em 1942, sendo que, nesse período, a entidade possuía quatro padres brasileiros e quarenta e cinco holandeses. Antes dos religiosos se estabelecerem na Paraíba, algo que só se concretiza em 1941, é solicitado, ainda em 1927, pelo Bispo de João Pessoa, que os padres atuem em duas fábricas de tecidos na região,

O ano de 1927 é movimentado: quatro padres em férias, a aceitação de mais uma paróquia e vários doentes. Em janeiro pe. Humberto Limpens viaja para à Paraíba. O bispo de João Pessoa deseja confiar duas capelanias de fábricas de tecidos aos padres do S. Coração. Infelizmente não temos padres disponíveis. (POLMAN, 1986i, p. 125).

Os religiosos do SCJ chegam à Paraíba em 1941 para administrar uma capelania na Fábrica de tecidos em Rio Tinto, fundada em meados de 1917 pela família Lundgren a pedido desta família.

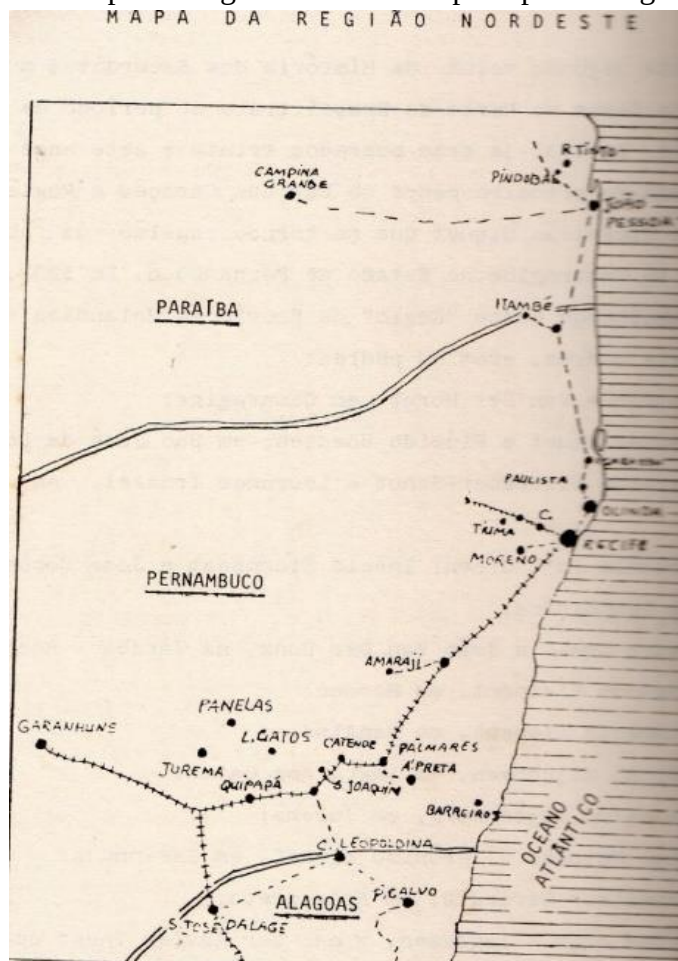
A província aceita uma nova capelania (curato) na vila têxtil de Rio Tinto – PB. Também aceitamos uma segunda obra social, a da colônia estadual de menores delinquentes, “Pindobal”, no município de Mamanguape – PB. Para lá se dirigem os padres Geraldo W. – Schult e João Brugemann. (POLMAN, 1986ii, p. 43).

A atuação dos religiosos na fábrica de tecidos, no período de 1941, consolida a sua atuação para o processo conciliador entre patrão e operário, como também auxilia o município de Mamanguape em busca do status de polo industrial, pois, nesse período, Rio Tinto fazia parte de Mamanguape, sendo desmembrado e se tornando município apenas em 1956. Há relatos orais que apontam que os padres chegaram a Pindobal depois de suas atuações na fábrica de tecidos.

A vida na fábrica têxtil não era fácil, a começar pela mudança radical do modo de produzir da comunidade local de Mamanguape/PE, região campesina que desenvolvia majoritariamente a sua economia baseada na agricultura e na pecuária. Os agricultores passam a modificar radicalmente a sua relação com o trabalho, antes na terra, agora dentro de um ambiente fechado, repleto de máquinas, com condições muitas vezes precárias e jornadas de trabalho exaustivas.

As fontes apontam que a chegada dos sacerdotes do SCJ em Pindobal e em Rio Tinto acontece no mesmo ano, em 1941. Nesse período, a entidade consegue se estabelecer em vários estados do nordeste brasileiro, como é possível verificar no mapa que consta a Fotografia 12 a seguir.

Foto 12: Mapa da Região Nordeste ocupada pelos religiosos do SCJ



Fonte: Missão de Esperança (POLMAN, 1986)

No mapa, os Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas são ocupados pelas obras dos religiosos, destacamos Rio Tinto e Pindobal que estão na parte superior à direita. Em 1941, chegam a Pindobal e, a partir desse período, a Escola Profissional Presidente João Pessoa é a única obra social da instituição até 1945²¹. O interventor federal da Paraíba, em 1940, entra em acordo com o padre Henrique Van Der Horst para dirigir Pindobal (SER'A DADA..., 1940). O convite é estabelecido após os rumores de que a entidade religiosa estava administrando de forma exitosa estabelecimento idêntico em Pernambuco - o internato São Joaquim da Santa Casa de Misericórdia.

João Pessoa. – O interventor federal, empenhando-se em elevar ao máximo a produção paraibana, determinou o aproveitamento de terras da Fazenda Pindobal, no município de Mamanguape. Onde existe um reformatório para menores delinquentes, da Escola profissional “Presidente João Pessoa”, atualmente dirigida por padres holandeses. Em consequência dessa determinação do interventor, 40 hectares de

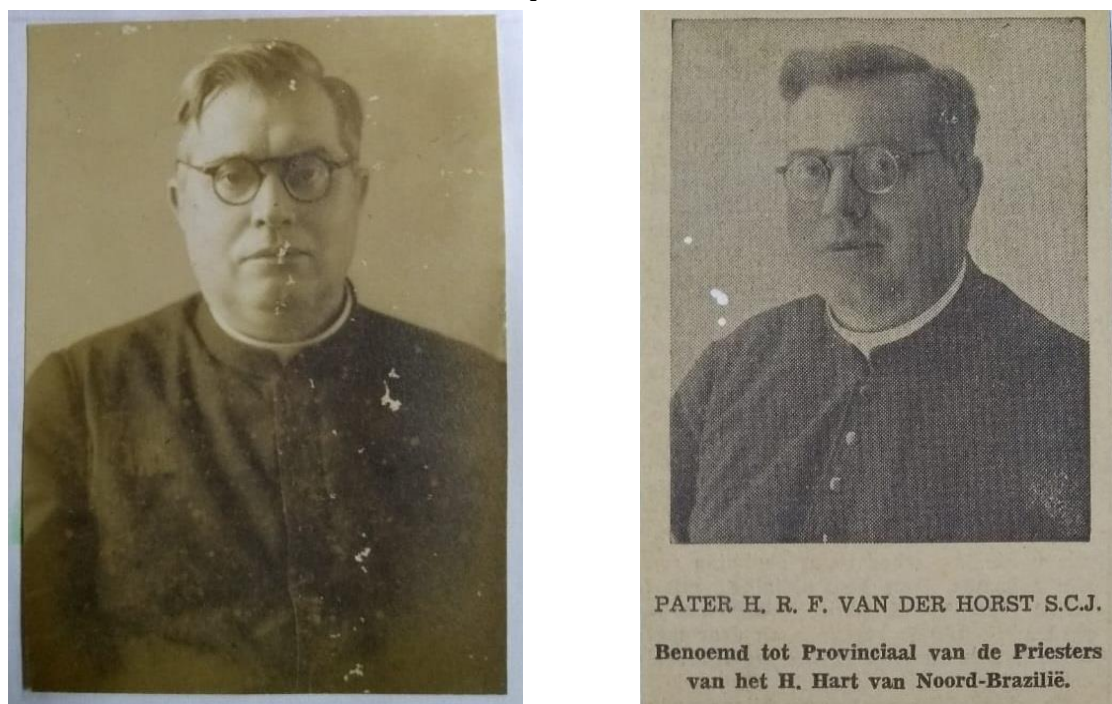
²¹ Em 1946, os religiosos assumem a direção da obra social de Palmeira dos Índios.

terras daquela Fazenda já foram cultivados, sendo plantado milho, feijão e mandioca, além de 100 toneladas de cana de açúcar. Durante a semana corrente será intensificado ali o aproveitamento total da área úmida, na cultura de arroz, batata e outros produtos, transformando-se assim a fazenda num centro produtor. (PARAÍBA, 1942, p. 01).

Pindobal, em 1941, continua a ser um local de demasiada importância para o trabalho agrícola; (como é possível observar no relato anterior) desde a sua criação, em meados de 1930, a instituição passa a conservar o peso de ser uma instituição agrícola destinada ao cultivo de variados produtos. Percebe-se que a orientação pedagógica da instituição está imutável, continua pregando a educação profissional agrícola, destinada aos “menores delinquentes”.

Os religiosos que conduzem a direção de Pindobal: são Padre Henrique Van Der Horst e Geraldo Schult Padre Henrique Van Der Horst, um dos principais líderes espirituais do SCJ, funda, inclusive, uma Escola Apostólica e um Noviciato em Recife, antes de ir para Pindobal.

Foto 13: Padre Henrique Van Der Horst do SCJ



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

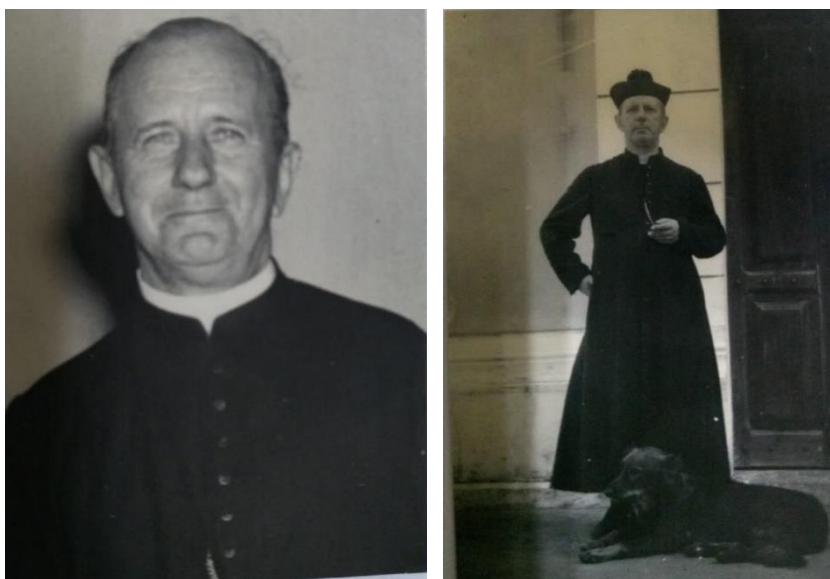
A fotografia 13 é composta por duas imagens do Padre Henrique Van Der Horst. A segunda foto do lado direito é de uma matéria jornalística holandesa que apresenta, de

forma breve, a atuação do religioso ao longo de sua vida. Utilizamos a ferramenta de tradução do Google Tradutor para ter acesso aos dizeres da matéria:

De Hoogerw, o padre Van Der Horst nasceu em Amsterdã em 29 de março de 1891. Ele passou sua juventude em Leiden, onde seus pais se estabeleceram. Após os estudos preparatórios, ingressou na Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração e foi ordenado sacerdote em 8 de julho de 1917. Depois de alguns anos como capelão assistente no Ned. Exército em Zeeuwsch Vlaanderen, partiu em setembro de 1919 para a missão do Norte do Brasil. Então, ele agora trabalha como missionário há quase 19 anos. Atuou primeiro por 5 anos em Porto Calvo, depois em Camaragibe e Garanhuns, onde foi responsável pela liderança espiritual dos seminaristas da Diocese de Garanhuns. Posteriormente foi Pároco em Recife (Pernambuco), onde fundou uma escola apostólica e um noviciado. Em 1893 a Congregação iniciou sua missão entre os católicos muito enfraquecidos do Norte do Brasil (América do Sul). Mais padres holandeses especiais são empregados aqui. As freguesias são muito extensas. Atualmente há 30 Padres e 13 Irmãos trabalhando lá, enquanto há cerca de 40 alunos sacerdotes nas Escolas da Missão. A nomeação é um prêmio que homenageia o valente e árduo trabalho de nosso velho conterrâneo, Padre Missionário V. d. horst. 03/12/1938.

A matéria faz alusão a uma condecoração recebida pelo religioso por seus serviços prestados ao longo de sua vida e, em especial, por sua atuação na “missão do norte do Brasil”. O religioso atuou como capelão assistente do exército no local que atualmente pertence à província Zelandeza, nos países baixos. O outro religioso que esteve na direção de Pindobal, o Padre Geraldo Wildeboer Schut, é apresentado nas fotografias a seguir.

Foto 14: Padre Geraldo Wildeboer Schut do SCJ



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A foto 14, do Padre Geraldo Geraldo Wildeboer Schut, revela dois momentos distintos, fotografias tiradas em situações opostas: a primeira, do lado esquerdo, transparece um ar de alegria e descontração, o religioso não está olhando diretamente para a câmera e parece estar sendo provocado a sorrir; a segunda foto, ao lado direito, é uma imagem que transpassa respeito e imponência, em frente a uma arquitetura que parece ser uma igreja, ao lado da porta de entrada, o religioso está acompanhado de um cão deitado em frente aos seus pés. A postura escolhida nesta cena é um de seus braços no quadril e o outro segurando o Pito (de) Holandês (HISA, 2019), espécie de cachimbo culturalmente utilizado na Europa para o consumo de fumo.

Outros dois padres também possuem seus nomes vinculados a Pindobal, é o caso do Padre João Brugemann, citado por Polman (1986), mas que não possui registros históricos, nenhuma fotografia individual, para que esta pesquisa consiga identificá-lo nas fotografias coletivas. O segundo padre é o Reinier Bernardes Josephus Wierex, que foi identificado através dos registros da imigração do Arquivo Nacional. Este segundo religioso também não possui nenhum registro histórico nos arquivos do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, mas o Arquivo Nacional apresenta seu passaporte e informações de estadia, em 1944, em Pindobal.

Foto 15: Passaporte do Padre Reinier Bernardes Josephus Wierex



Fonte: Arquivo Nacional: Ministério da Justiça e segurança pública (1935)

Estes são os religiosos identificados que dirigiram Pindobal no período de 1941-1949, não sabemos se todos eles exerceram a função de diretor, nem em qual período exato cada um esteve na instituição, pela ausência de fontes, mas sabemos que estiveram dentro da instituição exercendo suas atividades a favor de uma Educação Moral e da correção das crianças e adolescentes, tratadas como desajustados.

O primeiro contato que os religiosos tiveram com Pindobal é revelador e, ao mesmo tempo, intrigante. Esse contato é relatado através de um livro de Crônicas chamado *Crônica Cristo Rei*, de 1941, utilizado por Polman (1986ii). O relato aponta o seguinte:

[...] ninguém pode imaginar as dificuldades que os padres encontraram. Para começar faltava tudo, mas completamente tudo. Os empregados desconfiados e hostís tinham poucos dias antes provocado uma espécie de revolta dos menores, para não aceitar padres como educadores. Tão grande foi a anarquia que o próprio governo mandou para lá um militar graduado para restabelecer a ordem. Os alojamentos e mais dependências encontravam-se em estado lamentável. Parecia que passou por ali um furacão. Pior ainda era o ambiente espiritual. Dos menores, grande parte condenada pelos juízes de menores por furtos e até assassinatos. Havia anos que por ali passou um sacerdote. Não se tinha a mínima noção do que era religião. A oração da noite que se conhecia era a peia dada pelos guardas. Campeava assustadoramente a mais desenfreada imoralidade. Os padres, porém, não desanimaram, e ajudados pelo auxílio eficiente do Sr. Borges Peregrino (Secretário de Interior e Justiça) começaram o ajustamento da moralidade, enquanto puseram mãos à obra da reconstrução material. Foi solenemente introduzida a imagem do Sagrado Coração que devia reinar ali. Começaram a celebrar a Santa Missa, por enquanto numa sala adaptada para este fim. Isto lhes dava ânimo para não abandonar uma obra de tão grande alcance para as almas. (POLMAN, 1986ii, p. 43).

Vejamos, o primeiro contato entre os sacerdotes e os internos da instituição é de absoluta desconfiança. Segundo relato, foram provocados motins de desordens pelos próprios funcionários, junto aos internos, por não aceitarem os padres como educadores. Uma outra ótica desta problemática são as condições da instituição e a desconfiança dessa nova administração. O principal motivo dos motins por parte dos internos eram as tentativas de questionar a legitimidade e a forma com que os religiosos impunham a sua administração, o que provocava a indignação e as rebeliões.

Outro ponto é a chegada do militar na instituição, disponibilizado pelo governo do Estado para o estabelecimento da ordem ao local. Os religiosos não possuíam

treinamento militares, apesar da organização religiosa e do regramento, as disciplinas se parecerem bastante com a organização militar, foi preciso a figura de um homem devidamente fardado para provocar a passiva tranquilidade desejada naquele ambiente.

Através desse relato, é possível visualizarmos a cena vivenciada pelos religiosos e pelos internos. Nesse cenário, as palavras moral e moralidade surgem como uma força motriz neste trecho, sendo os religiosos os responsáveis principais para o estabelecimento da moral; os internos, por natureza, são os imorais. Neste ponto, é demasiada a generalização elaborada para retratar a chegada até a instituição.

A moralização dos internos passa a ser o lema principal dos religiosos durante sua direção em Pindobal, e, em pouco tempo, as crianças e os adolescentes da instituição são sujeitados a transparecer ações que combinem com a ordem, o disciplinamento e a moralização.

O álbum de fotografias, que tivemos acesso no Apostolado do Sagrado Coração de Jesus e que é uma das principais fontes desta seção, não possui descrição no verso da foto ou qualquer discriminação de quem eram os participantes das imagens, isso nos traz o desafio de tentar identificar as condições em que cada foto foi produzida e as intenções do fotógrafo e de quem a solicitou. Por vezes, não será possível descrever quem são os participantes, embora cada imagem revele uma situação vivida pelos internos de Pindobal e pelos próprios religiosos, ainda assim tentaremos analisar do ponto de vista dos sinais menos vistosos e daquilo que cada fotografia poderia tangenciar (GINZBURG, 1989).

Foto 16 – Internos batendo continência em frente ao portão de Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 16 revela o jogo de cena em Pindobal, os internos estão vestidos com uma espécie de fardamento militar, todos empunhando na cintura uma espada, batendo continência em frente ao portão principal da instituição, ao fundo. Essa cena é demasiadamente forte, ela revela como os padres desejam que os internos pareçam para a sociedade. O estabelecimento da ordem aqui é ponto central, mas essa foto também revela algumas questões que perigam serem tangenciadas.

Todos os internos são pretos e a fisionomia é rígida. Não seria aceitável para os religiosos nem para o fotógrafo um sorriso de canto de boca. Ao fundo, já dentro da instituição, após os enormes portões, é deixado aparecer uma imponente árvore. Esta imagem revela a simbiose entre ordem, moralização, aprisionamento e investimento na criança e no adolescente socialmente vistos como desvalidos.

Foto 17 – Crianças e Adolescentes enfileirados segurando a enxada



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Diferente da fotografia 16, a fotografia 17 quer transparecer a realidade do trabalho no campo desses sujeitos, as roupas usadas aqui são uma camisa e uma calça branca para os maiores e, para os menores, uma bermuda, todos descalços. A cor branca está atrelada ao local do disciplinamento, são roupas utilizadas em prisões, internatos e hospícios, aqui em Pindobal, por ser um internato masculino, não é diferente, o branco é majoritariamente usado.

Esse material fotográfico foi registrado em distintos momentos, sendo a maioria das fotos em um momento de confraternização, onde é possível ver políticos e militares observando uma espécie de demonstração de como se faz os trabalhos pelos internos de Pindobal. Arrisco a dizer, inclusive, que, se não todas as fotos foram tiradas nesse momento de confraternização, a maioria foi, pois é possível observar pessoas vestidas

com ternos brancos, que estiveram nas fotos coletivas, e depois são “pegos” próximos aos internos nas fotografias de demonstração de trabalho feitas por eles.

O enfileiramento do maior para o menor sugere que as crianças que são encaminhadas até a instituição possuem idade inferior à idade de doze anos, existem crianças pequenas ao final da fila que, pelo seu tamanho, podem ter entre sete e nove anos de idade. Um homem de terno branco e chapéu acompanha a formação do enfileiramento, homem também preto, igualmente aos internos, podendo ser um funcionário da instituição. As enxadas seguem o tamanho de cada interno, produzidas na própria instituição.

Foto 18 – Internos guiando o gado para arar a terra



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Aqui vale destacar aquilo que os eugenistas²² pregavam na primeira metade do século XX, apontando que a população preta e a miscigenação da raça brasileira propagaram um discurso durante os anos de 1930 de que os pretos, no Brasil, pertenciam a uma raça inferior e seriam, portanto, imorais. Existia o pensamento de uma parcela do ideário eugenista de que seria possível, através da educação, moralizar e incutir na população preta “bons modos de ser”. Em contrapartida, o determinismo biológico da

²² Nos referimos as obras de Kehl (1929); *Lições de Eugenia*, como também a obra: *Aparas Eugênicas sexo e civilização* (1933) que tratam sobre essa questão da eugenia.

parte mais dura dessa corrente acredita que a população que nasce preta não tem “salvação” e são os maiores culpados pelo não desenvolvimento do Brasil.

Para os eugenistas mais radicais, a mestiçagem e a “raça inferior” (negros, mulatos e índios) seriam os principais causadores da “degeneração” biossocial e moral do brasileiro. Na visão dos defensores da eugenia dura⁸, a miscigenação, que caracteriza e singulariza o País, era considerada culpada por seu atraso socioeconômico diante de outras nações mais desenvolvidas, como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, dotados de “melhores” espécimes humanos, ou seja, indivíduos “eugenizados”. (PIZOLATI; ALVES, 2019, p. 661).

Atribuir a culpa às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, pobres e pretas era uma forma de justificar a falta de progresso do Brasil, que pretendia se tornar um país industrializado e com forte economia agroexportadora. Essa questão é debatida desde a criação de Pindobal, em 1930, e continua a ser um dos principais motivos de manter a instituição, no período de 1941.

Esse tipo de generalização, proposta pelos eugenistas, está em justaposição a uma noção de anormalidade. Sobre o conceito de normalidade-anormalidade, Bueno (2016) destaca que o termo *normal* “[...] surge, na Europa, apenas no século XVIII, mais precisamente na França, em 1759 e, [...], foi incorporado à linguagem popular a partir [...] de duas instituições, a instituição escolar e a instituição sanitária [...]”. (p. 258, grifos do autor). Ainda, para Bueno (2016):

Se, por um lado, a escola normal se constitui na instituição social em que se ensina a ensinar, em que se instituem os métodos pedagógicos e se procura formar os responsáveis pela transmissão de conhecimentos suficientes para a integração das novas gerações às exigências das novas relações sociais baseadas na industrialização, e o hospital vai se caracterizando não como o local de reclusão para que o doente desenganado aguarde a morte, mas, crescentemente, como a instituição privilegiada, com recursos humanos e equipamentos que possibilitem a recuperação da normalidade do doente, surgem por outro lado, instituições que têm como função básica o isolamento de uma parcela da população que, por características peculiares da sua anormalidade, não têm, em última instância, possibilidades de ser curada: os hospícios e as instituições para deficientes. (p. 258).

Acrescento, ainda, ao texto de Bueno (2016) as instituições de caráter correccionais, internatos e demais locais que utilizam a manutenção de um tipo de aprisionamento como forma de promover uma espécie de educação moral e profissional, a exemplo de Pindobal.

Foto 19 – A retirada da cana-de-açúcar pelas crianças



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 19 representa o trabalho no campo com a cana-de-açúcar. Vemos as crianças no meio do canavial, segurando vários pedaços de cana, também observamos as crianças pequenas que formam uma fileira e tentam se proteger do sol. No meio das crianças, está o cão que foi fotografado junto ao Padre Geraldo Wildeboer Schut. O trabalho no campo, nesta imagem, toma a feição da árida institucionalização do trabalho com as crianças.

[...] no início do século XX, negligenciaram o trabalho rural das crianças e adolescentes, provavelmente porque este era considerado natural e até mesmo saudável, pelo fato de acontecer, coletivamente, entre membros da família. Além disso, nesse período, o campo era visto como símbolo do atraso, em contraposição à cidade, e os trabalhadores rurais concebidos como uma massa homogênea, quase como um recurso natural de propriedade dos latifundiários. Nesta perspectiva, é que nenhuma medida de alcance foi tomada nessa época, nem do lado dos empregadores, nem pelo Estado [...] (SILVA, 2000, p. 150).

A negligência que Silva (2000) aponta faz parte de uma política interna de Pindobal, acrescida pela vontade e disposição do Estado Paraibano em aprimorar formas de continuidade desse trabalho. As crianças trabalhando são sinônimos de moralização, é o ajustamento dos corpos para o exercício do trabalho em favor do progresso brasileiro, é sinal que a educação moral está a pleno vapor e os frutos desse ajustamento é o trabalho.

Sobre a problemática do corte da cana-de-açúcar e a dura realidade desta tarefa, Silva (2000) aponta, na sua tese, através de entrevistas com as crianças, que foram os participantes de sua pesquisa, o seguinte:

A grande maioria das crianças que entrevistei, ao pensar o próprio corpo no trabalho, reclamava das extensivas jornadas de trabalho no corte da cana, obrigando-as a acordar muito cedo e renunciar ou diminuir o tempo destinado às brincadeiras, o tempo para que o corpo pudesse com plenitude e sem pressão entregar-se às conjecturas lúdicas. A maioria referia-se sempre ao trabalho na infância como detonador de sofrimento, dor e fadiga, nunca de ludicidade e relaxamento. (SILVA, 2000, p. 257).

Não foi possível, assim como Silva (2000) fez, entrevistar aqueles que foram internos em Pindobal, então não é possível determinar quais eram as suas falas e vontades e, sobretudo, saber as dificuldades enfrentadas no exercício desse árduo trabalho, mas é possível visualizar, através das fotografias, o cansaço e, por vezes, a falta de alimentação adequada, provocando quase sempre corpos magros; a desnutrição também é uma realidade que afetou fortemente as crianças do Brasil no século XX.

Foto 20 – O transporte da cana de açúcar pelos internos de Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

O trabalho no transporte da cana-de-açúcar é o objeto principal da fotografia 20. Enquanto são retiradas as canas de cima do caminhão pelos internos, ao fundo, um padre observa, com um dos braços na cintura, o trabalho sendo feito. Nesta foto, existe um estranhamento principal, percebam que o rosto do religioso foi editado, ele está apagado de maneira proposital, percebam que não é nenhum efeito provocado pelo desgaste da imagem ao longo dos anos, mais sim uma tentativa de fazer com que, ao olhar para a foto, não seja possível reconhecer de fato quem ali estava. Por qual motivo o rosto, nesse momento, foi apagado? Não sabemos ao certo, mas o fato é que as fotografias encontradas sobre Pindobal, em sua maioria, mostram as crianças e os adolescentes trabalhando sem a presença dos padres.

As fotos que revelam a presença dos religiosos, em grande parte, são as fotos tiradas em momentos de confraternização ou de apresentação da instituição a algum grupo de políticos, como veremos nas fotografias seguintes. Esta pesquisa conseguiu saber quem é o padre desta fotografia por três motivos: o chapéu utilizado, os contornos da silhueta e um elemento chave, que é a corrente de metal que fica entre o peito e o bolso da vestimenta, daquilo que pensamos ser um relógio de bolso. A observação desses três elementos faz com que seja descoberto que o padre que está nessa imagem é o Geraldo Wildeboer Schut.

Foto 21 – Padre Geraldo Wildeboer Schut, ao centro, junto a fiéis e políticos em frente à Igreja Matriz, em Mamanguape



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 21 revela aquilo que analisamos na fotografia 20, que é de fato o Padre Geraldo Schut quem está vigiando os trabalhos dos internos. O curioso a saber é: Por quais motivos foi preciso borrar o rosto do religioso naquela imagem? Por que a maioria das fotografias em que aparecem os internos trabalhando não estão enquadrados também os padres, que estão a todo momento na instituição? O não aparecimento desses religiosos nas fotografias relacionadas ao trabalho revela aquilo que podemos chamar de uma tentativa de não associar a figura dos religiosos à imagem do trabalho compulsório agrícola para os internos.

Ainda na fotografia 21, estão todos reunidos em frente à Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, em Mamanguape. Esta evidência é percebida pelos arcos que formam os portões da igreja, conservados até hoje, como é possível observar na imagem a seguir.

Foto 22 – Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, em Mamanguape hoje (2021)



Fonte: Google Imagens

A fotografia 22 é da igreja Matriz, em 2021, trazida a estas linhas para que o leitor perceba a semelhança entre ela e a foto 21, estabelecendo que, de fato, a fotografia 21 foi tirada neste local. Não foi possível identificar os personagens que compõem a imagem 21, apenas chama nossa atenção a senhora vestida de branco ao lado do Padre Geraldo Schut, sendo ela, talvez, a primeira dama de algum político, acreditamos que a mesma

não seja uma figura isolada e que não está ali por acaso, podendo até pertencer a alguma entidade filantrópica. Aqui, de fato, não é possível identificar quem são as pessoas, deixamos essa tarefa para os próximos pesquisadores, se assim desejarem.

Foto 23 – Crianças e Adolescentes trabalhando na enxada sob vigilância de um guarda



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Essa fotografia (23), apesar de possuir uma baixa qualidade, revela a tensão vivida pelos internos no momento das atividades laborais. A figura do “guarda”, posicionado ao lado direito, daquele que vigia, ordena e disciplina, esse não pegará nunca na enxada, pelo contrário, ordenará que todos peguem. Aquele que é incapaz de desenvolver o serviço a quem ordena é o mesmo que procura, através de gritos de ordem, fardamento limpo e imponente, impor a sua vontade, de observar um trabalho vigoroso, intenso e eficiente. Ao fundo, por trás do guarda, está um senhor de branco observando a “demonstração” do trabalho.

Instituições, a exemplo de Pindobal, foram criadas no Brasil republicado na medida em que “[...] diversos segmentos da intelectualidade urbana do Brasil imperial se envolveram com o tema da educação das crianças desvalidas, dos filhos das escravas e mesmo dos índios.” (RIZZINI, 2011, p. 225). A história dos antepassados das crianças e dos adolescentes de Pindobal é a história de suas vidas, é a continuação da institucionalização de seus corpos e mentes, diretamente relacionada ao fantasma do Brasil escravocrata. Pindobal é fundada através do espectro do Decreto de n. 145 de 11 de julho de 1893 (RIZZINI, 2011), que, como falamos no capítulo anterior, trata a questão da *Vadiagem* encarcerando os “degenerados”.

[...] Este [o decreto] autorizou o governo a fundar uma “colônia correccional”, “para correção pelo trabalho” [...] seriam recolhidos indivíduos que, não estando sujeito ao poder paterno, não tivessem meios de subsistência a “vagarem pela cidade na ociosidade” [...] (RIZZINI, 2011, p. 227).

Percebam o lapso temporal de 1893 até 1940. As práticas e as justificativas para manter as atividades de Pindobal eram as mesmas do Decreto de n. 145, é perceptível como essa população permaneceu anos e anos sendo objeto de uma política de encarceramento pelo Estado brasileiro.

Foto 24 – Dormitórios de Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A imagem dos dormitórios apresenta a identidade militar de Pindobal, vemos camas de madeira com lençóis sobre elas, a espessura de um possível colchão não é possível perceber. Todas as camas estão enfileiradas, obedecendo a uma ordem que permitisse a observação pelos guardas da instituição e dos próprios funcionários e diretores.

Foto 25 – Infraestrutura de Pindobal deteriorada



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 25 demonstra aquilo que Polman (1986) apresentou através do relato do Padre Geraldo Schut sobre as dificuldades encontradas ao chegar em Pindobal e as ausências, essa imagem revela o descaso do estado paraibano com a estrutura da instituição. A criança e o adolescente pobre e preto são considerados socialmente como potenciais criminosos para o Estado paraibano: Como é possível “regenerar” alguém em instalações cuja situação é extremamente precária? A precariedade aparente contrasta com os discursos da criação de Pindobal, desde os anos de 1930, o Estado quer encarcerar essas populações, mas não quer investir o suficiente para tornar a instituição minimamente habitável.

Foto 26 – Políticos, militares e religiosos reunidos em Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Acreditamos que os personagens que estão vestidos de terno branco, na imagem 26, são políticos da região. É possível ver, ainda, militares por trás e o Padre Geraldo Schut no canto à esquerda. Essa foto apresenta uma dinâmica de confraternização ou de visita de diferentes pessoas a Pindobal. Não foi possível decifrar quem são os políticos pela ausência das descrições no álbum fotográfico, mas é possível perceber como Pindobal continuava inserido nos círculos sociais e na preocupação de políticos e do próprio judiciário da época.

Foto 27 – Demonstração de trabalho dos internos



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

De fato, é possível perceber que a presença de diferentes personagens da elite paraibana em Pindobal fez com que as fotografias transparecessem a real necessidade de demonstração do trabalho feito pelos internos na instituição. A demonstração do trabalho dos internos, na fotografia 27, valida os esforços que a instituição, sob a direção dos religiosos, tenta demonstrar: a “regeneração” através do trabalho obediente. A imagem dos internos descalços com vestes brancas está presente novamente nessa fotografia. O trabalho, nessa imagem, relaciona-se à construção de alguma estrutura da instituição.

Foto 28 – Internos trabalhando e o Padre Henrique Van Der Horst colocando tijolos



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

O Padre Henrique Van der Horst é fotografado colocando tijolos em uma das estruturas que estão sendo construídas em Pindobal, ainda é possível ver numerosos internos rodeando o religioso, esse é um momento de celebração, a fotografia tenta revelar que o religioso também “suja” as suas mãos com o trabalho braçal, é uma forma de unir diretores e dirigidos à compor uma cena de “perfeita” harmonia em defesa do trabalho.

Foto 29 – Criança fabricando tijolos para as construções de Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

As imagens retratam, quase sempre, os internos em algum tipo de trabalho, que corroboram, inclusive, com algumas características que Costa (1941) apontava como sendo de instituições agrícolas autossustentáveis. Os internos fabricavam os próprios tijolos para as construções e trabalhavam nas construções das instalações da instituição. Não bastava o trabalho no campo, os internos de Pindobal trabalhavam nas construções da própria instituição e da maioria das ferramentas que são utilizadas por eles.

Essa dimensão de uma instituição autossustentável, é para justificar publicamente que Pindobal além de ser uma instituição que interna crianças e adolescentes, não requer de muitos gastos públicos para se manter, corrobora também com o discurso de que a maioria dos trabalhos podem ser feitas pelos próprios internos.

Foto 30 – Internos trabalhando na construção em Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Na fotografia 30, a preparação do terreno é feita pelos internos, vemos tijolos sendo colocados, no canto à direita, para fazer um calçamento. Essa é uma das poucas imagens onde vemos os internos usando galocha para trabalhar, pois, na maioria das imagens que os internos estão fazendo alguma atividade laboral, eles estão descalços.

Foto 31 – Internos com cachos de banana na cabeça



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 31 revela crianças e adolescentes ao sol, com cachos de banana em cima da cabeça, descalços e com as vestes brancas da instituição. Essa imagem quis reproduzir uma cena de fertilidade e regeneração, na medida em que são apresentadas as frutas, a imagem quer transparecer que o solo de Pindobal é fértil e que produz bastante, como também transparece que os trabalhadores da instituição estão adeptos a esse trabalho.

Aqui, cabe salientar que o termo infância e seu significado tomam um peso profundamente realista. O termo infância, utilizado no título deste trabalho, está diretamente relacionado aquilo que Lajolo (2016) descreve a partir da origem da palavra infância. Comungamos da ideia de Lajolo (2016), ao afirmar que:

Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um outro em relação àquele que a nomeia e estuda. As palavras *infante*, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estritamente ligado à ideia de ausência de fala. Esta noção de *infância* como qualidade ou estado do infante, isto é, *d'aquele que não fala*, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa *falar*, *dizer*. Não se estranha, portanto, que esse silêncio que se infiltra na noção de infância continue marcando-a quando ela se transforma em matéria de estudo ou de legislação. (p. 323-324).

Apesar das ausências de algumas fontes, de descrições ou de documentos escritos que retratem e caracterizem os sujeitos internos de Pindobal que tratamos aqui, priorizamos os sujeitos. É através das fotografias que podemos recontar uma história nunca contada antes e que revela todo o peso de estar em Pindobal.

Foto 32 – Aula de serralharia

Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Além do trabalho no campo e na construção, os internos também possuem aulas práticas de serralharia, costura e sapataria. O mundo do trabalho, em Pindobal, transparece ser o mais importante passo para a instituição, promovendo a “regeneração”, sendo necessário, para isso, jovens e crianças cada vez mais qualificadas; as profissões que conseguimos visualizar estão todas na ótica do trabalho manual.

Foto 33 – Aula de costura

Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 33 revela uma Pindobal mais amistosa e com ar de esperança, as crianças riem ao olhar para a câmera, a professora, em pé ao fundo, também sorri. Aqui, os sorrisos podem ter sido solicitados pelo fotógrafo ou simplesmente podem ter sido provocados pelo sentimento de real felicidade por estar na aula de costura.

As pistas que nos levam a crer que os sorrisos são reais são de que esse é um dos únicos momentos em que as crianças e adolescentes estão trabalhando sentados e operando uma máquina. A figura feminina da professora também é um importante elemento, tendo em vista que a maioria dos funcionários e diretores da instituição, até então, são homens, e que as relações com os internos são conflituosas e não de diálogo.

Aqui, a produção das peças de roupas não é apenas para uso próprio da instituição, mas também para o Almoxarife do Estado da Paraíba e para venda. Vemos, ao fundo, prateleiras com inúmeras peças de roupas, provavelmente produzidas pelos internos durante as aulas de costura.

Foto 34 – Aula de sapataria

Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Na fotografia 34, diferente da fotografia 33, todos estão concentrados e com semblantes rígidos. A aula de sapataria revela uma dúbia realidade desses trabalhadores: enquanto eles produzem sapatos, na maioria das fotografias eles estão descalços, inclusive um interno ao lado direito que está colocando a sola de um sapato está descalço, o que prova que nem tudo que Pindobal produz é utilizado pelos próprios internos, fazendo-nos pensar na produção agrícola e na silhueta magra que esses internos sempre apresentam.

O fato é que as imagens revelam que Pindobal é uma instituição pensada para o trabalho e que, em seu estatuto, os produtos produzidos são para consumo da instituição e para a venda, mas arriscamos dizer que talvez os produtos fossem prioritariamente vendidos, ficando os internos sem usufruir daquilo que produzem.

Foto 35 – Momento no refeitório

Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 35 é um registro importante, é uma das poucas fotos, se não for a única, que revela um momento que foge à ótica do trabalho compulsório. É uma imagem que revela um momento de descontração e espera da comida no refeitório, as crianças estão em volta de uma mesa de pedra, que parece ser uma espécie de “fogão”, onde podemos ver beijos ou tapiocas esticadas ao meio dessa pedra, enquanto as crianças aguardam ficarem prontas. Nessa imagem, algumas crianças sorriem para a câmera, menos um deles, o que está de chapéu encara a câmera com seu olhar acuado.

As fotografias tiradas em Pindobal estão sempre tentando transparecer algum sentimento ou alguma informação, cada imagem revela um pouco da dinâmica vivenciada pelos intenso e o próprio jogo de cena entre o fotógrafo e o cenário fotografado.

Foto 36 – Capela do Sagrado Coração de Jesus, em Pindobal



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 36 é dentro de Pindobal, a Capela dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus demonstra a tentativa de estabelecer ali um núcleo religioso. A imagem também apresenta a dimensão que Pindobal tem, sendo um verdadeiro complexo repleto de construções, possuindo sapataria, carpintaria, estábulo, capela, salas de aula, salas administrativas e da direção, pocilga, apiário, horta, vastas plantações de cana-de-açúcar, enfim, Pindobal vai se consolidando como instituição agrícola, como previu Costa (1941).

Foto 37 – Crianças e adolescentes internos com vestimentas religiosas



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Além do trabalho de toda espécie, os internos também precisam professar a fé católica, como é possível observar na fotografia 37. As vestes se parecem com uma túnica para o exercício da função de “Coroinha”, que auxilia os padres nas atividades relacionadas ao altar na capela. Estão todos com as mãos unidas como se estivessem rezando.

Foto 38 – Militar proferindo discurso enquanto religiosos e outros militares assistem



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A força militar, em Pindobal, é incontestável. Nas imagens públicas, a exemplo da foto 38, onde algum religioso sempre está no meio de políticos e militares, revela a trama vivida pelos internos da instituição, de ter que se adequar às normas militares, religiosas e do mundo do trabalho. Esses três elementos coercitivos trabalham com o único propósito de educar moralmente as crianças e os adolescentes vistos como imorais.

Pindobal não é uma instituição militar, mas conserva em toda sua estrutura a rígida disciplina militar. Após o período de 1930, o militarismo no Brasil reorganiza suas estratégias militar-ideológicas e, para o cumprimento de seu papel, “[...] As forças Armadas deverão ser fortes e disciplinadas, o que supõe um governo forte e um povo disciplinado [...]” (HORTA, 2012. p. 21).

Essa disciplina e a relação dos militares com as instituições educativas, a partir do período de 1930, alastra-se em todo o Brasil, e, em Pindobal, isso é percebido. De maneira contundente, essa vertente disciplinadora do militarismo, em uma instituição que é educativa e profissional, essa ideia deriva ainda das políticas internacionais para a guerra, como afirma Horta (2012),

Já em 1930, em artigo publicado em *A Defesa Nacional*, um oficial que acabara de chegar de um estágio no Exército francês, comentando a nova lei francesa de “Organização Geral da Nação para a Guerra”, afirmava que os ministérios civis deveriam assumir, desde o tempo de paz, uma parte de responsabilidade na preparação da defesa nacional e na mobilização geral do país. Segundo ele, por *mobilização* se deveria entender “a operação que tem por fim passar da organização do tempo de paz à do tempo de guerra”. Ora, como, a partir da Primeira Guerra Mundial, o conceito de “guerra militar” havia cedido lugar à noção de “guerra total”, era toda a organização nacional que se deveria adaptar às condições da guerra. Dessa forma, a preparação da mobilização nacional deveria “estender-se a todas as formas de atividade do país” (p. 23).

Apesar da diferença temporal entre 1930 – período dessas políticas militares – e 1941 – período no qual as fotografias são capturadas em Pindobal –, é possível perceber uma trajetória da instituição que carrega consigo elementos do militarismo do início dos anos de 1930. Diante do flerte para a guerra e da relação guerra e paz, é que os militares brasileiros desenvolvem estratégias ideológicas para inflar na sociedade uma ideia de disciplinamento baseada na guerra.

[...] a relação entre Exército e educação adquire outra dimensão. Assim, na mensagem dirigida à Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1933, Getúlio Vargas defende “uma distribuição mais razoável e proveitosa dos efetivos militares, de modo a aproveitá-los como fatores de atuação educativa e de progresso social”, beneficiando também recantos afastados do país, onde os quartéis deverão ser escolas de trabalho e de civismo [...] (HORTA, 2012, p. 24).

Foto 39 – Crianças internas de um lado e políticos e militares de outro



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A foto 39, em uma das salas de Pindobal, apresenta a arquitetura do poder: do lado esquerdo, vemos os religiosos com as crianças, e, do lado direito, vemos militares e políticos, ensaiando aquilo que acreditamos ser uma visita à instituição. Ao fundo, temos dois homens negros que podem ser funcionários da instituição ou até internos mais velhos. Um deles está segurando uma espécie de trompete.

A dimensão militar, em Pindobal, é exacerbada nas fotografias e na maneira com que o cenário é tratado pelo fotógrafo ao capturar determinada imagem, principalmente a favor de uma política de “Segurança Nacional”:

Embora não se possa falar da existência de uma “doutrina da segurança nacional” no período de 1930-1945, pois esta só será desenvolvida no Brasil a partir do fim da segunda Guerra Mundial, é inegável que a ideia de segurança nacional, concebida não somente como defesa externa, mas também como defesa contra os inimigos internos, ocupou um lugar importante na definição do papel a ser desempenhado pelos militares brasileiros nesse período. (HORTA, 2012, p. 31),

Os inimigos internos se afiguram como todo e qualquer sujeito que possa desafiar a ordem e a própria política de segurança nacional. Em via de regra, nesse período, são os comunistas tratados como os inimigos, mas também são as populações em situação de

vulnerabilidade social e de rua, e, especificamente, os internos de Pindobal. Nessa perspectiva,

[...] o conceito de “segurança nacional” aparece com um caráter abrangente, englobando não apenas questões de ordem militar propriamente ditas, mas também questões econômicas, sociais, políticas e culturais, servindo assim como argumento legitimador da permanente intervenção das Forças Armadas em todos esses setores. (HORTA, 2012, p. 32).

4.2 Militarismo e Escotismo aos internos de Pindobal: a mão de ferro dos tutores do Estado para a formação da infância e adolescência desvalida

Pindobal, no período de 1941 a 1949, sob a administração religiosa, esteve a todo momento desenvolvendo uma educação moral a partir da religiosidade, do trabalho compulsório e do militarismo. Sobre o último ponto, destacamos que as estratégias de ordenar os internos e conceber um cenário de controle, assemelham-se a de um batalhão militar. Os horários são estritamente rígidos e vigiados pelos guardas da instituição, além da figura do *Instrutor de Educação Física Instrutor e Militar*, função exercida inclusive por José de Oliveira Ramos, popularmente conhecido por Vigarinho (RAMOS, 1991).

A figura do instrutor, fardado, marchando e exaltando gritos de ordem, estabelece o cenário militar propício para o controle dos sujeitos internos. A instrução militar em Pindobal é pautada através da prática do Escotismo e da Educação Física, além de perpassar por toda a organização disciplinar e pedagógica da instituição, como vimos no decreto de 1930 que dispõe sobre a organização de Pindobal. A respeito do movimento do escotismo, Nery (2006), destaca que,

O Escotismo foi um movimento iniciado na Inglaterra pelo General inglês Robert Baden Powell, no ano de 1907, trazendo desde o princípio um direcionamento voltado para os jovens, servindo para passar-lhes valores éticos, baseados no espírito comunitário, no exercício da liberdade com responsabilidade e no aprimoramento da personalidade. O primeiro contato de brasileiros com o Escotismo ocorreu por parte de militares que se encontravam na Inglaterra em missões oficiais. [...] Em todos os países em que foi implantado o Movimento Escoteiro guardou os desígnios instituídos por Baden Powell: o respeito por Deus, pela Pátria e pelo próximo. (p. 93-94).

Nas primeiras décadas do século XX, a prática do escotismo foi se difundido pelos militares brasileiros em diversas instituições e, principalmente, na educação. Era comum

tal prática nos Patronatos Agrícolas e nos Internatos. A lógica escoteira está relacionada à bandeira do integralismo²³ brasileiro, que é a pátria, Deus e a família. Em Pindobal, a prática do escotismo é observada através das fotografias, que versam sobre ações como acampamento e demonstrações de organização através do fardamento e da disciplina.

Foto 40 – Crianças e adolescentes com roupas de escoteiros



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

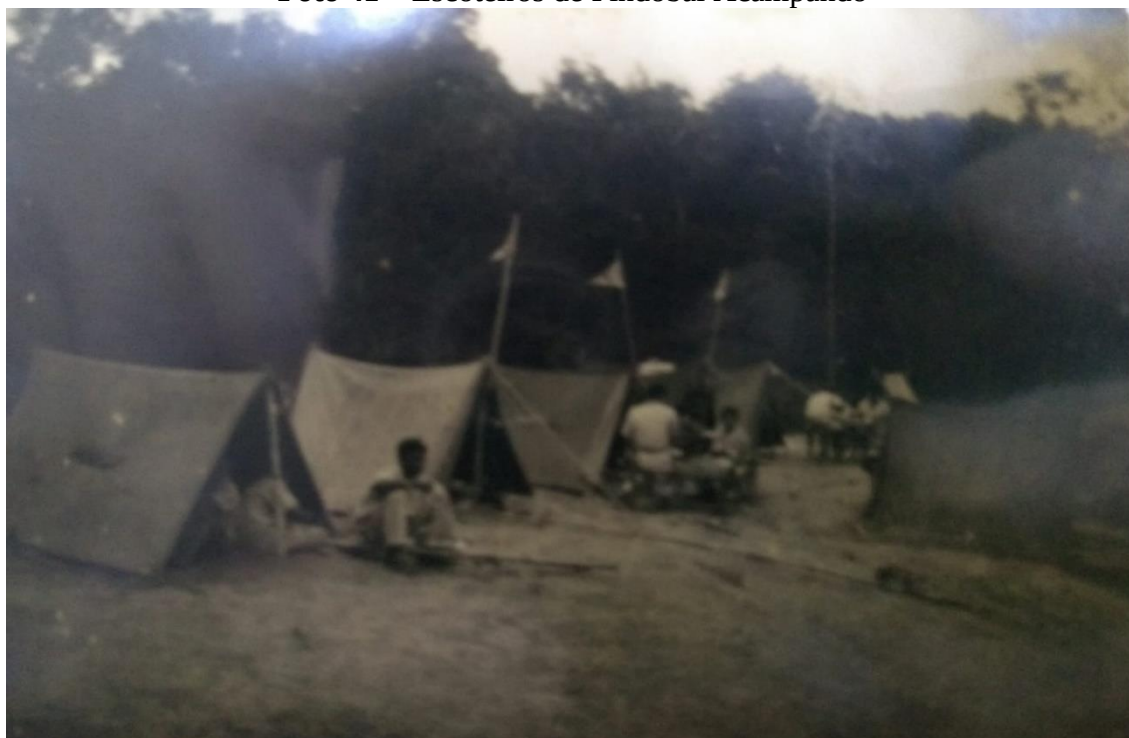
Como é possível verificar, a fotografia 40 revela a organização desse tipo de movimento, trajados a caráter, segurando bandeira de seu batalhão e olhando firmemente para a câmera. Assim como Pindobal, o Patronato Agrícola de Bananeiras/PB, no período de 1924 a 1947, também direcionava as suas atividades para a prática do Escotismo, a saber:

Entre os anos de 1925 e 1927, a atividade escoteira era entendida como uma prática complementar, escolhendo-se alguns alunos que queriam participar de desfiles e apresentações em festividades na capital do estado, como forma de dar visibilidade aos progressos havidos no tocante à higiene e à disciplina dos internos no Patronato. A instrução que o movimento escoteiro oferecia aos meninos do Patronato permitia que durante as apresentações públicas fosse acentuada a higiene e a disciplina deles, assim entendiam as autoridades. (SANTOS, 2015, p. 105).

²³ No Brasil, esse movimento ganha força em 1932, através da fundação da Ação Integralista Brasileira (ALMEIDA, 2020).

De fato, as dimensões da disciplina e da higiene que Santos (2015) aponta em seu estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras/PB são aspectos que devemos também considerar em Pindobal. “[...] Os exercícios militares e o escotismo foram fomentados por grupos de políticos e intelectuais nacionalistas nas décadas de 1910 e 1920, preocupados em incutir as virtudes cívicas nas escolas e moldar o modo de ser dos educandos [...]” (SANTOS, 2015, p. 101).

Foto 41 – Escoteiros de Pindobal Acampando



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

As atividades de escotismo estariam relacionadas à sobrevivência e à ideia de identidade do herói nacional. Aos escoteiros incumbiriam as atividades no campo, excursões e receberiam instruções básicas de higiene e de primeiros socorros pelo médico responsável, o agrônomo deveria dar noções de montaria, condução, de agricultura e conhecimentos florestais. O cozinheiro deveria ser responsável por transmitir conhecimentos para a sobrevivência da cozinha escoteira (SANTOS, 2015).

Além das atividades escoteiras, os internos de Pindobal são submetidos à Educação Física (como veremos na fotografia a seguir). Arriscamos dizer que a Educação Física relacionada a Pindobal está de acordo com os preceitos da Ginástica Sueca, idealizada pelo militar sueco Pier Henrik Ling.

Foto 42 – Internos de Pindobal fazendo Educação Física



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

A fotografia 42 apresenta os internos na parte externa da instituição, ao sol, com uma bermuda branca, descalços e sem camisa, todos enfileirados do maior para o menor e repetindo movimentos que o *Instrutor de Educação Física e Militar* solicitasse. A ginástica sueca foi, no Brasil do século XX, uma das vertentes da Educação Física mais aplicadas nas escolas e instituições educativas de toda espécie. É uma vertente que aplica conceitos militares e nacionalistas, em que os alunos ficam de pé repetindo os gestos ou apenas a voz do instrutor.

[...] método que compreendia movimentos simples, simétricos e de fácil compreensão, sem a ajuda de aparelhos. [...] idealizada por Per-Herik Ling, sueco, professor de esgrima, que se encontrava na época com paralisia no braço direito e predisposição para a tuberculose, para fortalecer seus pulmões desenvolveu uma técnica com objetivos higiênicos e de reabilitação. Para atingir seus objetivos criou um manual de ginástica militar na qual expunha seu método. Seu manual passou a ser utilizado pelo exército sueco e de outros países europeus. Por seu caráter pedagógico e higiênico, a ginástica sueca tornou-se essencialmente educativa e social, e difundida como instrumento para a regeneração física e moral dos soldados. (SANTOS, 2015, p. 106).

Através das fotografias, é possível perceber as práticas que os sujeitos internos eram submetidos, em Pindobal, pelos religiosos; a Educação Moral transversaliza toda a instituição e suas práticas, e é evidente que o principal objetivo da instituição é a

moralização de um sujeito que é visto como um ser imoral, sendo necessário, para isso, disciplinar corpos e inculcar hábitos mentais e físicos que sejam capazes de forjar um outro comportamento, socialmente aceito e que, para as crianças e os adolescentes pobres de Pindobal, é o hábito do trabalho no campo e da disciplina religiosa e militar.

Pindobal foi um importante campo experimental para os Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus na Paraíba, foi a partir da administração de Pindobal que os religiosos estenderam as suas atividades para outras cidades da Paraíba, incluindo a fundação de um Centro Social no Centro de João Pessoa.

Pe. Geraldo W. –Schut recebe neste tempo um terreno na cidade de João Pessoa para a construção de um internato. O destino desta obra é receber rapazes, vindos de Pindobal, e encaminhá-los à Capital a fim de conseguir trabalho. Como escreve pe. Paulo Rijs, o Arcebispo de João Pessoa fez isto, em reconhecimento dos trabalhos de pe. Geraldo na colônia correcional de Pindobal: “(... prometeu-lhe dar um terreno no centro da cidade, com um prédio escolar de quatro aulas e anexa uma capela. Aproveitando-se desta oferta, o Padre tinha o plano de selecionar os melhores elementos de Pindobal e transferi-los para esta escola e eventualmente colocar esses meninos no seio de uma família, para assim facilitar sua transição para a sociedade. A exemplo de um instituto nosso na Holanda, ele projetava no futuro uma escola profissional e uma tipografia. (POLMAN, 1986ii, p. 68-69).

O trecho de Polman (1986) evidencia que os religiosos haviam recebido um terreno em João Pessoa para que eles pudessem desenvolver seu trabalho na capital do Estado. Esse trecho ainda revela que o intuito seria escolher “os melhores elementos de Pindobal”. De fato, esse é o início do Centro Social Pe. Dehon no bairro da Torre, em João Pessoa, e o início de suas atividades data do ano de 1947 (POLMAN, 1986ii).

Em 1949, os Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus deixam a administração de Pindobal, conforme relato do jornal *A Imprensa*:

Deixam a Escola Profissional “Presidente João Pessoa” Os Padres do S.C. de Jesus. Foram convidados pelo Governo do Estado a deixar a direção da Escola Profissional Presidente João Pessoa, localizada em Pindobal, município de Mamanguape os R. R. Padres do Sagrado Coração de Jesus, a quem tinha sido entregue por contrato renovado anualmente a dita Escola, desde o dia 15 de fevereiro de 1941. Durante a interventoria do sr. Rui Carneiro. No dia 20 de dezembro do último exmo. Sr. Arcebispo D. Moises Coêlho foi procurado pelo sr. Ivaldo Falcone, secretário da Educação e Saúde, que lhe comunicou em nome do Governo do Estado, os propósitos de o Executivo não mais renovar o contrato com os Padres. Mesmo noutras bases, dispensando-os das funções ali exercidas, aliás com muito proveito, não só de ordem moral

e cívica como de caráter administrativo, em favor dos menores recolhidos à Escola e em benefício daquele próprio do Estado. Surpreendido com a comunicação e, excia. Revdma, testemunhou ainda maior estranheza quando soube dos Padres a intimação oficial para entregar a casa ao seu sucessor. Prof. Arnaldo Moreira, pouco mais de uma semana depois, no dia 1 deste mês. O Padre Geraldo Schut até 1947, e o Padre Paulo Punt que sucedeu ao primeiro, auxiliados por outros padres e clérigos da mesma congregação, sempre se esforçaram, lutando dada a escassez de meios bastantes, para que os terrenos de Pindobal crescessem de produção, fossem bem conservados os próprios do Estado, se criasse na Escola um ambiente de trabalho e respeito e os menores encontrassem formação moral, cívica e religiosa que mais tarde constituísse cidadãos uteis à sociedade e a família. Considerados estes motivos, sem esquecer no caso os meios pouco amistosos de agir do poder público, lamentamos a saída dos padres do Sagrado Coração de Jesus, da Escola Profissional Presidente João Pessoa e significamos o desagrado da Autoridade Eclesiástica. (DEIXAM..., 1950, p. 01).

A matéria jornalística do jornal *A Imprensa*, divulgada na primeira página, revela a insatisfação do grupo religioso em deixar as atividades em Pindobal, de maneira que consideram ser repentinos e bruscos. Os reais motivos que fizeram com que o Governo do Estado não renovasse o contrato com a entidade não estão expostos, mas a matéria traça um panorama justificando as atividades feitas pelos religiosos, enfatizando um dos principais motivos, que era a “ [...] formação moral, cívica e religiosa que mais tarde constituísse cidadãos úteis a sociedade e a família [...]” (DEIXAM..., 1950, p.01).

Dessa forma, as fotografias das crianças e dos adolescentes internos em Pindobal no período de 1941-1949, durante a direção dos Padres, compõem apenas um álbum sem nenhum tipo de descrição. Essas imagens não possuem registros de nomes, naturalidade, data de nascimento, informações sobre os pais e familiares ou qualquer outra informação que possamos dispor para essa pesquisa e para os pesquisadores futuros.

Apesar de não possuírem registros escritos, essas fotografias possuem rostos, semblantes e humanidade, e possuem, sobretudo, história. Todas as tentativas que o Estado paraibano e a própria instituição realizaram, em querer invisibilizar esses sujeitos – de forma intencional ou não –, ao não preservarem os registros históricos desses sujeitos, ao não preservarem os diários, livros e relatos, não são capazes de apagar a sua presença na história da Paraíba.

Foto 43 – Criança olhando para a câmera



Fonte: Arquivo do Apostolado do SCJ – Várzea em Recife/PE

Portanto, são esses sujeitos “sem nomes” que estampam as páginas desta pesquisa, na tentativa de escrever a história da Educação da Paraíba sob a ótica daqueles que desenvolveram formas de encarceramento e ajustamento dessa população, ora a um ideário de civilização e de nação industrial, ora à moralização e reestruturação de condutas vistas como desejáveis.

A história de Pindobal não está sendo reescrita, ela está sendo escrita, abordada e estruturada, de maneira que os futuros pesquisadores consigam “reescrevê-la”, trazendo, talvez, os nomes dos sujeitos aqui apresentados, suas histórias individuais e os verdadeiros motivos que fizeram com que estivessem em Pindobal.

4.3 Professora e Assistente Social Jandira Pinto: A prática educativa humanista e a consolidação de uma outra Pindobal na década de 1950

A Professora e Assistente Social Jandira Pinto é uma personagem singular nesta pesquisa. É curiosa a forma como ela surge nos documentos, aparecendo através da imprensa nas páginas do *Jornal O Norte*. Durante a Iniciação Científica, ainda na graduação (2015-2020), encontramos, inicialmente, Jandira Pinto, para depois encontrar Pindobal. Outro ponto curioso é a total invisibilidade dessa figura nos trabalhos acadêmicos, ela não é fruto nem objeto de investigação no campo da História da Educação ou em qualquer outro campo, como os estudos sobre Gênero, Mulher, Imprensa ou da própria Assistência Social; ela é, de fato, uma personagem desconhecida.

Os únicos trabalhos que abordam Jandira Pinto, de alguma forma, são os trabalhos produzidos por este pesquisador, em comunhão com o professor Dr. José Charliton dos Santos Machado, e um artigo produzido pela integrante do nosso grupo de pesquisa: *Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba* (HISTEDBR-GTPB), Piêtra Porpino, em parceria com o Professor Dr. José Charliton dos Santos Machado, no trabalho intitulado *Gênero e educação na imprensa paraibana* (1964-1966). (PORPINO; MACHADO, 2020).

Os trabalhos produzidos sobre a professora e assistente social Jandira Pinto são frutos do trabalho monográfico (NASCIMENTO, 2020) que cita Jandira Pinto e traz de maneira breve a sua trajetória em Pindobal, como também do artigo científico intitulado: *Escritos e Representações de Jandira Pinto: a reformuladora de Pindobal na Paraíba do Século XX* (NASCIMENTO; MACHADO; ALMEIDA, 2020), artigo que foi fruto do trabalho monográfico e publicado em revista científica especializada.

Publicamos, ainda, um capítulo de livro em *ebook*, intitulado: *Outro olhar para A Educação a partir das Memórias de Jandira Pinto nos anos de 1950*. (NASCIMENTO; ALMEIDA, 2019). Esses são os únicos trabalhos produzidos sobre essa personagem, trabalhos que foram produzidos pelos integrantes do HISTEDBR-GTPB no plano de trabalho: *A educação e as educadoras na Paraíba do Século XX*, sob orientação do Professor Dr. Charliton José dos Santos Machado.

A Professora e Assistente Social Jandira Pinto é paraibana, normalista e formou-se no curso superior de Assistente Social²⁴. Em 1944, Jandira Pinto, “[...] através da Campanha da redenção da criança o interventor federal designa a funcionária da Secretária do Interior, para fazer o curso de serviços sociais, no Instituto Social do Rio de Janeiro [...]” (DA PARAÍBA..., 1944), fundada em 1937, é a atual PUCRJ. Essa é a segunda instituição mais antiga do curso de Serviço Social no Brasil.

Pelo avião da NAB, seguiram para o Rio o dr. Luciano Ribeiro de Moraes, diretor do Serviço de Assistência a Psicopatas, que vai representar a Paraíba na Segunda Conferencia Penitenciaria Nacional, e a srta. Jandira Pinto, Comissionada pelo governo do Estado para fazer o curso de Serviços Sociais, no Instituto Social daquela capital (DA PARAÍBA..., 1944).

Jandira Pinto assume, pela primeira vez, a diretoria de Pindobal em 11 de junho de 1953 (RAMALHO, 1953), permanecendo no cargo até 1960. Nesse primeiro momento, Jandira Pinto passa 8 (oito) anos ininterruptos dirigindo Pindobal, saindo da instituição após 1960 – por motivos ainda encobertos – e retornando em 1966, onde permanece até 1968. Jandira Pinto passa aproximadamente 10 (dez) anos dirigindo Pindobal, sendo a única mulher diretora da instituição desde a criação de Pindobal, e também a diretora que mais tempo dirigiu a instituição.

Esses dados, por si sós, provocam a curiosidade em saber os motivos que fizeram com que a figura feminina de Jandira Pinto fosse aclamada pelos jornais paraibanos e vista como “mãe dos pobres” (PORPINO; MACHADO, 2020) e principal reformuladora dos métodos correcionais de Pindobal (NASCIMENTO; MACHADO; ALMEIDA, 2020).

A publicação no *Jornal O Norte*, intitulada: *Uma grande mulher no Serv. Social da Paraíba*, carrega consigo o simbolismo da luta de Jandira Pinto aos “desvalidos”:

O nome de Jandira Pinto já é por si uma afirmativa de glória que tanto envaidece o Serviço Social da Criança na Paraíba. Vinda do Rio de Janeiro à disposição do Ministro José Américo, quando Governador do Estado, preferiu trocar seu cargo do Serviço Social da Capital, para vir assumir a diretoria desta Escola, há muito tempo órfã de uma direção segura e compreensiva que pudesse dar aos seus meninos a magia do amor e do conforto. No dia 11 de junho do corrente ano, Jandira Pinto

²⁴ Esta pesquisa não dispõe de dados biográficos sobre Jandira Pinto, informações como: data de nascimento, casamento, data em que se diplomou, não estarão presentes neste trabalho. Iremos nos ater às matérias jornalísticas que retratam a vida pública de Jandira Pinto em Pindobal.

assumiu a direção de Pindobal, atrate entre a direção de um traste entre a direção de um homem e de uma Mulher. Mas operou-se, com isto, um verdadeiro milagre, pois, o que muitos diretores, apesar de bons, não conseguiram fazer em Pindobal, alguns deles até com longos anos de administração, Jandira Pinto compreensiva, sua robusta cultura e o seu desprendimento em tudo que se diz respeito ao Serviço Social do menor desvalido e transviado. É que Jandira Pinto tem supercompreensão dos problemas mais vitais da infância, ainda mais dos infelizes menores, vítimas inocentes do próprio infortúnio. Sua primeira visão pairou, em cheio, na situação de dezenas de crianças que iriam confiar nela; que, daquele dia em diante, passariam a ser seus filhos adotivos. Iria com eles, mais tarde, arrancar, sem enfado nem servilismo, dos campos e do seio da várzea a copiosa messe que lhes garantisse dias melhores. Era preciso, porém, que melhorasse a alimentação, tratasse da saúde física de cada um; higienizasse com super visão. (RAMALHO, 1953, p. 03).

Ramalho (1953), nesta publicação, elenca algumas problemáticas vivenciadas pelos internos de Pindobal; ao mesmo tempo em que anuncia a chegada de Jandira Pinto, também denuncia os diretores anteriores, os dois homens que antecederam a gestão de Jandira Pinto: Prof. Arnaldo de Barros Moreira (1951-1952) e Prof. João Tirso (1952-1953) (COSTA, 1986). Ramalho (1953) compara a direção de Jandira Pinto e de um homem, apontando que Pindobal esteve entre “[...] a direção de um traste entre a direção de um homem e de uma mulher [...]”, esse fragmento remonta a uma denuncia de incapacidade profissional de alguns diretores que antecederam a gestão de Jandira. Existem elementos daquilo que Louro (2007) aponta como sendo a feminização do magistério, incluindo o crescente número de mulheres que se formavam no curso de magistério no final do século XIX.

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espirtual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. (LOURO, 2007, p. 450).

Essa afirmação de Louro (2007) corrobora com a visão que Ramalho (1953) propaga de Jandira Pinto, destacando as qualidades femininas para dirigir uma instituição de crianças e adolescentes órfãos de amor e carinho. Jandira Pinto passa, de fato, a assumir o título de “Mãe dos Pobres”, tendo em vista essa relação histórica da mulher com o magistério.

Quase sempre os motivos que levaram as crianças e os adolescentes a frequentarem instituições correccionais ou internatos são colocados como questões

individuais. A figura materna é tratada como uma das principais responsáveis pela “degeneração” do futuro da nação, a família e o discurso moralizante do cuidado ao lar. Muitos discursos apontam como sendo problema da família e, principalmente, da figura materna, a “degeneração” da criança e do adolescente desvalido, então, o Estado passa a eleger uma “Mãe” como sendo a responsável, em Pindobal, para exercer os cuidados necessários para a regeneração desses sujeitos.

Boa parte da retórica sobre a ampliação dos deveres da mãe era resultado da influência do discurso higienista a respeito da família, mas não só: assim como as mães são chamadas a observar os desvios de personalidade de seus filhos, numa política de prevenção típica da atuação médica na época, as professoras primárias são também conclamadas a observar seus alunos “problema” [...] (CORRÊA, 2016, p. 147).

Em Pindobal, todas as crianças que estão lá internadas são um “aluno problema”. O sucesso de Jandira Pinto é posto, no texto de Ramalho (1953), através de algumas condições que, para ele, são inerentes à figura da mulher maternal, qualidades como compreensão, amor, conforto. Também aparecem as qualidades da Jandira Pinto profissional, qualificada no curso superior de Assistente Social: respeito à condição do “menor”, entendimento sobre as questões dos desvalidos: “[...] Jandira Pinto tem supercompreensão dos problemas mais vitais da infância, ainda mais dos infelizes menores, vítimas inocentes do próprio infortúnio. [...]” (RAMALHO, 1953, p. 03).

O texto de Ramalho (1953) mescla as qualidades que ele acredita serem inerentes à figura feminina, à profissão de assistente social. Esse jogo de palavras revela a trama vivenciada pelas mulheres no século XX, não bastasse serem profissionalmente bem preparadas para exercer um cargo, mas a mulher e, em especial, Jandira Pinto, deveria ser e ter qualidades femininas. A visibilidade que Jandira Pinto passa a ter nas páginas da imprensa paraibana, através da direção de Pindobal, é enorme, em vários períodos colonistas passam a retratar a figura de Jandira Pinto a partir da convivência individual com a professora.

É através desses relatos que foi possível descobrir que Jandira Pinto também possui o título de Poetisa paraibana, como podemos verificar no jornal *A Cruz*, em uma publicação intitulada *Livros Paraibanos*:

Acabo de receber de Luis, Pinto, velho amigo, conterrâneo e confrade os seus dois últimos livros: *Coletânea de poetas paraibanos*, e “*Síntese*

histórica e cronológica da Paraíba”, ambos vêm de ser impressos pela Editora Minerva Ltda. Do Rio de Janeiro. O ilustre escritor e jornalista nordestino, já é autor de mais de uma dúzia de livros de caráter histórico, sobrepleta, sem tratar nenhum dos nomes e fatos de gleba natal. Desde da biografias do saudoso Senador Coêlho Lisboa, do grande Vidal de Negreiros, do seu ilustre sogro Senador Otacílio de Paraibanos, de “Homens do Nordeste” e “Outros Ensaios”, da “Antólogia da Paraíba” [...] **Tempos depois, volto à presença do escritor em apreço e deixo-lhe uma “Coletânea de poetas paraibanos”, com poesias e pequenas biografias dos seguintes conterrâneos:** [...] Isabel Iracema Feijó da Silveira, Ivanise Cunha Lima, **Jandira Pinto** [...]. (LIVROS..., 1954, p. 04).

Jandira Pinto aparece, nessa publicação, como uma Poetisa paraibana, e isso justificaria, talvez, algumas de suas lutas, a exemplo de uma importante pauta que foi tratada nas páginas do *Jornal O Norte* para ser fundada a Academia Paraibana Feminina de Letras, com matéria intitulada: *Jandira Pinto foi a inspiradora da ideia*.

A Academia Paraibana de Letras permanece com as portas hermeticamente fechada às mulheres intelectuais – Breve, a instalação. Esboça-se nesta Capital, um movimento no sentido de criação de uma réplica da Academia Paraibana de Letras, constituída de elementos femininos, que representem a mulher intelectual conterrânea, reunindo os valores mais legítimos, quer da geração atual, quer da passada. A frente dêsse movimento colocou-se a professora Jandira Pinto, poetisa, cronista e estudiosa dos problemas sociais, aos quais tem dado o melhor da sua inteligência e que, agora, se volta cheia de entusiasmo para a arregimentação da mulher paraibana, que faz vida do [inelegível] num esforço para coordenar essas atividades e emprestar-lhes a expressão que merece. O NÚCLEO INICIAL: O núcleo inicial da futura Academia Feminina de letras compor-se-á de moças que se vêm salientando pela fidelidade às boas letras, contribuindo de maneira eficiente para animar o meio literário paraibano, com as manifestações do seu espírito, através da imprensa e de outras publicações em que colaboram, frequentemente. **De início, pensa Jandira Pinto nuclear a primeira equipe de mulher dada ao cultivo das letras em torno dos nomes de Clélia Silveira, Clélia Lopes de Mendonça, Maria de Lourdes Câmara, Aldina de Almeida, Maria de Lourdes Carvalho, Zenith Cartaxo, Ezilda Milanez Barreto, Eudédia Vieira, Ivone Pinto, Olivina Carneiro da Cunha, Lilia Guedes, Ismália Borges e Enide Toscano. Como se vê o núcleo formador do nóvel sodalício não está em nível intelectual inferior àquele que se constituiu na Academia Paraibana de Letras, entidade que mantém as suas portas hermeticamente fechadas ao acesso da mulher. A SEDE PROVISÓRIA: A exemplo do que tem acontecido com várias outras agremiações literárias, a séde provisória da A. F. L. será no edifício da Associação Paraibana de Imprensa, onde deverá realizar-se, por estes dias, a sessão de fundação que, decerto, constituirá um acontecimento de marcante relevo do nosso meio intelectual. Sabemos que é pensamento de Jandira Pinto dar à Academia o dinamismo que tem faltado às instituições do gênero,**

composta, unicamente, de elementos masculino, iniciando, ao mesmo tempo, verdadeira mobilização das inteligências femininas da Paraíba, para uma obra de finalidade cultural, como é a função específica desses [inelegível] (JANDIRA..., 1955, p. 04, grifos nossos)

A intenção de Jandira Pinto em criar a Academia Paraibana Feminina de Letras é de questionar a maneira como a Academia Paraibana de Letras exclui as mulheres em seu processo de ingresso. Jandira Pinto não é apenas a diretora de Pindobal, ela é cronista, poetisa e está presente nos círculos sociais da imprensa paraibana, questionando a predestinação dos lugares que as mulheres podem ou não frequentar. Percebemos, no período de 1950, uma abertura para esses debates que as mulheres paraibanas tentam fazer. A provável sede dessa instituição estaria no Edifício da Associação Paraibana de Imprensa e o núcleo inicial dessa academia comporta nomes de relevância social na Paraíba, a exemplo de Clélia Silveira e Zenith Cartaxo, que são colunistas do *Jornal O Norte*.

A Academia Paraibana de Letras (fundada em 1941) e a Academia Brasileira de Letras estavam estritamente fechadas para o ingresso feminino em suas cadeiras. A primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras foi Rachel de Queiroz, em 1977. Desde a sua criação, em 1897, a Academia Brasileira de Letras reiterou o seu misoginismo ao vetar a participação feminina na entidade, como afirma Fanini (2010):

O projeto inaugural a partir do qual a Academia Brasileira de Letras foi criada assegurou-lhe uma compleição marcadamente androcêntrica, característica esta que permaneceu inalterada por décadas a fio.⁵ Com isso, a elegibilidade feminina, ainda que tenha integrado a pauta de algumas das incontáveis sessões acadêmicas, foi mantida fora de cogitação, precisamente durante os oitenta primeiros anos de sua existência, ora em decorrência de um acordo tácito – inicialmente estabelecido entre seus membros fundadores, mas logo transformado em legado –, ora respaldada pelo Regimento Interno. ⁶ À guisa de ilustração, o Art. 2º do Estatuto da ABL, que define as condições de elegibilidade para a ABL, prevê que “só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. [...] Como é possível constatar, tais critérios de elegibilidade não oferecem qualquer restrição (formal) ao ingresso feminino. E isto pelo menos até 1930, ano em que a ABL é surpreendida com a primeira proposta oficial de candidatura assinada por uma mulher. A “inusitada” iniciativa, que partiu da escritora Amélia Beviláqua (1860-1946) – esposa do jurista e membro fundador da agremiação, Clóvis Beviláqua –, foi recebida com fortes ressalvas, e não deixou de transformar o “Silogeu Brasileiro” em palco de uma

acalorada discussão em torno da elegibilidade feminina. Este episódio tornou público aquilo que os documentos até então obnubilavam: o misogenismo da entidade. Fato curioso é que, além de declinar acerca da possibilidade de candidatura feminina, a Academia oferece como justificativa para o veto à proposta de Amélia Beviláqua uma interpretação enviesada do Art. 30 do Regimento Interno de 1927, segundo a qual o vocábulo “brasileiros” aludiria apenas aos indivíduos do sexo masculino. O próprio Clóvis Beviláqua indisputa-se com a agremiação, ao advogar em favor da esposa, chegando a publicar artigos em que condenava seus pares por desrespeito ao que julgava ser um “preceito elementar de hermenêutica”. Em virtude deste episódio, o jurista deixa de frequentar a agremiação.⁷ Tal “firula gramatical” teve como corolário, ainda que tardio, a modificação do referido Artigo, em 1951, que passou a incorporar o aposto restritivo “do sexo masculino”. Com isso, a postura “misógina” da entidade, até então tácita, recebe endosso oficial, e torna explícita e inequívoca a inelegibilidade feminina. (FANINI, 2010, p. 346-347).

O fato é que a Academia Brasileira de Letras só passa a ter a presença Feminina em 1977, sendo ocupada por Rachel de Queiroz. No caso da Paraíba, temos a informação de que, pela primeira vez, a Academia Paraibana de Letras elegeu uma mulher – Professora Ângela Bezerra de Castro – para presidir a entidade, em 2020, praticamente 80 (oitenta) anos após a sua fundação.

Jandira Pinto é, de fato, uma mulher que mobilizou outras mulheres intelectuais paraibanas em torno de um ideal, que foi a construção dessa Academia. Até o presente momento, não possuímos informações do funcionamento desta agremiação, podendo ser objeto investigativo de pesquisas futuras. O início dessa efervescência e do nome de Jandira Pinto começar a ser difundido na imprensa paraibana, em especial no *Jornal O Norte*, é após a data do dia 11 de junho de 1953, após assumir a direção de Pindobal.

Uma série de 10 (dez) reportagens foram identificadas no *Jornal O Norte*, no período de setembro de 1953 a fevereiro de 1954. Essas publicações foram escritas pelos/as seguintes colunistas: Clélia Silveira, Lindolfo Ramalho, Odilon de Carvalho, Maria de Lourdes de Carvalho e Zenith Cartaxo. Ainda foram identificadas matérias que não foram assinadas por nenhum colunista, mas que trazem informações sobre Jandira Pinto e sua atuação na Paraíba na década de 1950. Ainda, uma última reportagem é identificada no *Jornal O Norte*, em 1958, sendo uma denúncia de uma possível retirada da professora Jandira Pinto da direção de Pindobal.

Além das 11 (onze) reportagens identificadas no *Jornal O Norte* sobre Jandira Pinto, serão abordadas 6 (seis) fotografias compreendendo o período de 1956 a 1959 e que estão relacionadas à direção de Jandira Pinto, cedidas por um colecionador de

fotografias da região do Vale do Mamanguape/PB. Em setembro de 1953, a colunista do *Jornal O Norte* Clélia Silveira elabora um texto sobre Pindobal e sobre a Professora Jandira Pinto: *Uma Vida Melhor para os Meninos de Pindobal*:

Em trânsito pela cidade de João Pessoa, aceito uma sugestão do meu velho amigo José Leal para visitar a Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, a velha Pindobal de tão triste memória e onde são segregadas as crianças, como bichos indesejáveis que fizessem cócegas na consciência dos senhores da sociedade, presunçosos em afastá-los dos olhos que tudo percebem e das bocas prontas a gritar por uma melhor sorte para os infelizes de Pindobal. Encontrei a Escola dirigida por uma mulher, assistente social do SESC que, milagrosamente, tem conseguido equilibrar a falta de recursos médicos e educacionais solucionando por magia de amor e à custa de uma vontade férrel os grandes problemas que surgem, diariamente. Assim é que encontrou grande número de crianças dormindo no mosaico gelado do alojamento, os pratos do refeitório furados deixando escorrer o magro feijão, a falta de colheres obrigando os meninos a comer com a mão até a própria sôpa. Naquele mundo esquecido, estão internadas 162 crianças maltrapilhas vindas de todos os recantos do Estado da Paraíba pelos mais variados motivos. Não quero falar aqui nos erros que provocaram o seu internamento em Pindobal, pois a falta básica está na miséria onde nasceram e fôram criados como flores abandonadas e pisadas pela indiferença e muitas vezes pela intolerância de criaturas responsáveis, possuidoras de cursos superiores, mas que não procuram solucionar, humanamente, os problemas da infância. A’ Pindobal não são levados apenas os delinquentes. A maioria é composta de crianças desajustadas, algumas desprezadas pelos parentes, outras portadoras de pequenos defeitos. Encontrei até meninos parentes de figurões da política atual, como um pequenino Vital Duarte. [...] (SILVEIRA, 1953, p. 02).

Percebemos, no texto de Silveira (1953), uma mudança de discurso, na década de 1950, sobre a situação da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social. Antes – desde 1930 até 1949 –, Pindobal era tratada nos jornais como sendo uma instituição importante para a moralização e o ajustamento desses sujeitos à ordem social vigente. Agora, esse discurso torna-se diferente: a questão do sujeito individual começa a ganhar espaço na imprensa paraibana e os textos sobre Pindobal passam a denunciar uma série de abusos cometidos por gestões anteriores e uma série de ausências.

Silveira (1953), ao denunciar que existiriam parentes de figurões da política internos em Pindobal, cita o sobrenome Vital Duarte. Ao buscarmos na história paraibana informações relacionadas à família da qual deriva este sobrenome, encontramos o Dr. Samuel Vital Duarte, uma figura importante no século XX, que veio a falecer em 1979. O Dr. Samuel Vital Duarte foi Bacharel em Direito pela Faculdade do Direito em Recife/PE, sendo o orador da turma, exerceu o cargo de diretor do *Jornal União*, órgão

oficial do governo do Estado, exerceu o cargo de Secretário de Interior e Justiça e Interventor Federal do Estado da Paraíba das mãos do então interventor Dr. Ruy Carneiro, foi eleito Deputado Federal, sendo presidente da Câmara por duas vezes e, por fim, foi Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (DR. SAMUEL..., 2012).

Seria, de fato, um escárnio algum descendente direto do Dr. Samuel Vital Duarte permanecer interno em Pindobal sem o amparo familiar, tendo em vista que este possuía recursos materiais e imateriais para manter o pequeno Vital Duarte no seio familiar, sem falar que a permanência desta criança violaria, inclusive, os preceitos da própria instituição, que deveria manter ali apenas crianças e adolescentes que estivessem sob a guarda do Estado e que não tivessem amparo algum de sua família.

Arriscamos afirmar que Pindobal estivesse servindo como local de castigo, inclusive para aquelas crianças que tinham família na Paraíba, como também às famílias tradicionais e aos ilustres nomes da política paraibana. Pindobal talvez fosse aquele lugar em que as famílias tradicionais ameaçariam colocar seus próprios descendentes para que estes obedecessem às ordens de seus pais. Esse cenário tortuoso entre Pindobal e aqueles que são destinados para a instituição ronda o imaginário de muitas pessoas; quem nunca foi internado, ao menos já ouviu falar acerca da instituição. Silveira (1953) prossegue com seu texto:

[...] Não existe, atualmente, aquela característica de colônia correccional que predominava há dez anos passados, estando transformada em colônia agrícola, dotada de cursos de carpintaria, sapataria, Alfaiataria e alvenaria. Em visita a carpintaria, constatei como a mesma está dotada de ótimas máquinas movidas por eletricidade. Entretanto, por falta de verba, tudo falta na carpintaria, desde as elementares tachas. A mata situada nos domínios de Pindobal, oferece as melhores madeiras para a construção de bancas escolares, mesas, camas, armários. Carros de mão e brinquedos. Mas onde estão os instrumentos. As ferramentas para cortá-las, serrá-las e também como transportá-las? A Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, dotada, apenas, com Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais, para todas as despesas, não pode, portanto, proporcionar aos seus pequeninos internados o que lhes deve a sociedade e os poderes constituídos. Em caso de socorro médico o único transporte da Escola que é o seu velho caminhão com as molas frouxas, sem o amparo de uma verba de combustíveis, lubrificantes, peças e reparos, não poderá, desta maneira transportar o acidentado, o doente grave e outros casos de urgência. A falta de dotação própria traz toda sorte de dificuldades à direção. [...] (SILVEIRA, 1953, p. 02).

A ausência de dotação orçamentária para Pindobal é evidente nesse trecho de Silveira (1953), as ausências da instituição são inúmeras, de fato, o Estado Paraibano não estava repassando o valor necessário para a manutenção da instituição. Faltavam ferramentas básicas para o corte e manuseio de madeira, e a instituição passa a ser, de fato, um grande depósito de pessoas. Silveira (1953) continua:

Em longo passeio, acompanhada pelos meninos visitei as hortas, plantios de cana, feijão e outros cereais. Ví como eles cuidam de tudo com um maravilhoso senso de responsabilidade e um entendimento mútuo invejável. As hortas à beira dos banhados estão viçosas e florescentes os laranjais, mangueiras, coqueiros e outras árvores frutíferas, graças ao amor que lhes dedicam os meninos. Recortadas, num contraste doloroso, na beleza de um crepúsculo de agosto a repórter viu as crianças de Pindobal que, na eloquência do seu silêncio, clamam pelos poderes públicos. Desfilavam os pequenos párias, contentes com o sucesso que esperam alcançar na parada de Sete de Setembro onde envergarão as suas fardas novas, confeccionadas sabe Deus com que cota de sacrifícios e malabarismos financeiros pela incansável e maternal diretora Dona Jandira Oliveira Pinto. E aqui faço um apelo ao operoso Diretor dos Serviços Elétricos da Paraíba, dr. Araruna para que não falte com o transporte destinado aos alunos no próximo dia sete. Será uma decepção a mais, acrescentada ao acervo daquelas almas enfermas. Abro também um parágrafo para louvar o trabalho das VOLUNTARIAS, senhoras da nossa melhor sociedade que, espontaneamente, se dispuseram a trabalhar para os meninos de Pindobal, pensando, certamente, nos seus pequeninos filhos tão felizes e longe daquele mundo perdido. Todo esforço empregado por essas dignas Voluntárias, merece nossas melhores manifestações de estímulo e encorajamento. Estou certa de que esse magnífico trabalho se ampliará e a sociedade paraibana não deixará que outros Estados do Brasil, como o vizinho Estado de Pernambuco tome conhecimento das necessidades dos pequeninos de Pindobal e os jornais recifenses não mandem os seus repórteres para gritar em todos os recantos da nossa terra que a enfermaria de Pindobal não possui sequer algodão para um simples curativo. As máquinas para a confecção de tijolos continuam engradadas e paradas por falta de verba. Os alunos não dispõem de cadernos, livros, lápis e outros objetos escolares, por falta de verba. A carpintaria está fechada, por falta de material. Os meninos tomam chá, ao invés de café, por falta de verba. Estão todos com as calcinhas rosas, os paletós esfarrapados, ofendidos em seu [inelegível] e tiritando de frio, por falta de verba. A maioria dos garotos levam furadas nos pés em tócos de pau, cacos de vidro, pedras ponteagudas, por falta de verba para comprar alpercatas. Aqueles que adoecem não tem tratamento adequado, por falta de verba. Enfim é um constante [inelegível] de misérias, diante da verba ridícula concedida à Escola Profissional “Presidente João Pessoa”. [...] (SILVEIRA, 1953, p. 02).

A expressão “falta de verba” é entoada por Silveira (1953) por diversas vezes nesse trecho, a situação financeira de Pindobal é estarrecedora, o que precariza o trabalho

dos funcionários da instituição e o tratamento com as crianças e adolescentes. É possível perceber o tom de denúncia que Silveira insiste em evidenciar em seu texto, alegando, inclusive, que os jornais pernambucanos não sabiam o que estava acontecendo com Pindobal, para que a imagem do estado paraibano não seja maculada. Consideramos esse trecho um alerta ao governador do Estado.

As críticas de Silveira (1953) reverberam a todos os governadores que passaram pela cadeira, desde a criação de Pindobal, em 1930, sobretudo aos Governadores Osvaldo Trigueiro – eleito em 1947 até 1951 – e José Américo de Almeida – eleito em 1951 até 1956. A precária situação das crianças e dos adolescentes, em Pindobal da década de 1950, é fruto de uma política que considerava a questão da criança e do adolescente desvalido apenas como forma de encarcerar e esconder da sociedade, sem investimento algum para a manutenção das instalações e dos insumos necessários para a existência em Pindobal. Sobre esse assunto, Silveira destaca que está sendo discutido o novo orçamento para Pindobal:

[...] Já está sendo discutido o orçamento para [inelegível] e no mesmo foram incluídas verbas destinadas a um amparo mais justo para aqueles filhos de ninguém, como verba 2-24 – Para obras e instalações – Cr\$ 12.000.00, verbas 3-31 – Para combustíveis, lubrificantes, peças e reparos Cr\$ 20.000.00. DROGAS E MEDICAMENTOS Cr\$ 12.000.00 – Alimentação Cr\$ 360.000.00, Material de expediente – Cr\$ [inelegível] sanitários – Cr\$ 50.000,00. Verba 4-48 – Telefone e correspondência Cr\$ 600,00. A aprovação dessas verbas na Assembleia é esperado pelos segregados de Pindobal. E confio no espírito dinâmico do Presidente da Assembléia Estadual, deputado Tertuliano Brito, em deputado como Pedro Gondim, Ivan Bichara, no boníssimo Pastor Firmino para a concretização da vinda de melhores dias para os nossos infelizes irmãos. Sempre fui de opinião que existem tantas guerras, desajustamentos e incompreensões devido à maldita e inconcebível exclusão das mulheres nos cargos de direção, notadamente nas chamadas escolas correccionais, como a de Pindobal. E a experiência vem mostrando, pelos seus bons frutos, que a mulher vence, com o seu instinto maternal e a sua larga compreensão dos problemas da infância, com a sua acuidade feminina, principalmente quando essa acuidade foi refinada por um brilhante curso de assistência social, nesse árido terreno onde fracassam tantos homens por ignorar a maioria deles que só o amor constrói para a eternidade, só o amor conquista as almas rebeldes e conquista os criminosos mais endurecidos. [...]. (SILVEIRA, 1953, p. 01; 04).

O Texto de Silveira (1953) é utilizado também como forma de pressionar a classe política em torno da urgente demanda de incrementar no orçamento de Pindobal valores que atendam à realidade da instituição. Na medida em que Silveira (1953) vem delineando

as ausências da instituição, em seu texto, e passa a figurar de que modo o novo orçamento poderia contribuir com a instituição, a classe política tenta utilizar de seu espaço na imprensa para pressionar os políticos paraibanos para a votação favorável ao novo orçamento. Essa é uma visível atitude política, com evidente respaldo da nova diretora, a Professora Jandira Pinto.

[...] E' assim que, dando senso de responsabilidade, depositando uma patrimônio de honra e confiança nas mãos calejadas como incorrigíveis, malandras, criminosas por outros diretores, conseguiu dar a atual diretora calor humano àqueles pequenos já que não lhes pode dar cobertores, remédios, material escolar e instrumento de trabalho esse trabalho tão necessário à higiene mental, principal corretivo para os seus defeitos. As crianças de Pindobal precisam da sua bandinha musical. Surpreende entre aqueles pequenos selvagens, verdadeiros talentos para a música, um deles tocando órgão, outro improvisando melodias numa rústica e amassada corneta. Como seriam felizes com alguns instrumentos musicais! Na hora da saída do velho caminhão, fui rodeada por muitos que me pediam realejos. Quanto ao esporte o campo de futebol está coberto pelo capinzal e eles se limitam a brincar com a pequena bola de borracha. Uma bola não dura toda a vida e já quatro que fôram levadas pela diretora furando-se com os pelotões. Gostariam de possuir também tudo que é necessário para a ginástica, existindo apenas no pátio uma rústica barra, imprópria para os menores. [...] (SILVEIRA, 1953, p. 04).

A escrita de Silveira (1953) para descrever Pindobal é repleta de sentimentos, é uma escrita que fala sobre crianças e adolescentes que estão na instituição não por escolha, mas pelo fato de não terem aonde ir. Aponta ainda que outros diretores afirmavam que muitos desses sujeitos eram “incorrigíveis” e que Jandira Pinto mudou essa realidade devido a sua sensibilidade como mulher e, principalmente, por ser estudiosa da área pelo curso superior de Assistente Social. Em seguida, Silveira (1953), em seu texto, tenta humanizar os sujeitos internos em Pindobal, mostrando suas necessidades e vontades – a necessidade de instrumentos musicais, de uma bola, de equipamentos para ginástica –, sendo possível visualizar, nesse texto, elementos do cotidiano.

[...] Não vi criminosos na Escola Profissional “Presidente João Pessoa”. Observei, apenas, que aquelas bocas deformadas pelas blasfêmias, pelo rito de ódio e ceticismo, já ensaiam sorrisos tristes, arremedos de sorrisos às promessas de felicidade e começam a viver a sua infância mutilada de crianças que nasceram dentro da exploração e numa idade em que deviam manusear a cartilha já trabalhavam alugado e copiavam os erros dos mais velhos. As crianças de Pindobal estão certas de que

não existem apenas espancamentos, solidão, miséria e fome. Aquelas crianças já não recuam diante da mão que se move para a carícia, tão acostumados estavam em levantar os magros bracinhos para proteger o rosto das pancadas dos brutos e inconscientes que não se compadeciam diante do sofrimento de pobres sêres indefesos. [...] (SILVEIRA, 1953, p. 04).

Esse trecho é um ponto fulcral para esta pesquisa, para entender a forma como Pindobal é vista e como sua imagem é associada à sociedade paraibana. Silveira (1953), ao relatar no *Jornal O Norte*, um jornal com uma das maiores circulações de exemplares no Estado da Paraíba, que em Pindobal não foram vistos criminosos e haviam apenas crianças que já não acreditavam mais nas promessas que recebiam de gestões anteriores, isso é um achado bastante relevante. Silveira ainda critica (1953) a relação de exploração que o trabalho compulsório infantil exerceu na vida desses sujeitos, seja no momento em que estavam trabalhando nas ruas, seja nas gestões anteriores de diretores que antecederam Jandira Pinto. Silveira (1953) não poupa esforços para tentar descrever uma outra Pindobal, uma Pindobal repleta de ausências materiais e desafios financeiros, mas que está mudando internamente, principalmente com a chegada de uma nova forma de pensar sobre esses sujeitos, através da Professora Jandira Pinto.

[...] Baixou, sensivelmente, o número das fugas que atingiu até maio do corrente ano, trinta e cinco crianças, por mês, passando em junho para 2 e em julho limitando-se a uma. E nunca os meninos estiveram tão disciplinados, o que vem provar a ineficácia desses corretivos. Soube de casos elamorosos ocorridos em passadas direções, como o espancamento de um menino convalescente de uma apendicectomia e que teve os pontos rebentados, ficando em estado grave. Isto feito por um médico bêbado e irresponsável e que também se arvorava a diretor da Escola, aproveitando-se do cargo para descarregar as suas taras e recalques inconfessáveis. Os garotos são distribuídos em grupos dirigidos pelos alunos líderes que são chamados capitães, compenetrando-se das suas funções e responsabilidades com um fervor e zêlo, capaz de causar inveja aos nossos representantes do povo e dirigentes da Nação, tão apáticos e indiferentes ante o problema inadiável da assistência à infância. Ninguém de sensibilidade e possuídor desse sagrado irêmita que nos mostra a parcela de responsabilidade inerente a todo sêr humano diante do seu irmão, tenha testemunhado a luta titânica daqueles pequenos sêres que _____ para se libertar, nascidos dentro da lama, perseguidos por toda sorte de desajustamentos e misérias. Comove o esforço gigantesco daquelas criaturinhas tentando, num desajeitamento enternecedor, ajudar a sua diretora a quem, expontaneamente, pedem a benção como a uma mãe protetora, carinhosa e compreensiva. Mãe que sofre quando é obrigada a tomar uma medida mais enérgica, a privar o capitão da sua imaculada farda branca, simbolo de autoridade. Porque os capitães realmente colaboram com a direção. Constituindo os

auxiliares de Jandira Pinto para proporcionar uma vida de unidade, uma vida sadia e mais bela aos que já começaram suas existências de uma maneira tão triste! Capitães da Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, capitão Severino Barbosa da Silva, capitão Paulo Miguel da Silva, capitão Horácio, enfim todos capitães cujos nomes não me ocorrem no memento, estamos confiantes em vocês. O bravo povo da Paraíba espera que vocês ajudem essa mulher, cansada e sentimental, que é a sua diretora a espancar a escura noite de opressão e pesadelo que caiu sobre os menininhos que dantes eram conhecidos pelos números, eram anulados por esses números ou chamados por apelidos grosseiros de Calangro Assaddo, Catabí, Vinte e um Dedos, José do Sapo, Esses meninos já tão calejados na miséria que nem sequer se revoltavam contra esses apelidos, e aceitavam, passivamente, as maiores injustiças. Repito que não vi criminosos em Pindobal e sim alminhas infelizes e exploradas onde pode germinar a maravilhosa semente do Bem. Todas as dificuldades serão removidas pela sociedade pessoense, com a orientação da [inelegível]. [...] (SILVEIRA, 1953, p. 04, grifos nossos).

Os relatos que Silveira (1953) traz em seu texto são assustadores, a riqueza de detalhes provoca no leitor um misto de sentimentos e angústia sobre a situação dos meninos de Pindobal. Ao afirmar que, nas gestões anteriores, as fugas da instituição atingiram 35 (trinta e cinco) crianças por mês e, após a chegada de Jandira Pinto, em 11 de junho de 1953, passaram para 2 (duas) crianças e, em julho, para 1 (uma), Silveira (1953) revela a dramática situação dessas crianças e adolescentes vivenciada dentro da instituição nas gestões anteriores.

A fuga é um ponto analítico importante, é através dela que as crianças e os adolescentes de Pindobal questionam o modelo vigente na instituição, responsável pela forma como são tratados, o que suscita a vontade de querer ou não querer continuar naquele espaço. São fugas maciças. Percebiam que a quantidade absurda de crianças fugindo em um único mês revela que algo não está bom; o elemento da fuga é a fuga para uma outra realidade, para um mundo melhor e menos opressor, esses meninos buscam na incerteza da fuga a certeza de que não desejam permanecer em um ambiente totalmente insalubre para eles.

Em seguida, Silveira (1953) denuncia casos de espancamento, de um menino que convalescia de apendicectomia e que seus pontos haviam sido arrebatados, ficando em grave estado, afirmando que quem cometeu essa grave agressão foi um ex-diretor da instituição, que era, inclusive, médico. Vejamos a complexa situação a que esses sujeitos eram submetidos. Silveira (1953) apresenta a figura dos capitães, título dado àqueles

internos que se destacam de alguma forma, previsto no Estatuto da instituição desde 1930 e, pelo visto, continua a ser exercido pelas crianças e adolescentes.

Silveira (1953) coloca esses capitães como ajudantes de Jandira Pinto, são os seus “auxiliares”. Na realidade, são sujeitos que são internos e possuem alguma autoridade sobre os seus pares, são capitães por status, mas continuam sendo internos. Percebemos que essa é uma forma de obter um controle mais eficiente dentro da instituição, colocando os próprios internos em condições de mando para que eles possam se sentir fazendo parte da administração de Pindobal; é uma relação de poder controversa.

Os escritos de Silveira (1953) deixam explícito que a chegada de Jandira Pinto em Pindobal é a chegada da humanização para os internos, se antes os meninos eram chamados por números ou por apelidos depreciativos, agora, com Jandira Pinto, eles passam a ser chamados pelos seus próprios nomes. Esse é um passo importante para a humanização, pois se os internos são tratados de forma animalésca, isso faz com que percam a sua própria identidade. Assim, como o principal objetivo da instituição desde a sua criação seria realizado, como eles seriam “regenerados”?

No dia 11 próximo passado decorreu o aniversario natalício da ilustre diretora desta Escola. D. Jandira Pinto. Foi um dos mais belos e delirantes acontecimentos não só para os alunos como também para os funcionários e o povo geral desta Escola. As cinco horas da manhã os alunos formaram em frente á Diretoria onde foi tocada alvorada e queimada uma salva de seis tiros. Em seguida o orfeon da Escola cantou <<parabéns para você>>, no mais vivo e delirante entusiasmo. Minutos depois aparecia a distinta Diretora que foi coberta de pétalas de flores ao estalar de prolongada salva de palmas. Três alunos saudaram a prezada aniversariante, que, sem esperar aquelas homenagens, ficou, verdadeiramente emocionada. Tinha diante de si aquelas crianças que ela ama de coração, olhando-as olhos dentro dos olhos como se todas fossem para ela dezenas de filhos adotivos. Depois de uma ligeira pausa proferiu um belíssimo improviso agradecendo aquela espontânea inesperada prova de amor e carinho, distribuindo, depois, a todas elas e aos presentes bombons, chocolates e pães com queijo. As oito horas foi celebrada na Capela da Escola uma Missa em ação de graças, assistida pelos alunos, funcionários e os moradores de Pindobal. A linda Capelinha estava artisticamente ornamentada e, em tudo havia um místico de alegria misturado ao riso daquelas almas simples e daquelas crianças em verdadeiro delírio, de entusiasmo. A's 14 horas houve um almoço oferecido aos funcionários que decorreu na mais viva cordialidade. Falou no brinde a ilustre aniversariante o técnico Francisco Gonçalves dos Santos ex-Diretor desta Escola. O seu belíssimo improviso deixou deversas sensibilizados todos os funcionários, pois, aproveitou o ensejo para desejar, a todos o seu abraço de despedida por ter de viajar naquele mesmo dia, para Riacho dos Cavalos, no alto sertão paraibano, onde vai assumir a direção daquele posto de Monba. O jovem orador foi vivamente aplaudido e

calorosamente abraçado, pois, durante o tempo que passou como Diretor desta Escola soube, com verdadeiro critério e abnegada cooperação captar a simpatia de todos os seus auxiliares. Em seguida usou, mais uma vez da palavra a ilustre socióloga e pedagoga, D. Jandira Pinto que, em vibrante improviso, deixou bem latente, sua robusta inteligência e o seu verdadeiro aprumo na espinhosa arte de administrar. Suas palavras revestidas de magia e calor penetraram bem no âmago do coração de todos ouvintes deixando-os verdadeiramente sensibilizados. A's 15 horas houve matinée. (PINDOBAL..., 1953i, p. 04)

O texto acima, publicado no *Jornal O Norte*, não está assinado e apresenta que a data de aniversário da professora Jandira Pinto é o dia 11 (onze) de outubro, apenas não temos a informação da professora. Neste dia, Pindobal esteve em festa, como demonstra o texto, mais uma vez Jandira Pinto é associada a uma “mãe”, “[...] Tinha diante de si aquelas crianças que ela ama de coração, olhando-as olhos dentro dos olhos como se todos fossem para ela dezenas de filhos adotivos [...]” (PINDOBAL..., 1953i, p. 04).

Ainda no mês de outubro, é veiculada uma notícia sobre o dia das crianças em Pindobal, um dia depois do aniversário de Jandira Pinto. No dia 12 (doze) de outubro foi elaborada uma atividade descrita da seguinte maneira:

Seguindo a diretriz que se traçou ao assumir a direção da Escola de Pindobal, no seu esforço de recuperação das crianças desajustadas daquele estabelecimento premunitório, a senhora Jandira Pinto não perde ocasião de proporcionar aos seus educandos os meios mais justos de socialização e reintegração ao meio. No dia 12 do mês corrente, recebeu a visita do dr. Pedro Nicodemus que acompanhado de sua esposa e filhos, foi convidar a escola, na pessoa da sua diretora, para assistir às homenagens que o Instituto Moderno, sob a sua direção, iria prestar ao <<Dia da Criança>>. Atendendo ao significativo convite do ilustre educador, fez aquela funcionária tomar parte e cooperar nas manifestações, a Escola de Pindobal. Confraternisaram os alunos do <<Instituto Moderno>> jogando uma animada partida de Voley-Ball e comungando de verdadeira alegria, como elementos perfeitamente ajustáveis. O gesto do Dr. Pedro Nicodemus é uma demonstração patente de fé pedagogia na recuperação dos menores de um expressivo gesto de assentimento á atenção acertada da senhorita Jandira Pinto naquele educandário, onde reafirmou a sua capacidade técnica como assistente social e os seus elevados dotes de alma e coração, zelando com verdadeiro carinho maternal por um grupo de elementos da comunidade, que pela própria culpa da própria sociedade defeituosa, por um lapso de tempo, se afastaram, podemos dizer, no sentimento – da verdadeira trilha móvel que deviam seguir. (PINDOBAL..., 1953ii, p. 01).

O trecho anterior revela uma atividade de integração entre o Instituto Moderno e Pindobal, uma importante ação integradora, embora acontecesse apenas em momentos esporádicos. Jandira Pinto tinha, em sua visão, a necessidade de desenvolver atividades que integrassem os internos de Pindobal à sociedade paraibana, diminuindo a distância entre os meninos e a sociedade. O elemento maternal também é acentuado nesse trecho, revelando que essa é uma das qualidades que deveria ser reafirmada no período de 1950, tentando justificar o sucesso da diretora.

OS APLAUSOS DA CÂMARA MUNICIPAL: A DIREÇÃO DA PROFESSORA JANDIRA PINTO – A administração da professora Jandira Pinto, na Escola Profissional Presidente João Pessoa, em Pindobal, começa a produzir os frutos esperados da sua direção, registrando-se auspicioso renascimento daquele reformatório, que havia decaído e chegou quase a se tornar fato de crescimento da delinquência infanto-juvenil. Essa escola criada com finalidade de promover a reaparição de menores marginais e transviados somente agora é que se integrou na sua função precípua, mercê da capacidade da sua diretoria que, além de professora diplomada, possui o curso e larga experiência dos serviços sociais. A transformação que se operou em Pindobal assume tais proporções que ninguém fica indiferente diante do quadro de ordem e de trabalho disciplinado que ali se observa. Tanto assim é que a Câmara Municipal desta capital, por iniciativa do vereador Orestes Gomes, reconhecendo a ação benéfica da senhorita Jandira Pinto naquele posto de trabalho abnegado pela coletividade, vem de aprovar uma moção de aplausos pelas diretrizes que norteiam a administração do reformatório. Manifestação como esta que reflete, sem dúvida, o julgamento coletivo, revelam o acerto do ministro José Américo, quando à frente do governo do Estado, decidiu entregar a direção de Pindobal a uma técnica em serviço social que é acima de tudo um espírito saturado de sentimentos fraternais. (A ESCOLA..., 1953, p. 03).

Os aplausos da Câmara Municipal à Professora Jandira Pinto, em menos de 6 (seis) meses de direção em Pindobal, revelam a brusca mudança de direção que Pindobal tomou em pouco tempo. Se para o Estado paraibano a maior importância era a redução das fugas, feito que foi conseguido por Jandira Pinto, para os intelectuais da época e jornalistas, a chegada de Jandira Pinto era um alento à questão da criança e do adolescente desvalido na Paraíba, era uma possibilidade de perceber que uma instituição como Pindobal, sendo dirigida por uma pessoa que tinha formação adequada para estar ali, como Jandira Pinto, era uma combinação que realmente poderia dar certo e estava dando.

Essa homenagem à Jandira Pinto reverberou nos números seguintes do *Jornal O Norte*, despertando a curiosidade de jornalistas e colunistas, como é possível perceber na

matéria de Ramalho (1953), dois dias depois de ser publicada a notícia de que Jandira Pinto recebeu os aplausos da Câmara Municipal. Ramalho (1953) afirma:

Li com verdadeira satisfação um noticiário publicado em O NORTE do dia 25 do corrente, em que a Câmara Municipal desta Cidade aplaudiu espontaneamente, a administração da socióloga Jandira Pinto. Com justiça, pois quem conheceu Pindobal de ontem com seus meninos desvalidos uns e transviados outros e a vê hoje, com número mais crescido de alunos até de cinco anos, fica certo que houve um verdadeiro milagre, que só poderia ser realizado por uma Diretora como Jandira Pinto, que livre e espontaneamente, trocou seu alto cargo na metrópole do País para viver em Pindobal distanciada dos seus e longe do bulício da Cidade, somente para distribuir aquelas crianças que a chamam de mãe e não se cansam de levantar os bracinhos para lhe tomar a benção, a sua palavra de amor e de magia. Sob a sua sábia e maternal orientação, vivem felizes não só 162 crianças como também dezenas de moradores e auxiliares que encontram nela sinceridade e segurança. Da última visita que fez a Pindobal o Exmo. Snr. Governador do Estado João Fernandes de Lima viu, de perto, essa milagrosa transformação embora a Escola estivesse de braços com a magra verba de quinze mil cruzeiro apenas. Dentro desse limite apesar do número de alunos ter se elevado de 115 a 162. D. Jandira conseguiu aumentar a alimentação, distribuir merendas, vestir e calçar a maioria dos alunos. Se outrora aquelas crianças não tinham uma certa liberdade e nem uma vida recreativa que lhes pudesse amenizar a infelicidade que as colhera ainda na alvorada da vida, hoje podem passar e, já possuem recreação para o desenvolvimento físico e melhor ao meio social. E' no recreio que a criança adquire espirito de iniciativa, a coragem, a sociabilidade enriquecendo-se de poderes físicos, morais e intelectuais na aparente fugacidade de suas horas de recreação. E' Jandira Pinto procura, embora dispendendo do seu bolso, levar aquelas avesitas humanas vítimas talvez do meio social, ou das misérias humanas, bolas, brinquedos, realejos, pandeiros, cavaquinhos e outras coisas mais que possam trazer para eles momentos de felicidade. Tanto assim que no seu afastamento da Escola, dois ou mais dias aqueles meninos ficam tristes aguardando com ansiedade o seu regresso. De toda parte saem correndo ao encontro da mamãe Jandira agitando os bracinhos e gritando. E quando ela chega que maravilha! (RAMALHO, 1953, p. 02).

Ramalho (1953), nesta publicação, dá o título de socióloga à Jandira Pinto, concedido, talvez, pelo fato de ter o curso de Assistente Social. Aponta que Jandira Pinto escolheu sair de seu alto cargo na metrópole para ir a Pindobal, em Mamanguape/PB, ficando isolada da agitação dos centros urbanos. O número de internos cresceu absurdamente em cerca de 6 (seis) meses, passando de 115 (cento e quinze) a 162 (cento e sessenta e dois) internos. Pindobal, possuindo ainda a mesma verba, conseguia aumentar a alimentação, vestir e calçar a maioria desses sujeitos.

Em dezembro de 1953, Carvalho (1953) escreve sobre Jandira Pinto e Pindobal no *O Norte*, intitulado: *Jandira pinto e os menores de Pindobal*, publicação que revela algumas dimensões da vida privada e pública de Jandira Pinto e o contato com Odilon de Carvalho, ao longo dos anos,

Conheço Jandira Pinto há muitos anos; desde o tempo em que ela era estudante de nossa Escola Normal e que o velho Joaquim Pinto, seu pai e meu bondoso amigo, tinha uma pequena oficina de concertos e reformas de chapéus e guarda-chuvas, ao lado do mercado velho de Tambiá, naquelas casinhas que ainda hoje lá estão, esperando o urbanismo daquele local para serem demolidas. Eu era fiscal da Prefeitura e vez por outra estava na tenda do meu pobre amigo. Pobre de dinheiro, porém rico de honestidade, competência e educação e bastante instrução, a julgar pela sua conversa desenvolvida em qualquer assunto. Jandira era menina, mocinha, por esse tempo. Depois diplomou-se e não querendo viver do magistério, seguiu a carreira burocrática. Com surpresa então, fui encontrar aquela menina. – agora moça, no Palácio da Redenção, como datilógrafa ou escriturária, no Governo Argemiro de Figueirêdo. Como eu tinha sempre boa acolhida naquele Palácio no referido Governo, comecei a ter melhor conhecimento com Jandira, que era toda atenção e bondade para os que necessitassem de seus serviços, pois que, pela sua competência e capacidade de trabalho, merecia grande prestígio. Depois, no Governo Rui Carneiro, em 1943, a ilustre chefe de gabinete do então Secretário do Interior, foi para o Rio de Janeiro, tirar um Curso de Assistente Social. Terminando esse curso ficou trabalhando lá mesmo no Rio. E de lá foi colocando também suas irmãs na burocracia. Em 1950, fui não com surpresa, encontrar a digna funcionária e poetisa paraibana dirigindo um Curso em Engenho de Dentro, subúrbio da Capital Federal. Jandira vivia numa verdadeira azafama de trabalhos tal, que a gente procurava-a no Instituto Social e não a encontrava, apesar dela pernoitar e fazer as refeições ali. Ia-se no Curso e não era possível, quasi, falar-lhe. E foi uma mocinha de Natal, minha conhecida que m’a apontou: ela está ali; porém é impossível atender agora... Eu tinha a certeza que se me fizesse anunciar, seria recebido imediatamente; porém não quis perturbar os minutos de seu precioso expediente. E voltei sem falar-lhe. Agora, passado mais três anos... soube que a exímia filha do meu saudoso amigo havia chegado “às plagas do Sanhauá”... E que ficaria desta vez por aqui. Duvidei... E não a encontrei. Não fui visita-la em sua residência: moça muito importante hoje, não iria perder tempo em receber minha humilde visita... Encontrei-a com surpresa e por acaso, na rua, uma tarde, cara-a-cara, na esquina do IPASE, em companhia de outras moças. Ambos nos surpreendemos: ela achando-me velho e acabado; eu, achando-a moça e forte e cada vez mais amável e delicada. Estávamos no princípio deste ano... Nova ausência, apesar de estarmos, ambos nesta Capital. (CARVALHO, 1953, p. 03).

Transparece, através das palavras, que Carvalho (1953) estaria cobrando que após algumas tentativas de conversar com Jandira Pinto, todas sem sucesso, quando trabalhava

e estudava no Rio de Janeiro, consegue uma conversa informal na rua. O fato é que, após a exposição midiática de Jandira Pinto nas páginas da imprensa paraibana, velhos amigos ressurgem e trazem consigo também velhas cobranças. Carvalho (1953) traz um histórico familiar de Jandira Pinto, importante para caracterizarmos a família dela, informação relevante para percebermos que ela não surge de famílias abastadas nem de descendentes de antigos oligarcas e políticos da região.

Jandira Pinto é filha de um comerciante, o senhor Joaquim Pinto, que fazia concertos de sapatos e chapéus em sua loja no centro de João Pessoa. Ainda para nós, é misterioso conhecer os motivos que fizeram com que Jandira Pinto se tornasse burocrata, em meados da década de 1940, trabalhando no governo de Argemiro de Figueiredo e depois de Rui Carneiro. Sua trajetória profissional e política inicia no trabalho que faz como escriturária, culminando na ida para o curso de Assistência Social no Instituto Social do Rio de Janeiro e, em 1953, com o cargo de direção em Pindobal. Em fevereiro de 1954, Maria de Lourdes Carvalho escreve sobre a sua visita a Pindobal: *Pindobal que eu vi*,

As grandes obras são realizadas em silêncio e no anonimato ficam os seus heróis. No entanto, estamos num tempo em que é preciso proclamar bem alto os valores humanos modernos que marcam época numa civilização, para contrabalançar a crise de personalidade que se ressenste o mundo atual. Sempre ouvi falar de Pindobal como de um lugar onde se recolhia a escória dos meninos, os delinquentes de qualquer espécie que ali ficavam a mercê do tempo e da reeducação que nunca lhes chegava. Não um reformatório na verdadeira expressão da palavra e sim uma casa de correção de onde fugiam dezenas e mais dezenas de menores, segundo informações de funcionário antigos. Como interessada pelo problema do menor, resolví ir a Pindobal, para ver de perto a obra educativa e social de uma diretora que tem a seu favor uma capacidade de trabalho e uma tenacidade capaz de transportar montanhas. E' preciso olhar para Pindobal com olhos penetrantes e inteligentes para compreender o quanto vale a ação de uma educadora verdadeiramente compenetrada de sua missão. Basta ver o regime de liberdade de que gozam os menores ali internados, que tem á sua disposição o carinho, a solicitude e a vigilância maternal de uma diretora que deixou o seu apartamento no Rio de Janeiro para viver com eles. Os métodos educativos postos em prática, não põem dúvida quanto ao seu ótimo resultado. Respira-se ali um clima de absoluta confiança da diretora para os alunos e vice-versa. Dá gosto vê-los discutindo os problemas de campo, a pintura do prédio, o novo funcionamento das oficinas, a organização do clube recreativo, com uma segurança de adultos, tomando decisões que são respeitadas pelos demais. O sentido social é despertado neles através do espírito de camaradagem para com os novatos que se sentem á vontade logo no primeiro dia de chegada á escola. E tudo insto é trabalho do coração. E' obra de desprendimento. Dedicção e por que não dizer heroísmo de

uma diretora que confia realmente na personalidade dos menores alí internados. A paraíba inteira precisa observar de perto sem preconceito nem crítica mordaz o que é uma Escola de reeducação que está surgindo graças á inteligência admirável e principalmente ao coração imensamente grande de sua diretora. Muito avisado andou o Sr. Governador do Estado quando nomeou Jandira Pinto para Pindobal. Oito meses apenas de trabalho e já se faz sentir profundamente a grande melhora da Escola. Para os descrentes, os pessimistas, pode parecer encenação, propaganda ou coisa semelhante, porém, para os homens inteligentes, para os que compreendem o valor da pessoa humana, o trabalho de Jandira Pinto é mil vezes maior do que abrir estradas ou construir arranha-céus, pois é o trabalho de formar os homens de amanhã. (CARVALHO, 1954, p. 04).

Jandira Pinto é colocada em um lugar de heroísmo, sua vida profissional traz elementos da abnegação e do amor maternal. Jandira Pinto e a sua profissão são tratadas quase que como um sacerdócio para a imprensa paraibana, tanto homens como mulheres, ao publicarem informações sobre a trajetória de Jandira Pinto, trazem elementos místicos, maternais e profissionais, formando uma simbiose que versa sobre questões da religião católica, quase sempre associando a figura de Jandira à figura de Maria, mãe de Jesus, e questões da ordem intelectual pelo fato de Jandira Pinto ser normalista e assistente social.

O elemento religioso é quase sempre o mais persuasivo, nos textos que abordam as qualidades que Jandira Pinto possui para administrar Pindobal, é sempre a mulher amorosa, forte, abnegada e acolhedora que aparece nas páginas dos jornais. Um outro elemento importante a ser analisado é a forma como Jandira Pinto desenvolve seu trabalho em Pindobal. A autonomia é um forte conceito, trazido por Carvalho (1954) não com essas palavras, mas, ao afirmar que os internos podem opinar nas decisões internas da instituição, é uma revelação de que as suas vozes são consideradas, como também do senso de pertencimento ao local e de companheirismo aos novos internos que chegam.

Mais uma vez, Pindobal é colocada na complexa relação entre passado e presente, entre os antigos diretores e os antigos métodos correccionais, esse elemento do “novo” é, inclusive, uma dimensão da época dos anos de 1950, novos métodos para ressocializar uma nova geração futura. Essa dimensão do novo é trazida a Pindobal através das práticas de Jandira Pinto, uma nova diretora, mulher, com novos métodos e uma nova forma de pensar os problemas sociais da infância; esses são os discursos proferidos nas páginas da imprensa paraibana.

Ainda em fevereiro de 1954, Jandira Pinto é entrevistada por Zenith Cartaxo, e a entrevista é transcrita de forma integral para as páginas do *O Norte*, possuindo a característica da entrevistadora perguntar e a entrevistada responder, constando a integra

da resposta, não apenas constando as impressões da entrevistadora. Essa entrevista é um dos poucos momentos em que Jandira Pinto consegue responder sobre questões administrativas e pedagógicas em torno de Pindobal e da sua gestão. O título da notícia é: *José Fernandes de Lima não mede sacrifícios para Pindobal – O amor da diretora pelos menores delinquentes – Jandira crê na regeneração do menor transviado – Um campo de arroz para Pindobal – Presídio transformado em clube recreativo – A confiança dos alunos – Necessidade de uma equipe de professores, Primeira de uma série de duas entrevistas Notas de Zenith CARTAXO – (Para O NORTE),*

Cheguei de surpresa em Pindobal, às primeiras horas da manhã. Soube de pronto, pela sua Diretora, que antes de mim, como ave madrugadora, já lá estivera o Dr. José Fernandes de Lima, acompanhado dos drs. Pedro Cordeiro. Chefe do Fomento Agrícola e do Agrônomo Evandro Ribeiro. Fôra o dr. José Fernandes estudar o local para um grande campo de arroz, em terras de Pindobal – medida providencial que poderá assentar as bases da emancipação econômica da grande prestigiosa Escola de Formação profissional. E aqui, diga-se de passagem, vale a pena ressaltar o carinho com que o dr. José Fernandes encara os casos de Pindobal. Há dois homens públicos na Paraíba vivamente empenhados em solucionar os problemas do interesse vital para aquela Escola: Oscar de Castro, do D.S.S. e José Fernandes de Lima, Secretário da Agricultura. [...]. (CARTAXO, 1954i, p. 01).

Na abertura da entrevista, Cartaxo (1954i), de forma protocolar, saúda o secretário de Agricultura do Estado, acompanhado de seus funcionários, o Chefe de fomento agrícola e de um agrônomo, realizando estudos nas terras de Pindobal para o plantio de arroz naquela região. É sabido que, para a realização do plantio de arroz, é preciso que as terras possuam uma drenagem de água específica, o solo deve ser lamento e a água deve estar em abundância; essa é uma das culturas que mais requer água para o seu plantio.

Essa abordagem de que se estudava realizar o plantio do arroz em Pindobal demonstra que as terras de Pindobal, em Mamanguape/PB, não sofriam com problemas de estiagem naquele período e que tudo que plantasse poderia ser colhido com facilidade. A matéria é composta por uma fotografia, a saber:

Foto 44 – Zenith Cartaxo entrevista Jandira Pinto



Fonte: *Jornal O Norte da Paraíba* (1954i)

A fotografia 44 é a primeira foto encontrada para esta pesquisa que traz Jandira Pinto. Ela é a mulher no canto esquerdo da foto, vestida de branco, com cabelo curto preto e um sorriso no rosto, à direita dela é a repórter Zenith Cartaxo, tomando notas das respostas de Jandira, com caneta e papel na mão. Cartaxo (1954i) prossegue:

[...] Visitei todas as dependências da Escola sonhada pelo grande João Pessoa e vi de perto:

- Diretoria.
- Secretaria.
- Capela (construída pelo ex Diretor Padre Geraldo, em colaboração com a L.B.A).
- Enfermaria e sala de curativos, com enfermeiros tirados dentre os meninos).
- Carpintaria.
- Gabinete Dentário (adquidiro pelo ex-diretor Lucas Rangel).
- Sapataria.
- Rouparia.
- Alfaiataria (já agora com suas máquinas SINGER reformadas por determinação do dr. Oscar de Castro).
- Salões de Aula (caitados de novo e pintados pelos alunos).
- Padaria (já agora em pleno funcionamento pelos alunos. Isto porque mais ou menos, há seis anos não funcionava).
- Refeitório (sem mais os bolões de pirão pregados no fôrro).

- Cosinha.
- Estábulo (onde as vacas estão sem a peste de carrapatos de outrora, livres do lamaçal, por que Jandira mandou limpar e colocar areia...)
- Casa de farinha (em pleno funcionamento pelos alunos).
- Turbina.
- Olaria.
- Pocilga.
- Esporte Clube Pindobal (ex presídio, hoje Clube Recreativo, cheio de bandeiras de todas as cores, e estampas dos principais jogadores de futebol do Brasil, ping-pong, damas xadrez etc., etc.).
- Campo Agrícolas (com áreas cultivadas em colaboração com os alunos). [...]. (CARTAXO, 1954i, p. 05).

A estrutura de Pindobal permanecia praticamente a mesma daquela expressa em seu regimento de criação, em 1930, contendo ambientes de trabalho agrícola semelhantes aos dos Patronatos Agrícolas, versando entre o ensino profissional agrícola e manufatureiro. A novidade aqui, trazida, talvez, na gestão de Jandira Pinto, é o Esporte Clube de Pindobal, uma área semelhante a um clube recreativo, responsável por desenvolver a prática de esportes e estimular uma cultura desportista para os internos da instituição. Consideramos esse um grande salto qualitativo na busca pela integração desses sujeitos à sociedade.

[...] Impressionada com a visão global da vida estática e dinâmica de Pindobal, a repórter vai, de onde em onde, interpelando Jandira Pinto.

[Zenith Cartaxo, pergunta:] Você não acha que estes meninos poderiam um dia se revoltar levados por insinuação malévola de alguém?...

[Jandira Pinto, responde:]- Nunca, Zenith” Eu creio nestes meninos e eles confiam na minha amizade. Há um clima de confiança, entre nós, e nos entendemos como membros que somos de uma só família, embora que muito grande família.

[Zenith Cartaxo, pergunta:] E a repórter: Eu os vejo alegres e desembaraçados. Não lhe dão muito trabalho? E a resposta pronta da Diretora:

[Jandira Pinto, responde:] - Confesso que tenho um fraco por todos os adolescentes com fama de demônio, de intolerável, incorrigível, etc... Mas Zenith, eu prefiro não falar de minhas preferências do meu trabalho, de mim mesma; gosto mais de agir e deixar que falem por mim as minhas atitudes, por que somente elas têm a força de um anátema ou o milagre de uma exaltação. Posso assegurar-lhe entretanto, que se algum mérito existe no pouco que venho realizando deve ser atribuído às preces dos amigos que acompanham à distância a minha luta, ao lado desses menores, cuja felicidade é a minha maior preocupação. A paraíba precisa me ajudar a defender os sagrados direitos dos seus meninos pobres que não podem e nem devem ser abandonados – enquanto existir pelo menos uma alma que se ofereça e consagre a sua vida pela sua recuperação. [...] (CARTAXO, 1954i, p. 05).

Cartaxo (1954i) faz duas perguntas, nesse primeiro momento, sendo respondidas de maneira contundente e inusitada. Jandira Pinto diz que confia nos meninos e que existe em Pindobal um clima de confiança entre ela e os internos, clima esse que talvez não tenha sido germinado nas administrações anteriores, tendo em vista o grande número de fugas. Na segunda resposta, quando perguntada se os internos dão muito trabalho, Jandira Pinto tenta desmistificar o rótulo da criança incorrigível dizendo que eles é quem detêm a sua maior atenção. Jandira Pinto, nessa resposta, faz um apelo ao Estado Paraibano que não abandone essas crianças, apelo que, ao nosso entendimento, pode estar relacionado às poucas verbas destinadas e empregadas em Pindobal.

Mais uma vez, a profissão e a atividade de cuidar dos internos reaparece como um sacerdócio, agora pela própria fala da professora Jandira Pinto, “[...] enquanto existir pelo menos uma alma que se ofereça e consagre a sua vida pela sua recuperação [...]” (CARTAXO, 1954i, p. 05). Cartaxo (1954i) prossegue e pergunta sobre *A Conquista*,

[...] [Zenith Cartaxo, pergunta:] Como conseguia conquistar o coração dos menores delinquentes, respondeu:

[Jandira Pinto, responde:] o meu trabalho é comum, ordinário, porque na verdade extraordinário é apenas este desejo imenso que tenho de transmitir aos jovens de Pindobal a minha oceânica confiança, na vida e nos homens. Para que os menores tenham motivos de acreditar, eu me coloco sempre na situação deles e os julgo sempre com infinita indulgência, nunca dispensando o concurso de meu próprio coração – coração, aliás, cheio de um amor, que eu não sentiria maior pelos meus próprios filhos, se eu não tivesse tido a glória de tê-los. (CARTAXO, 1954i, p. 05).

A confiança, para Jandira Pinto, é um dos elementos mais importantes no seu trabalho em Pindobal. Fica evidente, em suas palavras, que a confiança entre ela e os menores passa a ser germinada de maneira mútua. Um ponto curioso que precisa ser dito aqui é a semelhança entre o discurso de Jandira Pinto e os escritos de Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*. A primeira versão dessa obra foi de 1968, mas Freire, em 1947, havia sido Diretor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria, ou seja, sua vida pública antecede suas obras.

Enquanto Jandira Pinto faz a pronúncia de que têm uma “[...] oceânica confiança, na vida e nos homens [...]” (CARTAXO, 1954, p. 05), Freire (1987) afirma que: “[...] Se a fé nos homens é um dado a priori do diálogo, a confiança se instaura com ele. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo. [...]” (p. 52). Freire viveu no mesmo tempo que Jandira Pinto, não sabemos se

os dois possuem alguma relação, mas, a partir de alguns elementos de seus textos, podemos destacar que existem aproximações entre esses dois personagens, a exemplo do significado da palavra *Confiança*. Ainda sobre o conceito da *Confiança*, Zenith Cartaxo, prossegue: *Confiança nos Alunos*,

[Zenith Cartaxo, pergunta:] Você crê nessa amizade que os alunos lhe demonstram?

[Jandira Pinto, responde:] - Eu acredito nesses jovens que comigo administram Pindobal. Eles se tornam receptivos quando tratados com carinho e respeito à sua dignidade de filhos de Deus e aos poucos vão entendendo e considerando o pensamento que orienta toda a minha atividade *neste laboratório vivo e preciosíssimo que é Pindobal*. Eu tenho uma mensagem de paz a entregar aos menores que se encontram aqui, cujo conteúdo deve ser traduzido em linguagem acessível a qualquer tipo de inteligência. (CARTAXO, 1954i, p. 05).

Jandira Pinto coloca os meninos de Pindobal em pé de igualdade na sua administração, de acordo com suas palavras redigidas por Cartaxo (1954), colocando em pauta questões como um tratamento humanizado. Acreditamos que o diálogo é sim um elemento que está presente na administração da professora Jandira; ao final, ela aproxima a sua atividade do sacerdócio, ao afirmar que sua missão é repassar uma mensagem de paz de forma acessível.

Então, Jandira Pinto é consciente de que precisa estar junto aos internos, dialogando com eles de forma que eles entendam aquilo que ela fala, e isso é uma demonstração de que ela tenta entender a realidade daqueles que ali estão, junto a eles, talvez essa seja a explicação do sucesso trazido nos jornais de que os meninos de Pindobal já não querem mais fugir da instituição. Cartaxo (1954) Prossegue:

[Zenith Cartaxo, pergunta:] Cultura e Inteligência causa de sucesso?

[Jandira Pinto, responde:] É preciso por o coração (e o coração formado à luz dos Evangelhos, acentue-se) no trabalho penoso, crucificante, arrebatador, apaixonante, de dar rumos certos e seguros à almas tenras, livrando-as das suas fraquezas, não cedendo jamais às dificuldades que surgem de todos os lados. (CARTAXO, 1954i, p. 05).

Nesse trecho, vemos, de maneira translúcida, que Jandira Pinto é uma mulher religiosa e que aproxima seu trabalho à atividade sacerdotal. Seria, então, sua missão não apenas dialogar com os internos, mas também, estando junto a eles, livrá-los daquilo que ela chama de suas fraquezas? Perguntada sobre os *Castigos*, Cartaxo (1954) afirma: *Eu*

acho, Jandira, que os castigos devem ser incluídos nos métodos da Escola Tradicional e você?

[Jandira Pinto, responde:] - As medidas disciplinares são aplainadas aqui à maneira de repreensão, estímulo e reforma – nunca com simples castigos. Haja visto o presídio transformado em Clube Recreativo. A lei do temor, geralmente destrói, ao contrário da lei do amor que vive em construção perena. (CARTAXO, 1954i, p. 05).

Ao afirmar que as medidas disciplinares são “aplainadas”, ou seja, refere-se à tentativa de moldar as ações disciplinares de forma mais suave, trabalhando com elementos da repreensão, do estímulo e da reforma, elementos que se aproximam de estudos psicológicos e de mudança comportamental. Aqui, percebemos a aproximação de seu discurso com os estudos de Skinner (1953), quando desenvolveu um método de estímulo e resposta para conseguir comportamentos desejáveis. Jandira Pinto reafirma a sua vontade de “reformatar”, de mudar alguém através das ações que desenvolve em Pindobal, ao final, ela prossegue com seu o discurso humanista e amoroso. Cartaxo (1954) pergunta sobre *Formação Especializada*:

[Zenith Cartaxo, pergunta:] Em estabelecimentos do tipo de Pindobal, como encara voce, a formação especializada do pessoal?

[Jandira Pinto, responde:] - Há necessidade de uma equipe de educadores, de homens e mulheres de boa formação, vale dizer, de boa vontade, que creiam na regeneração humana e que não vejam no menor transviado, acidentalmente um candidato qualificado para as penitenciárias, uma pústula, criminosos por natureza, etc. Certos corações impermeáveis, porque a serviço do egoísmo não podem compreender nem aceitar a recuperação do menor abandonado ou transviado. Daí, ao lado da formação especializada, ser indispensável a vocação do servir. (CARTAXO, 1954i, p. 05).

Sobre a formação especializada para os funcionários de locais a exemplo de Pindobal, Jandira Pinto é objetiva, ela delega que o problema da má formação é um elemento que condiciona o olhar daqueles funcionários, enxergando os meninos nessas instituições apenas como criminosos em potenciais, negando educação, lazer e humanidade, ela considera que as pessoas que não compreendem que esses meninos podem ser educados e recuperados possuem corações impermeáveis. As suas palavras são sempre repletas de figuras de linguagens, aqui vemos a Jandira professora e diretora de Pindobal, mas, sobretudo, a Jandira cronista e poetisa.

A entrevista é interrompida no *O Norte*, retornando no dia 24 de fevereiro de 1954: *Capacidade da Escola para internamento de menores – Interesse dos Paraibanos – Formação especializada do pessoal que lida em Pindobal (Segunda de uma série de duas entrevistas) Notas de ZENITH CARTAXO:*

[Jandira Pinto, responde:] Pindobal deve ser reservado exclusivamente para menores abandonados e delinquentes, nunca para menores que estejam de um modo ou de outro sob a responsabilidade de pais ou parentes embora que de precárias condições de vida.

ENCAMINHAMENTO DO MENOR

[Jandira Pinto, responde:] Por outro lado, a Diretora da Escola deve ser ouvida antes do encaminhamento do menor ao estabelecimento, afim de lhe serem asseguradas as condições mínimas de conforto, sem o que correrá o risco de vir o menor a dormir no chão à falta de cama, ao continuar sujo e esfarrapado á falta de vestuário, etc. pois que, como frisamos, não dispomos de maiores recursos para o atendimento de casos imprevistos, nem contamos com vagas permanentes. A chegada constante de menores em Pindobal. Com ofícios de internamento, gera um certo mal estar próprio de quem não possui poderes divinatorios de multiplicar os pães todos os dias para divisões imprevistas, às vezes, descabidas... O não oferecer ao menor que chega condições de vida compatíveis com a dignidade ou pessoa humana, mesmo que seja essa pessoa decaída. É de consequências funestas para o trabalho de recuperação humana que se pretende realizar. (CARTAXO, p. 01, 1954ii).

Jandira Pinto faz uma dura e acertada crítica sobre as condições que envolvem o seu trabalho, através de sua fala, nesse trecho, é possível perceber a existência da ação de encaminhar até a instituição crianças e adolescentes que possuíam família. Esse ponto na fala de Jandira faz transparecer que a instituição acabava sendo procurada por pessoas que buscavam exercer algum castigo ou corretivo em seus próprios filhos ou até mesmo famílias que tinham condições precárias e não conseguiam alimentar as suas crianças e os seus adolescentes, mas, sobretudo, é evidente que existiam famílias que tinham condições, mas enxergavam em Pindobal um local para impor regras, disciplina e limites a seus filhos, tendo em vista o imaginário social construído sobre a instituição desde a sua criação, em 1930.

Ainda é possível perceber, no trecho acima, que Jandira Pinto, por várias vezes, não era consultada sobre a internação de um novo integrante à instituição, causando mal-estar e deixando a instituição fragilizada para manter comida, vestuário, dormitório e demais ferramentas necessárias para que os internos fossem tratados de maneira humana,

atendendo as suas necessidades básicas. Cartaxo (1954ii) pergunta sobre *A Solidariedade Humana e sentido Social*:

[Zenith Cartaxo, pergunta:] Jandira, você acredita no interesse dos paraibanos por Pindobal?

[Jandira Pinto, responde:] Forma-se um movimento simpático de solidariedade em torno de Pindobal – o que tem permitido que a sociedade vá até o menor internado, e este vá ao contato do meio externo, num processamento de readaptação nacional. Frequentemente recebemos a visita de rapazes e moças da nossa sociedade, vindas de João Pessoa, Mamanguape, Rio Tinto estabelecendo-se encontros cordiais em festas de confraternização da gente jovem. O ideal é manter o menor – o maior tempo possível – no convívio mais aproximado da vida social, servido por tudo quanto eleve o instinto de sociabilidade, que crie os hábitos indispensáveis a sua reeducação. Dai o permitiremos as saídas dos menores, de alguns menores às vilas, vilarejos próximas, em dias feriados, ou a serviço da Escola, nos dias úteis. Colocar um adolescente sem instrução, destituído de formação moral, dentro de quatro paredes, ou na penumbra de uma cela – na suposição de que possa ele meditar sobre as suas ações, convencer-se, tomar o caminho do bem – é mostrar mais chã ignorância da natureza ou da constituição psíquica dos menores delinquentes ou supostos delinquentes. Faço questão de acentuar que acredito que só é possível emendar e readaptar socialmente um menor tratando-o com benevolência e humanidade e coloca-lo igualmente em contacto (indiretamente vigiado) com o meio social. Por outro lado, faz-se preciso uma: *FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DO PESSOAL QUE LIDA COM OS MENORES*

O ideal, seria a formação cultural e técnica do pessoal que lida com menores abandonados e delinquentes, dando-le-lhes uma orientação especializada, capaz de torna-lo apto para julgar os casos que se apresentavam com sentido bio-sociológico. – Aliás, é pensamento de doutor Oscar de Castro, Diretor do D.S.S., a promoção de um curso intensivo, visando a formação profissional dos guardas e professores que servem na << Escola Profissional Presidente João Pessoa, medida esta altamente significativa. (CARTAXO, 1954, p. 01;05).

O contato social, para Jandira Pinto, era importantíssimo, através desse contato, o interno consegue se perceber como partícipe da sociedade. Jandira afirma que é impossível querer que esses sujeitos sejam educados ou regenerados se eles ficarem trancafiados em celas e em instituições correcionais. É evidente que Jandira Pinto desenvolve o contato social de maneira pedagógica, fazendo com que esses meninos vão até os vilarejos próximos durante os feriados e finais de semana, como também cumpram atividades determinadas pela direção da instituição durante os dias da semana; esse contato social é um importante instrumento de socialização.

A entrevista de Zenith Cartaxo à Jandira Pinto chega ao fim e é divulgada em dois números do *Jornal O Norte*, tendo em vista a quantidade de informações que foi possível obter. A partir da entrevista, é possível identificar como Jandira Pinto desenvolvia as suas atividades na instituição, como também os elementos contidos na personalidade e na sua formação.

Jandira Pinto é uma mulher religiosa, cronista e poetisa, que traz consigo a luta feminina em busca de um lugar na intelectualidade paraibana, através de sua luta em fundar a Academia Paraibana Feminina de Letras. Sua formação no curso de Assistente Social conferiu-lhe demasiada capacidade para lidar com os problemas das crianças e dos adolescentes em Pindobal no período de 1950. É possível identificar conceitos como Solidariedade, Amorosidade, Respeito, Dignidade, Humanidade, Confiança e Diálogo, elementos evidentes em seu discurso e observáveis através da entrevista concedida à Zenith Cartaxo.

Identificamos, através de um informante, amante da fotografia do Vale do Mamanguape/PB, pesquisador guiado por suas próprias vontades, sem a pretensão acadêmica de desenvolver um trabalho científico, algumas poucas fotografias dos anos em que Jandira Pinto atuou em Pindobal, de 1953-1960, fotografias que foram cedidas a esta pesquisa, ajudando a delinear os elementos constitutivos da gestão de Jandira Pinto em Pindobal, através das imagens.

Foto 45 – Menino tocando sanfona na sala de Música de Pindobal, em 1956



Fonte: Arquivo Pessoal

As fotografias cedidas pelo informante não receberam nenhum tratamento ou edição por parte desta pesquisa, como também não foram modificados os títulos que elas já possuíam, identificando o período e local da instituição; estas informações constarão da mesma maneira que foram cedidas. A fotografia 45 é de um menino tocando sanfona ou acordeon, a sala de música possui um quadro de avisos, ao fundo, com fotografias de alguns internos e a bandeira da Paraíba na mesa ao lado da caixa onde fica guardado o instrumento.

Ainda é possível observar na estante discos ou partituras de músicas – não é possível identificar ao certo –, a sala ainda tem um janelão que dá acesso à parte externa da instituição. Como é possível perceber, o menino que toca o instrumento está vestido com uma calça preta e uma camisa branca, o seu rosto não demonstra alegria, ele está sério. Existe, aqui, uma mudança de cenário, comparando com as fotografias do período de 1941-1949, dando a entender que essa sala de música ou não existia naquele período ou não havia sido fotografada.

Foto 46 – Hasteamento da bandeira em Pindobal, em 1957



Fonte: Arquivo Pessoal

Ao mesmo tempo que percebemos alguns avanços na gestão de Jandira Pinto, em 1950, também percebemos permanências. Na fotografia 46, as crianças e os adolescentes estão enfileiradas, no canto direito da imagem é possível observar que existe uma banda musical na instituição, na frente, o pelotão dos escoteiros está ao lado da bandeira, um dos adolescentes é quem está hasteando e, ao fundo, percebemos adolescentes fazendo posição de sentido, com calças pretas e camisas brancas.

O cenário da ordem, nessa fotografia, é predominante, como toda e qualquer fotografia do século XX em instituições escolares, no momento do hasteamento da bandeira e do canto do hino nacional. Pindobal não é a única instituição sujeita a essa dinâmica do patriotismo do século XX.

Foto 47 – Jandira Pinto e a reunião com os escoteiros em 1957



Fonte: Arquivo Pessoal

A fotografia 47 é um diálogo entre Jandira Pinto e o grupo dos escoteiros de Pindobal, reunidos para debater alguma situação específica. Na sala de Jandira é possível perceber algumas fotos ao fundo da parede, em sua mesa está a bandeira da Paraíba e um livro ou caderno nas mãos da professora, os meninos estão conversando com ela, todos sentados e demonstrando seriedade.

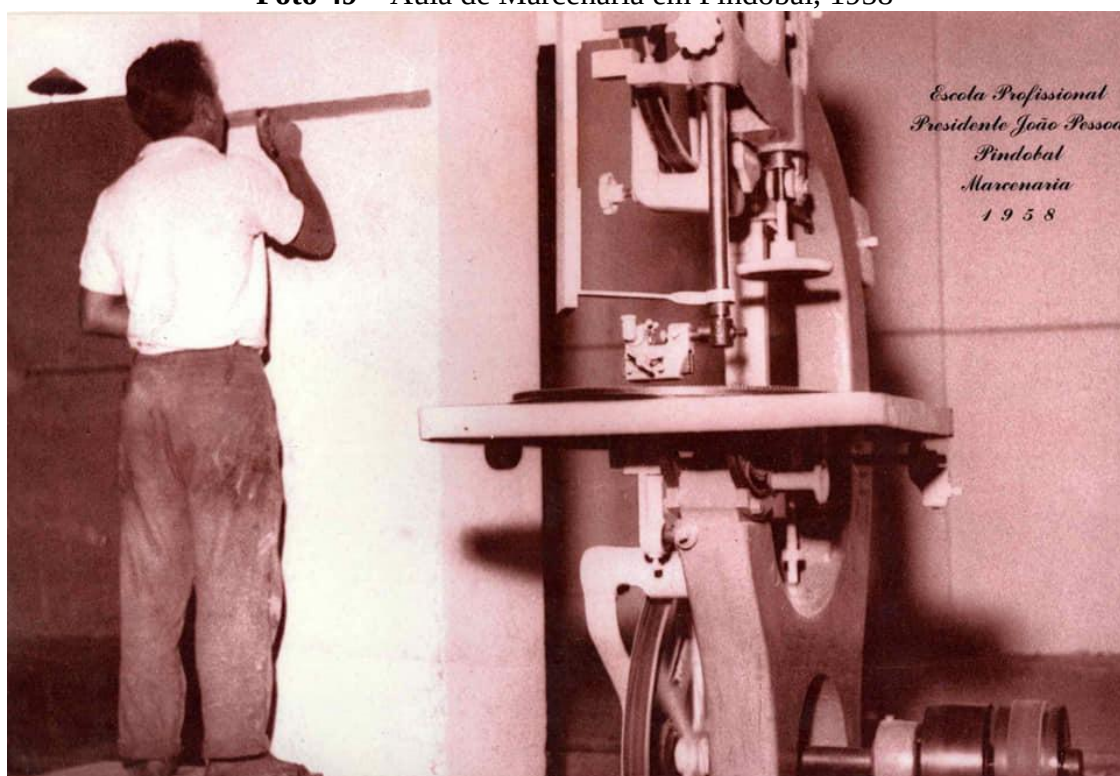
Logo a seguir, veremos a fotografia 48, que compõe uma das poucas fotos dos internos praticando algum esporte. Nessa imagem, podemos observar que estão todos com vestimentas adequadas à prática do esporte, percebemos aí a mudança no investimento da instituição e nas suas prioridades. Pindobal passa a ser pensada pela ótica da ressocialização pedagógica, desportista, musical e dialógica através das práticas de Jandira Pinto. Não é mais apenas o ensino profissional, mas a junção de outras práticas e o olhar sensível da diretora para suas demandas, o que observamos através dessas imagens.

Foto 48 – Quadra de Esporte com os internos praticando esporte, 1957



Fonte: Arquivo Pessoal

Foto 49 – Aula de Marcenaria em Pindobal, 1958



Fonte: Arquivo Pessoal

A fotografia 49 é da Marcenaria da instituição, nela não é possível identificar se o sujeito que aparece na imagem é professor ou aluno, pois suas vestes se assemelham às roupas dos internos. Um ponto importante para se observar é o maquinário exposto na imagem, é uma máquina aparentemente nova e que, ao ser fotografada em primeiro plano, tem o intuito de demonstrar o investimento que a instituição passou a ter com a administração da professora Jandira Pinto.

Em janeiro de 1958, uma publicação no *O Norte* denuncia a possível retirada de Jandira Pinto da direção de Pindobal, alegando que estão sendo germinadas movimentações políticas para a exoneração dessa servidora, a saber: *À Escola de Pindobal*:

Já por duas vezes o colega que assina a <<Ronda Política>> neste jornal, fez referencias aos rumores do afastamento da professora Jandira Pinto da direção da Escola Profissional Presidente João Pessoa, localizada em Pindobal. A retirada dessa educadora da frente daquele estabelecimento nos parece improvável, uma vez que o Governador em exercício, certamente, não tem a intenção de sacrificar um serviço público que alcançou o maior nível de eficiência exatamente devido a capacidade técnica da sua diretora, na qual concorre também uma vocação apostelar, toda dedicada aos problemas das crianças desajustadas internadas naquela escola. Quem conheceu Pindobal do período antecedente á chegada ali de Jandira Pinto e depois voltou a visita-la, avalia a soma de esforço e devotamente dispendido por essa educadora de escola no sentido do enquadramento do estabelecimento dentro das boas normas pedagógicas e com a aplicação dos princípios da ciência e da assistência social, cujo objetivo consiste principalmente em valorizar o elemento humano, afim de recuperá-lo para se tornar fator do progresso humano. Não acreditamos que esteja nas cogitações do Governador em exercício o tumultuar um serviço que se elevou aos mais altos padrões, constituindo motivo de desvanecimento para os paraibanos. Mesmo que injunções da política interfiram nas deliberações do Govêrno, estas devem ser desprez'das em face do legítimo interesse público pela preservação da orientação, cujos resultados se apresentam conclusivos a simples observação do que ocorre em Pindobal, onde mais de duas centenas de menores reencontraram o ambiente familiar, porque é exatamente o que predomina ali, eliminada a pressão que noutras diretorias anteriores, transformaram o centro educacional em verdadeiro ergastulo, com castigos corporais deprimentes, desconforto e sobretudo falta de sentimento maternal sem o qual a criança se sente sempre infeliz. O Pindobal dos últimos anos é um estabelecimento que nos orgulha, pelo ambiente alegre, pela organização dos seus serviços e também pelos ótimos resultados da obra educacional e de recuperação empreendida por Jandira Pinto, legítima vocação de educadora. Pode ser que interesses secundários exijam do chefe do executivo o sacrifício dessa abnegada colaboradora da administração pública num setor de tanta sensibilidade, mas, acreditamos que a resistência do Governador em exercício às solicitações neste sentido levará a melhor, visto que não

pode ser do seu interesse, do interesse da sua administração transformar em caos o que funciona com tanta perfeição e eficiência. Lembrariamos ao chefe do executivo uma visita a Pindobal para avaliar <<in loco>> a importância adquirida pelo estabelecimento e de certo que essa visita reforçaria a resistência aos pedidos que, ao que tudo indica, estão sendo insistentes para a retirada de Jandira Pinto da direção em que tanto se tem destacado e na qual tantos serviços prestou á obra de recuperação do elemento humano confiado aos seus sentimentos humanitários e a sua capacidade técnica. (A ESCOLA..., 1958, p. 02).

A matéria acima não foi assinada, o fato é que existem rumores do afastamento da diretora, e essa publicação seria a terceira que estaria alertando a sociedade paraibana acerca dessa situação. Em 04 de janeiro de 1958 quem assume o governo do Estado da Paraíba é Pedro Gondim, pode ser que o novo Governador precisasse cumprir com seus compromissos com a equipe política e, por este motivo, pensava em retirar Jandira Pinto da instituição. Embora apenas os rumores começassem a ser veiculados na imprensa paraibana e Jandira Pinto passasse a ter a sua gestão defendida por alguns colunistas, a exemplo da publicação anterior. Jandira Pinto sai da instituição apenas em 1960, talvez as cobranças feitas pela sociedade e por colunistas no *O Norte*, desde 1958, tenham surtido efeito para que a professora continuasse à frente da direção de Pindobal.

Dessa forma, é perceptível a importância dada à Jandira Pinto na direção de Pindobal na década de 1950, e é inegável que a professora desenvolveu os seus trabalhos à luz da pedagogia e da assistência social. Sua formação profissional é elemento basilar para o seu sucesso, como também a sua formação humana religiosa, o sincretismo cristão que eleva a sua profissão quase a um sacerdócio, a uma missão de paz na terra. A personalidade de Jandira Pinto mistura-se com o seu lado profissional e ela desenvolve aquilo que podemos chamar de Educação Humanista Cristã Assistencial em Pindobal.

É educação, pois desenvolve uma ação pedagógica voltada para os meninos de Pindobal. É humanista, pois defende que o indivíduo é singular e possui desejos e aspirações, devendo ser percebido de forma individual e coletiva. É cristã devido a sua formação católica e o seu entendimento a respeito da relação entre a religião e o amor maternal, vinculando suas práticas ao sacerdócio e à figura de Maria, mãe de Jesus. E, por fim, é assistencial, pois sua formação no Instituto Social do Rio de Janeiro conferiu-lhe ferramentas para enxergar a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social como um ser humano a ser educado, cuidado e lapidado, para que assim possa viver socialmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomaremos a liberdade neste capítulo final de problematizar, de forma mais enfática, alguns elementos constitutivos desta pesquisa e os seus resultados. Inicialmente, é preciso que fique cristalino que as considerações finais, não serão um fim para esta pesquisa, como será possível observar ao final deste capítulo, acreditamos ser um recomeço, uma forma de articular os capítulos anteriores e reapresentar os resultados da investigação, entendendo que o que se encerra aqui é um ciclo, predeterminado através dos objetivos e das hipóteses que foram escolhidas em detrimento de outras.

Ciclo este que será encerrado a partir da “vista de um ponto” (BOFF, 1999), e das nossas inquietações, e que poderá até parecer, para alguns, uma vista míope, pois, como diria Boff (1999), a mente pensa onde os pés pisam. Destacamos que o desenvolvimento desta pesquisa acontece em um momento de profundas incertezas, não foi uma tarefa simples: incerteza na humanidade e na política nacional, incerteza na continuidade da própria existência da vida humana. Essas incertezas provocaram em nós a mais pura vontade de prosseguir com esta pesquisa e de analisar, à luz das fontes, aquilo que nos propomos.

Dessa forma, as fontes aqui trabalhadas propiciaram desenvolver um “tear” de fios coloridos, de denúncias e de anúncio de um mundo novo para os meninos de Pindobal. O início deste trabalho é fruto das inquietações para entender a famigerada frase popular: “Menino, se você não me obedecer, vou te levar para Pindobal”, é a partir dessa frase que é despertada a curiosidade em saber o que é Pindobal. Escolhemos o Paradigma Indiciário (1987) como postura teórica e metodológica para rastrear as fontes pelo fato de entender que essa concepção ajudaria a identificar as fontes e analisá-las de forma qualitativa. Essa postura possibilitou um caminhar de forma sinuosa: sabíamos onde queríamos ir, mas não imaginávamos onde poderíamos chegar.

A nossa caminhada em busca de Pindobal parte da frase dita anteriormente e vai ao encontro das falas de amigos e colegas sobre a instituição, encontrando a Professora Socorro Queiroga e a própria instituição durante o período da graduação (2015-2020). Esse encontrar foi decisivo para provocar a necessidade de entender melhor essa instituição, de modo que, ainda muito inexperiente, desenvolvo, então, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a instituição, preocupando-me, naquele momento, apenas em colocar no texto o maior número de fontes encontradas e tendo tangenciado a análise propriamente dita dessas fontes.

É a partir dessa necessidade de analisar de forma mais aprofundada e de conhecer aspectos ainda subterrâneos no TCC, como o período da direção dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, que nos debruçamos em desenvolver essa pesquisa no Mestrado em Educação, na linha de História da Educação. Buscamos, então, trabalhos acadêmicos que tratassem de aspectos constitutivos da instituição, que detalhassem, de maneira qualitativa, os motivos pelos quais a instituição havia sido criada e estava sendo mantida ao longo dos anos. Infelizmente, percebemos uma tremenda escassez de trabalhos, sendo que apenas o trabalho de Amorim (2013) e Ribeiro (2017) utilizavam Pindobal como objetos de suas pesquisas, com objetivos distintos e períodos também distintos.

Nesses dois trabalhos citados, percebemos a escassez de fontes e de um detalhamento qualitativo dos reais motivos que faziam com que Pindobal permanecesse em funcionamento. Essa informação não conseguimos obter, foi então que percebemos a existência de uma carência de fontes que tratassem a História de Pindobal em sua centralidade, foi, então, que resolvemos rastrear, nos livros históricos da região do vale do Mamanguape/PB, se Pindobal havia sido tratada de alguma maneira.

O primeiro objetivo específico que construímos foi: Articular Teoria, Método e Objeto através do Paradigma Indiciário e suas raízes, justificando uma possível invisibilidade historiográfica sofrida por Pindobal. Este objetivo é contemplado no segundo capítulo do trabalho, onde também abordamos as razões pelas quais se justifica a escolha pelo Paradigma Indiciário, buscando suas raízes e indo até a materialização dessa postura nas Ciências Humanas, chegando até Pindobal.

Identificamos, nesse capítulo, que Pindobal sofre uma invisibilidade historiográfica pelos livros de História Local que retratam a história de Mamanguape/PB, poucos são os livros que falam algo sobre Pindobal e nenhum utiliza Pindobal como lócus principal de investigação. Após ser constatada essa invisibilidade, foi demarcado o período a ser investigado, optando por um período longo, mas que obedecesse aos fatos históricos vivenciados pela instituição.

A sequência dos capítulos dessa dissertação é uma trajetória de fatos históricos e de período, abordando a criação da instituição, em 1930 – embora a primeira fase da instituição, administrada pelo governo federal, anteceda esse período –, indo até a direção de Sizenando Costa, dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, na década de 1940, e chegando até a direção da Professora e Assistente Social Jandira Pinto, nos anos de 1950.

O segundo objetivo específico construído foi: Investigar as narrativas contidas nos periódicos e nos documentos institucionais sobre a criação de Pindobal, relacionando à

sua finalidade pedagógica. Esse objetivo é alcançado de duas maneiras: a primeira é através da catalogação das fontes, identificando nos periódicos da imprensa, no *Jornal O Norte* e na imprensa nacional, através dos arquivos da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) que caracterizam a criação de Pindobal, relacionada a sua finalidade pedagógica. Esse objetivo perpassa por todos os capítulos, tendo em vista que não existe um capítulo específico que aborde as fontes aqui debruçadas, mas todos os capítulos tratam sobre Pindobal e sobre a sua finalidade em cada período estudado.

As fontes foram tratadas de forma qualitativa, a mensuração quantitativa é utilizada apenas para pontuar quantas fontes foram utilizadas. Utilizamos cerca de 53 (cinquenta e três) fontes escritas, sendo elas classificadas da seguinte maneira: Livros históricos sobre Mamanguape; Jornais paraibanos e nacionais que tratam sobre Pindobal; Relatórios do Ministério da Agricultura; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros; Revista do Ensino; Decreto de criação de Pindobal e os Arquivos religiosos dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. Além das fontes escritas, utilizamos, ainda, 49 (quarenta e nove) fontes iconográficas, fotografias que versam sobre os diferentes períodos da instituição.

O terceiro objetivo específico foi: Discutir acerca dos conceitos de infância e adolescência desvalidas, relacionados à criação de Pindobal e ao Ensino Rural compulsório (1930-1940), e é abordado no terceiro capítulo. O conceito de infância e adolescência desvalida é tratado por Souza (2014) a partir dos aspectos da nacionalização de 1930, período que visava a regeneração social dos sujeitos, durante o “Estado Novo”, com a criação de políticas públicas para atender os chamados “desvalidos” (RIZZINI & RIZZINI, 2004). Pindobal é fundada em Mamanguape/PB, região campesina, com o intuito de desenvolver o Ensino Rural compulsório.

Nesse capítulo, fazemos uma análise de que Pindobal não era oficialmente um Patronato Agrícola, embora utilizava do Ensino Rural e do movimento de ruralização na Paraíba (MARIZ, 1939) como elementos fundantes para a sua materialização. Pindobal aqui é vista a partir dos aspectos regionais e nacionais, o texto é elaborado de maneira que envolve as tensões rurais, através dos engenhos e da chegada da família Lundgren na região. Em 1913, Pindobal é doada para o governo Federal para que fosse estabelecido no local um Centro Agrícola (COSTA, 1986), sendo essa a primeira fase da instituição, que vai até 1929.

Em 1930, a área volta a pertencer ao Governo do Estado. Neste capítulo, é possível perceber o início da caracterização das crianças e dos adolescentes desvalidos, são

sujeitos pobres e pretos, menores de idade tratados como transviados nos jornais daquele período (MORAES, 2000). Quase sempre são colocados como criminosos em potenciais, permanecer nas ruas conferia a essa população o título de subversivos e Pindobal é criada para conter essa população. Sizenando Costa é o primeiro diretor da instituição, sujeito intelectual e defensor do Ensino Agrícola, tem como ideologia principal a recuperação do “menor transviado” por meio do trabalho agrícola e compulsório.

Nesse período, Pindobal é pensada apenas sob a ótica do Trabalho Agrícola e do encarceramento. É analisado aqui o decreto 1.672 de 10 de junho de 1930 sobre a criação da instituição, documento que evidencia os elementos do trabalho, da ordem, do militarismo e do encarceramento, onde observamos nitidamente qual é o modelo de instituição pensada para Pindobal: austera, compulsória, militar e que regenere através do trabalho agrícola. (DECRETO..., 1930). É evidente que Pindobal desenvolve uma ação voltada para os aspectos da nacionalização e do progresso agrícola, sendo pensado um tipo de Escola para os pobres, filhos e filhas dos trabalhadores.

De maneira prática, os elementos pedagógicos que estão em jogo nesse período em Pindobal estão presentes na concepção de Escolanovismo (CAMPANA; ROCHA, 2018) e da Higiene Mental (SOARES JÚNIOR, 2019). Aqui, é perceptível a busca por uma cura pedagógica, sendo possível através do trabalho, e é conceituado também o sujeito anormal e a busca pela normalização de condutas e comportamentos.

A busca por mão-de-obra qualificada, pauta de alguns escolanovistas, unida a uma concepção de Higiene Mental (MERCADANTE, 2014), são dois conceitos que estão diretamente relacionados à criação de Pindobal. Nesse período, Pindobal atende a cerca de 240 (duzentos e quarenta) sujeitos, as imagens apresentam uma instituição precária, de sujeitos com semblantes assustados, sendo do sexo masculino de 10 até 18 anos de idade, embora acreditemos que as crianças pequenas também eram internadas na instituição, como é perceptível através do relato do Professor Mario Gomes (1942).

O quarto objetivo específico aborda o período seguinte: Analisar a Educação Moral na formação dos sujeitos internos de Pindobal a partir da direção dos padres do Sagrado Coração de Jesus (1941-1949). Esse objetivo foi trabalhado no quarto Capítulo, onde é abordado a moralização dos sujeitos, uma prática que é quase uma ação educativa para conter revoltas e possíveis fugas. A educação Moral (PIZOLATI; ALVES, 2019), durante a direção dos Religiosos do Sagrado Coração de Jesus, é concebida como elemento religioso, sobretudo, como uma forma de controlar os desejos e as vontades dos internos.

Os internos, em Pindobal, passam a ser classificados como sujeitos imorais ou morais, a instituição passa a ter a responsabilidade de moralizar as condutas dos imorais, desenvolvendo, assim, atitudes convenientes para que os seus internos trabalhem e professem a fé católica sem resistências. Esse é um projeto repressor do Estado para os meninos de Pindobal, é um projeto de sociedade como diria Goergen (2007). As atitudes morais que se pretendiam desenvolver em Pindobal eram a aptidão para o trabalho agrícola, o respeito às regras de convivência que são estabelecidas pelo diretor e funcionários da instituição e a obediência incondicional aos preceitos da religião católica.

Para o sucesso dessa Educação Moral em Pindobal, os sacerdotes faziam com que o Escoteirismo, o trabalho Agrícola compulsório e a Educação Física e Militar permeassem todos os locais da instituição. A criança e o adolescente educados moralmente são aqueles que atendem às exigências dos religiosos e se comportam da maneira como preconizavam os sacerdotes e os ensinamentos da doutrina católica. Nesse capítulo, é possível visualizar a chegada dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus no Nordeste brasileiro e, em especial, na Paraíba. Chegando para fundar uma capela na fábrica de tecidos de Rio Tinto, os religiosos aceitam o convite de outro religioso paraibano para administrar uma obra social, que é Pindobal.

Essa tradicional ordem religiosa passa a lutar, no século XX, contra os preceitos do Comunismo e do Socialismo, a doutrina que eles professam é a encíclica *Rerum Novarum*, que transforma os trabalhadores das fábricas em homens dóceis e moralizados (AGUIR; LIMA). Os sacerdotes do SCJ passam a desenvolver estratégias de acomodação da classe trabalhadora, diante das ausências e opressões proferidas pelos patrões das fábricas. A função primordial desses religiosos era a conformação da classe trabalhadora, através de elementos moralizantes, para que fosse evitada toda e qualquer tipo de revolta que causasse prejuízo aos proprietários das fábricas.

Nesse quarto capítulo, foi tratado analiticamente um arsenal de fotografias da época dos padres, que revelam como a Educação Moral estava sendo desenvolvida. É possível observar, através das imagens, a real situação dos internos de Pindobal: as roupas precárias, os semblantes assustados e franzinos. O trabalho, nessas fotografias, é o grito de ordem desse período.

O quinto e último objetivo específico foi tratado também no quarto capítulo, na última seção, a saber: Discorrer sobre a experiência da pedagogia humanista da professora e assistente social Jandira Pinto à frente da direção de Pindobal (1953-1960). Jandira Pinto, professora, assistente social, mulher, cronista e poetisa paraibana é uma figura

singular para Pindobal e para esta pesquisa. A curiosa figura feminina, tratada pela imprensa como “mãe dos pobres”, tem a sua visibilidade na imprensa paraibana a partir do cargo de direção em Pindobal, no período de 1953 a 1960. A chegada de Jandira Pinto é ovacionada na imprensa e tratada como um grande feito, durante poucos meses de atuação é homenageada com salva de palmas na Câmara dos Deputados da Paraíba.

É através da direção de Jandira Pinto que os números de fugas diminuem drasticamente, antes chegando a mais de 30 (trinta) meninos que fugiam mensalmente da instituição, com sua direção passando de 2 (dois) para 1 (um) por mês. Esses números indicam que esses sujeitos viam em Jandira Pinto algo diferente dos diretores anteriores. Jandira Pinto tem sua condição de mulher como uma grande virtude para o cargo que ocupa, são nítidos os elementos da sensibilidade, do amor e do carinho que estão presentes nos discursos da imprensa paraibana ao falar de Jandira Pinto.

Jandira Pinto, através de entrevista concedida à Zenith Cartaxo, em 1954, fala de seu trabalho em Pindobal como um sacerdócio; ela é notadamente católica, e sua atuação é fruto de seu profissionalismo como Assistente Social, além de que sua formação lhe confere a capacidade de mediar conflitos, desenvolver diálogos e ser bem quista pelos internos da instituição. Jandira Pinto passa a desenvolver um conceito que denominamos nessa dissertação de Educação Humanista Cristã Assistencial em Pindobal.

Apesar de ter sido uma mulher notadamente importante para Pindobal e para a Paraíba no século XX, em especial no período de 1950, Jandira Pinto foi esquecida pela historiografia tradicional, não se tem nenhum estudo biográfico ou qualquer que seja que retrate as contribuições de Jandira Pinto para a Educação Paraibana e para a Assistência Social, esse é um importante elemento a ser considerado aqui.

Dessa forma, acreditamos que foi atendido o objetivo principal proposto: Compreender a história da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) a partir das narrativas contidas nos textos impressos e nos documentos institucionais, pontuando a Educação Moral como conceito controlador da infância e adolescência desvalida na Paraíba do século XX (1930-1960).

Os resultados que obtivemos através desse estudo caracterizam Pindobal a partir de quatro momentos distintos: 1) 1913-1929 como a primeira fase da instituição, sendo administrada pelo governo Federal, fundando um Centro Agrícola; 2) 1930-1940, com a criação, em 1930, da Escola Profissional Presidente João Pessoa, administrada pelo governo do Estado, período em que a direção do Professor Sizenando Costa e sua concepção de Escola Rural são incorporadas em Pindobal, passando a instituição a ser

um local experimental de suas ideias, versando acerca do Ensino Agrícola Profissional em detrimento das aulas de letras; 3) 1941-1949, tendo a Educação Moral como a principal ferramenta de controle dos internos de Pindobal, proferida através do Trabalho Agrícola Compulsório do Escoteirismo, das Aulas de Educação Física e Militar e do Ensino Religioso Católico pelas mãos dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus; e 4) 1950-1960, com a direção da Professora e Assistente Social Jandira Pinto, desenvolvendo uma concepção de Educação Humanista Cristã Assistencial, sendo possível uma Pindobal diferente daquela que as administrações anteriores buscavam, a partir de sua gestão, os internos são vistos como sujeitos humanos e respeitados, sua prática traz o diálogo e a confiança como dois elementos basilares de seu sucesso na instituição. Esses quatro momentos distintos estão presentes a partir do ideário de sociedade de cada período, e aproxima esse estudo da história social da infância no século XX, tomando como lócus uma instituição local.

Os objetivos institucionais de Pindobal vão sendo modificados ao longo dos anos, passando pelo Ensino Agrícola compulsório, pela Educação Moral e chegando até a Educação Humanista. Essas três dimensões pedagógicas estavam a serviço de um ideário de sociedade, de um projeto de nação que a Paraíba resolveu defender em cada período, seja por vontade própria de cada diretor/a, respaldado pelo Governador de cada período, seja por orientações nacionais e por problemas sociais como a fome, o desemprego e a falta de moradia dessas crianças e desses adolescentes.

No período estudado, não existia legislação no Brasil que tratasse a questão da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social como sujeitos de direitos, essa conquista só vem a ser efetivada após a constituição de 1988 e tratada com afinco com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Pesquisar sobre Pindobal nos fez refletir sobre a importância de lutarmos pela efetivação do ECA em todos os espaços.

É preciso rechaçar discursos retrógrados, que continuam a ser professados na imprensa, nas conversas informais, nas escolas e em diversos lugares, de que o ECA precisa ser revogado ou revisto. É preciso pontuar que as ideias de encarcerar crianças e adolescentes e vê-los como irrecuperáveis possuem seus tentáculos nas profundezas da história da criança e do adolescente no Brasil, possui raízes em concepções higienistas e fascistas que rodearam ações e mentes pelo mundo no século XIX e XX.

Bem, é preciso dizer que as lacunas que a história de Pindobal ainda possui são evidentes e, que poderiam ter sido preenchidas com o acesso a arquivos como: as fontes

judiciárias que justificassem o internamento dessas crianças em Pindobal, os arquivos institucionais, como atas e livros de ocorrência da instituição, e diários de internos e ex-internos, como também a História Oral, que podem ser instrumentos de coletas de dados para futuros pesquisadores. Aqui, não optei pela História Oral por dois motivos: o primeiro foi a tentativa de construir a história de Pindobal a partir de registros documentais e iconográficos; o segundo, pelo tempo que a pesquisa de mestrado requer, que são apenas 24 (vinte e quatro) meses, além do contexto pandêmico que inviabilizou esse tipo de pesquisa de campo.

O não acesso às fontes citadas anteriormente, devido a Pandemia e à negativa de ceder o espaço para esta pesquisa em variados momentos, fez com que não pudéssemos trazer esses importantes elementos da História de Pindobal. Destaco, mais uma vez, que se faz urgente uma investigação minuciosa da vida e obra da Professora Jandira Pinto. Por fim, nos despedimos desta pesquisa com a sensação de dever cumprido, acreditamos que conseguimos extrair da melhor maneira possível as fontes que estiveram sob nossa responsabilidade, sendo fiel a sua escrita e analisando-as à luz do Paradigma Indiciário e da história local.

FONTES CITADAS NO TEXTO

A ESCOLA de Pindobal. **O Norte**: João Pessoa, 1958, n. 256, p. 02, 30 jan.

A ESCOLA Profissional de Pindobal. **O Norte**: João Pessoa, 1953, n. 1219, p. 03, 25 nov.

A SITUAÇÃO da Parahyba em matéria de ensino. **Diário de Pernambuco**. 1936, p. 08. Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pagfis=22337.
 Acesso em: 25 jan. 2022.

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **História da freguesia de Mamanguape**. João Pessoa: A união, 2010.

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Nobliarquia Mamanguapense**. João Pessoa: Editora Gráfica Meta Ltda, 2008.

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape. João Pessoa: Edições TJPB. 2011.

ALMEIDA, Antonio Henriques Junior. Correspondências. **O Publicador**. nº 469, p. 4, 26 mar. 1864. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=215481&pagfis=96>. Acesso em:
 25 jan. 2022.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **A retirada da cana-de-açúcar pelas crianças**. Recife-PE. 1941-1949, 19 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Aula de costura**. Recife-PE. 1941-1949, 33 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Aula de sapataria**. Recife-PE. 1941-1949, 34 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Aula de serralharia**. Recife-PE. 1941-1949, 32 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Capela do Sagrado Coração de Jesus, em Pindobal**. Recife-PE. 1941-1949, 36 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Criança fabricando tijolos para as construções de Pindobal**. Recife-PE. 1941-1949, 29 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Criança olhando para a câmera**. Recife-PE. 1941-1949, 43 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Crianças e adolescentes com roupas de escoteiros**. Recife-PE. 1941-1949, 40 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Crianças e Adolescentes enfileirados segurando a enxada.** Recife-PE. 1941-1949, 17 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Crianças e adolescentes internos com vestimentas religiosas.** Recife-PE. 1941-1949, 37 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Crianças e Adolescentes trabalhando na enxada sob vigilância de um guarda.** Recife-PE. 1941-1949, 23 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Crianças internas de um lado e políticos e militares de outro.** Recife-PE. 1941-1949, 39 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Demonstração de trabalho dos internos.** Recife-PE. 1941-1949, 27 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Dormitórios de Pindobal.** Recife-PE. 1941-1949, 24 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Escoteiros de Pindobal Acampando.** Recife-PE. 1941-1949, 41 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Infraestrutura de Pindobal deteriorada.** Recife-PE. 1941-1949, 25 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Internos batendo continência em frente ao portão de Pindobal.** Recife-PE. 1941-1949, 16 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Internos com cachos de banana na cabeça.** Recife-PE. 1941-1949, 31 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Internos de Pindobal fazendo Educação Física.** Recife-PE. 1941-1949, 42 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Internos guiando o gado para arar a terra.** Recife-PE. 1941-1949, 18 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Internos trabalhando e o Padre Henrique Van Der Horst colocando tijolos.** Recife-PE. 1941-1949, 28 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Internos trabalhando na construção em Pindobal.** Recife-PE. 1941-1949, 30 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Militar proferindo discurso enquanto religiosos e outros militares assistem.** Recife-PE. 1941-1949, 38 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Momento no refeitório.** Recife-PE. 1941-1949, 35 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **O transporte da cana de açúcar pelos internos de Pindobal.** Recife-PE. 1941-1949, 20 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Padre Geraldo Wildeboer Schut, do SCJ.** Recife-PE. 1941-1949, 14 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Padre Geraldo Wildeboer Schut, ao centro, junto a fiéis e políticos em frente à Igreja Matriz, em Mamanguape.** Recife-PE. 1941-1949, 21 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Padre Henrique Van Der Horst do SCJ.** Recife-PE. 1941-1949, 13 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Passaporte do Padre Reinier Bernardes Josephus Wierex.** Recife-PE. 1941-1949, 15 Fotografia.

APOSTOLADO do Sagrado Coração de Jesus. **Políticos, militares e religiosos reunidos em Pindobal.** Recife-PE. 1941-1949, 26 Fotografia.

ARQUIVO Pessoal. **Aula de Marcenaria em Pindobal, 1958.** Mamanguape-PB. 1958, 49 Fotografia.

ARQUIVO Pessoal. **Hasteamento da bandeira em Pindobal, em 1957.** Mamanguape-PB. 1957, 46 Fotografia.

ARQUIVO Pessoal. **Jandira Pinto e a reunião com os escoteiros em 1957.** Mamanguape-PB. 1957, 47 Fotografia.

ARQUIVO Pessoal. **Menino tocando sanfona na sala de Música de Pindobal, em 1956.** Mamanguape-PB. 1956, 45 Fotografia.

ARQUIVO Pessoal. **Quadra de Esporte com os internos praticando esporte, 1957.** Mamanguape-PB. 1957, 48 Fotografia.

ASSUNTOS do Nordeste. **Diário de Pernambuco.** Recife, p. 3, 6 de jun. 1934.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pagfis=11923.

Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL, **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PB):** Ensino

Profissional. João Pessoa, 1926. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720445&pagfis=1627>. Acesso em

25 jan. 2022.

BRASIL. Centro Agrícola de Pindobal: Casa destinada a escola. In: **Relatórios do Ministério da Agricultura.** Rio de Janeiro, 1914.

BRASIL. Mensagem apresentada a assembleia legislativa pelo vice-presidente do estado Dr. Alvaro Pereira de Carvalho e elaborada pelo malogrado presidente Dr. João Pessoa Cavalcante de Albuquerque (assassinado em Recife, em 26 de julho passado): segunda mensagem do governo João Pessoa, referente ao período de julho de 1929 a junho de 1930. **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros.** João Pessoa, 1930.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720445&pagfis=2254>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Prontuários de estrangeiros – Reinier Bernardes Josephus Wierex. **Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 1935.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Prontuários de estrangeiros – Geraldo Wildeboer-Schut. **Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura: Doadas ao Governo da União pelo do Estado. In: **Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio**. Rio de Janeiro, 1913.

BRE: PROVÍNCIA BRASIL RECIFE: 77 anos de história e missão!. **Província BRE – Irmãos e Padres Dehonianos**. 2015. Disponível em: <https://bsdehonbrasil.wordpress.com/2015/03/12/bre-provincia-brasil-recife-77-anos-de-historia-memoria-e-missao/>. Acesso em: 03 de Maio. 2021.

CARTA DA PARAHYBA. **O Paiz**, 7 fev, Rio de Janeiro: 1930, p. 08. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/360. Acesso em: 25 jan 2022.

CARTAXO, Zenith. Pindobal Ressurge com Jandira Pinto. **O Norte**: João Pessoa, 1954i n. 1286, p. 01; 05, 21 fev.

CARTAXO, Zenith. Pindobal Ressurge com Jandira Pinto. **O Norte**: João Pessoa, 1954ii n. 1288, p. 01; 05, 24 fev.

CARVALHO, Maria de Lourdes. Pindobal que eu vi. **O Norte**: João Pessoa, 1954, n. 1282, p. 04, 17 fev.

COSTA, Adailton Coelho. LINS, Sebastião Alves. **Mamanguape Minha Terra**: Estudos Sociais Edição Ilustrada. João Pessoa: gráfica J.B. Ltda, 1992.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a Fênix Paraibana**. Campina Grande, GRAFSET LTDA, 1986.

COSTA, Sizenando. **A Escola Rural**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

DA PARAHYBA. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 98, anno 113, p. 4, 28 abr. 1938.

DA PARAÍBA. **Diário de Pernambuco**: Recife, 1944.

DECRETO n 1.672, de 10 de junho de 1930. **A União**, João Pessoa, p. 6, 11 jun. 1930.

DEIXAM A Escola Profissional “Presidente João Pessoa” os Padres do S.C de Jesus. **A Imprensa**. 1950, p. 01.

DRIEDONKX, Egidio. **A Missão SCJ no Nordeste do Brasil 1893-1908**. Roma, Centro Geral de Estudos, 1992.

GOMES, Mario. Bons e Maus Escolares. **Revista do Ensino**, Ano X, nº 17, João Pessoa: IHGP, 1942, p. 27-28.

IHGP, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. **Historiador e Conselheiro Adailton Coelho Costa**. Disponível em: <http://www.ihgp.net/luizhugo/adailton.html>. Acessado em: 03 de Maio. 2021.

JANDIRA Pinto foi a inspiradora da idéia: a academia paraibana de letras permanece de portas hermeticamente fechadas às mulheres intelectuais – Breve, a instalação. **O Norte**: João Pessoa, 1955, n. 1.642, p. 4, 22 Jul.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcellos. **O Ensino Público na Paraíba**: Síntese Histórica da Secretaria da Educação. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba – Secretária da Educação, 1987.

LIVROS Paraibanos. **A Cruz**: órgão da Paróquia de S. João Batista: Rio de Janeiro, 1954, p. 04.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União editora, 1939.

MEMORIAL, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. **Cadeira Nº 27 Patrono: Leon Clerot**: Ed. Comemorativa dos 90 anos de Fundação 1905/1995, João Pessoa: 1995.

O APRENDIZADO, agrícola que o governo do Estado vae instalar na fazenda de Pindobal, em Mamanguape, será dirigido pelo professor Sizenando Costa. **O Município**, Ed. 00772, Acre: 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720658&pagfis=946>. Acesso em: 25 jan, 2022.

O INTERVENTOR Federal fala sobre a continuação do Programa de Melhoramentos Públicos. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. 4, 26 de fev. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pagfis=27668. Acesso em: 25 jul. 2020.

OCTÁVIO, José. **A Paraíba das origens à urbanização**. João Pessoa: Fundação. Casa de José Américo, 1983.
operários). Vaticano: 1891.

PARAÍBA. O fomento da produção agrícola paraibana. **A Manhã**: Rio de Janeiro, 1942, n. 357, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116408&pagfis=17328>. Acesso em: 22 de Fev. 2022.

PINDOBAL e o dia da Criança. **O Norte**: João Pessoa, 1953ii, n. 1194, p. 01, 24 out.
PINDOBAL Vibrou. **O Norte**: João Pessoa, 1953i, n. 1192, p. 04, 22 out.

POLMAN, Jorge. **Missão de Esperança**: História dos sacerdotes do S. Coração de Jesus no Norte do Brasil. Edição. Prov. Bras. Set. 1986i.

POLMAN, Jorge. **Missão de Esperança**: História dos sacerdotes do S. Coração de Jesus no Norte do Brasil, Anexo. Edição. Prov. Bras. Set. 1986ii.

RAMALHO, Lindolfo. Pindobal de hoje. **O Norte**: João Pessoa, 1953, N. 1221, p. 02, 27 Dez.

RAMALHO, Lindolfo. Uma grande mulher no Serv. Social da Paraíba. **O Norte**: João Pessoa, 1953, n. 1228, p. 03, 5 Dez.

RAMOS, José de Oliveira. **Pedaços da História de Mamanguape**. Mamanguape: Prefeitura de Mamanguape, 1993, p. 7-9.

REGULAMENTO do “Centro Agrícola Pindobal”. **A União**, João Pessoa, p. 6, 11 jun. 1930.

RODRIGUES Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape**: uma exposição histórica do município. Recife: COMUNIGRAF, 2008.

SER’A DADA a nova orientação a Escola Profissional de Pindobal. **A Batalha**, Rio de Janeiro, n. 4.413, p. 2, 29 dez. 1940. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=175102&pagfis=20109>. Acesso em: 03 de Maio. 2021.

SILVEIRA, Clélia. Uma vida melhor para os meninos de Pindoba. **O Norte**, n. 1150, p. 2, 2 set. 1953.

SILVEIRA, Clélia. Uma vida melhor para os meninos de Pindoba. **O Norte**: João Pessoa, 1953, n. 1150, p. 01, 2 set..

SILVEIRA, Clélia. Uma vida melhor para os meninos etc. **O Norte**: João Pessoa, 1953 n. 1150, p. 04, 2 set.

SOUZA, Nilza Fernandes de Souza. O Livro e o autor. In: RAMOS, José de Oliveira. **Pedaços da História de Mamanguape**. Mamanguape: Prefeitura de Mamanguape, 1993, p. 7-9.

UMA BELLA Fundação em João Pessoa na Parahyba. **A Noite Ilustrada**. Rio de Janeiro, n. 88, p. 5, 9 dez. 1931. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=120588&pagfis=1376>. Acesso em: 16 jan. 2022.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de; LIMA, Lúcio Renato Mota. A fábrica de tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho (1891-1908). **REVTEO - Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**. 2012, Recife: n. 1, v. 1, p. 160-195.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. **“Deus, Pátria e Família”**: Os sentidos do fascismo brasileiro, do integralismo ao populismo do século XXI. **79Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas**, Serra Talhada, n. 7, vol. 2: 163-178, Jul/Dez. 2020.

AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. **A criminalização da juventude pobre na Paraíba**: reflexões acerca das mudanças e permanências. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade**: o instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942). 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011, p 153-202.

AZEVEDO, Gislaine Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. In: **Arquivo do Estado de São Paulo**, São Paulo, ed. 27, 2007.

AZEVEDO, Jackeline Souza de. **A transferência da informação na 2º vara da infância e juventude do Estado da Paraíba**. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Ed. Publicações Europa-América, 1983.

BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade do anormal. In:

FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 251-276.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: **Novos Domínios da História**. Org. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro. p. 1-19.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 13, p. 97-113, 1994.

CLEMENTE, Marcos Edílson de Araújo. O cangaço e a representação mística de Lampião (1920-1938). In: **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 12, 2018, p. 5-23.

COELHO, Claudio Marcio. **Raízes do Paradigma Indiciário**. Vitória: Site do NEI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da UFES, 2008.

COMTE, Augusto. Catecismo Positivista. Trad. Miguel Lemos In: **Os Pensadores**. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978.

CONVENIENTE. in **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa** [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/conveniente>. Acesso: 28 de Maio de 2021.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 143-164.

DOYLE, Arthur Conan. **Um estudo em vermelho**. Trad. Gabriela Bauerfeldt. 1ªed. Cotia: Pé de Letra, 2017.

DR. SAMUEL Vital Duarte – um Ilustre Paraibano. **Revivendo Esperança PB**, Esperança, 8 de novembro de 2012. Disponível em: <http://revivendoesperancapb.blogspot.com/2012/11/dr-samuel-vital-duarte-um-ilustre.html> . Acesso em: 24 de março de 2022.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. **História**. (São Paulo. Online), v. 29, p. 345-367, 2010.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique. Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890_1930). In: **XII Encontro de pesquisa em Educação**/Centro Oeste, Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O positivismo, “historiografia positivista” e história do direito. In: **Argumenta Journal Law**, n. 10, 2009, p. 143-166.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. PINTO, Luiz Antonio Gomes. Usos da micro-história na historiografia dos momentos sociais na/da educação brasileira. In: **Revista Ágora**. Vitória, n. 18, 2013, p. 95-112.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIÃO, Wilmar Roberto. **Por uma hegemonia sobre a loucura**: Invenções e lutas de saberes pela insanidade em Campina Grande – dos anos 60 aos dias atuais. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GIANNOTTI, José Arthur. Comte (1798-1857): Vida e obra. In: **Os Pensadores**. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978.

GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Pierro**: o Batismo, o Cíclo de Arezzo, a Flagelação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: CARLO, Ginzburg. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GOERGEN, Pedro. A Educação Moral Hoje: Cenários, Perspectivas e Perplexidade. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol, 28, n. 100, 2007, p.737-762.

GONZAGA, Luiz Gonçalves. Ginzburg e as Indicações sobre as raízes de um Paradigma Indiciário. In: GONZAGA, Luiz Gonçalves (Org). **Paradigma Indiciário**: diálogo aberto na educação popular. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009, p. 10-19.

HISSA, Sarah Barros Viana. O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, 2019, p. 963-979.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2. Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

LAJOLO, Marisa. Infância de Papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 323-348.

LAYMERT, Garcia dos Santos. Saber Tradicional x Saber Científico. In: **Povos Indígenas no Brasil**: 2001-2005, Ed. Beto Ricardo e Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 89-91.

LOURO, Guacira lopes. Mulheres na sala de aula. in: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 69-98.

MARQUES, Helton. Ficção, História e Memória em Menino de engenho, de José Lins do Rego. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo: Unesp, vol. 11, nº 2, 2015, p. 52-68.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação rural no Brasil: Balanço historiográfico e visão crítica. Entre o local e o global, **Anais do XVII Encontro de**

MENDONÇA, Sonia Regina. Conflitos intraestatais e política de educação agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos Históricos**, vol. 10, Paraná: 2007.

MERCADANTE, Jefferson. **A Psicanálise entre a Higiene Mental e a Escola Nova na obra de Arthur Ramos**: contribuições à História da Educação no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

MORAES, Carmen Sylvia Vidiga. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação, ANPED**, São Paulo, 2000.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: n. 15, 2020, p. 70-96.

MORIN, Edgar. **O Enigma do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. 4º ed – São Paulo: Contexto, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2º edição,

NASCIMENTO, Gabriel Alves do. **Histórias e Memórias de Pindobal (1930-1950): As Crianças Indesejáveis**. 2020. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel Alves do; ALMEIDA, Aline Rodrigues de. Outro olhar para a educação a partir das memórias de Jandira Pinto nos anos de 1950. In: Charliton José dos Santos Machado; Maria Lúcia da Silva Nunes; Ajanayr Michelly Sobral Santana. (Org.). **Exercício da Escrita (Auto)Biográfica**. 1ºed.Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE, 2019, v. 1, p. 206-220.

NASCIMENTO, Gabriel Alves do; MACHADO, Charliton Jose dos Santos; ALMEIDA, Aline Rodrigues de. Escritos e representações de Jandira Pinto: a reformuladora de Pindobal na Paraíba do século XX. **Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 3, p. 1-16, 2021.

NASCIMENTO, Gabriel Alves do; MACHADO, Charliton José dos Santos; ALMEIDA, Aline Rodrigues de. O ensino útil para os Menores Transviados: o caso de Pindobal na Paraíba do século XX. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e787986641, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6641. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6641>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do século XX**: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Sergipe, São Cristóvão, 2006.

NETO, Francisco Antônio Nunes. **A condição Social das Lavadeiras em Salvador, (1930-1939)**: quando a História e a Literatura se encontram. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

NOSELLA, Paolo. A formação do educador e do professor — esboço histórico. In: JARDILINO, José Rubens Lima; NOSELLA, Paolo. (Org.). **Os professores não erram**: ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre. São Paulo: Terras do Sonhar Ed. Pulsar, 2005.

PASSETTI, Edson. Criança Carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. 4º ed – São Paulo: Contexto, 2004.

PAVÃO, Eduardo Nunes Alvares. Balanço Histórico e Historiográfico da Assistência à infância “desvalida” no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, 2011.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. PERINELLI NETO, Humberto. A linguagem posta à prova pelo tempo: Carlo Ginzburg e suas contribuições para a História da Educação. In: **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 55, 2018, p. 314-333.

PEREIRA, Priscila Leandro. **Educação rural na Paraíba (1946-1961)**: “um meio para fixar o homem ao campo” 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PERRELLI, Maria Aparecida de Souza. “Conhecimento Tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas kaïowá/guarani. In: **Ciência e Educação**, Vargem Limpa, v 14, n. 3, 2008 p. 381-396.

PIMENTEL, Maria Augusta de Oliveira. **Hephaistos: O Íncrito Ferreiro**: uma leitura da representação do deus artífice em Homero, Hesíodo e na iconografia Ática. 2003.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira.; SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo; BURITY, Luis Mario Dantas. Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba Estadonovista (1937-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, p. 172-188-188, 2013.

PINHEIRO, Antônio Carlos. A Era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935-1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos. (Org). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, São Paulo, 2006, p.136-159.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; Alves, Alexrandre. Os debates sobre educação moral, caráter e conduta do indivíduo nas primeiras décadas do século 20 e seus reflexos na atualidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. 100, nº 256, 2019, p. 651-674.

PORPINO, Piêtra Germana de Carvalho Andrade; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênero e educação na imprensa paraibana (1964-1966). **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e179997208, 2020.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A contravenção Penal de vadiagem no Rio de Janeiro (1900-1940): Legalismo e prevencionismo nas decisões penais. In: **História do Direito I: XXIII Congresso Nacional Conpedi/UFPB**. Ed. Conpedi, João Pessoa: 2014.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIBEIRO, Viviane Martins. **Um olhar etnográfico sobre o centro de educação produtiva – pindobal**. 2017. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2017.
Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio, 2004.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011ii, p. 97-150.

RIZZINI, Irene. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011i, p. 225-286.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da FUNABEM. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 229-250.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. **Assistência á infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: EDUSU-CESPI/USU, 1993.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes. **ANALECTA**, Guarapuava, Paraná: v. 3, nº 2, p. 51-63, 2002.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: **Dimensões** – Revista de História da UFES. Vitória, n. 17, 2005, p. 213-221.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 205-228.

SANTOS, Joabson Silva dos. **Os tutores da desordem: uma abordagem histórica sobre juventude e criminalidade**. 2018. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e Trabalho para os meninos desvalidos: um estudo sobre o patronato agrícola de Bananeira (1924-1947)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os Porões da República: A colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Top oi**, vol 7, nº 13, Rio de Janeiro: 2006.

SIBIONI, Luiz Roque. Princípios, Pressupostos e Fundamentos Filosóficos do Estilo Salesiano de Educar. **Revista Estagiando**: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 1-20.

SILVA, Maurício Roberto da. **O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar: Onde está o lazer/lúdico? O gato comeu?**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

SOARES JÚNIOR. Azemar dos Santos. Sob o governo de higia: os saberes médico-pedagógicos e a construção de um corpo hígido na Paraíba (1930-1940). **Revista História da Educação**, v. 23, Porto Alegre: UFRGS, 2019, p. 1-38.

SOFFNER, Renato Kraide; ANTONIO, Severino; EVANGELISTA, Francisco. A Epistemologia e a Práxis da Educação Salesiana de João Bosco [Santo]. In: **Revista De Ciências Da Educação**: Edição Especial Dossiê Educação Salesiana: Desafios E Perspectivas Na Contemporaneidade. Americana, Ano XV, v. 02, n. 29, p. 1-14, jun-dez 2013.

SOUZA, Rogério Luiz. A arte de disciplinar os sentidos: o uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2014, v. 19, n. 57, p.399-416.

TADDEI, Renzo. Ser-estar no Sertão: capítulos da vida como filosofia visceral. In: **Interface**: comunicação, saúde, educação. Botucatu: vol. 18, nº 50, 2014, p. 597-607.

TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho. Análise Indiciária: uma topologia das singularidades. In: TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton (Org). **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas**. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p.121-148.

TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho. Análise Indiciária: uma topologia das singularidades. In: TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton (Org). **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas**. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p.121-148.

TFOUNI, Leda Verdani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton (Org). **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História**: Micro-História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anti-cangaço: As táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, 1999, p. 93-116.

WARDE, Mirian Jorge. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 417-442.

ANEXOS – FOTOGRAFIAS DE PINDOBAL QUE NÃO CONSTAM NO CORPO DO TEXTO

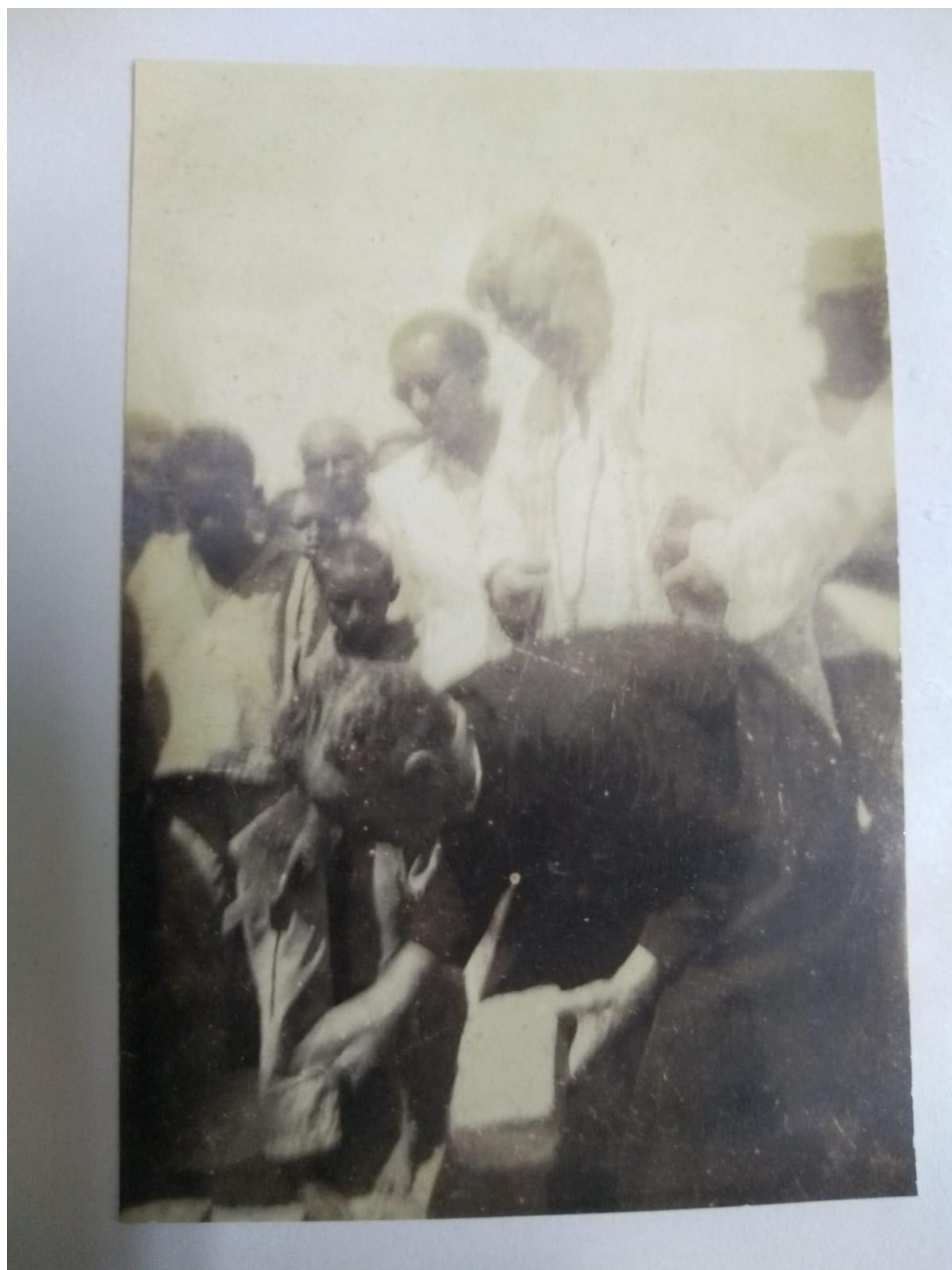
Fotografias do Álbum dos religiosos do Sagrado Coração de Jesus (1941-1949):























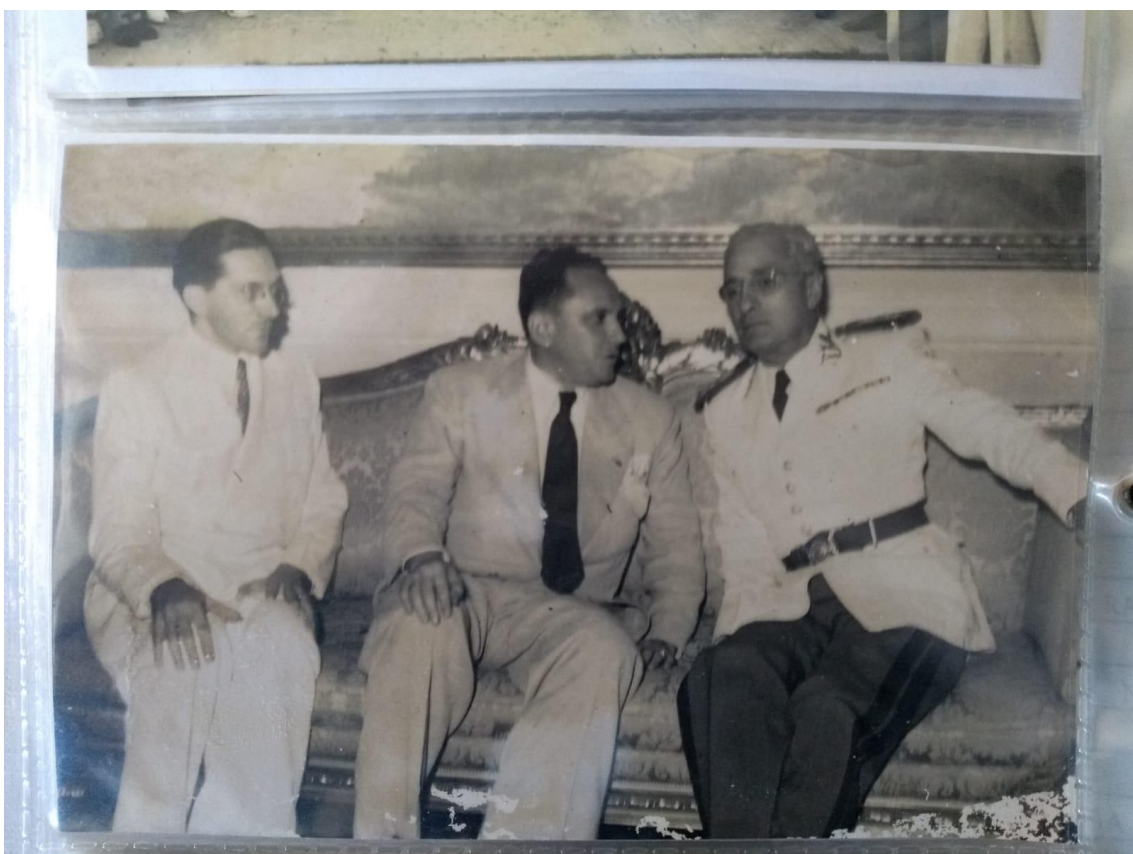


































E

0010e



WILDEBOER - SCHUT



0a

E

0010b



noviciaat heeft opgericht.

In 1893 begon de Congregatie haar missie onder de zeer verslapte katholieken van Noord-Brazilië (Zuid-Amerika). Hier zijn meer speciaal Nederlandsche Paters werkzaam. De parochies zijn enorm uitgestrekt. Thans zijn daar werkzaam 30 Paters, en 13 Fraters, terwijl er ongeveer 40 Priesterstudenten op de Missiescholen zijn.

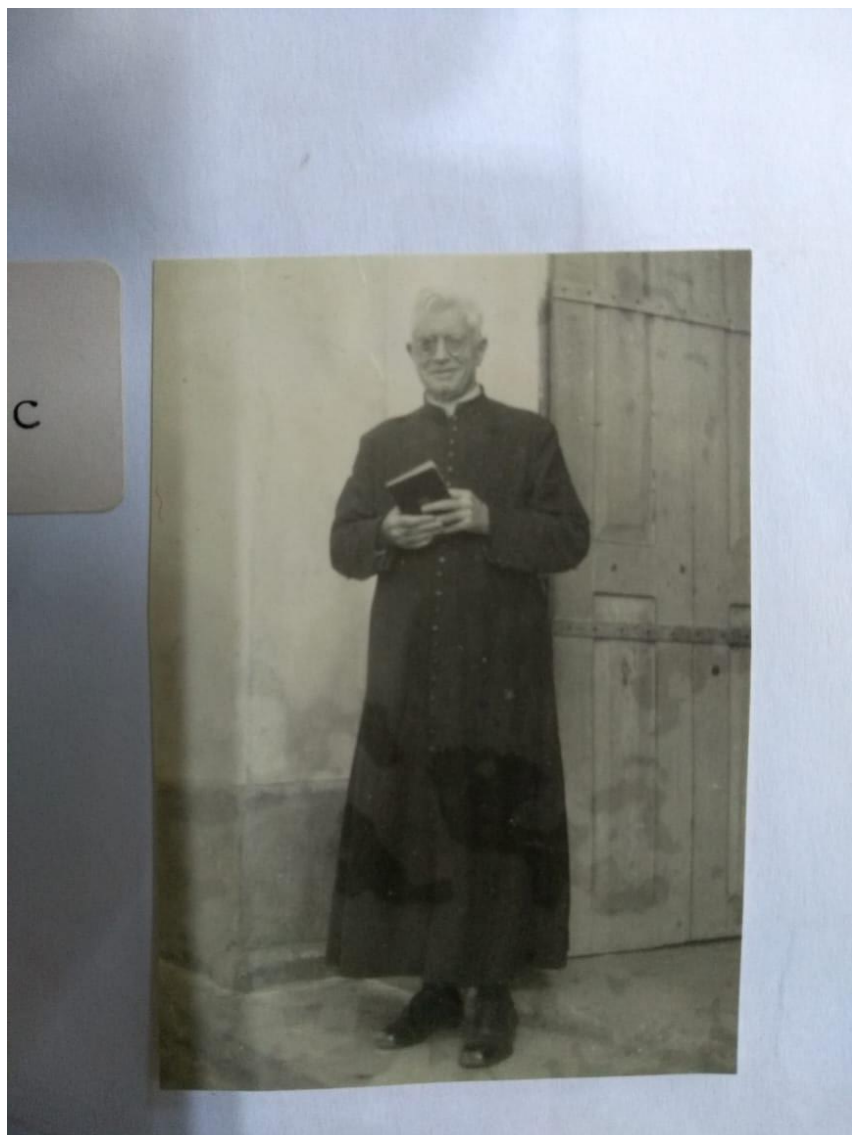
De benoeming is een onderscheiding, waarmede geëerd wordt het vele en harde werken van onzen oud-stadgenoot, pater missionaris v. d. Horst. 12.03.1938

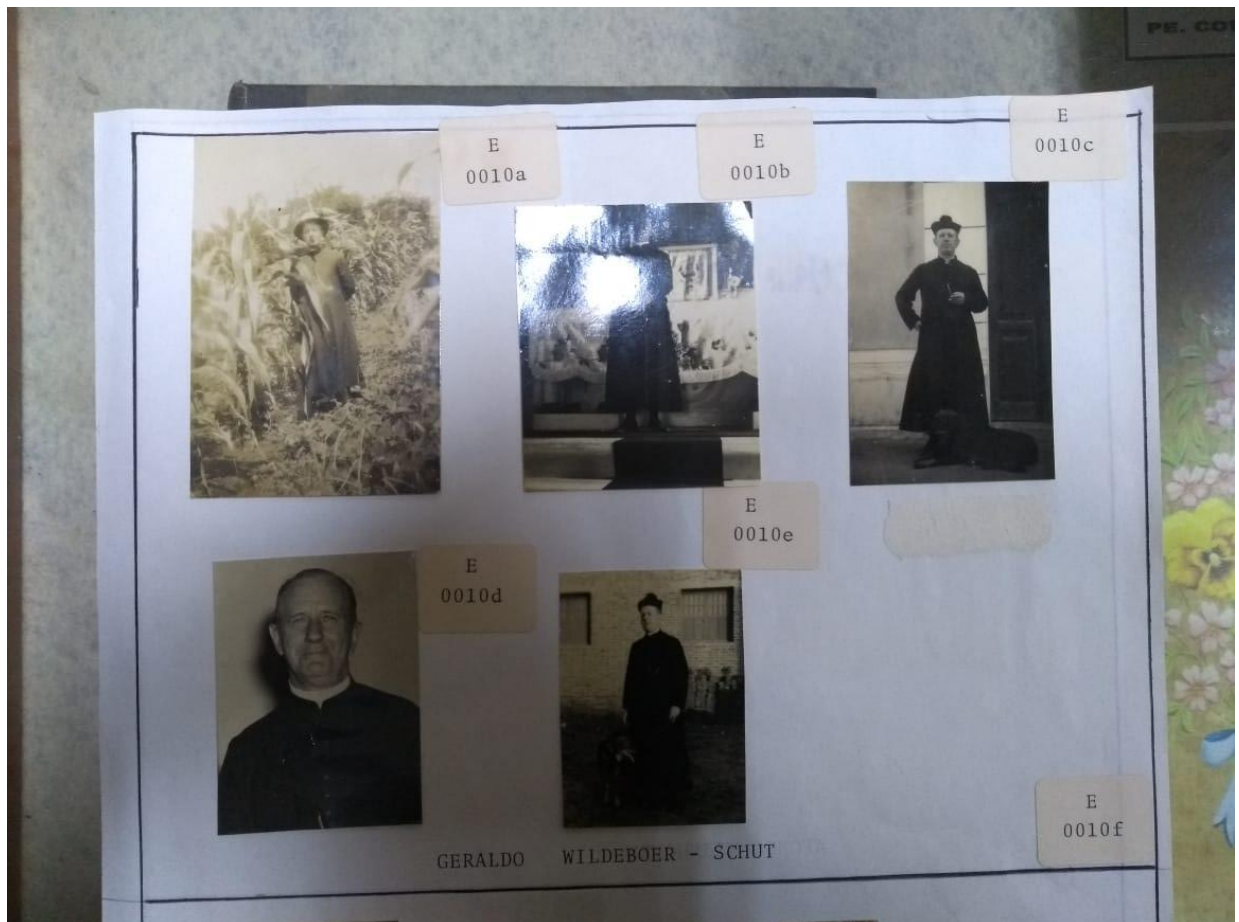


E

0008e

DER HORST



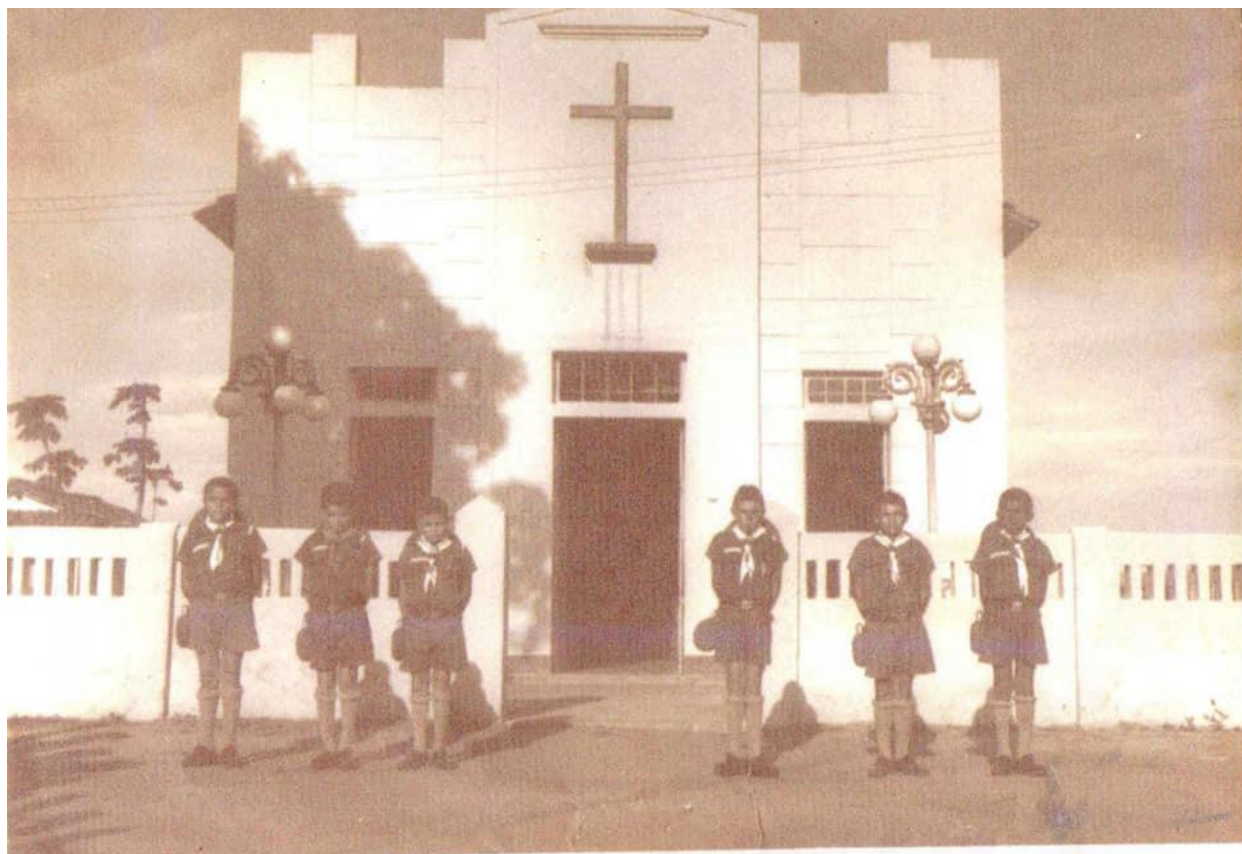


LISTA DOS MEMBROS DA PROVÍNCIA B.S.

- 1.-HENRIQUE VAN IERSEL
- 2.-VICENTE SPAAN
- 3.-RENATO WIERCX
- 4.-JOSÉ LEOPOLDO RAMOS
- 5.-JOÃO VANDEBEEK
- 6.-EXPEDITO BARBOSA MACEDO
- 7.-ANDRÉ COOPMAN
- 8.-CRISTIANO LANKREIJER
- 9.-FELIPE WERTER
- 10.-JOÃO SCHIJLEN
- 11.-ABELARDO BEZERRA DE MOURA
- 12.-ANTÔNIO VAN ROY
- 13.-BRAS SEVERINO DA SILVA
- 14.-JOSÉ TAVARES DO CARMO
- 15.-JOSÉ CALIXTO FERREIRA DE ARAÚJO
- 16.-CORNÉLIO OVERGAAG
- 17.-PEDRO NEEFS
- 18.-ANTÔNIO SNIJDERS
- 19.-LOURENÇO SLEGERS
- 20.-THEODORO SNIJDERS
- 21.-GERALDO VAN GEEL
- 22.-ADRIANO LANGEN
- 23.-JOÃO MEIJNERS
- 24.-LUÍS THEUWS
- 25.-JOÃO BATISTA FERREIRA
- 26.-ANTÔNIO GONÇALVES NOGUEIRA
- 27.-RENATO MAIA DE ATAÍDE
- 28.-JOSÉ DE RIBAMAR ERICEIRA NUNES
- 29.-FERNANDO FERREIRA PINTO
- 30.-JOÃO BARBOSA BATISTA
- 31.-LUÍS CARLOS MARQUES SOUSA
- 32.-ABDIAS ALEXANDRE BARBOSA
- 33.-JOÃO MAURÍCIO DE SANTANA
- 34.-NEREU JOSÉ DE FIGUEIREDO
- 35.-TARCÍSIO PEREIRA DE PAIVA
- 36.-ISAÍAS ALFREDO DA SILVA
- 37.-JOSÉ GLAUBO BATISTA DA ROCHA
- 38.-MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
- 39.-DAGNALDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA
- 40.-ANDRÉ VITAL FÉLIX DA SILVA
- 41.-MARCOS ANTÔNIO ALVES DE L.
- 42.-JOÃO CARLOS MAGALHÃES DA SILVA
- 43.-FRANCISCO BELARMINO GOMES
- 44.-FRANCISCO IZAO CAVALCANTE
- 45.-JOSENILDO CÂNDIDO DO NASCIMENTO
- 46.-VALDEIJÂNIO DE SOUZA MELO
- 47.-FELIPE JOSÉ DE MENEZES

Fotos de Pindobal cedidas por um informante:





**Escola Profissional
Presidente João Pessoa
Pindobal
Estábulo
1959**



